



# GNR

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



## Relatório de Atividades

# 2012

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



## NOTA PRÉVIA



Chegou o momento de reportar as atividades desenvolvidas pela Guarda durante o ano de 2012. Tal tarefa, numa Instituição com a dimensão da Guarda Nacional Republicana, constitui um verdadeiro, mas aliciante, desafio.

Com efeito, compilar num único documento, o trabalho desenvolvido por cerca de 24.000 militares e civis, dispersos ao longo de todo o território nacional e além fronteiras, desde a mais recôndita Vila à capital do País, desde Timor-Leste ao Afeganistão, desempenhando um vastíssimo leque de missões de elevado interesse público, muitas delas impossíveis de serem mensuráveis, e integrar tal informação com o planeamento previamente efetuado e com recursos dispendidos, exigindo um enorme esforço de análise, de comparação e de avaliação, sem paralelo em qualquer outra Instituição nacional, é, por si só, um trabalho notável que, feito com total transparência e rigor, como o fazemos na Guarda, constitui um instrumento importantíssimo de prestação de contas às populações e uma ferramenta que reputamos de fundamental no nosso processo de crescimento institucional.

A Guarda é uma Instituição centenária, que está permanentemente atenta ao mundo que a rodeia, aos novos fenómenos decorrentes da globalização e aos consequentes novos desafios e oportunidades. Considero, mesmo, que reside nesta ímpar capacidade de adaptação o verdadeiro segredo da sua longevidade e da sua profunda ligação às populações, que nela sempre veem, como viram, o verdadeiro garante da sua segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

E se o produto operacional constitui o maior espelho da permanente dinâmica institucional, materializado em respostas adequadas a cada um dos novos problemas e a cada um dos novos desafios, também a nível da gestão interna, da correta aplicação e da boa gestão dos recursos colocados à sua disposição, a Guarda vem constituindo um paradigma de modernidade, acolhendo e implementando integralmente as novas ferramentas e as novas metodologias, mesmo que a sua dimensão implique um esforço muito maior do que à generalidade das Instituições ou Organizações.

Como terão oportunidade de verificar, este Relatório de Atividades, na senda dos que o antecederam, relata fielmente o que fizemos, o que não foi possível fazer, os recursos de que dispusemos e a forma como os empregámos. E os resultados, apenas os mensuráveis, porque muito do que a Guarda faz no dia a dia não se consegue traduzir em números, dão claramente ao Comandante-Geral motivos para se sentir orgulhoso das suas mulheres e dos seus homens, orgulhoso da Instituição que comanda. Cumprimos todos os objetivos a que nos havíamos proposto, superámos todas as metas que a nós próprios impusemos e fomos extremamente eficientes, ou seja, conseguimos-lo num quadro de menores recursos e de grande contenção, comum, aliás, a toda a Administração Pública Portuguesa.

Convido-vos, assim, a percorrer o nosso Relatório de Atividades do ano de 2012, na certeza de que, no final, estareis tão seguros como eu de que, na Guarda, o produto final é incomparavelmente superior ao somatório das partes, de que só na Guarda menos de 24.000 mulheres e homens poderiam fazer tanto em apenas um ano. É esta, exatamente, a grande mais-valia da Guarda, que muitos não entendem, mas que torna a Instituição na grande referência da segurança interna nacional, permitindo-lhe, ainda, desempenhar papéis relevantes nos sistemas nacionais de defesa e proteção civil.

Bem hajam todos aqueles que serviram e servem Portugal na Guarda Nacional Republicana.

**Luís Manuel dos Santos Newton Parreira**  
**Tenente-General**  
**Comandante-Geral da GNR**



GNR

GNR  
M 868

GNR

# ÍNDICE

I - NOTA INTRODUTÓRIA	9
1. Breve análise conjuntural	12
1. Origem e História	12
2. Breve Caracterização do Ambiente Interno e Externo	13
3. Tipificação dos Serviços Prestados e Fatores Distintivos	24
4. Principais Utilizadores / Destinatários ( <i>Stakeholders</i> )	26
5. Impacto dos fatores conjunturais na atividade da Guarda	29
6. Metodologia	29
2. Enquadramento Estratégico - Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	33
3. Missão Restabelecida	33
4. Visão	33
5. Valores	33
6. Símbolos	34
7. Objetivos e estratégias para 2012	35
8. Objetivos Estratégicos	39
9. Objetivos Operacionais	40
II - AUTOAVALIAÇÃO	45
10. Análise de resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR	46
11. Quadro de Avaliação e Responsabilização	46
12. Apreciação dos serviços prestados	52
13. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	53
14. Comparação com o desempenho de serviços idênticos	66
15. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano, e resultados alcançados	67
16. Atividade Operacional	67
17. Protocolos e grupos de trabalhos	100
18. Cooperação e parcerias estratégicas	107
19. Projetos cofinanciados por programas comunitários	110
20. Gestão Interna e de apoio operacional	124
21. Formação dos Recursos Humanos	124
22. Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento	126
23. Sistemas e Tecnologias de Informação	129
24. Análise da execução das fichas Projeto/ Atividade concorrentes e não concorrentes para os Objetivos Operacionais	132
25. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.	133
26. Recursos Humanos	133
27. Recursos Materiais	135
28. Recursos Financeiros	141
29. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	147
30. Análise SWOT	148
31. Planos de Ações de Melhoria	149
III – BALANÇO SOCIAL	151
IV – AVALIAÇÃO FINAL	163
32. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados	164
33. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação	165
34. Conclusões prospetivas	166
V – ANEXOS	169



## GLOSSÁRIO

AD	Avaliação de Desempenho
ANOG	Associação Nacional de Oficiais da Guarda
ANSGNR	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação dos Oficiais da Guarda
AP	Administração Pública
APG	Associação Sócio-profissional da Guarda
ARS	Administrações Regionais de Saúde
ASOR	Associação Sindical dos Oficiais dos Registos e Notariado
ASPIG	Associação Sócio-profissional Independente da Guarda
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAAIC	Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Investigação Criminal
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CARI	Comando de Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CEC	Curso Específico de Cavalaria
CEDD	Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina
CF	Classificação Funcional
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CIAVE	Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR
CLS	Contratos Locais de Segurança
CO	Comando Operacional
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCB	Curso de Promoção a Cabo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPSA	Curso de Promoção a Sargento Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSG	Conselho Superior da Guarda
CTAFMI	Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais
CTER	Comando Territorial
D.R.	Diário da República
DAC	Destacamento de Ação Conjunta
DAF	Destacamento de Ação Fiscal
DCC	Destacamento de Controlo Costeiro
DCQI	Divisão de Controlo da Qualidade e Inovação
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas



DCSI	Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
DD	Direção de Doutrina
DF	Direção de Formação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGE	Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos
DGO	Direção Geral do Orçamento
DGO/MF	Direção-Geral do Orçamento/Ministério das Finanças
DGV	Direção Geral de Veterinária
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DI	Direção de Informações
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRF	Direção de Recursos Financeiros
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSAD	Direção de Saúde e Assistência na Doença
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
DT	Destacamento Trânsito
DTER	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EII	Equipas de investigação e inquérito
EMA	Empresa de Meios Aéreos
EP	Esquadrão Presidencial
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUROGENDFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FCAAT	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Trânsito
FF	Fonte de Financiamento
FFAA	Forças Armadas
FR	Formação em Fiscalização Rodoviária
FRTAAT	Formação sobre resposta tática a Incidentes com armas de fogo em Estab. de Ensino
FTP	Formação Técnica e Policial
GGCG	Gabinete do General Comandante-Geral
GHE	Grupo de Honras de Estado
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnica
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPO	Gestão por Objetivos
GS	Grupo de Segurança



IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção-Geral da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração, IP.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
JSS	Junta Superior de Saúde
LAOS	Sistema de Controlo de Costa
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LPIEFS	Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NAT	Núcleos de Apoio Técnico
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NICAV	Núcleo de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NMUME	Núcleo Mulher Menor
NPE	Núcleo de Programas Especiais
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
NTP	Núcleo Técnico-Pericial
ONU	Organização das Nações Unidas
OOTW	<i>Other Operations Than War</i>
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PTER	Posto Territorial
QREN	Programa Operacional Fatores de Competitividade
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAFE	Reforma Administrativa e Financeira do Estado
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa



SAMMGNR	Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCOT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SFETC	Secção de Formação Específica e Treino de Cavalaria
SFT	Secção de Formação e Treino
SGBD	Sistema Gestor de Base de Dados
SGG	Secretaria-Geral da Guarda
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Pública
SIADMGNR	Sistema de Avaliação de desempenho dos Militares da GNR
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGLOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPESS	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIIOF	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIISPA	Sistema Integrado de Informação sobre Perdidos e Achados
SINAVIF	Sistema Nacional de Vigilância Florestal
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIS	Serviço de Informação e Segurança
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
SQE	Sistema de Queixa Eletrónica
SRF	Secção de Recursos Financeiros
SRH	Secção de Recursos Humanos
SRL	Secção de Recursos Logísticos
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TAS	Taxa de Álcool no Sangue
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSP	<i>Tourist Support Patrol</i>
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UAS	Unidade de Apoio de Serviços
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
UTIS	Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis



# I

## NOTA INTRODUTÓRIA



## I. Nota Introdutória

O atual quadro de reformas assume a rutura com uma Administração Pública essencialmente burocrática, dando lugar a uma nova visão, orientada para a «Gestão da Administração Pública» alicerçada na performance dos resultados, na sua economia, eficiência, eficácia e, sobretudo, em padrões de qualidade e excelência, conceitos que até então apenas se utilizavam nas instituições privadas ou em instituições do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Neste contexto de uma Nova Gestão Pública, despertou a preocupação de dotar as organizações públicas de conceitos, instrumentos, práticas e lógicas de gestão com créditos firmados no mundo empresarial, que culminou com a adoção na AP de uma cultura baseada na Gestão por Objetivos e cujo instrumento estratégico de medição da performance assenta no SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública, considerado o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa.

O Plano e o Relatório de Atividades constituem, em tal contexto, dois pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente.

Se através do Plano de Atividades se define a estratégia, se hierarquizam as opções, se programam as ações e se afetam e mobilizam os recursos disponíveis, para que se possam cumprir a missão e as múltiplas atribuições de uma forma eficiente, o Relatório de Atividades relata todo um percurso efetuado na gestão dos recursos, em função da missão e atribuições, com identificação dos desvios relativamente a todas as atividades programadas no início do ciclo de gestão anual, mediante uma avaliação circunstanciada da eficiência, eficácia e economicidade das medidas adotadas e dos resultados atingidos, permitindo estruturar um conjunto de informação de gestão relevante para o futuro próximo da organização.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assente na nova estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, enquadra e realça as atividades da GNR no que concerne à gestão económico-financeira desenvolvida no ano 2012, com o objetivo de avaliar os resultados das ações definidas no Plano de Atividades, encerrando ainda uma vincada preocupação no que diz respeito à performance e aos resultados de Autoavaliação.

A elaboração do Relatório de Atividades, numa instituição com uma dimensão ímpar, uma implantação a nível nacional e uma multiplicidade de atribuições e valências, especialmente quando a sua atividade é exercida num quadro de contenção e rigor orçamental, é uma tarefa complexa, difícil e simultaneamente estimulante. Salienta-se que a Guarda apenas em 2009 produziu o seu primeiro Plano de Atividades, em obediência ao Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, documento de importância singular e que constitui o primeiro instrumento de planeamento e gestão das atividades que sustentam as múltiplas atribuições desenvolvidas e cuja análise de execução aqui se realizará.

A apresentação dos resultados da gestão do ano económico de 2012 surge numa conjuntura de profunda crise económica que o País e o Mundo atravessam, estando inevitavelmente associadas às contingências decorrentes dos compromissos inscritos no Memorando de Entendimento que formalizou a ajuda externa a Portugal pelas três Instituições internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Tais circunstâncias afetaram significativamente as atividades desenvolvidas pela GNR e que constavam do respetivo Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2012, e que obrigaram a redirecionar quer os recursos quer os esforços, no sentido do reforço da atuação policial, privilegiando a concretização de ações e atividades que não carecessem de elevados investimentos, designadamente fazendo rentabilizar ao extremo os meios disponíveis e transformando-os em produto operacional.

Importa também perceber que em momento anterior às circunstâncias que ditaram o pedido de ajuda externa, a Guarda havia operado a maior transformação da sua história recente, com especial incidência na modernização do seu modelo de gestão e funcionamento, na alteração das suas áreas geográficas de atuação e da sua estrutura orgânica, na racionalização dos seus recursos, na programação dos seus investimentos, na otimização da sua atuação e na desmaterialização dos seus processos burocráticos, faltando ainda consolidar alguns aspetos, nomeadamente em áreas que carecem de impulso financeiro para a sua concretização.

Com a apresentação deste Relatório, é encerrado o ciclo de planeamento e gestão das atividades desenvolvidas pela Guarda no ano transato, o qual permite identificar os desfasamentos entre o que foi programado e o que foi efetivamente realizado, bem como analisar e avaliar os desvios verificados, permitindo que, no futuro, se otimizem as ações a desenvolver, visando a prossecução da estratégia delineada por esta Força de Segurança.

O presente Relatório e a autoavaliação que o integra, embora seguindo, no essencial, o esquema definido pela Tutela, não podem deixar de refletir a dimensão da Guarda Nacional Republicana, o vasto leque das suas atribuições, a multiplicidade de ações desenvolvidas e o importante papel da Instituição, através dos militares e civis que nela servem, para o reforço da segurança, da liberdade e da justiça, tanto em Portugal como além fronteiras.

Evidenciam-se, assim, os resultados alcançados e os desvios verificados, explicitam-se os recursos humanos, financeiros e materiais que a GNR teve ao seu dispor para o cumprimento da missão e apresenta-se, de forma clara e simples, a informação relevante sobre



as atividades e os projetos desenvolvidos, nos termos do Plano aprovado, sem perder de vista os constrangimentos referidos e tendo como pano de fundo a consciência dos efeitos decorrentes da crise financeira e económica bem como das profundas transformações a que a Guarda foi sujeita, por força da implementação e consolidação da sua nova Lei Orgânica, que operou a maior alteração à estrutura e ao modelo de funcionamento da Instituição, ao longo dos seus 100 anos de existência com a atual denominação.





## I.A. Breve análise conjuntural

### 1. Origem e História

#### Guarda Real de Polícia

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João, sob proposta do Intendente da Policia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a *Marechaussee* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Gendarmerie Nationale* na Bélgica (1830) e, mais tarde, a *Guardia Civil* em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão, na área geográfica a que está adstrita. Apesar de alguns pequenos aumentos de efetivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e de Infantaria, aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede, em 1810, à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7.ª Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, são criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

#### Guarda Municipal

Em fins de maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo, como as anteriores, de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa seleção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, as duas Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização, de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

#### Guarda Republicana

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto não se organiza a Guarda Nacional Republicana, como "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em Lisboa e no Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, e a sua subordinação continuou como do antecedente.



GUARDA REAL DE POLÍCIA  
10 de Dezembro de 1801



GUARDA MUNICIPAL  
Maio de 1834



GUARDA REPUBLICANA  
12 de Outubro de 1910



GUARDA NACIONAL REPUBLICANA  
3 de Maio de 1911



## Guarda Nacional Republicana

A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país», conforme se dispunha no artigo 1º do Decreto com força de Lei, publicado no Diário do Governo do dia seguinte.

Nos termos do disposto no artigo 1º da sua atual Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro -, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

A circunstância de a GNR ser integrada por militares organizados num corpo especial de tropas, permite compreender que ela colabore na execução da política de defesa nacional e, bem assim, coopere com as Forças Armadas, no âmbito das missões que lhe forem cometidas (Cfr. alínea i) n.º artigo 3 LOGNR).

Na verdade, e como se sabe, esta situação não é inédita, sendo idêntica à que se passa, por exemplo, com a *Guardia Civil*, em Espanha, a *Gendarmerie Nationale*, em França, a *Marechaussee*, na Holanda, ou os *Carabinieri*, em Itália.

Dada a sua natureza militar, a GNR encontra-se sujeita a uma dupla dependência:

- Do membro do Governo responsável pela área da administração interna;
- Do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, na medida que as suas forças são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (Cfr. artigo 2.º da LOGNR).

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, pelo que se considera mais correto designá-la por Força Militar de Segurança.



Figura 1– Dupla dependência ministerial

## 2. Breve Caracterização do Ambiente Interno e Externo

### 2.1. Ambiente Interno

#### 2.1.1. Definição

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. Enquadramento Legal

Nos termos da sua Lei Orgânica<sup>1</sup>, a Guarda Nacional Republicana é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de

<sup>1</sup> Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro



Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, do seu Regulamento Geral do Serviço e do Estatuto e do Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacionais, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militar. A Guarda constitui-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, quer externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as típicas missões policiais, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento e armamento e à formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as Polícias e as Forças Armadas, caracterizando-se como uma **Força de Segurança de Natureza Militar**.

De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a importância, a polivalência e as mais-valias da Guarda tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de segurança e defesa.



Figura 2- Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula, que ocupa todo o território nacional, pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por OOTW - «*Other Operations Than War*» - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição à de manutenção, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, e ainda, as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

### 2.1.3. Missão Legal

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei.



## Atribuições

Constituem atribuições da Guarda<sup>2</sup>:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;

<sup>2</sup> Artigo 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

### Missões Parcelares

Das atribuições da Guarda, decorrem as seguintes missões parcelares:

#### Missões Policiais

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e a garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância das fronteiras.

##### **Polícia Criminal**

Como Órgão de Polícia Criminal, a Guarda desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, e a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções.

##### **Polícia Administrativa**

Neste âmbito, a Guarda desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É pois muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a Guarda dispõe de unidades ou forças especializadas:

- Segurança e Ordem Pública;<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade públicas e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas simples patrulhas dos Postos Territoriais, por forças



- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária;<sup>4</sup>
- Polícia Fiscal e Aduaneira;<sup>5</sup>
- Proteção da Natureza e do Ambiente.<sup>6</sup>

### Missões de Proteção e Socorro

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a Guarda, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;
- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;
- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Mais recentemente, com a criação do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

---

empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais ou da Unidade de Intervenção. Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escoltas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos limitados efetivos do Posto local da Guarda Nacional Republicana, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem embargo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal. À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciárias.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais, equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.



### Missões Honoríficas e de Representação de Estado (Honras Militares)

Consistem na prestação de Guardas e Escortas de Honra, a Altas Entidades nacionais, a Altas Entidades estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pela Subunidade de Honras de Estado e pela Subunidade de Segurança, para além da Charanga a Cavalos e da Banda da Guarda.

### Missões Militares

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a Guarda, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, ao controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-Geral.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da Guarda, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se que o facto do conhecimento que o efetivo da Guarda tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no território nacional, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.

As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contrainfiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.

### Missões Internacionais

Decorrente das relações internacionais, multilaterais ou bilaterais estabelecidas pela Instituição, diretamente ou através da tutela, podemos, genericamente, dividir o espectro do envolvimento da Guarda, no plano internacional, em missões de gestão civil de crises, de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnica e operacional.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um alargado conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz, que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões puramente de polícia.

Neste âmbito, a participação da GNR iniciou-se em 1995, no embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte na UNAVEM II, tendo empenhado meios sucessivamente na UNAVEM III e na MONUA, com um contingente que incluiu, para além do 2º Comandante da CIVIPOL, cerca de 65 observadores (Oficiais e Sargentos).

Já no ano 2000, pela primeira vez na sua história, a Guarda projetou para o estrangeiro uma força autossustentada, de escalão Companhia, para a missão de paz em Timor, constituindo-se na Força de Intervenção Rápida da UNTAET.

Em 2003, a Guarda volta a projetar uma força para uma missão de manutenção de paz. O Subagrupamento ALFA integrou-se na *Multinational Specialized Unit (MSU)* da Brigada Garibaldi das Forças de Coligação no Iraque (Portaria 1164/2003, de 10 setembro, 2ª Série).

Ao abrigo da Resolução n.º 1745, de 22 de fevereiro de 2007, do Conselho de Segurança da ONU, a GNR, no âmbito da UNMIT, reforçou o Subagrupamento Bravo, que se encontrava presente em Timor desde a Resolução n.º 1704, de 25 de agosto de 2006, com as missões de policiamento, segurança física e proteção das instalações e pontos sensíveis, operações anti-insurreição, operações de busca e salvamento, captura de indivíduos perigosos e policiamento de áreas sensíveis.



No final de 2007, a Guarda deu início à sua participação na missão militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA). Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de ordem pública, uma Equipa de investigação criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (*Integrated Police Unit*), composta, no seu conjunto, por duas Companhias de ordem pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente, a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando/chefia na missão, incluindo o comando da IPU, o comando das Companhias de ordem pública e o comando da Unidade de investigação criminal.

Já no final de 2010, iniciaram-se os preparativos para a primeira participação da Guarda numa missão da NATO, neste caso no Afeganistão. Em março de 2011 foi projetada a primeira equipa de formadores e assessores da Guarda para Wardak, onde vêm colaborando no esforço internacional de criação e implementação do maior centro de formação de polícia do Afeganistão e o único de dimensão nacional.

Paralelamente, a Instituição vem marcando presença em múltiplas outras missões, quer sob a égide da União Europeia quer sob a da Organização das Nações Unidas, através de participações individuais, em locais tão distantes como o Haiti, a Geórgia ou Timor-Leste.

No quadro da cooperação técnico-policia com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Guarda vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial Europeia, envolvendo a participação em Grupos de Trabalho e outros fóruns, a presença permanente em algumas Instituições Europeias, como a Europol, e a participação ativa em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações coordenadas pela FRONTEX.

Quanto à cooperação a nível multilateral, destaca-se a participação da Guarda na Associação FIEP e na EUROGENDFOR, de cujos destinos foi responsável em 2012, ao acumular as presidências das duas organizações.

### ASSOCIAÇÃO FIEP

A Associação FIEP (acrónimo francês de França, Itália, Espanha e Portugal, que são considerados os quatro membros fundadores, apesar de Portugal ter entrado posteriormente) é uma associação de Forças de Segurança de natureza militar da Europa e Mediterrâneo.

Fundada em 1994 pela *Gendarmerie Nationale* Francesa, pela *Arma dei Carabinieri* e pela *Guardia Civil*, a Associação foi crescendo rapidamente, acolhendo, sucessivamente, a Guarda Nacional Republicana (1996), a *Jandarma Turca* (1998), a *Royal Marechaussee* da Holanda e a *Royal Gendarmerie* de Marrocos (ambas em 1999) e a *Gendarmerie* Romena (2002). A *Gendarmeria* Nacional Argentina e os *Carabineros* do Chile juntaram-se à Associação FIEP, na qualidade de “Membros Associados”, em outubro de 2005. Em 2010, a *Gendarmerie* Jordana (*Darak Forces*) juntou-se à FIEP e a última adesão ocorreu em 2012, durante a presidência portuguesa, através da Força de Segurança Interna do Qatar (*Lakhwiya*). Alguns pedidos de associação não foram considerados, como os dos Corpos de Tropas dos Ministérios do Interior da Ucrânia e do Azerbaijão e do Serviço de Segurança Pública da Lituânia. Encontra-se atualmente em análise um pedido de adesão da Força de *Carabinieri* da Moldávia.

O objetivo principal da Associação é promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nos seguintes domínios, para cada um dos quais existe uma Comissão de Trabalho que reúne anualmente:

- Recursos Humanos;
- Organização do Serviço;
- Novas Tecnologias e Logística;
- Assuntos Europeus.

### EUROGENDFOR (Força de Gendarmerie Europeia)

A Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR) é uma iniciativa de cinco países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com forças de segurança de natureza militar, visando contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.



Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com estatuto militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007.

As Forças da EUROGENDFOR, constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da União Europeia, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras organizações internacionais.

A EUROGENDFOR participou na Missão Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da Missão, e na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas no Haiti), garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo.

Esta força comum participa atualmente na missão de formação da OTAN no Afeganistão (*NATO Training Mission – Afghanistan*), constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs.

Após a admissão da Roménia, integram a EUROGENDFOR, para além da Guarda Nacional Republicana de Portugal, a *Guardia Civil* de Espanha, a *Gendarmerie Nationale* de França, a *Arma dei Carabinieri* de Itália, a *Koninklijke Marechaussee* da Holanda e a *Jandarmeria Româna* da Roménia. A Turquia tem o Estatuto de Observador e participa nas iniciativas e atividades da Força através da *Jandarma Turca*. A Polónia e a Lituânia são Parceiros da EUROGENDFOR, através da *Gendarmerie Militar Polaca* e do Serviço de Segurança Pública Lituano, respetivamente.

O Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) é o órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR), estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;
- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;
- Decidir sobre a participação da EUROGENDFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretivas gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.

Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelos Ministérios da Administração Interna (através do representado pelo Comandante-Geral da GNR) e dos Negócios Estrangeiros.

O Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 36 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, sendo Comandado pelo Comandante da EUROGENDFOR.



**Âmbito Territorial<sup>7</sup>:**

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o território nacional e no mar territorial.

No caso de atribuições cometidas simultaneamente à Polícia de Segurança Pública, a área de responsabilidade da Guarda é definida por Portaria do Ministro da Tutela.

Fora da área de responsabilidade definida nos termos do número anterior, a intervenção da Guarda depende:

- Do pedido de outra força de segurança;
- De ordem especial;
- De imposição legal.

A atribuição relativa à prevenção e investigação das infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como à fiscalização e controlo da circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira, pode ser prosseguida na zona contígua.

A Guarda pode, ainda, prosseguir a sua missão fora do território nacional, desde que legalmente mandatada para esse efeito.

Durante o ano de 2008, verificou-se um reajustamento relevante da área de responsabilidade da Guarda, decorrente de transferências de áreas entre as duas Forças de Segurança. Fruto deste processo, a área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km2), na qual residem cerca de 54% da população (5.756.027).

**2.1.4. Estrutura Orgânica**

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a nova Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural desde Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial. Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda). Assim, a Guarda passa a compreender a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino.



Figura 3- Estrutura orgânica da GNR

<sup>7</sup> Artigo 5.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

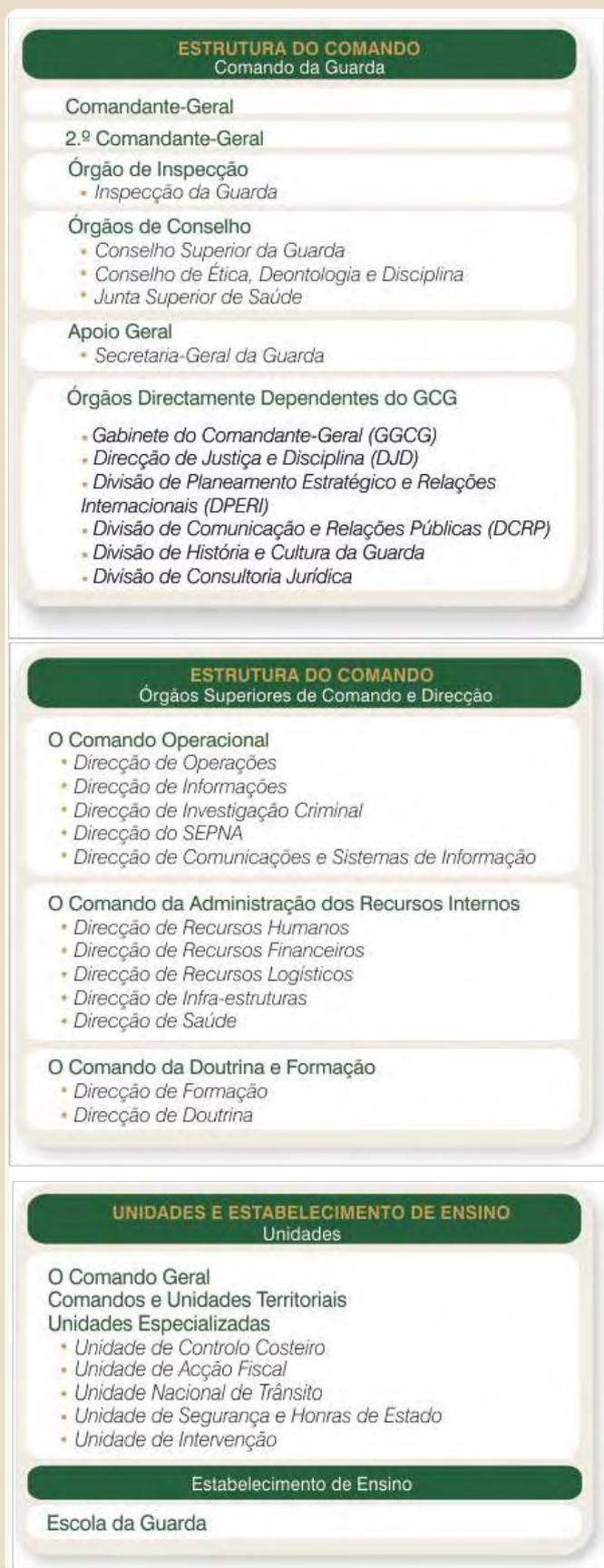


Figura 4- Estrutura orgânica da GNR (detalhe)



### 2.1.5. Enquadramento Nacional

#### Dependências

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

#### Ligações Funcionais para a Execução das Atribuições da Guarda

Para o cumprimento da sua missão, a Guarda mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

- **No Âmbito Policial** (Pólicia Administrativa, Geral e Especializada):

Ministérios da Justiça e das Finanças, Direções-Gerais das Contribuições e Impostos, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outras Forças e Serviços de Segurança e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas, Governos Cívicos e Autarquias Locais.

- **No Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro:**

Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, Cruz Vermelha Portuguesa, Instituto Nacional de Emergência Médica e o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

- **No Âmbito das Atribuições Honoríficas:**

Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado.

- **No Âmbito Militar:**

Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior-General das Forças Armadas, Estados Maiores dos Ramos e, em especial, o Estado-Maior do Exército.

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso também a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da Guarda, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.

### 2.2. Ambiente Externo

Sem prejuízo de uma análise e reflexão mais pormenorizada, apresentam-se a seguir um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à Guarda Nacional Republicana.

Atualmente, já não é possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa. A dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas de todas as estratégias de combate à insegurança. A globalização acelerada estende as ameaças e os problemas à escala planetária.

Após os ataques terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, para fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizadas pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa.

Assim, a abordagem do conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.



O conceito de Segurança alargou-se, assim, a áreas “não-tradicionais”, como o tráfico de droga e de seres humanos, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que outrora não eram consideradas no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre ricos e pobres, faz aumentar o número de excluídos e marginais da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais extensas regiões do globo entram em crise social, que, evoluindo amiúde para convulsões e guerras internas, obrigam a Europa a, cada vez mais, intervir no exterior. Portugal, e consequentemente a Guarda não pode ficar alheio a tal resposta e vê, também, desviados significativos recursos humanos e materiais para tais missões, designadamente através das participações em missões internacionais com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais difícil e complexo o papel de quem tem funções de autoridade. Exigem mais conhecimento, novas abordagens, recurso às novas tecnologias e grande flexibilidade e mobilidade.

O atual contexto da segurança interna caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo aumento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização de tudo o que tem a ver com o crime, a polícia e a justiça, originando que o sentimento de insegurança dos cidadãos seja muito superior ao que seria expectável face à realidade criminal do nosso país, cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.

Existem, por isso, fatores críticos e ameaças para a segurança individual e coletiva da sociedade portuguesa que se traduzem em novas exigências de reorganização, de flexibilidade e de atuação das forças de segurança, destacando-se as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e outras ações de protesto, com repercussões na segurança e na tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e a existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina), potenciada pelas crescentes dificuldades na vigilância da fronteira marítima e pela desestruturação do modelo de fronteiras nacionais;
- A permanente evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e crescente participação de Portugal em missões internacionais.

Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e as demais Forças e Serviços de Segurança, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.

### 24 3. Tipificação dos Serviços Prestados e Fatores Distintivos

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;



- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Deve evitar-se a preocupação de fazer por fazer e de cair em rotinas burocráticas, sem qualquer valor útil para a sociedade.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

### Tipificação dos Serviços Prestados

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.

### Fatores Distintivos

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque:** Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos.
- **Massa:** Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado.
- **Mobilidade:** Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o Território Nacional.
- **Flexibilidade e Modularização:** Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando.



- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina:** Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar.

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada:** Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico).
- **Cavalaria:** Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública.
- **Cinotecnia:** Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos.
- **Trânsito e Segurança Rodoviária:** Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito, altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.
- **Controlo de Fronteiras Externas:** Especialmente através da Unidade de Controle Costeiro, concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- **Informação Criminal:** Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo.
- **Operações Especiais:** Através da resolução de incidentes tático-policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.
- **Proteção da Natureza:** Combate às agressões ambientais e da natureza, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado a nível nacional.
- **Seguranças e Honras de Estado:** Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.

#### 4. Principais Utilizadores / Destinatários / Interessados (*Stakeholders*)

A identificação dos principais clientes, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da Guarda. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos pela Guarda na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders*, do qual se apresenta a matriz abaixo, procurou considerar a organização Guarda como pertencente a um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela Guarda, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra no quadro abaixo, após uma categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como quem são os que têm poder ou a influência para contribuir para o sucesso da Guarda.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, pois tal é fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *Stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da Guarda e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Guarda e relativamente aos quais a GNR deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.



Figura 5 - Stakeholders

Stakeholders		Características	O que esperam de nós	O que esperamos deles	Grau de Poder	Grau de influência	Grau de interesse
Internos	GCG/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cultura Militar</li> <li>Comandante-geral da GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação sólida e de confiança</li> <li>Gestão eficaz e eficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientações específicas</li> <li>Persuasão e influência</li> <li>Interlocutor</li> </ul>	Elevado	Elevado	Elevado
	Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o Mapa de Pessoal da Guarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento profissional</li> <li>Progressão na carreira</li> <li>Bom ambiente de trabalho</li> <li>Orientações claras e precisas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento da missão</li> <li>Competência e empenho</li> <li>Espírito de missão</li> <li>Espírito de sacrifício</li> <li>Solidariedade e entreaajuda</li> <li>Disciplina e coesão militar</li> </ul>	Médio	Elevado	Elevado
	Associações Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação dos Oficiais da Guarda (AOG)</li> <li>Associação Nacional de Oficiais da Guarda (ANOG)</li> <li>Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSNGNR)</li> <li>Associação Sócio-profissional da Guarda (APG)</li> <li>Associação Sócio-profissional Independente da Guarda (ASPIG)</li> <li>Associação Nacional de Guardas (ANAG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diálogo</li> <li>Sensibilidade para com os assuntos apresentados</li> <li>Defesa dos interesses dos associados</li> <li>Melhores condições de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espírito crítico construtivo</li> <li>Lealdade e clareza</li> <li>Defesa dos interesses dos associados com objetivos atingíveis</li> </ul>	Médio	Médio	Elevado



Stakeholders		Características	O que esperam de nós	O que esperamos deles	Grau de Poder	Grau de influência	Grau de interesse
Externos	Cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente ou em trânsito nas áreas à responsabilidade da Guarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garante da Segurança e do bem-estar</li> <li>Proteção</li> <li>Resposta pronta às solicitações</li> <li>Visibilidade e proximidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento do trabalho desenvolvido</li> <li>Colaboração</li> </ul>	Médio	Médio	Elevado
	Fornecedores de Bens e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecedores</li> <li>Prestadores de serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento dos contratos</li> <li>Transparência de procedimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestação de serviços de qualidade</li> <li>Cumprimento das obrigações</li> <li>Flexibilidade</li> </ul>	Reduzido	Reduzido	Médio
	Entidades Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organismos Governamentais</li> <li>Tribunais</li> <li>Governadores Cívicos</li> <li>Autarquias</li> <li>Forças Armadas</li> <li>Outras entidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Competência</li> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cooperação estratégica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Competência</li> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cooperação estratégica</li> </ul>	Médio	Elevado	Elevado
	Entidades Privadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>ONG</li> <li>Associações</li> <li>Clubes</li> <li>Outras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proficiência</li> <li>Colaboração</li> <li>Segurança e Proteção</li> <li>Resposta pronta às solicitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cumprimento dos compromissos</li> </ul>	Reduzido	Médio	Médio
Externos	Tutela – MAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decisor político</li> <li>Disponibiliza serviços partilhados</li> <li>Avaliador</li> <li>Inspeção</li> <li>Define orçamento</li> <li>Define Carta de Missão do Comandante-Geral</li> <li>Aprova QUAR/Objetivos</li> <li>Aprova o Mapa de Pessoal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento da missão e das diretivas e instruções</li> <li>Gestão criteriosa e racional dos recursos</li> <li>Prestação de um serviço de qualidade</li> <li>Cooperação estratégica</li> <li>Competência</li> <li>Disciplina</li> <li>Prontidão</li> <li>Lealdade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de objetivos claros e exequíveis</li> <li>Disponibilização dos recursos necessários</li> <li>Defesa dos interesses institucionais e do pessoal</li> <li>Cooperação estratégica</li> <li>Apoio</li> <li>Reconhecimento</li> </ul>	Elevado	Elevado	Elevado
	Outras Forças e Serviços de Segurança Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Polícia de Segurança Pública</li> <li>Polícia Judiciária</li> <li>Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</li> <li>Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo</li> <li>Serviços de Informações</li> <li>Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Partilha de Informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Partilha de Informação</li> </ul>	Reduzido	Médio	Elevado



Stakeholders		Características	O que esperam de nós	O que esperamos deles	Grau de Poder	Grau de influência	Grau de interesse
	<b>Outras Forças e Serviços de Segurança Estrangeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Guardia Civil (Espanha)</li> <li>▪ Gendarmerie Nationale (França)</li> <li>▪ Arma dei Carabinieri (Itália)</li> <li>▪ Royal Marechaussee (Holanda)</li> <li>▪ Gendarmerie Romena</li> <li>▪ Jandarma Turca</li> <li>▪ Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cooperação</li> <li>▪ Confiança</li> <li>▪ Parcerias</li> <li>▪ Formação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cooperação</li> <li>▪ Confiança</li> <li>▪ Parcerias</li> <li>▪ Formação</li> </ul>	<b>Reduzido</b>	<b>Médio</b>	<b>Elevado</b>
	<b>Comunicação Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Televisão</li> <li>▪ Rádio</li> <li>▪ Jornais</li> <li>▪ Revistas</li> <li>▪ Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Colaboração</li> <li>▪ Transparência</li> <li>▪ Transmissão oportuna de informações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Confiança</li> <li>▪ Respeito</li> <li>▪ Reconhecimento</li> </ul>	<b>Médio</b>	<b>Elevado</b>	<b>Elevado</b>

Figura 6 – Análise dos Stakeholders

## 5. Impacto dos fatores conjunturais na atividade da Guarda

Durante o ano económico de 2012, a atividade desenvolvida pela Guarda no cumprimento da sua missão legal, foi condicionada por fatores conjunturais de diversa ordem, os quais sucintamente se identificam neste ponto.

A apresentação dos resultados da gestão do ano económico de 2012 surge pois numa conjuntura de profunda crise económica que o País e o Mundo atravessam, estando indelevelmente associadas às contingências decorrentes dos compromissos inscritos no Memorando de Entendimento que formalizou a ajuda externa a Portugal pelas três Instituições internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Em sua consequência as atividades desenvolvidas pela GNR e que constavam do respetivo Plano de Atividades e do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2012 foram significativamente afetadas, tendo obrigado o Comando da Guarda a redirecionar quer os recursos quer os esforços, no sentido do reforço da atuação policial, privilegiando a concretização de ações e atividades que não carecessem de elevados investimentos, designadamente fazendo rentabilizar ao extremo os meios disponíveis e transformando-os em produto operacional.

Ao nível dos impactos importa ainda referir que para além dos fatores socioeconómicos que naturalmente explicam a evolução e os fenómenos da criminalidade, a atividade da Guarda foi sobremaneira influenciada por um conjunto de restrições impostas à contratação pública de bens e serviços, com a imposição de obtenção de pareceres prévios, nem sempre condizentes ou adequados com as necessidades operacionais que implicam, na maioria das vezes, respostas determinadas e céleres.

De igual modo, as funções de apoio logístico e financeiro tem registado as implicações da obrigatoriedade de aplicação do Código de Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, cujos moldes são substancialmente diferentes do anterior regime jurídico, embora, em comparação com os anos anteriores, se possa afirmar que a sua aplicação tem possibilitado garantir a celeridade necessária e pretendida para o abastecimento do canal logístico da Guarda.

## 6. Metodologia

Este relatório possibilita uma visão integrada da atividade da Guarda desenvolvida em 2012, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados. A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da Guarda, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XVIII Governo Constitucional;
- Programa do XIX Governo Constitucional;
- Grandes opções do Plano (2010-2013)
- Grandes opções do Plano (2012-2015)
- Orçamento de Estado para 2012;



- Proposta de Orçamento de Estado para 2012;
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2011 - Orientações Estratégicas;
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2012 - Orientações Estratégicas;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2012.

A existência de um QUAR aprovado para o ano económico de 2012, permite a adoção de uma metodologia na elaboração do presente relatório de atividades, em moldes semelhantes à estrutura do plano de atividades para 2012, procedendo-se à divisão de Projetos/Atividades em concorrentes e não concorrentes para os objetivos operacionais, alinhados com os objetivos de nível estratégico, cuja vigência se estende a médio prazo (entre 3 a 5 anos).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações programadas e desenvolvidas, no sentido do cabal cumprimento da missão e atribuições da Guarda.

Ambicionando melhorar a interpretação, leitura e manuseamento do presente documento, foi opção elencar os projetos, atividades e ações desenvolvidos respeitantes aos Projetos/Atividades não concorrentes para os objetivos operacionais, por Unidades Orgânicas, estruturadas em quatro tipos, com um nível de detalhe equivalente a Direção de Serviços, Divisão (Comando da Guarda e OSCD), Unidade e Comando Territorial, respetivamente, conforme seguidamente se descreve:



Figura 7 – Organização dos Projetos/Atividades/Ações

Quanto à análise da execução das fichas de Projeto/ Atividade concorrentes para os Objetivos Operacionais, optou-se pelo seu tratamento no âmbito do Capítulo II - Autoavaliação.

A análise relativa à execução das fichas de Projeto/ Atividade concorrentes e não concorrentes para os Objetivos Operacionais, será desenvolvida numa estrutura semelhante à apresentada no Plano de Atividades de 2012, proporcionando uma interpretação clara dos resultados atingidos e dos desvios ocorridos. No entanto, considerando a sua extensão e complexidade, optou-se por remeter toda essa análise para o Anexo V.4. do presente relatório, integrando no corpo do RA 2012 uma descrição sumária e sustentada, através de quadros comparativos, organizada nos moldes seguintes:

1. Atividade Operacional;
2. Protocolos e grupos de trabalhos;
3. Cooperação e parcerias estratégicas;
4. Projetos Cofinanciados pelos programas comunitários
5. Gestão Interna e de apoio operacional;
6. Formação dos Recursos Humanos;
7. Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento;
8. Sistemas e Tecnologias de Informação;



9. Análise da execução das fichas Projeto/ Atividade concorrentes e não concorrentes para os Objetivos Operacionais.

A estrutura da informação dos projetos, atividades e ações desenvolvidas por cada Unidade Orgânica encontra-se à semelhança da estrutura apresentada no Plano de Atividades agrupada em cinco Programas, designadamente 1. Atividade Operacional, 2. Atividade Ensino e Formação, 3. Gestão Interna, 4. Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por último, 5. Sistemas e Tecnologias de Informação, conforme se indica no quadro seguinte:

<b>1. ATIVIDADE OPERACIONAL</b>
1.1. Operações/Ações - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade
1.2. Operações/Ações - Especiais de Prevenção Criminal
1.3. Operações/Ações - Âmbito Nacional
1.4. Operações/Ações - Âmbito Regional/Local
1.5. Operações/Ações - Âmbito Internacional
1.6. Projetos/Atividades/Ações no âmbito da missão da Unidade Orgânica
<b>2. ATIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>
2.1. Cursos de Formação Inicial
2.2. Cursos de Promoção
2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação
2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização
<b>3. GESTÃO INTERNA</b>
3.1. Atividade Administrativa
3.2. Formação dos recursos humanos
3.3. Realização de Eventos, Conferências e Workshops
3.4. Outras Atividades
<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>
4.1. Projetos de obras de beneficiação, reparação e conservação de infraestruturas
4.2. Grandes obras de beneficiação, reparação e conservação de infraestruturas
4.3. Pequenas obras de beneficiação, reparação e conservação de infraestruturas
4.4. Equipamento
4.5. Arrendamento
<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>
5.1. Gestão da Infraestrutura tecnológica
5.2. Aquisição de Software
5.3. Aquisição de Hardware

Figura 8 – Estrutura dos Projetos/Atividades/Ações

Importa clarificar que o Plano de Atividades de 2012 cuja execução aqui se analisa, possui uma associação coerente com o Orçamento aprovado, tanto na componente orçamental de despesa, como na componente de receita. Porém, em virtude da dimensão da GNR, aliada à inexistência de um Sistema de Gestão Integrado, não é possível discriminar com exatidão a afetação de recursos a algumas das atividades de apoio e suporte à atividade operacional.

A metodologia de trabalho apresentou o faseamento seguinte:



- Formulação dos enunciados para solicitação, à estrutura da Guarda, dos contributos relativos à execução das atividades nas respetivas áreas de atuação/responsabilidade e preenchimento das Fichas de Projeto/Atividade elencadas no Plano de Atividades da GNR para 2012, com indicação da sua execução ou não execução;
- Difusão do pedido à estrutura da Guarda (e.g. Fichas de Projeto/Atividade executados e não executados, com indicação dos desvios) e receção da informação;
- Análise da informação constante das fichas de atividades desenvolvidas em 2012, designadamente em termos de correção e preenchimento e avaliação da existência de sobreposições, incoerências e inconsistências;
- Contactos informais com os responsáveis dos Comandos, Unidades e outros Órgãos da estrutura da Guarda, através de reuniões de trabalho, de forma a serem ultrapassadas algumas deficiências, duplicações e inconsistências detetadas;
- Compilação e análise da informação e elaboração do Relatório;
- Submissão do 1.º *draft* do Relatório de Atividades aos Comandos Funcionais responsáveis pela prestação da informação;
- Correções e ajustamentos ao 1.º *draft*;
- Apresentação do 2.º *draft* do Relatório de Atividades ao General Comandante-Geral;
- Correções e ajustamentos finais;
- Elaboração da versão final e remessa a Sua Excelência o MAI.



## I.B. Enquadramento Estratégico - Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

### 1. Missão Restabelecida

Defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

### 2. Visão

Atingir os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas na sociedade portuguesa, afirmando-se como uma instituição de referência no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança.

### 3. Valores

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

#### Disciplina

É o conjunto de regras e de princípios que tem por fim assegurar o cumprimento do dever, quer a ordem resulte de uma vontade coletiva, quer provenha de uma vontade individual.

#### Valor

Consiste em encarar, fria e serenamente, as situações mais difíceis, em sofrer com resignação as agruras da vida, os revezes da fortuna e os golpes de adversidade, procurando resistir-lhes e diligenciando vencê-los. É evidente que de nada serve o valor pessoal de cada indivíduo, se não for posto ao serviço da mais rigorosa disciplina.

#### Honra e dever

Estes valores andam sempre associados, visto que não pode proceder com honra quem não cumpre o seu dever. Proceder com honra e cumprir o dever são duas ideias fundamentais na vida de qualquer militar. É o apelo à prática constante do bem, que se traduz no incitamento interior a uma vida plena de dignidade. É uma vontade insatisfeita de poder corresponder, sempre, às nossas melhores possibilidades, à convicção do nosso triunfo e à realização das nossas justas aspirações (motivação não financeira).

#### Camaradagem e espírito de corpo

Camaradagem é o termo militar da solidariedade. Consiste na estreita união que deve ligar todos os indivíduos e que, obrigando-os a suportar as consequências, boas ou más, dos atos dos outros, lhes impõe a necessidade de se auxiliarem mutuamente, visto que cada um reflete a felicidade ou desgraça do outro. Fruto da verdadeira solidariedade, o espírito de corpo consiste em cada um querer à sua Unidade mais do que a qualquer outra, em se orgulhar de lhe pertencer e em se esforçar para que ela seja apreciada pela sua apresentação, disciplina e operacionalidade (funcionamento em equipa).

#### Lealdade

Consiste na submissão absoluta às leis da Nação, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas mesmas leis e na obediência às ordens, em perfeito espírito de disciplina.

Na Guarda Nacional Republicana, Instituição de natureza militar que preserva as suas tradições e os seus valores, existem dois "Códigos" que, estando afixados, desde os anos 80, em todos os quartéis, constituem, a par do Código Deontológico do Serviço



Policial (Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro de 2002), o seu referencial de valores e orientam os procedimentos no seio da Instituição: o Código de Honra do Militar da Guarda e o Código de Conduta do Militar da Guarda.

#### 4. Deontologia militar

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

##### Código de Honra do Militar da Guarda

- O militar da Guarda observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsabilmente, os seus deveres militares e estatutários.
- O militar da Guarda, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma ímpoluta integridade de carácter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar.
- O militar da Guarda como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.
- O militar da Guarda só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir.
- O militar da Guarda cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige.
- O militar da Guarda respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- O militar da Guarda não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excecionais para os justificar.
- O militar da Guarda vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha.
- O militar da Guarda não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento.
- O militar da Guarda diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais.
- O militar da Guarda é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa.
- O militar da Guarda mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam.
- O militar da Guarda respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente.
- O militar da Guarda tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado.
- O militar da Guarda tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.



## Código de Conduta do Militar da Guarda

É dever de todo o militar da Guarda:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei.
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais.
- Respeitar e proteger a dignidade humana.
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções.
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delinquente opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios.
- Não divulgar informações de caráter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem.
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante.
- Não praticar o abuso da autoridade.
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.

## 5. Símbolos<sup>8</sup>

A Guarda e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional.

A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Alvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana).

As Unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco a bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual instituição nacional, em 1911.

As Unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

## 6. Objetivos e estratégias para 2012

### Orientações gerais

Para a prossecução do modelo prefigurado na missão e na visão, elegeram-se como principais vetores estratégicos, que corporizam as estratégias a assumir pela Guarda, os seguintes:

- Valorizar as atividades de proteção e segurança das pessoas e bens, tendo como objetivo dar uma resposta adequada e oportuna aos problemas e anseios dos cidadãos em matéria de segurança;

<sup>8</sup> Artigo 7º e 8º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Garantir a capacidade de resposta qualificada e permanente aos problemas de segurança, a todo o tempo e em todos os locais de atendimento e de interface com os cidadãos e as comunidades;
- Melhorar as competências ao longo de toda a estrutura, promovendo uma cultura de responsabilidade e uma participação mais efetiva de todos os militares, motivando-os e envolvendo-os nos diversos níveis dos processos de decisão, na avaliação dos resultados globais e individuais e na identificação e aplicação das boas práticas, internas e externas. Em paralelo, fomentar o trabalho de equipa, a polivalência e a disponibilidade e promover a autoformação.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constituiu o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração de Plano de Atividades para o ano 2012.

Os objetivos plurianuais e anuais da Guarda, estratégicos e operacionais, coerentes com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional e das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna, constam do Quadro de Avaliação e Responsabilização da GNR para 2012, tendo a sua prossecução sido alvo de monitorização periódica. De cada monitorização resultou a difusão de instruções e diretivas à estrutura de comando e ao dispositivo da Guarda, visando a reorientação do esforço e a tomada de medidas corretivas, face aos desvios identificados.

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, apresentados adiante.

Importa contudo salientar que, numa instituição com a dimensão e as atribuições da Guarda, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.

### Estratégia de Segurança Interna da União Europeia UE 2010

#### Princípios:

Reforço da justiça, liberdade e segurança e respeito dos direitos fundamentais, a proteção internacional, o Estado de direito e a privacidade;

Proteção de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, dando especial destaque às vítimas da criminalidade, nomeadamente o tráfico de seres humanos ou a violência baseada no sexo, bem como ainda as vítimas do terrorismo;

Reforço da transparência e a obrigação de prestar contas nas políticas de segurança

Integração, a inclusão social e a luta contra a discriminação;

Solidariedade entre os Estados -Membros face aos desafios que não podem ser enfrentados pelos Estados -Membros isoladamente ou onde uma ação concertada se traduz em benefícios para a UE no seu conjunto;

Confiança mútua chave do sucesso da cooperação.

#### Diretrizes estratégicas de ação:

I. Uma abordagem ampla e integral da segurança interna

II. Garantir a supervisão democrática e judicial real das atividades em matéria de segurança

III. Prevenção e antecipação: uma abordagem proactiva e baseada na informação

IV. Elaboração de um modelo global de intercâmbio de informações

V. Cooperação operacional

VI. Cooperação judiciária em matéria penal

VII. Gestão integrada das fronteiras

VIII. Uma aposta na inovação e na formação

IX. Dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros

X. Flexibilidade para se adaptar aos futuros desafios

Figura 9 – Estratégia de Segurança Interna da União Europeia



**Programa do Governo**  
XIX Governo Constitucional

Coordenação, cooperação, partilha de informações e articulação dos atores do sistema de segurança interna;

Promoção de medidas que propiciem uma maior articulação entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militar;

Clarificação de responsabilidades de cada área específica de intervenção – informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e proteção civil;

Racionalização dos meios existentes dispersos pelos vários intervenientes do atual sistema de segurança;

Consagração de soluções que garantam um acréscimo de rigor e de eficácia no planeamento e na execução de operações;

Valorização do papel das informações;

Reforço, renovação e reafecção dos efetivos em setores prioritários, concentrando os efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade;

Valorização do papel e do estatuto das forças de segurança, incentivando a eficiência, a formação e a mobilidade interna;

Incremento da presença e a visibilidade das forças de segurança, em ordem a aumentar a perceção de segurança das populações;

Alteração da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, revendo as suas provisões e modo de financiamento e elaborar um plano, a médio/longo prazo, de reconstrução dos equipamentos mais carenciados;

Garantir uma efetiva participação nacional nos organismos de gestão de fluxos fronteiriços;

Definição de mecanismos permanentes de colaboração e articulação entre os ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna, da justiça e da defesa;

Reforçar o sistema de proteção civil articulando e intensificando o aproveitamento das sinergias decorrentes de uma atuação conjunta entre a área da segurança interna e a área da defesa nacional;

Concretização da reforma do sistema de saúde das forças policiais, garantindo um apoio de qualidade aos seus utentes e um aproveitamento completo da capacidade instalada;

Dar prioridade ao combate à sinistralidade rodoviária, procedendo a uma rigorosa avaliação do sistema atualmente existente e reforçando, a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco;

Figura 10 – Programa do XIX Governo Constitucional

**Grandes Opções do Plano (GOP)**  
2010-2013

1.ª Opção — Impulsionar o Crescimento, Promover o Emprego e a Modernização

Modernizar Portugal

Racionalização do Uso dos Recursos Públicos

Modernizar e Valorizar a Administração Pública

5.ª Opção — Elevar a Qualidade da Democracia, Modernizando o Sistema Político e Colocando a Justiça e a Segurança ao Serviço dos Cidadãos

Melhor Segurança Interna, Mais Segurança Rodoviária e Melhor Proteção Civil

Segurança interna:

- Combate das causas da criminalidade;
- Aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, bem como dos programas especiais de proteção de jovens, idosos, e outras pessoas particularmente vulneráveis;
- Intensificação das ações sistemáticas de controlo das fontes de perigo;
- Reforço da coordenação do sistema de segurança interna, com melhor aproveitamento das novas tecnologias;
- Aproveitamento das novas tecnologias.

Segurança Rodoviária

6.ª Opção — Valorizar o Posicionamento Externo de Portugal e a Inserção Internacional da Defesa Nacional, Reforçar o Apoio às Comunidades Portuguesas

Política externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas

Política de Defesa Nacional

Figura 11 – Grandes Opções do Plano 2010-2013



## Grandes Opções do Plano (GOP)

2012-2015

## 3.ª Opção — Cidadania, solidariedade, justiça e segurança

## Administração interna

Redução da complexidade operacional e o reforço dos laços de proximidade entre as forças de segurança e a sociedade civil

- Implementação de medidas legislativas, administrativas e operacionais de combate à criminalidade;
- Reforço e racionalização do efetivo policial;
- Melhoria das condições de trabalho com um inerente aumento da qualidade do serviço prestado;
- Valorização do papel e estatuto das forças de segurança junto da sociedade civil;
- Reforço do sistema da proteção civil e do combate à sinistralidade.

## Política de imigração e controlo de fronteiras

- Reforço das parcerias internacionais na área da gestão dos fluxos fronteiriços;
- Luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos;
- Reforço das relações com os Estados membros da União Europeia, especialmente em decisões que resultem do ajustamento do Tratado de Schengen.

## Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e das comunidades ciganas

## 4.ª Opção — Política externa e de defesa nacional

## Evoluir nas relações bilaterais e multilaterais

## Política de defesa nacional

Figura 12 – Grandes Opções do Plano 2012-2015

## RASI

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 2011

Reforço e Requalificação do Efetivo Policial das Forças de Segurança.

Aposta na Inovação Tecnológica ao Serviço da Segurança.

Investimento em Infraestruturas e Equipamentos das Forças de Segurança.

Aprofundamento dos Programas de Policiamento de Proximidade, de Prevenção Situacional e de Segurança Comunitária.

Reforço das Equipas Mistas.

Consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC).

Consolidação do Sistema de Proteção Civil.

Promoção da Segurança Rodoviária.

Reforço do Controlo de Fronteiras e Combate à Imigração Ilegal.

Reforço da Cooperação com os Países da EU, da CPLP e com o Reino de Espanha.

Figura 13 – Orientações Estratégicas 2011 (in RASI 2010)

## RASI

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 2012

Promoção de medidas que propiciem uma maior articulação e coordenação, no terreno entre as Forças e Serviços de Segurança.

Combater os crimes de prioridade elevada através de uma estratégia de curto prazo para o combate à criminalidade violenta e grave.

Incremento da presença e da visibilidade das Forças de Segurança numa base permanente, mediante afetação de RH ao desempenho de valências operacionais e de policiamento de proximidade, em zonas identificadas como de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais.

Constituição e reforço das Equipas Mistas.

Alargamento do Programa «Campo Seguro», especialmente destinado a combater e prevenir o furto de metais e equipamentos agrícolas nas



zonas rurais.

Previdenciar a partilha de informações operacionais entre as FSS via Plataforma de Intercambio de Informação Criminal (PIIC).

Manter esforço de Cooperação com os Países da EU, da CPLP e com o Reino de Espanha, mediante reavaliação da rede de Oficiais de Ligação do MAI.

Manutenção e melhor operacionalização dos programas de policiamento de proximidade.

Reorganização dos dispositivos territoriais das Forças de Segurança, reforçando o policiamento público de proximidade e de visibilidade.

Aumento da eficácia policial eliminando redundâncias e duplicações mediante introdução de alterações nas estruturas orgânicas das FSS.

Desenvolvimento de plataforma tecnológica visando análise e integração de dados sociocriminais, mediante disponibilização de informação geográfica (nível central e regional) em contexto de gestão de risco.

Garantia de participação nacional no domínio da responsabilidade de monitorização dos fluxos fronteiriços, enquanto fronteira externa da UE e no quadro do Acordo Shengen.

Implementação de Plano de melhoria de instalações das Forças de Segurança em parceria com os Municípios Portugueses.

Promover abordagem preventiva com vista à implementação ativa de um papel de mediação social nas «zonas urbanas sensíveis».

Reforço e Requalificação do Efetivo Policial das Forças de Segurança, compensando o número de abates no efetivo militar.

Figura 14 – Orientações Estratégicas 2012 (in RASI 2011)

### Orientações específicas

Num contexto de crise internacional e num quadro pós profunda reestruturação organizacional, de racionalização de estruturas e de contenção de despesas, procurou-se fazer mais e melhor sem aumentar as afetações de recursos, especialmente humanos, pelo que o grande desafio foi assegurar a normalidade do processo de mudança, garantindo a manutenção dos níveis qualitativos e quantitativos do produto operacional.

Saliente-se que no âmbito dos trabalhos preparatórios do Orçamento de Estado para 2012, foi atribuído à Guarda o Plafond (F111) indicativo de € 716.583.804,00 (funcionamento), € 34.500.000,00 (dotação específica – Serviço de Assistência na Doença) e € 117.543.960,00 (dotação específica – Pensões de pré-aposentação), perfazendo um total de € 868.627.764,00, o que obrigou à redefinição e ajustes de algumas atividades, com a supressão de alguns projetos que passaram dessa forma a figurar no Plano de Atividades como projetos de intenções a desenvolver mediante o necessário desbloqueio de meios financeiros que em parte dos casos não viria a acontecer.

Nesse sentido, a proposta de orçamento de funcionamento da Guarda para 2012, que suporta o Plano de Atividades de 2012, totaliza € 921.067.115,00 dos quais € 868.627.764,00 com origem na Fonte de Financiamento 111 - Esforço Financeiro Nacional (OE) – Receitas Gerais não afetas a Projetos Comunitários, € 44.922.376,00 com origem na Fonte de Financiamento 123 - Esforço Financeiro Nacional (OE) – Auto Financiamento – Receitas com Transição de Saldos, e, por fim, € 7.516.975,00 provenientes da Fonte de Financiamento 129 - Receita Própria (RP) - Transferências de RP entre organismos.

Neste contexto, a melhoria do nível qualitativo da cadeia de valor da Instituição, exigiu a assumpção permanente de novos modelos e processos de gestão, bem como uma redefinição permanente de prioridades e objetivos, bem identificados, mensuráveis e inteiramente assumidos por todos quantos tinham responsabilidades na sua concretização.

A monitorização da evolução da sociedade e dos problemas emergentes, em matéria de segurança, obrigou à contínua redefinição de objetivos e metas, com o consequente ajustamento de estratégias e de procedimentos.

Paralelamente, foi estimulado o permanente envolvimento dos diferentes escalões de comando e da generalidade dos servidores da Instituição, que constituem o seu mais valioso recurso, na procura de soluções para os novos problemas identificados.

## 7. Objetivos Estratégicos

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2012, importa salientar estes foram definidos em sede do Quadro de Avaliação e Responsabilização, tendo por referência a Visão e os Vetores Estratégicos citados, coerentes com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas presentes no Relatório Anual de Segurança Interna. Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de continuidade com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Para a prossecução da missão, considerou-se determinante estabelecer as orientações estratégicas que deram corpo à definição dos objetivos. Deste modo, aquando da sua definição, foram estabelecidas quatro grandes linhas estruturantes de orientação:



- **Alinhar objetivos e acrescentar valor - align & add value:**

Garantir que o que se faz e como se faz, é relevante para os utentes e tem impactos, evidenciáveis, nas respetivas variáveis da atividade da Guarda.

- **Maximizar a eficiência - low cost/high value:**

Reduzir custos e maximizar o contributo para o valor criado.

- **Construir a reputação - build a reputation:**

Tornar-se uma referência, com reconhecimento externo.

- **Construir o futuro - build a future:**

Expandir o mercado relevante, estruturando a oferta de serviços e tornando-se excelente na execução.

Esta abordagem de derivação, permitiu redefinir os sete grandes Objetivos Estratégicos, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando o histórico de objetivos definidos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização anteriores (2008-2011), que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da Guarda nos próximos anos, uma vez que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo (entre 3 a 5 anos):

**OE1.** Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;

**OE2.** Reforçar o policiamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;

**OE3.** Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas antissociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;

**OE4.** Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

**OE5.** Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;

**OE6.** Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

**OE7.** Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.

## 8. Objetivos Operacionais

Os objetivos de curto prazo, cujos resultados de execução e performance são avaliados ao nível do presente Relatório de Atividades, têm um horizonte temporal limitado a um ano económico, embora com significativas repercussões na concretização dos objetivos de médio/longo prazo.

A concretização de algumas metas e objetivos traçados para 2010 foi condicionada pela premência de outros objetivos, igualmente relevantes e, nalguns casos, fundamentais para o futuro e para o funcionamento da Guarda, destacando-se o esforço despendido na consolidação da implementação das reformas preconizadas na nova Lei Orgânica e pela implementação do novo Estatuto dos Militares da Guarda e respetivo Sistema retributivo, ambos aprovados por Decreto-Lei em 2009.

Para o ano de 2011 foram definidos os seguintes objetivos Operacionais, os quais concretizam as orientações estratégicas acima definidas, de acordo com as dimensões de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade:



Dimensão Eficácia

**OOp1. Aumentar o efetivo global afeto à componente operacional**

**Ind. 1.** (Nº de militares afetos, em média, à componente operacional no ano n / Nº de militares afetos, em média, à componente operacional no ano n-1)

**OOp2. Aumentar as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis e à investigação de crimes em acidentes de viação**

**Ind. 1.** Nº de núcleos e de equipas com elementos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE)

**Ind. 2.** Nº de militares a formar com o Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (CIAVE)

**Ind. 3.** Nº de Núcleos de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação (NICAV)

**OOp3. Aumentar as estruturas de Investigação Criminal no dispositivo territorial**

**Ind. 1.** Nº de Subsecções de Criminalística com valências de Núcleos Técnico-Periciais (NTP) e Núcleos de Apoio Técnico (NAT)

**Ind. 2.** Nº de Núcleos de Análise de Informação Criminal (NAIC)

**Ind. 3.** Nº de Secções e Áreas Laboratoriais

**OOp4. Reforçar a participação da Guarda no âmbito da Cooperação Policial Europeia**

**Ind. 1.** (Nº de ações asseguradas / Nº de ações solicitadas pela Agência FRONTEX) \* 100

**Ind. 2.** Ações operacionais de controlo transfronteiriço de âmbito ambiental com a Guarda Civil

Dimensão Eficiência

**OOp5. Intensificar as ações da Guarda no âmbito da segurança rodoviária, do controlo da posse ilegal de armas e da proteção da natureza e do ambiente**

**Ind. 1.** Nº de condutores controlados no âmbito do controlo da velocidade

**Ind. 2.** Nº de condutores controlados no âmbito do controlo do álcool

**Ind. 3.** Nº de ações de prevenção direcionadas para a deteção e apreensão de armas

**Ind. 4.** Nº de operações no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)

**Ind. 5.** Nº de ações de sensibilização efetuadas no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)

**OOp6. Otimizar as estratégias de intervenção e prevenção policiais nas zonas de risco Sócio-Criminal**

**Ind. 1.** Nº total de patrulhas efetuadas nas diversas valências operacionais da Guarda

**Ind. 2.** Nº de cartas de risco e planos de contingência elaborados para bairros críticos

**Ind. 3.** Nº de patrulhas efetuadas a bairros críticos

**OOp7. Intensificar o nível de operabilidade do Sistema Integrado de Informações de Polícia (SIOP) nos Comandos Territoriais onde exista conectividade ao sistema**

**Ind. 1.** (Nº de postos a operar com o SIOP no ano n / Nº de postos conectados ao SIOP no ano n)



Dimensão Qualidade

**OOp8. Qualificar a resposta em matéria de segurança da Comunidade Escolar**

**Ind. 1.** N.º de dispositivos de formação elaborados para Núcleos Escola Segura

**Ind. 2.** N.º de ações de sensibilização no âmbito da Comunidade Escolar

**OOp9. Qualificar a ação policial dos militares nas áreas críticas de intervenção**

**Ind. 1.** N.º Militares Formados CTer /N.º Militares Cter \* 100

**OOp10. Assegurar a disponibilidade e qualificar os Sistemas Tecnológicos da Guarda, visando melhorar a interação com o cidadão e os militares da Guarda**

**Ind. 1.** N.º total de horas de disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração / N.º total horas ano

**Ind. 2.** N.º total de horas de disponibilidade dos centros de comunicações / N.º total horas ano

**Ind. 3.** N.º de Unidades da Guarda com mais de 50% de utilizadores dos sistemas tecnológicos formados

**Ind. 4.** N.º total de equipamentos terminais migrados para as redes de utilização coletiva /N.º total de equipamentos terminais

**OOp11. Identificar Boas Práticas no âmbito das missões da Guarda e promoção da sua difusão pelo dispositivo**

**Ind. 1.** N.º de Boas Práticas identificadas

**Ind. 2.** N.º de Boas Práticas difundidas





LVI 23  
LX-71-EST

GNR

Unidade Controlada



# II

## AUTO-AVALIAÇÃO

- II.A. Análise de resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR
- II.B. Actividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano, e resultados alcançados
- II.C. Afectação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.
- II.D. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho



## II.A. Análise de resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR

### 1. Quadro de Avaliação e Responsabilização

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho (AD) de cada serviço assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos fixados anualmente (objetivos operacionais), os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço.

Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas<sup>9</sup>.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização da Guarda para 2012 (QUAR 2012) foi aprovado por despacho de 5 de março de 2012 de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, reportando o seu início a 1 de janeiro de 2012, após ter sido analisado e obtido parecer favorável da Direção-Geral da Administração Interna (DGAI), cuja validação foi realizada segundo os parâmetros indicados no quadro seguinte:

<i>Os objetivos estratégicos estão alinhados com as políticas públicas</i>	<i>Existe adequação dos objetivos operacionais na prossecução dos objetivos estratégicos</i>	<i>Há equilíbrio nas ponderações dos parâmetros, qualidade, eficácia e eficiência, face à missão do organismo</i>	<i>Os indicadores de desempenho estão adequados aos objetivos que se pretendem medir (qualidade, eficácia e eficiência)</i>	<i>O grau de ambição e credibilidade das metas, face ao histórico do serviço é positivo</i>	<i>As fontes de verificação dos indicadores estão descritas</i>
--	--	---	---	---	---

Figura 15 – Grelha de Validação do QUAR GNR 2012

No decurso do ano 2012, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente Capítulo encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho.

Nesse sentido, apresentados os Objetivos Operacionais definidos no QUAR 2012 no Capítulo anterior, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da sua execução, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da Guarda.

#### Dimensão Eficácia

**OOp 1 – Aumentar as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis e a capacidade de resposta da Investigação Criminal:**

**1º Indicador** – N.º de núcleos e de equipas com elementos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE):

Em 31 de dezembro de 2011, ao longo do dispositivo da Guarda, existiam 282 Núcleos e Equipas com valência IAVE (ou seja, com, pelo menos, um militar com Curso NMUME). À data de 31 de dezembro de 2012 existiam 294 Núcleos e Equipas com valência IAVE, refletindo a criação, no corrente ano, de 12 novos núcleos e equipas, através da formação de 52 militares que reforçaram ou implementaram novas estruturas, o que, e de acordo com valor proposto para 2012, situado nas 287 Núcleos e Equipas, significa que a meta fixada se encontra superada. O indicador apresenta uma taxa de execução de 102,44%, correspondendo a um diferencial positivo de 7 estruturas face à meta fixada para 2012.

**2º Indicador** – N.º de Subsecções de Criminalística dos CTER:

A prossecução deste indicador implicava a readaptação funcional das infraestruturas existentes para o efeito, o apetrechamento de equipamentos específicos e a respetiva formação dos recursos humanos a afetar a estas estruturas. No decurso do ano e apesar dos

<sup>9</sup> Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro



constrangimentos orçamentais que se arrastam há vários anos e que no ano 2011 determinou a sua não concretização, foi possível no ano em apreço, garantir a criação de três estruturas de Criminalística com valências de Núcleos Técnico-Periciais (NTP) e Núcleos de Apoio Técnico (NAT). Para o efeito, foi necessário proceder à reorganização de procedimentos e processos de funcionamento de acordo com o Manual de Qualidade de IC-Criminalística, bem como a reafecção dos equipamentos técnico-periciais e materiais de criminalística, colmatando as carências com uma rigorosa seleção dos equipamentos específicos a adquirir.

Em paralelo, a celebração do contrato de manutenção das Estações AFIS (*Automated Fingerprint Identification System*), permitiu operacionalizar o funcionamento das três Subsecções de Criminalística entretanto criadas (CTer Aveiro, CTer Braga e CTer Castelo Branco).

De igual forma, à semelhança do que havia acontecido no ano transato, foi possível realizar, nas áreas vitais de IC-Criminalística, o conjunto de ações de formação de peritos previstas, permitindo assim garantir as condições mínimas de funcionamento das Subsecções de Criminalística dos citados Comandos Territoriais.

A meta estabelecida para 2012 fixada na criação de três Subsecções de Criminalística ao nível dos CTer encontra-se atingida, apresentando uma taxa de execução de 100% relativamente à meta. Importa salientar que tratando-se de um indicador que se resume à criação de estruturas extremamente complexas, cuja implementação é resultado de um conjunto diversificado de ações também elas complexas e onerosas, não é possível aplicar ao presente indicador um critério de superação, classificando-o, por esse motivo, apenas como atingido.

**Graduação do OOp 1** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 1 do QUAR 2012, apresenta uma taxa de realização de 101,46%, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**OOp 2 – Reforçar a participação da Guarda no âmbito da cooperação policial europeia:**

**3º Indicador** – (Nº de ações asseguradas / Nº de ações solicitadas pela Agência FRONTEX) \* 100:

A participação da GNR, em 2012, nas ações levadas a cabo sob a égide da Agência Europeia FRONTEX, foi superior à meta proposta, atingindo-se uma taxa de realização de 93,75 %, o que representa uma superação de 4,17 % face ao limite superior da meta estabelecida para o ano em análise.

Importa, contudo, ter presente que em 2013 o espectro de crise financeira e as medidas de restrição orçamental adotadas pelo Governo de Portugal, poderão, à semelhança do que aconteceu em 2012, inibir a participação da Guarda na totalidade das ações solicitadas pela Agência Frontex, estando a sua execução condicionada pela sua sensibilidade a questões conjunturais de ordem financeira.

**4º Indicador** – N.º Ações operacionais de controlo transfronteiriço com a Guarda Civil de Espanha (âmbito ambiental):

A meta estabelecida para 2012 foi fixada em 3 ações operacionais de controlo transfronteiriço com a Guarda Civil de Espanha incidindo sobre a proteção da natureza e ambiente. As ações foram conduzidas pela Direção de Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da GNR e pelo SEPRONA da Guardia Civil Espanhola.

No final de 2012, foram assim desenvolvidas 3 ações operacionais, o que representa uma execução de 100% face à meta estabelecida.

Importa salientar que tratando-se de um indicador que se resume desenvolvimento de operações extremamente complexas, dependentes da estreita coordenação entre a Guarda e a *Guardia Civil*, não é possível aplicar ao presente indicador um critério de superação, classificando-o, por esse motivo, apenas como atingido.

**Graduação do OOp 2** – em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 2 apresenta uma taxa de realização de 103,34%, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Avaliação parâmetro Eficácia** – em resultado da conjugação dos dois objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Eficácia, a Guarda apresenta uma taxa de realização de 102,59%.



Objectivos Operacionais	Meta 2013	Concretização			Desvio
		Resultado Final	Classificação		
			Superou	Atingiu	
<b>EFICÁCIA</b>	<b>Ponderação de 30%</b>				<b>102,59%</b>
<b>Objectivo Operacional n.º 1</b>	Ponderação de 40%				<b>101,46%</b>
Aumentar as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis e a capacidade de resposta da Investigação Criminal	Ind 1 Nº de Núcleos e de Equipas com elementos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE)	287	294	●	102,44%
	Peso 60%				
	Ind 2 N.º de Subsecções de Criminalística dos CTER	3	3	●	100,00%
	Peso 40%				
<b>Objectivo Operacional n.º 2</b>	Ponderação de 60%				<b>103,34%</b>
Reforçar a participação da Guarda no âmbito da cooperação policial europeia	Ind 3 (Nº de acções asseguradas/ Nº de acções solicitadas pela Agência FRONTEX) * 100	85 - 90%	93,75%	●	104,17%
	Peso 80%				
	Ind 4 N.º Acções operacionais de controlo transfronteiriço com a Guarda Civil de Espanha (âmbito ambiental)	3	3	●	100,00%
	Peso 20%				

Figura 16 – Dimensão Eficácia – OOp 1 e 2 QUAR GNR 2012

### Dimensão Eficiência

**OOp 3** – Intensificar as ações da Guarda no âmbito da Segurança Rodoviária, do controlo da posse ilegal de armas e da proteção da natureza e do ambiente:

**5º Indicador** – Nº de condutores controlados no âmbito do controlo da velocidade:

A meta estabelecida para 2012 está compreendida entre o intervalo de 9.015.000 a 9.500.000 condutores controlados. No final de 2012, foram controlados 10.005.227 condutores no âmbito do controlo da velocidade, o que representa uma execução de 105,32% face à meta estabelecida.

**6º Indicador** – Nº de condutores controlados no âmbito do controlo do álcool:

A meta estabelecida para 2012 está compreendida entre o intervalo de 551.350 a 600.000 condutores controlados no âmbito do controlo do álcool. No final de 2012, foram controlados 1.033.870 condutores no âmbito do controlo do álcool, o que representa uma execução de 172,31% face à meta estabelecida. O acréscimo de controlos realizados justifica-se pela crescente preocupação em controlar comportamentos de risco associados à ingestão de álcool e condução sobre o seu efeito, naquela que é uma das principais causas de acidentes nas estradas nacionais.

**7º Indicador** – N.º de ações de prevenção direcionadas para a deteção e apreensão de armas:

A Guarda propôs-se fazer, no ano em análise, entre 1.115 a 1.300 ações de prevenção neste domínio concreto. No final de 2012, haviam sido desenvolvidas 2.088 ações de prevenção, o que representa uma execução de 160,62% face à meta estabelecida. O acréscimo de ações justifica-se pela crescente preocupação em controlar o fenómeno da posse de armas ilegais, o qual está associado ao aumento de criminalidade violenta e grave, correspondendo também a indicações nesse sentido por parte da Tutela.

**8º Indicador** – Nº de operações efetuadas no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA):

A meta para 2012 foi fixada no intervalo de 2.068 a 2.267 Operações SEPNA, tendo sido realizadas 2.082, o que representa uma execução de 100% face à meta estabelecida.

**9º Indicador** – Nº de ações de sensibilização efetuadas no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA):

O objetivo anual foi fixado no intervalo de 606 a 695 ações. No final de 2012, haviam sido desenvolvidas 632 ações, o que perfaz uma execução de 100% face à meta estabelecida.



**Gradação do OOp 3** – em resultado da conjugação dos cinco indicadores, o Objetivo Operacional 3 do QUAR 2011, apresenta uma taxa de realização de **127,33 %**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Objetivo 4** – Otimizar as estratégias de intervenção e prevenção policiais nas zonas de risco sócio-criminal:

**10º Indicador** – N.º total de patrulhas efetuadas nas diversas valências operacionais da Guarda:

A meta para 2012 foi fixada no intervalo compreendido entre 1.060.000 e 1.120.000 patrulhas. No final de 2012, haviam sido desenvolvidas 1.112.282, o que corresponde a uma execução de 100% face à meta estabelecida.

**11º Indicador** – N.º de patrulhas efetuadas a bairros críticos:

A meta para 2012 foi fixada no intervalo compreendido entre 6.490 e 8.590 patrulhas efetuadas em bairros críticos. No final de 2011, haviam sido desenvolvidas 12.289, o que corresponde a uma execução de 143,06% face à meta estabelecida. O acréscimo de ações justifica-se pela crescente preocupação em controlar os fenómenos associados ao aumento de criminalidade violenta e grave, correspondendo também a indicações nesse sentido por parte da Tutela.

**Gradação do OOp 4** – em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 4 do QUAR 2012, apresenta uma taxa de realização de **121,53 %**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

Objetivos Operacionais	Meta 2013	Resultado Final	Concretização			Desvio
			Superou	Atingiu	Não atingiu	
<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>Ponderação de 40%</b>					<b>↑ 124,43%</b>
<b>Objetivo Operacional n.º 3</b>	<b>Ponderação de 50%</b>					<b>↑ 127,33%</b>
Intensificar as ações da Guarda no âmbito da Segurança Rodoviária, do controlo da posse ilegal de armas e da protecção da natureza e do ambiente	Ind 5	Nº de condutores controlados no âmbito do controlo da velocidade	9.015.000 - 9.500.000	10.005.227	●	↑ 105,32%
	Peso	25%				
	Ind 6	Nº de condutores controlados no âmbito do controlo do álcool	551.350 - 600.000	1.033.870	●	↑ 172,31%
	Peso	15%				
	Ind 7	Nº de ações de prevenção direccionadas para a detecção e apreensão de armas	1.115 - 1.300	2.088	●	↑ 160,62%
	Peso	25%				
Ind 8	Nº de operações efectuadas no âmbito do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)	2.068 - 2.267	2.082	●	↑ 100,00%	
						Peso
Ind 9	Nº de ações de sensibilização efectuadas no âmbito do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)	606 - 695	632	●	↑ 100,00%	
						Peso
<b>Objetivo Operacional n.º 4</b>	<b>Ponderação de 50%</b>					<b>↑ 121,53%</b>
Optimizar as estratégias de intervenção e prevenção policiais nas zonas de risco sócio-criminal	Ind 10	Nº total de patrulhas efectuadas nas diversas valências operacionais da Guarda	1.060.000 - 1.120.000	1.112.282	●	↑ 100,00%
	Peso	50%				
	Ind 11	Nº de patrulhas efectuadas a bairros críticos	6.490-8.590	12.289	●	↑ 143,06%
Peso	50%					

Figura 17 – Dimensão Eficiência - OOp 3 e 4 QUAR GNR 2012

**Avaliação parâmetro Eficiência** – em resultado da conjugação dos dois objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Eficiência, a Guarda apresenta uma taxa de realização de **124,43%**.

### Dimensão Qualidade

**Objetivo 5** – Promover a formação dos colaboradores e qualificar a ação policial dos militares nas áreas críticas de intervenção e em matéria de segurança da comunidade escolar:

**12º Indicador** – % de colaboradores abrangidos por ações de formação no período 2011-2013 (valor acumulado):



Decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, publicada na 1.ª série Diário da República em 17 de novembro de 2010, a Guarda foi obrigada a integrar no seu QUAR um objetivo e respetivo indicador, que visasse a formação de 100% dos colaboradores entre 2011 e 2013. Para o efeito, atendendo às especificidades inerentes à própria organização e funcionamento da Guarda Nacional Republicana associado às restrições orçamentais impostas, foi negociado com a DGAI a criação de um indicador que igualmente fosse ao encontro do regime preconizado na referida disposição legal.

Nesse sentido, foi opção eleger como universo prioritário os militares em funções nos comandos territoriais (cerca de 2/3 do efetivo global), bem como aqueles que desempenham funções nas restantes unidades operacionais (Unidades de Especializadas, Honoríficas, de Intervenção e de Reserva).

Até 31 de dezembro de 2012 receberam formação 18.358 militares, o que representa uma percentagem de 76,80% face ao efetivo militar global (a 31 de dezembro de 2012 existiam 23.189 militares), significando que, face ao universo assumido como prioritário, as ações de formação já abrangeram entre 2011 e 2012 cerca de 92% do efetivo dos CTer e restantes unidades operacionais. Em resultado, face à meta estabelecida para o ano 2012 cifrada em 75% daquele universo, o indicador regista uma execução de 102,39%

**13º Indicador** – N.º Número de dispositivos de formação elaborados:

A Guarda, no QUAR de 2012, assumiu o compromisso de elaborar 2 Dispositivos de Formação, a cargo do Comando de Doutrina e Formação (CDF).

No ano em análise foram concebidos 4 dispositivos de formação, significando uma execução de 200% face à meta fixada para o objetivo. Os dispositivos de formação criados são apresentados em seguida:

- Programa de Formação e Treino em Segurança da Aviação Civil para a GNR;
- Dossier pedagógico do Curso de Formação de Segurança da Aviação Civil / Nível 1 - Elemento de Segurança;
- Referencial de Formação para o Programa Interlocutor Local de Segurança;
- Manual de Apoio ao Formador do Programa Interlocutor Local de Segurança.

**Graduação do OOp 5** – em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 5 do QUAR 2012, apresenta uma taxa de realização de 160,96 %, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Objetivo 6** – Assegurar a disponibilidade e qualificar os Sistemas Tecnológicos da Guarda:

**14º Indicador** <sup>10</sup> – N.º total de horas de disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração / N.º total horas ano:

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida no intervalo compreendido entre 90-95%.

No final de 2012, havia sido atingida uma disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração, cuja medida assenta na relação número de horas/ano, de 99,23%, o que corresponde a uma execução de 104,46% face à meta estabelecida.

Importa, contudo, ter presente que para a execução deste indicador em 2013, deve ser acautelados eventuais períodos de indisponibilidade em consequência das atualizações que serão realizadas no decurso do ano, com as migrações a efetuar para a rede RNSI e ainda a extensão da rede SIIOP, fatores que poderão vir a condicionar o regular funcionamento dos sistemas tecnológicos que apoiam toda a estrutura operacional da Guarda.

**15º Indicador** – N.º total de horas de disponibilidade dos centros de comunicações / N.º total horas ano:

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida no intervalo compreendido entre 90-95%.

No final de 2012, havia sido atingida uma disponibilidade dos centros de comunicações, cuja medida assenta na relação número de horas/ano, de 99,45%, o que corresponde a uma execução de 104,68% face à meta estabelecida.

<sup>10</sup> Fonte: CO/DCSI



Graduação do OOp 6 – em resultado da conjugação dos três indicadores, o Objetivo Operacional 6 do QUAR 2012, apresenta uma taxa de realização de 104,68%, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

Objetivos Operacionais	Meta 2013	Resultado Final	Concretização			Desvio
			Classificação			
			Superou	Atingiu	Não atingiu	
<b>QUALIDADE</b>	<b>Ponderação de 30%</b>					↓ 132,76%
<b>Objetivo Operacional n.º 5</b>	<b>Ponderação de 50%</b>					↓ 160,96%
Promover a formação dos colaboradores e qualificar a acção policial dos militares nas áreas críticas de intervenção e em matéria de segurança da comunidade escolar	Ind 12 % de colaboradores abrangidos por acções de formação no período 2011-2013 (valor acumulado)	75%	76,80%	●		↑ 102,39%
	Peso 40%					
Ind 13 N.º Número de dispositivos de formação elaborados		2	4	●		↑ 200,00%
	Peso 60%					
<b>Objetivo Operacional n.º 6</b>	<b>Ponderação de 50%</b>					↓ 104,57%
Assegurar a disponibilidade e qualificar os Sistemas Tecnológicos da Guarda	Ind 14 (N.º total de horas de disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração / N.º total horas ano)	90% - 95%	99,23%	●		↑ 104,46%
	Peso 50%					
Ind 15 (N.º total de horas de disponibilidade dos centros de comunicações / N.º total horas ano)		90% - 95%	99,45%	●		↑ 104,68%
	Peso 50%					

Figura 18 – Dimensão Eficiência - OOp 5 e 6 QUAR GNR 2012

Avaliação parâmetro Qualidade – em resultado da conjugação dos dois objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Qualidade, a Guarda apresenta uma taxa de realização de 132,76%.

### Avaliação Final do QUAR

Dos 6 objetivos operacionais constantes do QUAR/GNR 2012, verifica-se que, apesar dos fatores condicionantes referidos, todos eles apresentam taxas de realização elevadas, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da Guarda, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico que agora encerra.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2012.

Parâmetro	Ponderação	Taxa de realização	Graduação do Parâmetro	Avaliação Final
Eficácia	30%	102,59%	Superou	120,38%
Eficiência	40%	124,43%	Superou	BOM
Qualidade	30%	132,76%	Superou	

Figura 19 – Avaliação Final QUAR GNR 2012

A análise ao quadro permite verificar a concretização dos objetivos operacionais das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado.

A avaliação final do organismo é, necessariamente, muito positiva, uma vez que apesar dos diversos constrangimentos que foram surgindo, apresenta uma taxa de execução global se situar em 120,38%.

Considerando este desempenho e tendo a Guarda vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, num ano particularmente difícil, sujeito a severas restrições orçamentais, justifica-se plenamente a Classificação de BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.



## Fontes de verificação do QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2012 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR. Por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Atividades os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se contudo o órgão responsável e a fonte de verificação associada.

Listagem das Fontes de verificação		
OOp 1	Ind 1	CO/DIC - Dispositivo de Investigação Criminal
	Ind 2	CO/DIC - Dispositivo de Investigação Criminal
OOp 2	Ind 3	CO/DO - Mapa das ações realizadas no âmbito da FRONTEX
	Ind 4	CO/DSEPNA - Mapa das ações realizadas no âmbito Transfronteiriço
OOp 3	Ind 5	CO/DO - Mapa estatístico de fiscalização rodoviária
	Ind 6	CO/DO - Mapa estatístico de fiscalização rodoviária
	Ind 7	CO/DO - Mapa de registo de ações de prevenção no âmbito da deteção e apreensão de armas
	Ind 8	CO/DSEPNA - Mapa estatístico da atividade do SEPNA
	Ind 9	CO/DSEPNA - Mapa estatístico da atividade do SEPNA
OOp 4	Ind 10	CO/DO - SITREP
	Ind 11	CO/DO - Mapa de registo do patrulhamento efetuado a bairros críticos
OOp 5	Ind 12	CDF/DD- Relatório Anual de formação
	Ind 13	CDF/DF - Relatório Anual de formação
OOp 6	Ind 14	CO/DCSI - Relatório SI
	Ind 15	CO/DCSI - Relatório TMS

Figura 20 – Listagem das Fontes de verificação QUAR GNR 2012

## 2. Apreciação dos serviços prestados

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus *stakeholders*.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação de satisfação dos utilizadores, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, indicando-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra força de segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas forças de segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.



De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de *stakeholders* internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos que certamente lhe estão associados e que por, força das apertadas restrições orçamentais ao nível da despesa do Estado, a Guarda não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu *core business*.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da DGAI em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros onde necessariamente se incluem as Forças e Serviços de Segurança, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos *stakeholders* comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e *workshops* realizados subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos serviços prestados pelas Forças e Serviços de Segurança», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos *stakeholders*.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da Guarda decidiu, no âmbito do presente Relatório de Atividades não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos *stakeholders*, dos serviços prestados pela Instituição.

### 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao sistema nacional de controlo interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei<sup>11</sup>.



Figura 21 – Sistema de Controlo da AP12 (Fonte: Manual POCP)

11 Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98 de 25 de junho.

12 A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.



O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças, compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da Guarda é assegurado pela Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Também à Direção de Recursos Financeiros através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna competem determinadas atribuições de auditoria e controlo interno no âmbito administração financeira da Guarda, embora sob a cúpula do Comando de Administração de Recursos Internos (CARI) que por sua vez assegura o comando e direção da atividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo e de Auditoria Interna cumpre, entre outras atribuições, nomeadamente promover a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externa, colaborar ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das unidades da Guarda.

A Lei Orgânica da GNR, estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela Guarda no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos órgãos de conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da Guarda, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do ambiente de Ambiente de Controlo, Estrutura organizacional, Atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos sistemas de informação. Por motivo de dimensão o formulário que caracteriza o anexo 2 da Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, é tratado no Anexo V.1. - Avaliação do Sistema de Controlo Interno.

### Ambiente de Controlo

#### Valorização de valores éticos e de conduta

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a Guarda, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.

Consciente desta realidade diferenciadora, a Guarda aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na Visão.

A condição militar é significado de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.



**Controlos financeiros efetivos**

Em 2012 e à semelhança do ano anterior, a Guarda foi submetida à realização de um controlo financeiro por entidade externa, cuja auditoria foi desenvolvida pela Inspeção-geral de Finanças (IGF), incidindo especialmente na área de remunerações dos recursos humanos e análise da execução orçamental.

Foram ainda desenvolvidas auditorias e controlos financeiros por órgãos internos da Guarda, designadamente a IG e a DRF/DCAI.

Foram realizadas diversos controlos internos a serviços e áreas de atividade desenvolvidas pela Guarda, nomeadamente relacionadas com atividades de gestão de recursos financeiros, materiais e humanos, as quais seguidamente se identificam:

Entidade	Ações desenvolvidas
DRF/DCAI	Unidade de Controlo Costeiro
DRF/DCAI	Unidade de Segurança e Honras de Estado
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Viseu
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Setúbal
DRF/DRL/DRH	Unidade de Intervenção
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Bragança
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Leiria
DRF/DRL/DRH	Unidade de Controlo Costeiro
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Faro

Figura 22 – Controlos internos efetivos

**Incentivo ao desenvolvimento de boas práticas**

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da Administração Pública, a Guarda promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes Unidades, Órgãos e Serviços.

Durante o ano de 2011 e 2012 foi efetuado um benchmarking de boas práticas pedagógicas com o objetivo de introduzir melhorias contínuas na política de formação em vigor.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da Guarda. Sempre que possível, estes conteúdos eram divulgados ao nível da página eletrónica da Guarda e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda promoveu em 2012 um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda apresentou diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais, dos quais merecem particular destaque os seguintes:





## Boas Práticas | Candidaturas a prémios nacionais e internacionais

**Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade (European Crime Prevention Award - ECPA)**

European Crime Prevention Network (EUCPN)

**Projeto «Operação Azeitona Segura»**

Na sequência da candidatura apresentada pela Guarda Nacional Republicana ao Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade (European Crime Prevention Award - ECPA), o Projeto «Operação Azeitona Segura» foi selecionado para representar Portugal na Conferência de Boas Práticas da Rede Europeia, que decorreu nos dias 4 e 5 de dezembro, no Chipre.

Após a apresentação do projeto, realçados os seus objetivos, a sua estrutura e os resultados obtidos com a sua aplicação, foram exteriorizados rasgados elogios pelos parceiros da EUCPN presentes naquele relevante fórum internacional.



Esta participação no evento prestigiou Portugal, perante os seus parceiros na EUCPN, e a Guarda Nacional Republicana, perante as forças de segurança presentes, demonstrando que no nosso país existem projetos de grande qualidade e com excelentes resultados na prevenção da criminalidade.

Acresce referir que, o projeto «Operação Azeitona Segura» da Guarda Nacional Republicana, já havia sido premiado em 2009, vencendo a 8.ª edição do Prémio de Boas Práticas no Setor Público. Nomeado para três categorias («Cooperação», «Serviço ao Cidadão» e «Administração Central Direta e Administração Regional»), o Projeto «Operação Azeitona Segura» arrecadou o prémio sendo o vencedor da categoria «Cooperação».

O prémio visou reconhecer publicamente todos os que assumem o papel de «Servidores do Estado», trabalhando com tenacidade em prol do cidadão e constitui uma aposta no desenvolvimento, na Administração Pública, das áreas da cooperação entre diferentes Serviços e Instituições, numa lógica de integração e partilha, da maximização do potencial humano e da medição do desempenho, consideradas estratégicas para a melhoria dos serviços prestados às populações. Este Prémio constitui uma iniciativa até então anual da Deloitte (a partir de 2010 devolver-se-á numa base bianual), desenvolvida com a colaboração especial do Diário Económico, do Instituto Nacional da Administração Pública (INA) e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

**Prémio Europa Nostra (Europa Nostra Awards 2013)**

Projeto «SOS Azulejo» (participação conjunta com a Polícia Judiciária)



No âmbito do programa “SOS Azulejo”, que resulta de um protocolo formalizado com a Escola da Polícia Judiciária, a GNR realiza um conjunto de ações no domínio da proteção do património azulejar, através de ações de sensibilização/informação e contactos diretos, contribuindo para o esclarecimento de proprietários e outras entidades, das medidas de segurança, ativas e passivas, que devem ser aplicadas para evitar a delapidação, sobretudo por furto, mas também por vandalismo e incúria, do património azulejar.”

A Guarda, em participação conjunta com a Polícia Judiciária, submeteram a candidatura do Projeto «SOS Azulejo» ao prémio europeu «Prémio Europa Nostra (Europa Nostra Awards 2013)». A candidatura apresentada foi recentemente premiada na categoria de «Educação, formação e sensibilização», selecionada de entre 200 candidaturas nomeadas, podendo ainda vir a ser galardoada com um dos seis prémios principais, numa cerimónia oficial que decorrerá em Atenas, na Grécia em 16 de junho, com a presença da comissária europeia para a Educação e Cultura, Androulla Vassiliou.

**Prémios do Ano Europeu de 2012:** Homenageando as melhores iniciativas de promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações



«Projeto Gerações de Mãos Dadas»

O Prémio do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações visa homenagear as organizações e indivíduos que promovem o envelhecimento ativo e a solidariedade entre gerações, através das suas atividades. A Guarda participou neste prémio na Categoria «construção de ambientes favoráveis aos idosos» apresentando o «Projeto Gerações de Mãos Dadas»



Boas Práticas | Candidaturas a prémios nacionais e internacionais



**Prémio Manuel António da Mota**

«Projeto Gerações de Mãos Dadas»

A GNR recebeu, no dia 16 de dezembro de 2012, no Palácio da Bolsa no Porto, uma menção honrosa e um prémio pecuniário no valor de 5 000 euros, atribuídos pela Fundação Manuel António da Mota pelo Projeto “Gerações de mãos dadas” da GNR de Reguengos de Monsaraz. O evento contou com a presença de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

O Prémio Manuel António da Mota, uma iniciativa da Fundação Manuel António da Mota, reconheceu em 2012 as entidades que se destacaram no âmbito do “Ano do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações”, encontrando-se a GNR entre os dez finalistas.

O Projeto “Gerações de mãos dadas” da GNR de Reguengos de Monsaraz permite a participação social e o envolvimento da comunidade mais nova com os seniores, fomentando a comunicação, interação, partilha de conhecimentos e experiências e a solidariedade entre as crianças e os idosos.

O trabalho desenvolvido pelos militares de Reguengos de Monsaraz foi ainda reconhecido pela Fundação Manuel António da Mota através de uma carta enviada à GNR. Nessa comunicação a Fundação Manuel António da Mota expressou um profundo agradecimento pela participação da Guarda Nacional Republicana na 3ª edição do Prémio Manuel António da Mota dedicada ao Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, reputando tal participação como prestigiante e honrada.

**Prémio Damião de Góis de Empreendedorismo Social**

«Operação Censos Sénior»

A Guarda promoveu em 2011 a criação da Operação Censos Sénior, identificando-a como eventual Boa Prática, operação que tem por objetivo atualizar o registo de idosos que vivem sós e/ou em locais isolados com vista a prevenir eventuais perigos.

O sucesso da Operação Censos Sénior tem sido sobejamente reconhecido, nomeadamente pelos órgãos de comunicação social, o que estimulou a apresentação de uma candidatura já em 2012 à primeira edição Prémio Damião de Góis de Empreendedorismo Social.

Esta foi uma iniciativa do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa, que visa apoiar e estimular projetos de empreendedorismo social em Portugal.

Para efeito de apresentação de candidatura, são elegíveis áreas relacionados com os direitos humanos, nomeadamente na área da formação das Forças e serviços de Segurança e de outros Serviços que ofereçam formação, realizem ou tenham planeado realizar projetos, atividades ou estudos em matéria de direitos humanos ou de responsabilidade social sejam eles de natureza teórica, teórica e empírica ou apenas empírica.

O prémio apoia projetos que contribuam para a análise e investigação das práticas de responsabilidade social em matéria de direitos humanos em Portugal, bem como para estimular o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social atentas ao respeito e progressivo cumprimento dos direitos humanos.

O objetivo da «Operação Censos Sénior» consistia em manter atualizado o registo de todos os locais habitados por idosos, em particular os locais isolados, mediante a identificação dos idosos, idade, contacto dos idosos e de familiares mais próximos, para situações de emergência.

Apesar da «Operação Censos Sénior 2012» não ter como objetivo a realização de um diagnóstico social do público-alvo, foi possível através dos dados recolhidos por aplicação de um questionário à população idosa residente na área de jurisdição da GNR, recolher informação extremamente relevante. A GNR no âmbito desta problemática constituiu-se como entidade de 1ª linha, articulando-se com as instituições de resposta, ainda que não se substituindo a estas. Em resultado desta dinâmica a Guarda tem granjeado enorme reconhecimento e visibilidade, junto das entidades que trabalham com esta problemática.

A Operação Censos Sénior suscitou ainda grande interesse, designadamente ao nível dos Ministérios da Solidariedade Social, da Saúde e da Administração Interna, bem como ao nível dos órgãos de comunicação social locais e nacionais que promoveram realização de diversas reportagens.





## Boas Práticas | Candidaturas a prémios nacionais e internacionais

A par da «Operação Censos Sénior», a GNR tem ainda desenvolvido um conjunto de ações que corporizam uma boa prática na área dos Direitos Humanos no âmbito do Projeto «Idosos em segurança», e que permite um combate eficaz à criminalidade junto deste grupo de pessoas especialmente vulneráveis, particularmente crimes de burla. Acresce referir, que esta boa prática enquadra-se num dos objetivos operacionais definidos no QUAR.

## Comunicação e alinhamento entre a alta direção e dirigentes das unidades orgânicas

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro.

A anterior Lei Orgânica da GNR definia exaustivamente toda a organização do comando -geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da Guarda e dos respetivos órgãos de inspeção, conselho e apoio, três órgãos superiores de comando e direção, que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (Comando Operacional), dos recursos humanos, materiais e financeiros (Comando da Administração dos Recursos Internos) e da doutrina e formação (Comando de Doutrina e Formação). Esta nova organização da estrutura de comando da Guarda concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos órgãos de inspeção, conselho e apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos órgãos superiores de comando e direção e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica do Comando Operacional.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.

Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a instituição GNR.

## Controlos externos e constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional).

A Guarda, mensalmente, remete para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas de âmbito orçamental e financeiro.

De referir que às ECPO, entre outras competências<sup>13</sup>, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Vide Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.  
<sup>14</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a Guarda, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

### Estrutura organizacional

#### Obediência ao diploma orgânico

Em resultado da aplicação do novo regime jurídico definido na Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 de novembro, que definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna, a GNR passou a ter uma estrutura organizacional que compreende uma estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro que aprova a orgânica da GNR, procedeu a uma profunda alteração estrutural deste Corpo Especial de Tropas, substituindo o estado-maior do comando-geral por três comandos funcionais: Comando Operacional; Comando da Administração dos Recursos Internos e Comando da Doutrina e Formação.

Os OSCD, criados pela atual Lei orgânica, visam assegurar a superintendência e a execução em áreas ou atividades específicas essenciais, de acordo com as orientações superiormente definidas.

Importa salientar que a reestruturação realizada em 2009 teve como preocupação fundamental a manutenção dos níveis de eficiência sempre em obediência à missão, as atribuições e as bases da organização interna definidos na Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

No entanto, passados que são cerca de cinco anos sobre aquela reestruturação e identificados os constrangimentos, bem como os pontos fortes, que a mesma impôs, será, na perspetiva da Guarda, o momento oportuno para repensar a estrutura e numa lógica de melhoria contínua apreciar superiormente as propostas efetuadas pela Guarda.

#### Definição de responsabilidades e delegação de competências

O exercício das diferentes funções do Estado de Direito vê-se assegurado através das diversas pessoas coletivas de direito público constituídas e devidamente organizadas por órgãos e serviços. A estas cumpre essencialmente prosseguir fins de interesse público superiormente consagrados na Constituição da República Portuguesa (CRP) e dos quais decorrem diversas atribuições orientadas para o seu alcance.

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas competências a forma de poderes jurídicos. Se aos particulares é permitido praticar atos que não sejam proibidos expressamente na lei, já a Administração Pública (AP) terá que possuir habilitação legal para a prática dos seus atos administrativos ainda que sejam apenas de gestão corrente, pelo que somente a lei pode fixar as suas competências, reforçando dessa forma o seu cariz irrenunciável e inalienável, conforme preceitua o Artigo 29º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

Note-se, aliás, que esta é a razão pela qual o órgão administrativo se deve certificar que é competente para decidir (artigo 33º do CPA).

Deste quadro de inter-relacionamento entre pessoas coletivas de direito público e as atribuições que lhes estão conferidas, emerge a problemática das delegações e subdelegações de competências à qual a GNR, enquanto organismo da AP, se encontra sujeita.

As Competências enquanto poderes jurídicos conferidos aos órgãos de uma pessoa coletiva para o cabal cumprimento das atribuições concedidas na lei, são caracterizadas como competências próprias ou originárias (quando atribuídas por Lei) e competências delegadas (quando derivam da manifestação de vontade indispensável de outro órgão administrativo). Em ambos os casos a sua fixação ocorre em função da matéria, da hierarquia, do valor, do território e do tempo, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 30º do CPA.



São diversas as disposições legais que estabelecem as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado, delas se destacando aquelas que se aplicam de forma generalizada e transversal por se afigurarem a Leis-Quadro (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei 51/2005, de 30 de agosto e Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho), e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a Lei Orgânica da GNR).

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, alterada e republicada pela Lei 51/2005, de 30 de agosto, define nos artigos 6º a 10º um conjunto de competências e princípios a observar pelos respetivos titulares dos cargos dirigentes, nas diversas vertentes de âmbito operacional, de recursos humanos, de gestão orçamental e realização de despesas e, por fim, no âmbito da gestão de instalações e equipamentos.

De igual forma, o artigo 17º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública) que subsidiariamente se aplica às empreitadas de obras públicas definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, habilita os titulares dos cargos dirigentes equiparados a diretores-gerais (cargos de direção de 1.º grau), bem como os órgãos máximos dos serviços com autonomia administrativa e financeira com competência financeira para autorizar despesa com locação e aquisição de bens ou serviços. Essa competência financeira traduz-se no limite de € 100.000,00 para o Comandante-Geral da GNR. Note-se que este limite passará a € 150.000,00 caso as despesas se encontrem discriminadas nos respetivo Plano de Atividades.

Também a Lei Orgânica da GNR (LOGNR, confere, nos termos da lei, determinadas competências próprias ao Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da Guarda. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3, do artigo 23º, da LOGNR além de conferir determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau.

Do ponto de vista do direito administrativo a delegação de poderes (ou competência) é o ato pelo qual o órgão de uma pessoa coletiva envolvido no exercício de uma atividade administrativa pública, normalmente competente em determinada matéria e devidamente habilitada por lei, possibilita que outros órgãos ou agente pratiquem atos administrativos sobre a mesma matéria (n.º 1 Artigo 35.º do CPA), podendo inclusivamente falar-se em desconcentração administrativa de poderes.

Atente-se para o facto da competência própria ou originária poder ser delegada e subdelegada, salvo nos casos em que a delegação ou subdelegação esteja expressamente proibida por lei. A habilitação legal para a atribuição de competências delegadas encontra-se prevista no n.º 2 do Artigo 35.º do CPA, reforçada ainda pela respetivas disposições legais, atrás enumeradas, que conferem aos titulares dos cargos de direção de 1.º grau a possibilidade de, querendo, delegarem ou subdelegarem algumas das suas competências próprias ou delegadas, respetivamente, no seu imediato inferior hierárquico, adjunto ou substituto, sempre respeitando as regras, requisitos e procedimentos de habilitação inerentes à delegação de competências, à semelhança do que sucede na GNR, nomeadamente com a delegação de competências originárias do GCG e do 2.º CG, e por sua vez, destes nos seus inferiores hierárquicos sempre que se manifeste necessário.

A subdelegação é uma delegação de segundo grau, em que o delegado funciona também como delegante, estando submetida ao mesmo regime jurídico. O CPA confere aos delegados o poder de subdelegar, desde que a Lei não interdite essa subdelegação e subdelegações subsequentes e o delegante a autorize (n.º 1 do artigo 36º do CPA).

Sendo esta uma prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, com a reestruturação entretanto realizada, à medida que os cargos de direção e chefia foram sendo providos nas respetivas unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis, paulatinamente foram sendo atualizadas as delegações e subdelegações de competências em função das necessidades operacionais e de apoio administrativo.

Acresce referir que ao exercício das competências se encontra sujeita a respetiva responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, aplicando-se a prerrogativa do direito de regresso definido nos termos da Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho, as quais estabelecem o Regime da Responsabilidade Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas.

Em 2012, à semelhança dos anos anteriores, foram, no momento do provimento de funções, realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, em todo o caso, sempre salvaguardando o superior interesse da Instituição e do País. As delegações de competências acima referidas foram devidamente publicitadas no Diário da Republica e reportam-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.

### Sistema de avaliação dos colaboradores (militares e civis)

A introdução da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que implementou o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública conhecido como SIADAP, constitui o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa, nomeadamente no que se refere à avaliação de Serviços, dirigentes e chefias e, por fim, dos restantes trabalhadores.



Na prossecução das suas atribuições a GNR integram colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004 segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000 (2.ª série), designa-se Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR) e define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana (SAMMGNR) e os princípios que regem a sua aplicação.

Preceitua a citada disposição legal que nas carreiras de regime especial e corpos especiais que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico que ainda não tenha sido adaptado, esta se efetue de acordo com o respetivo sistema específico, até à sua adaptação nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Para o efeito, a situação descrita agrega ainda colaboradores civis de carreiras especiais e como tal sujeitos a regimes de avaliação próprios, nomeadamente pessoal da carreira médica, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutico.

Neste sentido, o sistema de avaliação específico da GNR enquanto corpo especial, mantém-se em vigor até à sua revisão para adaptação à filosofia estabelecida no SIADAP, a qual deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2008, sob pena de caducidade, tendo aliás a sua avaliação ocorrido mediante aquele sistema de avaliação específico. Contudo, as especificidades da organização militar impuseram que se fizesse uma profunda reflexão e estudo para a criação de um sistema de avaliação específico que não condicione a atuação da GNR nem fomente focos de instabilidade que afetem a coesão e a disciplina militar. Nesse sentido, após realizado esse estudo, o projeto de sistema de avaliação específico foi alvo de uma análise objetiva e crítica à luz do quadro jurídico definido Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Desenvolvido esse mecanismo, em janeiro de 2010 foi remetido à Tutela o projeto de Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR (SIADMGNR), prevendo-se que em breve a GNR possa aplicar ao universo de militares da Guarda o novo modelo de avaliação e de gestão do desempenho.

### Política de Formação

O desenvolvimento e a atualização dos conhecimentos e das competências individuais dos militares e civis da Guarda são condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, sendo por isso fundamentais para a sustentação de uma organização inteligente, adaptativa e socialmente responsável.

A política de formação prosseguida pela GNR tem em linha de conta as necessidades de médio e longo prazo e atua sobre áreas técnicas carenciadas, em evolução ou áreas emergentes. As necessidades são apuradas e definidas soluções de formação para as carências, permitindo o reforço positivo das competências individuais dos colaboradores militares e civis da GNR, em prol da melhoria contínua da sua atuação em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

Ciente da importância da formação para o desenvolvimento da Guarda, a política de formação alinhada com as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana e orientada para a prestação de um serviço público e socialmente relevante, assenta entre outros, nos seguintes pilares:

- Desenvolvimento individual - Participação e empenho de todos os interessados na aquisição e desenvolvimento de competências individuais, tirando o melhor partido das oportunidades e meios disponíveis;
- Responsabilização da Guarda - Responsabilidade proactiva de todos na organização do trabalho, de forma a garantir disponibilidade no acesso à formação relevante para aquisição de competências e atualização contínua do conhecimento;
- Alinhamento com o *core business* da Guarda - Disponibilização de processos e planos de formação adaptados às necessidades das diferentes Unidades, Órgãos e Serviços em consonância com as linhas estratégicas institucionais;
- Gestão de conhecimento - Maximização do capital intelectual na organização;
- Partilha com a sociedade - Incentivo ao estabelecimento de relações de cooperação com as comunidades em que a Guarda se insere, visando a partilha de recursos, o aumento do conhecimento e a potenciação da inovação;
- Diversificação das áreas pedagógicas de qualificação individual proporcionando as adequadas condições de valorização aos militares e civis afetos a todas as áreas de atividade da Guarda, com especial incidência na vertente operacional;
- Monitorização e auditorias de âmbito pedagógico orientadas para a deteção de desvios, eventual introdução de medidas corretivas nos processos ou procedimentos formativos visando a rentabilização do capital intelectual, enquanto instrumento de modernização da Guarda.



## Atividades e procedimentos de controlo administrativo

### Regulamentação do diploma orgânico

O ano 2009 constituiu para a Guarda o momento de viragem, tendo-se assistido à implementação da nova estrutura orgânica e novo modelo de funcionamento, em consequência da profunda reestruturação imposta pela publicação da sua Lei Orgânica, em 2007. Nessa dinâmica, durante o ano de 2008 foram emergindo diversas disposições a regulamentar a citada lei, em obediência ao previsto no seu artigo 53.º.

No âmbito da regulamentação do diploma que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana, ou com ele relacionada, e tendo em vista a correta adequação da estrutura orgânica flexível do Comando da Guarda às necessidades de funcionamento e de otimização de recursos, à luz dos objetivos de modernização e qualificação, de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, foi alterada a estrutura orgânica flexível do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção através do Despacho n.º 9634/2011 de 19 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 148, de 3 de agosto, o que implicou a alteração dos despachos do General Comandante-Geral que estabeleceram a composição e articulação, efetivo e atribuições do Comando da Administração dos Recursos Internos (Despacho n.º 70/11-OG de 17 de agosto), do Comando Operacional (Despacho n.º 71/11-OG de 18 de agosto), do Comando da Doutrina e Formação (Despacho n.º 72/11-OG de 18 de agosto) e do Comando da Guarda (Despacho n.º 73/11-OG de 18 de agosto).

Atenta a necessidade de adequar a orgânica do Comando Territorial de Faro à realidade operacional e características próprias do meio em que se insere, e de acordo com o artigo 11.º da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro, procedeu-se ainda à alteração do escalão do Posto Territorial de Albufeira para o escalão de Subdestacamento, (Despacho n.º 9633/2011 de 18 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 148, de 3 de agosto)."

Face à dimensão e complexidade da Guarda e às suas múltiplas atribuições, o processo de regulamentação previsto na Lei Orgânica da Guarda ainda não está concluído o que acontecerá certamente em breve.

### Manual de Controlo Interno

A realização de um Manual de Controlo Interno, tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos, procedimentos de controlo e planos de organização a estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela GNR, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira viável e fidedigna.

A função controlo aqui patente, traduz um conjunto de ações destinadas a confrontar uma ação principal (controlada) com os seus objetivos ou metas e com os princípios e regras a que deve obedecer, caracterizado por englobar as seguintes fases:

- Verificação crítica de conformidade ou desconformidade a um certo referencial;
- Avaliação das respetivas causas e consequências; e
- Eventual revisão ou ajustamento dos programas ou dos objetivos da ação programada.

Para que o controlo acrescente valor às organizações, o mesmo deve fornecer, tempestivamente, elementos fiáveis sobre o que está e o que virá a acontecer, pelo que o controlo do e no tempo são essenciais para assegurar o sentido de oportunidade. O controlo deve ainda basear-se em padrões objetivos, precisos e adequadamente configurados, para além de se preocupar mais com os desvios e as exceções do que com as atividades normais.

Entre as várias formas e tipos de controlo destaca-se o controlo interno, que consiste na verificação, no acompanhamento e na informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público, assente nos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI), já abordado no ponto 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno que integra o presente Capítulo em análise.

É neste contexto que surge a necessidade dos serviços possuírem um manual de controlo interno, que lhes permita assegurar, em primeira instância, a boa gestão dos domínios orçamental (controlo da execução orçamental das receitas e despesas), económico (controlo da execução das atividades e dos programas), financeiro (controlo dos pagamentos e dos recebimentos) e patrimonial (controlo do património). Mas este manual visa, ainda, consagrar no plano interno o princípio da "accountability", ou seja, o fornecimento de explicação e justificação pela execução ou cumprimento eficiente de uma responsabilidade atribuída, para além da assunção de consequências dos resultados da execução ou cumprimento.



Com a implementação da ferramenta padronizada GeRFiP, foi necessário reconfigurar todos os procedimentos da área financeira e logística, pelo que estão a ser ajustados os respetivos manuais de procedimentos. Este projeto traduz-se numa verdadeira reengenharia de processos, pelo que, só depois dos novos procedimentos se encontrarem devidamente estabilizados, consolidados e apreendidos será viável elaborar o respetivo manual de controlo interno.

A sua implementação está, no entanto, condicionada pela definição da estratégia a prosseguir quanto à integração e interação entre as áreas operacionais (atividade operacional por excelência) e as áreas de apoio administrativo-financeiro (em particular as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos) e, necessariamente, a integração e interação entre estas e a componente estratégica a qual obviamente encerrará uma filosofia de gestão previsional alicerçada em objetivos estratégicos e operacionais na sequência do SIADAP I, bem como a opção por metodologias consagradas a nível nacional e internacional, designadamente o *Balanced Scorecard* (BSC) e a *Common Assessment Framework* (CAF).

Nesse sentido, enquanto não for devidamente estabilizado o modelo de apoio administrativo logístico que se pretende implementar na Guarda, que garanta o indispensável alinhamento entre as áreas operacional, de recursos internos (recursos humanos, financeiros e materiais) e estratégica, não será possível desenhar e definir todos os processos de suporte e desenvolver um manual que permita executar e monitorizar o controlo interno.

Importa, contudo, referir que, no âmbito da autoridade técnica conferida aos OSCD, têm sido difundidas diversas Circulares, Notas Circulares e, ainda, Normas de Execução Permanente (NEP) que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos em toda a latitude de atribuições cometidas à Guarda. A exemplo dessa prática, podemos enumerar as que foram produzidas no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente, nas componentes de gestão de recursos humanos, financeiros e logísticos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Entidade	Tipo	Ações desenvolvidas
DRF	Circular	N.º 01/DRF/12 – Despesas com a Formação
DRF	Circular	N.º 02/DRF/12 – POEGNR/2013
DRF	Circular	N.º 03/DRF/12 – Penhoras e Retenções
DRF	Circular	N.º 04/DRF/12 – Justificação de Saldos
DRF	Circular	N.º 05/DRF/12 – Controlo da Execução Orçamental
DRF	Circular	N.º 06/DRF/12 – Processamento das Reposições
DRF	Circular	Tabela de Taxas a cobrar pelo Bloqueamento, Remoção e Depósito de Veículos
DRF	Circular	Tabela de Taxas a cobrar pelo licenciamento de fogo de artifício
DRF	Circular	Tabela de Taxas a Cobrar pelos Atos de Secretaria
DRL	Circular	N.º 01/DRL/2012, de 05JAN2012 – Controlo da execução financeira e material dos contratos centralizados
DRL	Circular	N.º 02/DRL/2012, de 23MAR2012 – Venda e consumo de bebidas alcoólicas na Guarda
DRL	Circular	N.º 03/DRL/2012, de 14MAI2012 – Plano Anual de Compras da Guarda para 2013
DRL	Circular	N.º 04/DRL/2012, de 16JUL2012 – Procedimentos de contratação ao abrigo de Acordos-Quadro
DRL	Instrumento Gestão	Plano Anual de Investimento 2012
DRL	Instrumento Gestão	Anuário Estatístico da DRL 2011
DRL	Instrumento Gestão	Plano Anual de Compras da Guarda para 2013

Figura 23 – NEP, Circulares e Ofícios-Circulares produzidos

### Fiabilidade dos sistemas de informação

Integração de aplicações informáticas e existência de mecanismos que garantam a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas

A integração das aplicações informáticas constitui escopo fundamental da GNR, na medida em que a sua concretização proporciona fiabilidade e qualidade da informação, o seu acesso imediato e ainda uma racionalização dos recursos afetos às atividades prosseguidas.



A realidade do Sistemas de Informação da Guarda é caracterizada pela existência de inúmeras aplicações, umas desenvolvidas internamente, outras com recurso ao “outsourcing”, destinadas a setores de atividades específicos das diferentes unidades orgânicas, as quais por vezes exploravam mais de uma aplicação em ambiente fechado e com plataformas diversificadas, sem interação entre si, criando redundâncias, erros e pouca fiabilidade, o que acarreta problemas de gestão e manutenção.

Desta forma, um desígnio tecnológico da GNR é proporcionar e facilitar a integração entre aplicações, utilizando sempre que possível conceitos de informação através de *web services* ou de partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de recursos humanos, existe a necessidade de promover simultaneamente a alterações de conteúdo e de parametrização das respetivas aplicações, as quais normalmente implicam o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades. Também neste domínio existe uma preocupação vincada de garantir a fiabilidade dos *outputs*, mediante uma monitorização contínua por parte dos responsáveis por cada área funcional, promovendo as ações corretivas necessárias em tempo oportuno.

### Utilização da informação produzida nos processos de decisão

A informação constitui o bem mais precioso de uma organização pelo que a sua fiabilidade e segurança é fundamental para a tomada de decisão, motivo pela qual, paulatinamente se tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e no apoio aos processos de tomada de decisão.

Das plataformas de apoio à decisão e estratégica destacam-se o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais), o SIGRI (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos), o SIG-SIRESP (Sistema de Informação Geográfico SIRESP), o SGO (Sistema de Gestão Operacional), o SGR (Sistema de Informação Rodoviário), o SGS (Sistema de Informação SEPNA) e o GNR Mobile.

O SIIOP é o sistema que garante o suporte da gestão da informação operacional policial da GNR e permite a interoperabilidade da informação criminal com a PIIC (Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal).

O SIG-SIRESP foi desenvolvido com o objetivo de permitir o conceito COP (*Common Operational Picture*) nas salas de situação dos Comandos da GNR, procurando apoiar o processo da tomada de decisão através da informação da localização dos meios operacionais, possibilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

Foram desenvolvidos, recorrendo exclusivamente a recursos internos da Guarda, o SGO, o SGR e o SGS e que ao nível policial permitem a gestão centralizada dos incidentes classificados por criminalidade violenta, ocorrências de sinistralidade grave, estradas interrompidas, entre outras ocorrências, possibilitando efetuar o controlo, a partir de Salas de Situação, das Operações da Guarda que estão a ocorrer ao longo do seu dispositivo. Este sistema permite a recolha dos dados de forma desmaterializada, em «tempo real», bem como a partilha de Informação policial mais eficaz entre os diversos escalões de Comando, de forma a potenciar uma visão mais integrada da Informação, possibilitando uma intervenção e coordenação policial mais célere e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

Congregando a informação do SGO, SGR e SGS, a GNR também desenvolveu, recorrendo unicamente a recursos internos, o GNR Mobile, que permite ver num dispositivo móvel toda a situação reportada pelos vários sistemas criando um verdadeiro conceito de comando e controlo móvel, permitindo aos decisores reduzir substancialmente o tempo entre o conhecimento dos factos e a tomada de decisão.

No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, com vista à otimização do processo de decisão, a GNR tem vindo a desenvolver uma plataforma integrada de informação, o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), que permite, através da substancial melhoria da informação e dos processos, uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão.

Também no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente na área financeira, a fiabilidade e segurança da informação no processo de tomada de decisão encerra uma preocupação crescente. A esse propósito, saliente-se que em 2010, com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros, foi desenvolvido um upgrade do SIC (Sistema de Informação Contabilística). Este upgrade designado SICPlus, atua mediante uma ligação direta ao SIC, e que lhe valeu, nesse mesmo ano, a nomeação para a 8.ª Edição do Boas Práticas no Setor Público, numa parceria da Deloitte e Diário Económico. Atualmente, com a implementação do POCP através da plataforma GeRFiP que ocorreu entre o final do ano 2011 e o início de 2012, a aplicação SICPlus mantém-se ativa, mas apenas para a contabilização e prestação de informação da receita arrecadada, pela especificidade que tais processos representam uma vez que os mesmos se encontram descentralizados ao nível do mais baixo escalão do dispositivo territorial.

A solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (GeRFiP) foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira e orçamental dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto



integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRAII), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP). A gestão dos recursos financeiros é suportada pela solução GeRFiP, a qual inclui nomeadamente a aplicação de gestão de recursos financeiros e orçamentais, que incorpora a componente RIGORE.

A implementação desta solução permite projetar a criação de um verdadeiro Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SIGE ou SIG), em inglês Enterprise Resource Planning (ERP), que possibilitará concentrar toda a informação financeira e patrimonial em tempo real, independentemente do local, bem como, tratar essa informação e disponibilizá-la para utilização no processo decisório.

### Requisitos de segurança de acessos aos SI, dos computadores de rede e na troca de informação

A segurança informática constitui um ponto crítico das TIC, sendo aliás uma área que encerra maior preocupação na atuação da DCSI, no sentido de evitar acidentes que afetem o normal funcionamento dos sistemas de informação, assente em três pilares essenciais:

- A confidencialidade;
- A integridade;
- A disponibilidade da informação;

Consciente de que um acidente não é completamente evitável, é necessário garantir, em qualquer circunstância, a continuidade das atividades, minimizando os prejuízos, prevenindo e reduzindo o impacto dos acidentes de segurança em duas áreas distintas:

- Segurança física;
- Segurança lógica;

Na segurança física procuramos proteger todo o nosso hardware e equipamentos periféricos contra situações de:

- Incêndios;
- Sabotagem;
- Roubos;
- Inundações;
- Acentuadas alterações térmicas;
- Interrupção de energia;
- Falhas em equipamentos;
- Catástrofes naturais;

Na segurança lógica foram privilegiados os aspetos mais importantes, embora seja indubitável que a maioria dos danos que podem ocorrer incidem sobre os dados. A segurança lógica diz respeito a:

- Segurança na utilização do *software*;
- Proteção de dados;
- Proteção de processos e programas;
- Acesso autorizado dos utilizadores;
- Acesso autorizado dos utilizadores.



Embora seja muito importante considerar a segurança física das TIC, a falta de segurança lógica é a que mais probabilidade tem de ocorrer, podendo afetar os dados e consequentemente a informação crítica da GNR.

Devido a este facto, a Guarda tem procurado atuar preventivamente, privilegiando os aspetos conducentes à implementação de barreiras que controlem o acesso aos dados.

Em 2012, houve um esforço de continuidade na migração dos computadores da GNR para a Rede RNSI, onde o acesso autorizado é realizado através de um controlador de domínio (PDC) em que todos os utilizadores se validam, através de um *username* e de *password*, para posteriormente poderem aceder aos recursos locais e de rede tendo em conta o seu perfil de utilizador.

#### 4. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a Guarda inserida no Sistema de Segurança Interna nacional juntamente com outras forças e serviços de segurança, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a Guarda ocupa no Sistema de Segurança Interna e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congéneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Atividades, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades os quais apenas em 15 de abril serão tornados públicos.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congéneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de, nesta etapa, se proceder à comparação com forças congéneres (interessando estabelecê-la com a *Guardia Civil*, a qual constitui, à semelhança da GNR, uma força de natureza militar e de cariz gendármico), a inexistência, à data, do *Balanço da Evolução da Criminalidade do Reino de Espanha* referente a 2012 (*Balanço da Evolucion de la Criminalidad 2010 – Ministerio del Interior*), impossibilita tal exercício.

Em todo o caso, nas comparações estabelecidas nos anos anteriores, foi possível verificar que a congénere espanhola da GNR (*Guardia Civil*), tem observado nos últimos anos um incremento sucessivo ao nível dos seus recursos humanos bem como ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, que apenas em 2010 sofreu uma queda após seis anos de progressivas subidas, situação que se estende às demais forças de segurança espanholas. Nessa comparação, as forças e serviços de segurança nacionais, em particular a GNR, a situação é substancialmente diferente, verificando-se uma tendência de diminuição quer nível dos seus recursos humanos, quer ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, conforme será possível analisar no Capítulo II.C. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Reportando também esta análise à comparação entre unidades homogéneas da Guarda Nacional Republicana, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.



## II.B. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano, e resultados alcançados

### 1. Atividade Operacional

#### Balanço da Execução das Orientações Estratégicas para 2012

Relativamente a este ponto será realizada uma análise global das ações desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, foram tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas recursos humanos, materiais e tecnológicos abordados nos pontos 5 – Formação de Recursos Humanos, 6 - Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por fim, 7 - Sistemas e Tecnologias de Informação, ambos situados neste capítulo).

#### Reforço e Requalificação do Efetivo Policial das Forças de Segurança

A Guarda promoveu esforços conducentes à consolidação da sua estrutura territorial, nomeadamente nos Distritos com maior incidência e gravidade criminal, reforçando o seu empenhamento nos domínios da intervenção, segurança e ordem pública, em coordenação estreita entre os Comandos Territoriais locais, a Unidade de Intervenção (UI) e a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), mediante a projeção de unidades móveis de escalão variável, ajustado em função da complexidade e perigosidade das ações a empreender. Entre as especialidades envolvidas nessas ações destacam-se, nomeadamente, as operações especiais, a ordem pública, a cinotécnica e a cavalaria, as quais permitem, de uma forma eficaz, garantir o reforço do policiamento em zonas turísticas e urbanas, em locais de concentração pontual de multidões e em áreas e bairros críticos, designadamente em determinados períodos do dia ou nos picos de afluência sazonal.

No cumprimento deste desiderato, a Guarda irá continuar a desenvolver ações nos chamados bairros críticos/zonas urbanas sensíveis, mediante a conceção de planos de intervenção e de contingência, a par do desenvolvimento de laços de relacionamento com as comunidades, que permitam não só colher informações para minimizar ou obstar ao cometimento de atos atentatórios contra a ordem e tranquilidade, como reprimir a criminalidade, nomeadamente a violenta e grave.

A Guarda encetou, ainda, inúmeras ações preventivas, em todo o território nacional, visando prevenir, através duma atuação dissuasora, as ações delituosas ou criminosas, contribuindo, de tal forma, para a segurança das populações.

No que respeita ao reforço do efetivo policial, salienta-se que no ano 2012 ingressaram na GNR, 594 guardas os quais concluíram com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas e ainda 49 oficiais subalternos que concluíram o Mestrado em Ciências Militares ministrado na Academia Militar.

Tendo em vista o rejuvenescimento e o reforço do efetivo policial junto das populações, a grande maioria dos militares que passaram desde 2012 a fazer parte dos quadros da GNR, foram colocados no dispositivo territorial. A sua distribuição pelo dispositivo territorial da Guarda obedeceu a critérios determinados por fatores de ponderação indexados à criminalidade participada, área de cada Comando, população e efetivo existente.

Para o ano em curso de 2013, prevê-se o ingresso de 273 guardas (completam o efetivo de 822 admitidos em 2012) e 44 oficiais subalternos que se encontram neste momento a frequentar os respetivos cursos de formação, prosseguido o Comando da Guarda a mesma política de rejuvenescimento e reforço do efetivo policial, mas também de qualificação e requalificação de recursos humanos. Ainda em relação ao ano 2013 aguarda-se parecer prévio favorável do Ministério da Administração Interna e do Ministério das Finanças para abertura de concurso de admissão para 1.000 guardas e 250 civis que em tarefas de *backoffice* libertarão militares para o terreno.

Nessa dinâmica, acresce referir que, ao nível do reforço qualitativo dos recursos humanos, foi ministrada formação contínua de atualização e aperfeiçoamento em diversas áreas do saber. No domínio da resposta a incidentes tático-policiais entre 2011 e 2012 foram ministradas ações de formação a um total de 18.358 militares, abrangendo cerca de 92% de todo o efetivo presente no dispositivo territorial (indicador n.º 12 do QUAR GNR 2012). Importa salientar que todas as ações de formação ministradas, durante o ano de 2012, visaram domínios prioritários da qualificação do efetivo da GNR.

#### Aposta na Inovação Tecnológica ao Serviço da Segurança

Neste domínio, no que concerne ao Sistema de Queixa Eletrónica não se registaram alterações à arquitetura ou modo de funcionamento do balcão virtual de queixas tal como foi inicialmente concebido. Tendo em vista a melhoria do controlo e supervisão das queixas eletrónicas da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana foi cometido ao Centro de Comando e Controlo



Operacional do Comando Operacional da Guarda a supervisão da *pool* da GNR, assegurando uma melhor ligação com o dispositivo territorial.

A execução do projeto SIVICC que deveria decorrer ao longo de 22 meses, período contado a partir de 26 de outubro de 2009, com o seu termo previsto para 25 de agosto de 2011, conta com um atraso de cerca de 2 anos, decorrendo atualmente o fecho da Fase III e início da Fase IV.

A expansão da RNSI aos Postos da GNR não atingiu os níveis desejáveis, continuando uma parte dos Quartéis a não ter acesso a este serviço, o que inviabiliza a implementação dos sistemas de informação da Guarda em todo o Dispositivo. Constitui-se como um vetor fundamental para a Segurança Interna do País e, inclusive de todo o espaço Schengen, que esta rede seja completada no mais curto prazo possível.

No ano de 2012, deu-se um passo fundamental para a interoperabilidade entre o SIOP e os sistemas de informação dos outros Órgãos de Polícia Criminal, através do desenvolvimento da PIIC (Plataforma de Interoperabilidade da Investigação Criminal) enquanto desígnio da política de justiça e da política de Segurança Interna, e essencial ao desenvolvimento de toda a atividade policial do País.

Ainda no âmbito da inovação tecnológica ao serviço da Segurança, importa realçar que após definição de um Plano Global de Numeração Fechada, tem vindo a ser realizado o Plano de Endereçamento integrado com a RNSI e a disponibilização de rede multisserviços nos acessos de comunicações aos quartéis da GNR, tendo sido possível interligar um conjunto de unidades concorrendo para a redução significativa dos custos com comunicações internas.

Neste domínio, em termos prospetivos, importa desenvolver esforços no sentido de:

- Continuar a expandir o sistema de georeferenciação de meios operacionais da GNR (*Common Operational Picture*), com base nos rádios SIRESP, a todo o dispositivo da GNR;
- No âmbito do Protocolo Campo Seguro, continuar a melhorar a resposta operacional das Forças de Segurança no combate aos furtos de metais não preciosos através do Projeto de uniformização da receção automática de alarmes de Entidades externas à Guarda (Protocolo CAP) e de atribuição de missões às patrulhas;
- Adotar mecanismos de identificação, autenticação e assinatura eletrónica dos militares da GNR, para a desmaterialização de documentos internos e externos (e.g., Informações Internas, ofícios, pareceres, contratos, emails, autorizações de despesa, relatórios, etc.);
- Completar a infraestruturização dos mais de 200 sítios a ligar à RNSI, constituindo um fator essencial à implementação do SIOP em toda a Guarda (cabe à UTIS, em estreita coordenação com a Guarda, a realização desta ação, mediante verbas atribuídas no âmbito do QREN/SAMA- "projeto Componente Física de rede para o SIOP/GNR") ao abrigo de nova candidatura lançada em janeiro de 2013.
- Continuar a integrar servidores de comunicações *VOiP* com recurso à rede de dados, adotando um plano de numeração único, de forma a reduzir os custos com comunicações.

### Investimento em Infraestruturas e Equipamentos das Forças de Segurança

No âmbito do Plano Anual de Investimento para 2012, e no que diz respeito a armamento, foram adquiridas 30 pistolas-metralhadoras HK MP5 A5, com destino ao Esquadrão de Segurança da Unidade de Segurança e Honras de Estado, bem como 25 pistolas Glock 19T, destinadas à instrução na Escola da Guarda.

68

No que diz respeito a material de aquartelamento, adquiriu-se, ao abrigo do Acordo-Quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), uma considerável quantidade de mobiliário, com destino ao dispositivo da Guarda, nomeadamente cadeiras, mesas, blocos para arquivo de documentos, armários, camas, cofres, entre outros artigos, perfazendo um investimento total de €300.000.

Foi também adquirido diverso equipamento técnico-pericial, essencial para o controlo da atividade da Investigação Criminal, nomeadamente *kits* de limpeza, filtros para lentes fotográficas e máquinas fotográficas forenses. Nesta área, salienta-se, ainda, a aquisição de diversos tipos de *kits* de ensaio para deteção de droga, para dotar todo o dispositivo da Guarda, no valor total de €48.104.

Ao nível da proteção da natureza e ambiente, adquiriram-se capacetes integrais, GPS, monóculos e câmaras para caça ilegal, no valor de € 51.052,77.

Quanto à vertente tecnológica, deu-se prioridade à infraestrutura de suporte, através da aquisição de servidores e de sistemas de armazenamento de dados modernos, com capacidade para responder às necessidades das aplicações da Guarda. Procurou-se,



ainda, atualizar os principais equipamentos de transmissões, nomeadamente através da aquisição de 320 telefones analógicos e de 3 centrais telefónicas. Nesta área, o investimento ascendeu a € 678.973.

Foi ainda adquirido um ecógrafo e uma mesa telecomandada digital para realização de exames, para equipar o Centro Clínico, no valor de € 355.470,00.

Tendo em vista assegurar uma programação plurianual de investimentos em infraestruturas e equipamentos, que permita melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e as condições de trabalho dos militares da GNR, está em curso a revisão da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, que passará a estar vocacionada essencialmente para a modernização das infraestruturas e das tecnologias de informação e comunicação. Numa perspetiva complementar, foi implementado, a nível interno, um Plano de Investimento da Guarda, financiado através verbas inscritas no orçamento de investimento, nomeadamente para as áreas de armamento, aquartelamento, transporte, investigação criminal, proteção da natureza, informática e transmissões, trânsito, instrução, ordem pública e operações especiais, proteção e socorro, cinotécnia e vigilância e controlo costeiro.

No âmbito do Plano Anual de Investimento para 2012, adquiriram-se 14 kits de extração de dados, para os equipamentos de radar, no valor de € 9.864.

A Guarda tem, ainda, necessidade de adquirir 4.500 a 6.000 Pistolas-Metralhadoras de calibre 9mm, para equipar todo o dispositivo no patrulhamento e operações stop. Além destas, tem ainda a necessidade de adquirir 500 espingardas caçadeiras de calibre 12mm que sejam robustas, práticas, de fácil manejo, resistentes e fiáveis, considerando como fator de decisão a missão a que se destinam. Do ponto de vista técnico, a sua configuração pode variar em termos de repetição, de possuir ou não coronha rebatível, ou ainda ter capacidade para alojar sete ou mais cartuchos no depósito. Importa frisar que, atualmente, não existem no mercado sobressalentes disponíveis para reparar estas armas, pelo que se torna urgente a sua aquisição.

Por outro lado, é necessário que se proceda à recolha das armas de calibre 9mm que se encontram distribuídas pelo efetivo territorial e que foram substituídas pelas Pistolas Glock 19.

### Aprofundamento dos Programas de Policiamento de Proximidade, de Prevenção Situacional e de Segurança Comunitária

Neste domínio, a Guarda tem vindo a cimentar uma atuação de sucesso junto das populações, no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), cuja orientação tem primado pelo policiamento de proximidade e segurança comunitária.

Visando este desidrato, a GNR tem desenvolvido medidas tendentes à melhoria progressiva do serviço prestado pelos militares que integram as diversas Secções de Programas Especiais (SPE) implementadas em todo o dispositivo territorial. Essas medidas passaram, essencialmente, pela qualificação do efetivo afeto aos programas de policiamento de proximidade e pelo desenvolvimento de múltiplas iniciativas locais, designadamente integradas no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento.

Na verdade, nesta área, a Guarda direcionou o seu esforço para o sucesso dos Programas Especiais implementados e em desenvolvimento em todo o Território Nacional, como é o caso dos Programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro. No âmbito de cada um dos programas mencionados, os militares das SPE da Guarda desenvolveram iniciativas que visaram essencialmente estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, de modo a transmitir às populações um forte sentimento de segurança. Para além da presença física em locais considerados mais críticos para as pessoas mais vulneráveis, a prevenção assentou muito nas ações de sensibilização junto das pessoas, orientando-as e persuadindo-as a adotar medidas de proteção e reação a eventuais situações em que sejam vítimas de crime, de forma a sentirem-se efetivamente mais seguras.

Fruto da sua ímpar dispersão territorial, do seu conhecimento das pessoas e dos lugares e do reconhecimento da sua ação ao nível do apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, direcionado para a resolução dos problemas, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

Numa vertente de maior apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias, de iniciativa de entidades locais e em sinal de reconhecimento claro da qualidade da ação dos militares da Guarda nesta área.

Para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda continuou a desenvolver alguns projetos anteriores, como sejam a Operação Azeitona Segura e o Projeto Azeitona Segura (vencedor do Prémio Boas Práticas no Setor Público 2010 e representante nacional na Conferência de Boas Práticas no *European Crime Prevention Award - EPCA 2012* no Chipre) e criou o Projeto Interlocutor Local de Segurança, por considerar que estes cidadãos, por inerência dos cargos que desempenham a nível local, podem ter um



papel fundamental na mensagem que a Guarda pretende passar às pessoas, tornado as comunidades mais participativas na sua própria segurança, envolvendo todos os *Stakeholders*.

Para além dos Programas de Policiamento Comunitário, os militares da Guarda continuam empenhados no êxito dos Contratos Locais de Segurança e mantêm a sua disponibilidade para intervir ativamente nos Conselhos Locais de Segurança, nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos e, dessa forma, permitir-lhes o exercício dos seus direitos, liberdades e garantias, conforme plasmado na norma constitucional.

**Reorganização dos dispositivos territoriais das Forças de Segurança, reforçando o policiamento público de proximidade e de visibilidade.**

No âmbito do reforço do patrulhamento e do aumento da visibilidade da presença da Guarda junto das populações, visando assegurar o desenvolvimento de uma política de polícia de proximidade e assim proporcionar um maior sentimento de segurança, foram implementadas em 2012 um conjunto de medidas, designadamente a constituição de Agrupamentos de Postos Territoriais que incluiu a alteração do regime de funcionamento de algumas destas estruturas. O Agrupamentos de Postos, conceptualmente é um conjunto de dois ou três Postos Territoriais limítrofes, pertencentes ao mesmo Destacamento Territorial que garantem de forma ininterrupta e integrada o patrulhamento das respetivas ZA, sempre que um Posto Territorial não consiga assegurar autonomamente o patrulhamento ininterrupto às ocorrências,

A este nível acresce referir que, a Guarda tem avaliado, numa base permanente, as situações no dispositivo que careçam de alterações semelhantes às preconizadas anteriormente, visando garantir a adequação do dispositivo e efetivo operacional, às necessidades das populações que serve.

**Consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e privilegiar a partilha de informações operacionais entre as FSS via Plataforma de Intercambio de Informação Criminal (PIIC).**

A participação da Guarda no âmbito do SIIC constitui um fator determinante e estratégico na esfera da segurança interna, naturalmente, alargada ao espaço Schengen, enquanto elemento basilar na prossecução da atividade policial no âmbito da prevenção e repressão criminal.

Dando continuidade ao respetivo processo de implementação nos OPC, sob a égide do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), têm decorrido reuniões maioritariamente vocacionadas para discussão dos aspetos técnicos e operacionais envolvidos. Face ao desenvolvimento dos mesmos, resulta consentânea a necessidade de nomeação de uma entidade única responsável pela coordenação de todas as ações relativas à operacionalização e funcionamento da Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), que vise nomeadamente:

- Assegurar o regular funcionamento do SIOP e contribuir para a operacionalidade da plataforma;
- Garantir o controlo de acessos mediante a gestão de atribuição de permissões e perfis;
- Efetuar o controlo da utilização, por parte dos elementos da Guarda, mediante ações de auditoria de acessos;
- Apreciar da legalidade dos pedidos em caso de acesso indireto;
- Garantir os prazos de resposta em caso de acesso indireto;
- Elaborar relatórios de implementação e utilização, com caráter anual, a sujeitar à apreciação do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal.

Em consequência, e perante a atualização de informação pertinente, houve necessidade de proceder à institucionalização de uma estrutura que assegure o funcionamento, apoio e resposta ao seu funcionamento, dando cumprimento às disposições legais que versam sobre esta matéria, o que conduziu a proposta de ativação do *helpdesk* de apoio à PIIC, em virtude de ter sido identificado um conjunto de responsabilidades que impendem sobre a Guarda.

A implementação deste *helpdesk*, mais que uma estrutura de resposta a necessidades específicas, poderá ser potenciada mediante a criação de sinergias com outras estruturas complementares ou conexas, constituindo-se como um eixo estratégico de desenvolvimento institucional, assente nos seguintes pressupostos:

- A possibilidade de congregar nesta mesma estrutura o acesso a outras bases de dados conexas ou complementares com as existentes na PIIC, atuais ou futuras, como sejam as resultantes da Resolução DAPIX (*Information Exchange and Data Protection*) ou a transposição das decisões *Prüm*, potenciam as capacidades quantitativas e qualitativas de resposta e o seu consequente apoio à atividade operacional, quer em termos de prevenção quer em termos de investigação;



- A concentração de recursos e a diversidade de locais de consulta e pesquisa de dados permitirá uma maior e melhor capacidade de resposta aos inúmeros pedidos de informação que diariamente são dirigidos à Guarda, por parte de entidades nacionais e internacionais;
- A existência de uma estrutura que se dedique, em exclusivo e em permanência, à pesquisa e agregação de dados, permitirá uma sensível rentabilização das tarefas desenvolvidas pelos analistas de informação, uma vez que estes deixarão de realizar as tarefas de pesquisa, rentabilizando o recurso tempo;

O *helpdesk* deve assegurar ainda as seguintes características:

- Capacidade de funcionamento permanente e ininterrupto – por forma a garantir a resposta atempada aos pedidos de informação, em caso de acesso indireto - prazo máximo de oito horas entre a receção do pedido e a resposta (art.º 11.º, n.º 1, da Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto);
- Capacidade de análise da legalidade e legitimidade dos pedidos – avaliação da legalidade e legitimidade dos pedidos de informação, em caso de acesso indireto (informação existente nas bases de dados dos OPC que, estando inacessível a determinado nível de acesso, de acordo com a sua classificação só pode ser acedida mediante autorização expressa do OPC);
- Redundância de sistemas – garantir a funcionalidade do sistema de acesso, consulta e resposta, em caso de avaria do equipamento informático, em consonância com o RPO (*Recovery Point Objective*) definido para a própria PIIC;
- Registo das atividades – garantir o controlo de acessos e informação acedida, bem como a sua auditoria;
- Capacidade de direção, controlo e supervisão – assegurar, em permanência e de forma presencial, a correta e efetiva gestão do *helpdesk*;
- Racionalização e otimização de funcionamento – rentabilizar os recursos alocados, expandir as capacidades instaladas à satisfação de pedidos provenientes das estruturas da Guarda; alargar a consulta a outras bases de dados de idêntica natureza ou conexas, como seja a projetada acoplagem ao sistema AFIS, DAPIX e outros, na esfera do Tratado de Prüm, e garantir a eficiente gestão do fluxo processual intra e interinstitucional;
- Formação dos recursos humanos – habilitar os recursos humanos com capacidades e competências necessárias à operacionalização da PIIC.

O funcionamento permanente e ininterrupto desta estrutura permitirá uma acrescida capacidade de resposta às necessidades mais prementes e evitará uma proliferação, desnecessária, de atribuição de perfis de acesso, melhorando consequentemente o controlo e supervisão das matérias sensíveis.

### Promoção da Segurança Rodoviária

Em matéria de segurança rodoviária o ano 2012 registou a tendência decrescente da última década, com a redução mais acentuada da sinistralidade a ocorrer precisamente no ano em análise.

Importa, pois, salientar que, neste ano foi dado o impulso inicial para a avaliação e aperfeiçoamento da ENSR – Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (2008-2015), tendo sido foram criados 12 Grupos de Trabalho, coordenados, essencialmente, pelas Autoridades Administrativas Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), que contam com a participação de Oficiais da Guarda, ligados à valência de trânsito.

Finalizados os trabalhos e elaborado o relatório final, será possível avaliar o alcance das medidas propostas executar, em como projetar o seu impacto.

Apesar do esforço que tem sido emprestado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma estratégia de fiscalização e de segurança rodoviária, importa salientar que a diminuição do efetivo policial transversal a outras atividades desenvolvidas pela GNR, mas sentida particularmente na área do trânsito, encerram em si uma preocupação latente, que pode, a breve trecho, implicar consequências negativas na prossecução da estratégia delineada. A par desta preocupação, também a carência de meios sobretudo tecnológicos ou a sua obsolescência, poderão agravar tais consequências.

Apesar dos constrangimentos, a Guarda mantém como prioritária a aposta na redução da sinistralidade rodoviária, atuando proactivamente no foco, limitando os seus efeitos.



Quanto aos sistemas informáticos afetos a esta vertente, é expectável que o Sistema de Gestão Rodoviária (SGR) entre em pleno funcionamento no decurso de 2013, estando atualmente a decorrer o acerto de pormenores e parametrizações às especificações técnicas desta ferramenta. A par deste sistema, é fundamental relançar a utilização do Sistema “Policia Automático” e continuar o esforço de alargamento do SCOT- Sistema de Contra Ordenações de Trânsito a todo o dispositivo de trânsito, garantindo uma cobertura total do País ao nível Posto Territorial.

Ainda neste capítulo, está em curso um estudo que incide sobre os Protocolos firmados entre a Guarda e as Concessionárias das Autoestradas, visando a sua adequação à nova realidade rodoviária.

### Reforço do Controlo de Fronteiras e Combate à Imigração Ilegal

Reputado como desígnio nacional, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna a Guarda Nacional Republicana foi mandatada para proceder à assinatura do Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding*) com a Frontex, no âmbito da extensão do *EUROSUR Pilot Project*<sup>15</sup>.

Nessa conformidade, em 8 de maio de 2012, em Varsóvia, foi firmada a assinatura do Memorando de Entendimento entre a agência europeia Frontex e a Guarda Nacional Republicana, devidamente representadas pelos dirigentes máximos de ambas as Instituições (Excelentíssimo Diretor Executivo da Frontex e o Excelentíssimo Comandante-Geral da GNR, respetivamente).

O citado acordo garante ao Estado Português uma maior capacidade operacional de vigilância das fronteiras, em especial a fronteira marítima de Portugal que constitui, também, a fronteira externa da Europa, associando as capacidades decorrentes da extensão do Projeto *EUROSUR* às excecionais potencialidades do Sistema *SIVICC*.

Em resultado do acordo ora firmado, Portugal, através da Guarda Nacional Republicana, passa a possuir o Nó do Projeto Piloto *EUROSUR* e o subsequente *National Coordination Centre (NCC)*, previsto no Regulamento *EUROSUR*, passando a Guarda a acompanhar os processos relativos ao *EUROSUR Governance Group*<sup>16</sup>, o *CONOPS Project*<sup>17</sup> e o *Frontex Positioning System*<sup>18</sup>.

Instalado na Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR, o *National Coordination Centre* passa a acolher fisicamente os oficiais de ligação do SEF e das demais entidades nacionais com competências em matéria de vigilância e controlo da fronteira externa da União Europeia.

No âmbito do combate à imigração ilegal e tráfico de Seres Humanos, a Guarda manteve a sua representação no Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna (OTSH/MAI).

O Observatório, criado pelo Decreto-lei n.º 229/2008, de 27 de novembro, prosseguiu durante 2012 a sua missão de recolha, produção, tratamento e análise de dados sobre tráfico de seres humanos. A este respeito destaca-se a assinatura, no Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos (dia 18 de outubro), do Memorando de Entendimento com 10 entidades governamentais (entre elas a Guarda Nacional Republicana) e não-governamentais e de um Protocolo (Procuradoria-Geral da República) com vista à formalização de procedimentos entre as Partes para a recolha e partilha de dados. O OTSH assinou ainda um Protocolo de Cooperação com o Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário, através do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia com vista à prossecução de atividades conjuntas, nomeadamente ao nível da investigação.

No domínio da recolha, produção, tratamento e análise de dados, o OTSH em conjunto com a Direção-Geral de Administração Interna, assinou um contrato com a Comissão Europeia para a coordenação do projeto europeu *Towards a Pan-European Monitoring System of Trafficking in Human Beings (2013-1014)*. O objetivo central deste projeto, que tem como parceiros os Ministérios do Interior da Áustria, Bulgária e Chipre e um painel de peritos composto por representantes da Europol, Frontex, OSCE, entre outras organizações, é a criação e implementação de um sistema de monitorização de tráfico de seres humanos harmonizado (com plataforma de referenciação territorial associada) para a recolha e troca de informação entre os beneficiários do projeto.

No âmbito da formação e sensibilização, e mais concretamente ao nível do reforço de competências profissionais de grupos específicos para a prevenção, identificação de vítimas e combate ao crime de tráfico de pessoas, destacam-se as seguintes iniciativas de relevo pelas parcerias que envolveram e resultados atingidos:

<sup>15</sup> O *EUROSUR (European Border Surveillance System)* é um projeto europeu que visa reforçar a troca de informações e a cooperação operacional entre as autoridades nacionais com missões de vigilância de fronteiras e a Frontex, para assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas nas fronteiras externas marítimas e terrestres da União Europeia. O projeto *EUROSUR* abrange especialmente o combate à criminalidade transfronteiriça, nomeadamente nas áreas da imigração ilegal, do contrabando (crimes aduaneiros incluídos), do tráfico de estupefacientes e do terrorismo, enquadrando-se o seu objeto nas atribuições do Ministério da Administração Interna (MAI), através de uma das suas Forças ou Serviços de Segurança.

<sup>16</sup> Grupo que integra os elementos ligados aos NCC, cujo objetivo principal assenta no acompanhamento do Projeto, para sugestão de melhorias ao Sistema.

<sup>17</sup> Projeto, no âmbito do art.º 5º do *EUROSUR*, com a participação da Comissão Europeia, da Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA), do Centro de Satélites da União Europeia (EUSC) e da Frontex, que pretende, fundamentalmente, fornecer aos EM imagens de satélite relativas a navios em alto mar e perto da costa.

<sup>18</sup> Projeto Piloto em desenvolvimento, que visa instalar mecanismos de seguimento dos meios envolvidos, durante as operações conjuntas, encontrando-se em fase de testes em Espanha, Itália, Polónia e Finlândia.



- Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal dos países da CPLP – Capacitação de 36 profissionais com técnicas e práticas para a concretização de dois objetivos específicos: a identificação e apoio a vítimas de tráfico de pessoas e o aumento de condenações. Envolveu uma parceria do OTSH com a CPLP, GNR, PSP, SEF, PJ, Ministério Público/PGR, DIAP de Lisboa, Porto e Coimbra, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e Centro de Acolhimento e Proteção a Mulheres Vítimas de Tráfico e seus Filhos Menores (CAP).
- Conferência Internacional “Servidão Doméstica e Mendicidade: Formas Invisíveis de Exploração Laboral” – Decorrente de uma parceria entre o OTSH e a Assembleia da República-CACDLG, CPLP, OIT/Lisboa, e OIM/Lisboa, teve como oradores representantes da PCM/Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade/CIG; Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT); CAP; Associação Comunitária; APAV; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Instituto de Apoio à Criança; C.M. Lisboa; OIT/Lisboa; *Austrian National Coordinator on Combating Human Trafficking*; *Anti-Slavery International*; OSCE; *Council of the Baltic Sea States*; e ECPAT UK. Esta iniciativa visou a troca de conhecimento e de Boas Práticas ao nível da sinalização, proteção e combate à exploração laboral, nomeadamente as que envolvem menores. Ainda neste âmbito, o OTSH em parceria com a OIT/Lisboa publicou e disseminou o Manual “Trabalho Digno para trabalhadoras e trabalhadores domésticos” e o díptico “Convenção (nº189) Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico”;
- Cartão de Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos – conjuntamente com os principais *stakeholders* do Cartão, o OTSH produziu e disseminou um Cartão de Sinalização para a ACT (1.000 exemplares) e para as ONG (15.000 exemplares). Serve para apoiar a sinalização e encaminhamento de vítimas de tráfico;
- Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo, Cadernos da Administração Interna, Coleção Direitos Humanos e Cidadania nº5 – Coordenado pelo OTSH e com a supervisão jurídica do CEJ. Lançado no Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, o OTSH promoveu ativamente a disseminação de 300 exemplares junto de escolas, bibliotecas, e entidades parceiras do OTSH;
- Exposição Itinerante “Tráfico DESumano” – Realização de 11 exposições (8 em Câmaras Municipais e 3 em escolas do ensino secundário). O OTSH promoveu ainda junto de 16 Câmaras Municipais a subscrição da Declaração sobre a Luta contra o tráfico de Seres Humanos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Conselho da Europa.

A este nível, a Guarda Nacional Republicana, fruto da sua implementação territorial, pelo aprofundado conhecimento que detém do terreno, populações e das suas zonas de ação, participou ativamente nos designios prosseguidos pelo Observatório, fornecendo informação fundamental para a sinalização de potenciais vítimas, mediante o carregamento do Guia Único de Registo do Sistema de Monitorização.

#### Reforço da Cooperação com os Países da UE, da CPLP e com o Reino de Espanha

Sem prejuízo da informação que será introduzida adiante no capítulo dedicado à Cooperação Internacional e Parceria Estratégicas, neste ponto abordam-se os aspetos relacionados com prossecução, também no domínio da Cooperação Internacional, das orientações estratégicas consagradas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI 2011 e 2012).

#### Cooperação Policial ao nível da UE

No âmbito da Cooperação Policial ao nível da UE, destaca-se o conjunto de ações operacionais desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana, nas seguintes vertentes (serão objeto de desenvolvimento em 3. Cooperação Internacional e Parceria Estratégicas):

- FRONTEX - *European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union*;
- Operação Policial Conjunta CYCAR;
- Ponto de contacto nacional para a criminalidade automóvel com repercussões transfronteiras;
- EUROPOL - *European Union's law enforcement agency*;
- Outros Fóruns (*European Traffic Police Network – TISPOL*; *European Explosive Ordnance Disposal Network – EEODN*; Rede ATLAS; Rede IMPEL/TFS - *European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste*; (Associação de Forças de Polícia com competências nos domínios marítimo e fluvial – AQUAPOL).



A nível dos Comitês e Grupos de Trabalho da UE, tendo reduzido drasticamente a sua participação, por força das restrições de natureza orçamental, a Guarda continuou a dar os seus contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais apresentadas nos referidos fóruns.

No quadro do Colégio Europeu de Polícia (CEPOL), a Guarda assegurou, até ao final do 1.º semestre de 2012, o ponto de contacto nacional, a par da sua participação em cursos e programas de intercâmbio, da organização de cursos em Portugal e do apoio a cursos realizados no estrangeiro. Destaca-se o facto de a Guarda ter assegurado, em Portugal, a organização de três cursos CEPOL (*Train the trainers*; *Communication and Media Awareness*; e *Senior Police Officer Planning and Command Course for Crisis Management - SPOPCOP*).

### Cooperação ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Ao nível da cooperação com Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), durante o ano 2012, a Guarda deu cabal cumprimento às missões e ações que lhe foram confiadas, no quadro dos programas de cooperação técnico-policial com os países da CPLP, embora face às recentes alterações que determinaram a fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) no Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, tais ações tenham sido substancialmente inferiores as praticadas em anos anteriores.

Saliente-se, contudo, neste domínio, as inúmeras visitas à Guarda, algumas das quais de alto nível, necessariamente direcionadas para a capacitação e troca de experiências entre as diversas forças de segurança dos países da Comunidade, destacando-se ainda a preparação das Forças de Segurança Brasileiras para a segurança da Fase Final do Campeonato Mundial de Futebol 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

A este nível, destaca-se, ainda, o fundamental papel da GNR na organização e capacitação da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), Força de segurança congénere da Guarda, no quadro do “Protocolo de Cooperação Técnico-Policial entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Nacional de Timor-Leste”, que prevê a cooperação “no domínio da capacitação e qualificação dos recursos humanos da PNTL”.

Durante o ano 2012, a Guarda deu continuidade a uma missão de assessoria junto do Ministério do Interior da República da Guiné-Bissau, centrada na implementação da Guarda Nacional, enquanto nova força de segurança, agregadora de diversos serviços, anteriormente dispersos e sob diferentes tutelas.

### Cooperação bilateral com o Reino de Espanha

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a Guardia Civil, merece especial destaque, pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações e pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2012, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis e outras operações policiais conjuntas e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a Guarda e a Guardia Civil com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países.

Realce-se, neste ponto, a evolução extremamente positiva que o Acordo Luso-Espanhol sobre controlos móveis tem vindo a registar desde 1994, com enfoque na abrangência e produtividade refletida nos resultados alcançados, não só ao nível das fronteiras terrestres, como também ao nível das águas territoriais.

Para os próximos anos a Guarda pretende estreitar relações com os Países da UE, da CPLP e com o Reino de Espanha, preconizando para o efeito as seguintes iniciativas:

- Incrementar uma maior e mais profunda troca de informações policiais em resultado da permanente evolução dos métodos e formas da criminalidade;
- Reforçar os contactos a nível central e local entre os Oficiais de Ligação nas áreas temáticas de Operações, Informações, Investigação Criminal, Trânsito, Fiscal e Proteção da Natureza;
- Aumentar o intercâmbio na área da Formação com a participação de Oficiais e Sargentos em cursos realizados em ambas as Congéneres, contribuindo para a uniformização de procedimentos e de formas de atuação;



- Potenciar os intercâmbios de informação através dos Centros de Cooperação Policial e aduaneira (CCPA), visando adquirir um conhecimento mútuo da delinquência transfronteiriça;
- Desenvolver ao nível dos serviços marítimos a possibilidade de troca de dados de navios.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, reputa-se como essencial a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional, em particular nas questões de foro criminal, no âmbito da EU, de acordo com a incorporação na legislação interna das diretivas comunitárias nesta matéria:

A participação da Guarda nos diversos fóruns a nível europeu tem permitido partilha de informação e de boas práticas de investigação entre pares, sendo escopo fundamental na luta contra a criminalidade, nomeadamente a caracterizada como violenta e grave, permitindo ainda um conhecimento mais alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

### Promoção de medidas que propiciem uma maior articulação e coordenação, no terreno entre as Forças e Serviços de Segurança

Decorrente das competências atribuídas no n.º1 do artigo 8.º da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), através de protocolo de 16 de janeiro de 2001, outorgado entre os dirigentes máximos da GNR, da PSP e da PJ, foi criado o Sistema de Coordenação Operacional, (SICOP), o qual vem funcionando desde essa data.

O SICOP assegura a articulação entre os órgãos de polícia criminal (OPC) de competência genérica, a GNR, PSP e PJ e, na medida do necessário, com os OPC de competência específica, visando alcançar uma melhor coordenação e uma maior eficiência, nos seus diversos níveis hierárquicos e unidades territoriais, sendo operacionalizada pelos seguintes modos:

- Velar pelo cumprimento da repartição de competência entre órgãos de polícia criminal, de modo a evitar conflitos;
- Garantir a partilha de meios e serviços de apoio, de acordo com as necessidades de cada órgão de polícia criminal;

Esta estrutura tem sido assegurada, a nível nacional, pela Unidade de Coordenação Operacional (UCO), constituída pelo respetivo Comandante-Geral e Diretores Nacionais, pelo Secretariado Permanente, constituído por dois representantes dos OPC que integram a UCO, nomeados pelos respetivos dirigentes máximos, tendo em conta as funções desempenhadas e a categoria hierárquica na estrutura organizacional do respetivo OPC, recaíndo, preferencialmente, nos que possuem competências de informação e investigação criminal e nos diferentes níveis hierárquicos ou unidades territoriais, pelas autoridades ou agentes de polícia criminal que estes designem (chefias de topo, a nível Distrital), constituindo os Pontos de Contacto Operacionais para efeitos de coordenação local da atividade operacional.

Este sistema de coordenação operacional abarca toda a criminalidade, com exceção dos crimes previstos no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. O Sistema possui um enquadramento normativo próprio, constituído pelo Protocolo que o regula, bem como por quatro Diretivas e o respetivo Regulamento. Deste fórum têm resultado as seguintes iniciativas, fundamentais para uma maior articulação e coordenação entre as FSS no terreno:

- Criação do Grupo de Trabalho Técnico e do Grupo de Trabalho Jurídico para implementação da Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal;
- Implementação do sistema AFIS (*Automated Fingerprint Identification System*) na GNR e PSP;
- Protocolo relativo à localização celular (operacionalizando o artigo nº 252-A do CPP);
- Atualização do procedimento relativo ao reporte de Incidentes Operacionais.

### Combater os crimes de prioridade elevada através de uma estratégia de curto prazo para o combate à criminalidade violenta e grave

A criminalidade violenta e grave (alínea j) do art.º 1º do CPP) abrange um conjunto de tipologias cujo impacto ao nível do alarme social e insegurança justifica a adoção de medidas de prevenção e investigação consideradas prioritárias, que contribuam para a sua erradicação. De entre as estratégias delineadas para este efeito, sublinha-se a criação de Grupos de Trabalho multidisciplinares, a criação de equipas de investigadores que funcionam em exclusividade com os Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP), a partilha de informação entre as autoridades policiais nacionais e internacionais, a participação nos projetos internacionais EMPACT-MOCG, da EUROPOL, no âmbito da criminalidade itinerante, e “Pol-PRIMETT”, dedicado à erradicação do fenómeno de furto de metais não preciosos – por envolver suspeitos, organizações criminosas e *modus operandi* que se enquadram na tipologia supra referida. Outra estratégia cifra-se na procura de sinergias internas que permitam uma racionalização do empenhamento dos recursos,



fazendo apelo à repartição interna de competências, potenciando a capacidade das Unidades no apoio às diligências de investigação a cumprir.

O impacto que estes fenómenos criminais produzem na sociedade tem conduzido as Forças Policiais à promoção de estratégias que estão em alinhamento com as boas práticas e recomendações de organismos internacionais, como sejam a UE, a EUROPOL e as Nações Unidas, e com as metodologias preconizadas nos Planos de Ação Operacionais que as operacionalizam. De entre outras boas-práticas, recomendações e/ou metodologias consagradas a nível nacional e internacional, identifica-se a adoção das seguintes:

- Abordagem compreensiva e integral dos fenómenos criminais;
- Canais privilegiados de comunicação intra e interforças para coordenação do empenhamento operacional;
- Interação proactiva entre as diversas valências de investigação criminal (IC-Operativa, IC-Análise de informação criminal e IC-Criminalística);
- Incremento da troca de informação com agências internacionais (EUROPOL, INTERPOL e forças congéneres, em especial a *Guardia Civil*);
- Complementaridade/Continuidade entre as medidas de prevenção e as medidas de investigação.

Incremento da presença e da visibilidade das Forças de Segurança numa base permanente, mediante afetação de RH ao desempenho de valências operacionais e de policiamento de proximidade, em zonas identificadas como de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais

Na sequência de contactos com a Procuradoria-Geral da República (PGR), foi prosseguido o trabalho desenvolvido pelas equipas operativas da Guarda, na investigação dos ilícitos criminais ocorridos nas áreas dos distritos judiciais dos Departamentos de Investigação e Ação Penal, relacionados com o furto de metais não preciosos, os quais, pelas suas características, figuram já entre as tipologias criminais que maior alarme social provocam, não só pela delapidação do património das empresas lesadas, como também pelos danos secundários causados a nível do ambiente, das comunidades e da segurança e proteção da integridade física das pessoas.

Com base na competência distrital e através da coordenação centralizada da Direção de Investigação Criminal da GNR, tem sido assegurado o cumprimento operacional da Circular n.º 3/2012, da PGR, de 13 fevereiro, a qual preconiza o recurso a metodologias específicas de recolha e tratamento de dados que contribuam para melhorar o apoio às equipas operativas que desenvolvem as investigações.

Apesar de haver espaço para reconfigurar as estratégias de intervenção, os resultados apurados traduzem uma melhoria substancial da gestão e utilização da informação recolhida.

Supletivamente, tem sido dada prioridade ao estabelecimento de relações de parceria com as diversas entidades públicas e privadas, passando a haver uma correção mais próxima e integrada do fenómeno, traduzida no desenho e acompanhamento de iniciativas destinadas à prevenção, análise e tratamento de informação, intervenção, investigação, divulgação de resultados, relacionamento com agentes económicos e coparticipação e/ou colaboração em projetos/parcerias, entre outras iniciativas.

Acresce referir que a Guarda desenvolve anualmente a Operação verão Seguro, que decorre entre os dias 15 de junho e setembro, balanceando efetivos para zonas de maior afluxo de pessoas, em especial direcionadas para o litoral e segurança de eventos de maior dimensão que decorrem na sua ZA, dando particular atenção aos locais turísticos mais frequentados, com o objetivo de garantir a manutenção da ordem e a tranquilidade pública e, em simultâneo, reforçar o sentimento de segurança das populações dessas áreas.

Alargamento do Programa «Campo Seguro», especialmente destinado a combater e prevenir o furto de metais e equipamentos agrícolas nas zonas rurais

O Programa Campo Seguro, desenhado para combater e prevenir o furto de metais e equipamentos agrícolas nas zonas rurais, permitiu captar a atenção de outras entidades, para além das que assinaram o Protocolo “Campo Seguro”, sendo definidas estratégias de atuação direcionadas também para a recetação de metais não preciosos. Consciente da importância deste problema e do alarmismo social causado, principalmente junto da comunidade rural, registou-se uma iniciativa legislativa extremamente relevante, com a publicação da Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, a qual passa a definir os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.



Na prossecução dos objetivos consagrados no presente Programa, a Guarda desenvolveu uma operação com a mesma designação (Operação Campo Seguro) cujos resultados serão apresentados no capítulo dedicado aos Programas especiais de prevenção e policiamento.

### Manutenção e melhor operacionalização dos programas de policiamento de proximidade

A operacionalização dos programas de policiamento comunitário tem sido garantida através do reforço de meios humanos e materiais das Secções de Programas Especiais (SPE) da formação do efetivo das SPE em áreas muito específicas (violência doméstica e o bullying), mediante o diagnóstico do foco dos problemas e da definir uma atuação preventiva ainda mais proactiva e, por fim, pela capacidade de conceção de referenciais de formação nas diversas áreas, o que permite uniformizar a mensagem que se pretende transmitir aos públicos-alvo.

### Promover abordagem preventiva com vista à implementação ativa de um papel de mediação social nas «zonas urbanas sensíveis»

A GNR desenvolveu em 2012, o projeto «Interlocutor Local de Segurança», destinado a envolver pessoas pertencentes a instituições com responsabilidades locais e possuam competências e com relacionamento privilegiado com a sociedade na dinâmica da Segurança, garantindo, assim, não só nas áreas urbanas sensíveis, mas também nas demais comunidades locais a nível nacional, o envolvimento destas na dinâmica da Segurança, fomentando a interação entre a Guarda Nacional Republicana e a Comunidade, criando e fortalecendo os laços, e dessa forma, exponenciar a qualidade da ação policial dos militares.

Esta medida visa, dessa forma, promover o policiamento comunitário, numa prática quotidiana de atitudes conducentes a uma cidadania ativa.

No ano em análise, a guarda empenhou cerca de 500 militares afetos ao citado programa, cujo objetivo radica na identificação e formação dos potenciais interlocutores de segurança enquanto responsáveis das comunidades locais, garantindo a intermediação entre a população e a Guarda.

O programa, desenvolvido a nível nacional na área de atuação da Guarda, permitiu a realização de 214 ações e a formação de 1708 interlocutores com responsabilidades locais. Nestas ações, a maioria dos formandos era composta por Presidentes de Junta, tendo também recebido formação Presidentes de Câmara Municipal, Vereadores, párocos, responsáveis dos bombeiros e de Instituições Particulares de Solidariedade Social, assim como presidentes de agrupamentos escolares e representantes de associações de pais e dos comerciantes.

Segundo a comunidade beneficiária da iniciativa, é salientado o papel desenvolvido pela Guarda junto das comunidades, o que permitiu dar a conhecer melhor a estrutura e o funcionamento da Guarda, assim como explicar algumas questões ao nível da legislação, permitindo um estreitar de laços entre as diferentes partes envolvidas, beneficiando ambas da troca de experiências e de conhecimentos mútuos com a criação de canais diretos de comunicação entre os militares e os interlocutores locais, cujo objetivo último consiste em promover e prestar o necessário apoio aos cidadãos.

Esta iniciativa tem ainda o mérito, reconhecido pelas entidades, comunidades envolvidas e também pela comunicação social, de possibilitar o aumento perceptível do sentimento de segurança de pessoas mais idosas e isoladas, conferindo um conjunto de conselhos e recomendações destinados a evitar vários tipos de crime, nomeadamente burlas e furtos a residências, instruindo sobre os procedimentos legais que as populações devem adotar em caso de necessidade.

Na prossecução dos objetivos consagrados no presente Projeto da iniciativa da Guarda, foram desenvolvidos um conjunto de ações, cujos resultados serão apresentados no capítulo dedicado aos Programas especiais de prevenção e policiamento.

### Programas especiais de prevenção e policiamento

Considerando a importância e a influência que as ações de prevenção da criminalidade têm no sentimento de segurança das pessoas, a Guarda tem desenvolvido um conjunto de iniciativas integradas no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, que visam essencialmente intervir ao nível das causas do fenómeno crimínogeno e, dessa forma, contribuir para a redução das práticas de índole criminoso e criar e reforçar o sentimento de segurança das populações, evitando a ocorrência de factos atentatórios contra a sua vida e integridade física, a paz pública e a ordem democrática, mediante a utilização de meios dissuasores adequados a inibir ou intimidar potenciais delinquentes, bem como, através de ações de sensibilização, proporcionar à comunidade em geral e aos grupos especialmente vulneráveis em particular, um conjunto de informações que lhes permitam adotar as medidas de proteção mais adequadas a cada situação em concreto.

Para atingir tal desiderato, foram definidas e desenvolvidas estratégias de organização e de atuação, de forma a potenciar o policiamento de proximidade e segurança comunitária que permitam uma maior aproximação e interação entre os militares da Guarda e os cidadãos. Nesta medida foram criados os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP) que estão direcionados



para os grupos de pessoas mais vulneráveis, ou para os fenómenos que, fruto da evolução das técnicas das práticas delinquentes, mereçam uma maior atenção pelos operacionais da Guarda.

Para a implementação e desenvolvimento dos PEPP, a Guarda dispõe de meios humanos e materiais que, com carácter de exclusividade, se dedicam de forma muito zelosa ao cumprimento das suas atribuições, contando com a preciosa colaboração do restante efetivo da Guarda, nomeadamente, o efetivo territorial, o efetivo da Unidade de Intervenção (UI), o efetivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) e o efetivo da Escola da Guarda (EG).

A operacionalização dos PEPP depende de um Órgão Técnico, a Repartição de Programas Especiais (RPE), da Direção de Operações do Comando Operacional e das 81 Secções de Programas Especiais (SPE), orgânicas dos Destacamentos Territoriais, as quais são constituídas pelos Núcleos Escola Segura (NES), Idosos em Segurança (NIS) e Comércio Seguro (NCS). Esta estrutura organizacional comporta, em primeira linha, um efetivo de 311 militares que dispõem, para cumprir as suas atribuições, de 178 viaturas ligeiras e 38 motos.

A Guarda dispõe de uma malha territorial que abrange todo o território nacional, razão pela qual se constitui como uma Força de Segurança com um conhecimento privilegiado da realidade nacional, o que no âmbito dos Programas Especiais lhe confere condições ímpares para a sua operacionalização, nomeadamente, junto dos setores mais vulneráveis da sociedade, como sejam as crianças, as mulheres e os idosos. Numa estratégia de proximidade com as pessoas e com as instituições locais, a Guarda desenvolveu inúmeras ações de prevenção da criminalidade, através da sua presença física junto dos locais e das pessoas mais críticas e da realização de ações de sensibilização nas escolas, nas autarquias, nos centros de dia, os comerciantes e residência a residência, de modo a informar e persuadir as pessoas, em particular aquelas que apresentam maior risco de se tornarem vítimas dos criminosos, a adotar medidas para a sua própria proteção, designadamente para precaver burlas, roubos e furtos.

No combate à solidão, à pobreza e exclusão social, a Guarda desenvolveu as Operações Censos Sénior e Idosos em Segurança que muito tem contribuído para o conhecimento da realidade social desta faixa etária da população portuguesa. Para além do levantamento das situações em que os idosos vivem isolados, merecem destaque as cerca de quatro centenas de situações que foram encaminhadas para as Instituições de Apoio Social locais e que permitiram oferecer melhores condições de vida a esses idosos.

A Guarda, de forma isolada ou em parceria, continuou o seu esforço e empenho no desenvolvimento dos PEPP, fomentando o conceito de policiamento de proximidade e segurança comunitária, intervindo de forma assertiva em situações de violência doméstica, de apoio a crianças e jovens em risco e de apoio e proteção a idosos. Para a sua consolidação, a Guarda celebrou diversos protocolos e/ou parcerias, nomeadamente os seguintes:

- Protocolo de Colaboração com a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar (CERCICOA), para prevenção e combate de situações de risco ou perigo que envolvam pessoas com deficiência ou incapacidade beneficiárias dos serviços da CERCICOA;
- Protocolo de Parceria com o Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem-Abrigo de Aveiro (NPISAA), para prevenção de situações de risco de sem-abrigo, diagnóstico de situações e acompanhamento dos casos, qualificação e avaliação da intervenção;
- Protocolo de Parceria com a Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (APDC); para que esta apoie a Guarda, em casos de desaparecimento de crianças, com psicólogos e terapeutas familiares que serão encaminhados para as famílias das crianças desaparecidas;
- Protocolo de Parceria com a BESTCENTER – Viseu, no desenvolvimento de ações que sensibilizem a população para a problemática da violência doméstica;
- Protocolo de Parceria com o grupo empresarial Delta Cafés, para colaboração na distribuição de telemóveis aos idosos que vivem isolados nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal;
- Protocolo de Parceria com o Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão, para colaboração ativa nas diversas atividades realizadas pelo Agrupamento;
- Protocolo de Parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Amares), para colaboração num projeto desenvolvido no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH);
- Protocolo de Parceria com a Rede Universidades Terceira Idade (RUTIS), para o desenvolvimento de projetos e programas comuns de carácter pedagógico, de cidadania e prevenção e promoção da segurança pública;



- Protocolo de Parceria com as entidades que constituem a ACROPOLE para a implementação de uma estratégia e ações de prevenção e combate a consumos e comportamentos de risco no espaço ACROPOLE – espaço físico, interno e externo, de escolas de Odemira.

Em seguida será afluída a intervenção da Guarda nos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento integrados no âmbito Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, quer digam respeito aos programas cuja génese deriva da Tutela, como daqueles que têm a sua origem na iniciativa da Guarda («Projeto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas – IAVE», «Programa de apoio ao Turismo – *Tourist Support Patrol*», «verão Seguro – Chave direta», «Operação Azeitona Segura», «Residência Segura», «Operação ao nemátodo da madeira do pinheiro» , «Operação Floresta Segura») e o Projeto Interlocutor Local de Segurança.

### Programa Escola Segura

O Programa «Escola Segura» constitui um programa de âmbito nacional vocacionado para a segurança de toda a comunidade escolar.

A GNR atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, através dos NES, desenvolveu e reforçou as suas ações junto de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolvê-la nas questões da segurança no meio escolar.

Com este objetivo foram realizadas diversas atividades, nomeadamente ações de policiamento e de sensibilização junto das escolas, complementadas com a distribuição de panfletos alusivos a matérias como a prevenção rodoviária, o bullying, os maus tratos e os abusos sexuais, segurança rodoviária, os direitos das crianças, etc. Estas ações tiveram como público-alvo toda a comunidade escolar.

No âmbito deste programa, em 2012, foram realizadas 9.317 ações de sensibilização sobre várias temáticas, tais como prevenção rodoviária, segurança na rua, prevenção do consumo de estupefacientes, educação ambiental, prevenção da delinquência, maus tratos, *bullying* e *ciberbullying*. Foram ainda realizadas 628 demonstrações de meios e 381 escolas visitaram os vários quartéis da GNR.

Ainda no âmbito do Programa Escola Segura foram realizadas as seguintes Operações:

- Operação “Páscoa Segura” decorreu de 23 de março a 8 de abril, tendo sido empenhados 1.738 militares e realizadas 685 ações de sensibilização sobre prevenção rodoviária;
- Operação “Retorno às aulas em Segurança” decorreu de 10 a 14 de setembro, tendo sido empenhados 1.990 militares, abrangendo 1.253 escolas, onde foram realizadas ações de sensibilização sobre transporte de crianças em veículos automóveis.

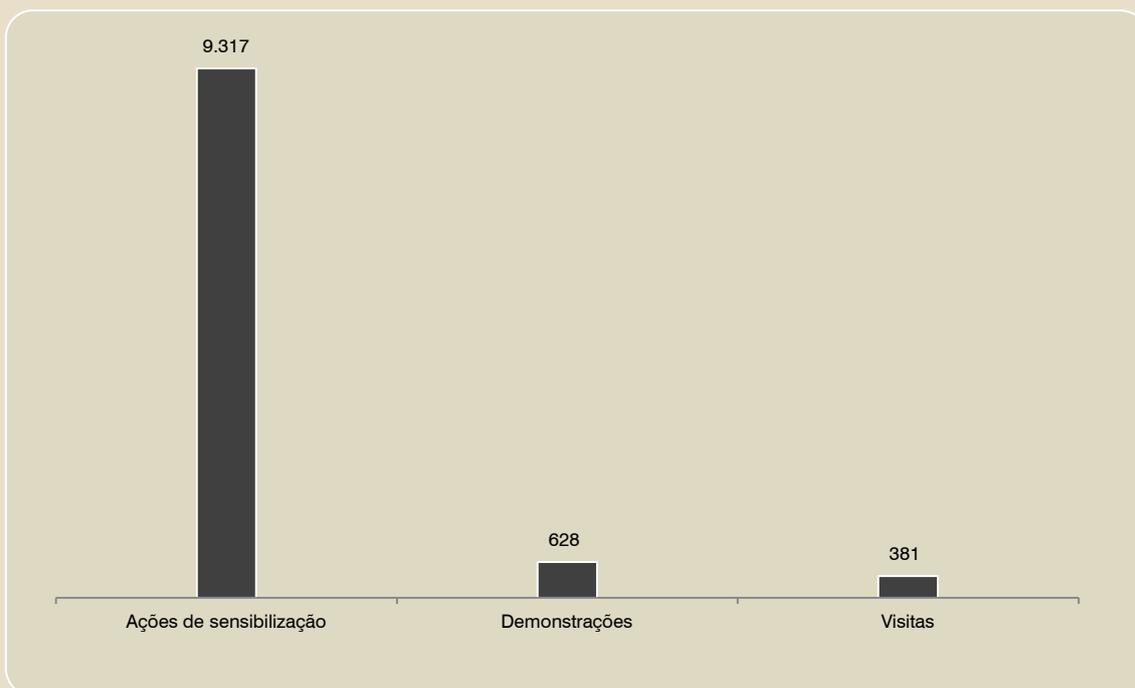


Figura 24 – Ações desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura



As ações desenvolvidas neste âmbito repartiram-se geograficamente do seguinte modo:

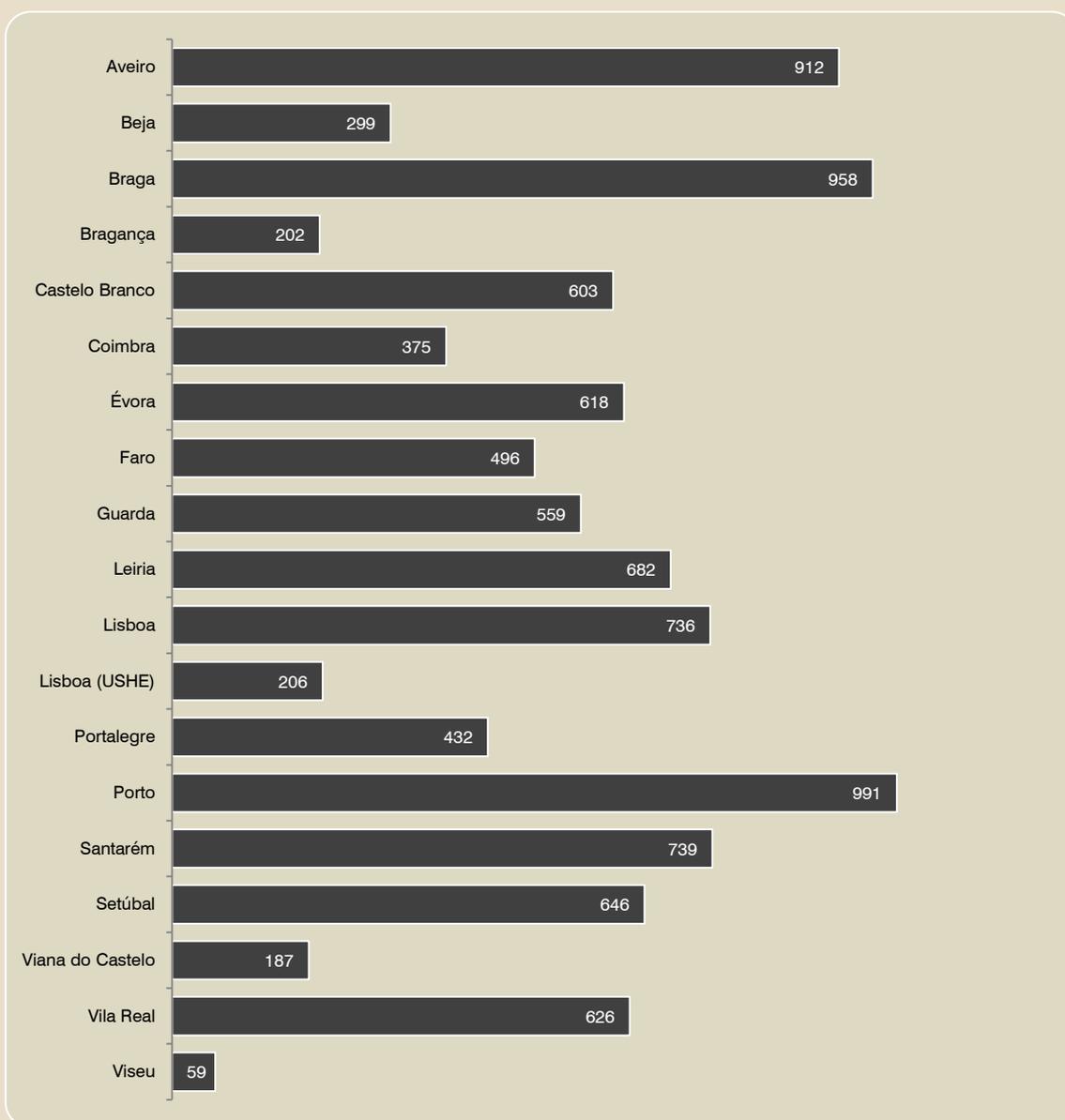


Figura 25 – Ações desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura (detalhe)

### Programa Igreja Segura

Este Programa, da iniciativa e coordenação do Museu de Polícia Judiciária, sediado na Escola de Polícia Judiciária, em que a GNR é um dos parceiros, tem como objetivo principal desenvolver estratégias de prevenção criminal, de forma a erradicar ou diminuir as práticas de furto de arte sacra em igrejas.

De acordo com os protocolos estabelecidos com o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, a Guarda tem assegurado, dentro da sua esfera de competência, um conjunto de ações relevantes no domínio da proteção do património secular da igreja, e património azulejar, contribuindo para o esclarecimento dos párocos, e demais entidades, das medidas de segurança, ativas e passivas, de proteção dos edifícios e bens que devem ser aplicadas para evitar a delapidação, sobretudo por furto, mas também por vandalismo e incúria dos bens.

Neste âmbito, a GNR continuou a exercer um esforço considerável no esclarecimento dos agentes da Igreja (Párocos e Assistentes), para que adotem as necessárias medidas de segurança preventivas, de modo a evitar este tipo de prática criminal e/ou a minorar os efeitos provocados pelos furtos deste importante património das igrejas que, na sua essência, pertence a toda a comunidade. Em conformidade com o mencionado e em seu complemento, a GNR produziu um folheto para distribuição intitulado “Prevenção do Furto de Metais Não Preciosos nas Igrejas e em Locais Públicos” que alerta para a necessidade de adotar determinados comportamentos preventivos para a proteção do património das Igrejas na sua generalidade.



### Programa SOS Azulejo

Este Programa, também ele coordenado pelo Museu da Polícia Judiciária, sediado na Escola de Polícia Judiciária, em que por protocolo, a GNR participa ativamente como parceiro, tem como objetivo principal a proteção do património azulejar português. Neste âmbito, a GNR procedeu à fiscalização em feiras e outros locais, de modo a prevenir a comercialização ilícita deste tipo de património, reforçou as ações de vigilância junto de locais sinalizados como importantes em termos de património azulejar e participou no Seminário realizado no âmbito deste Programa.

A título informativo, a Guarda em participação conjunta com a Polícia Judiciária, submeteram a candidatura do Projeto «SOS Azulejo» ao prémio europeu «Prémio Europa Nostra (Europa Nostra Awards 2013)». A candidatura apresentada foi recentemente premiada na categoria de «Educação, formação e sensibilização», selecionada de entre 200 candidaturas nomeadas, podendo ainda vir a ser galardoada com um dos seis prémios principais, numa cerimónia oficial que decorrerá em Atenas, na Grécia em 16 de junho, com a presença da comissária europeia para a Educação e Cultura, Androulla Vassiliou.

### Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança

Atendendo à importância social e o progressivo aumento da população idosa que, na Zona de Ação da GNR, vive de forma isolada e/ou em locais isolados, sendo considerada um alvo fácil para a prática de atividades criminosas, é mantido em permanência o Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, o qual contribui para o reforço da segurança e a manutenção do sentimento de confiança na GNR. Os objetivos deste programa são alcançados com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Na prossecução destes objetivos, a GNR realiza, através dos Núcleos Idosos em Segurança (NIS), com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, diversas ações no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade que vão desde o levantamento de situações em que os idosos vivem isolados e/ou em locais isolados, até à realização de ações de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e respetivo encaminhamento para as Instituições de Apoio Social locais e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações foram realizadas ao longo do ano, mediante contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, a fim de lhes comunicar os procedimentos de segurança a observar em situações em que sejam alvo de burla, furto ou roubo, quer na forma tentada, quer na forma consumada. Em suma, a Guarda realizou 1.626 ações de sensibilização sobre as diversas temáticas junto dos idosos, onde empenhou 2.840 militares para um universo de 33.235 idosos.

No âmbito do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” foram realizadas as seguintes operações:

- Operação “Censos Sénior 2012” que decorreu entre os dias 15 de janeiro e 29 de fevereiro, tendo sido empenhados 4.537 militares e registados 23.001 idosos a residir sozinhos e/ou isolados;
- Operação “Idosos em Segurança” que decorreu de 02 a 31 de outubro, tendo sido empenhados 2.840 militares e realizadas 1.626 ações de sensibilização para a prevenção de burlas, furtos e roubos;
- Operação “Gerações de Mãos Dadas” a qual decorreu em 01 de outubro (Dia Internacional do Idoso), tendo sido empenhados 403 militares e realizadas 184 ações de sensibilização para a prevenção de burlas, furtos e roubos que abrangeram 5.036 idosos, com a particularidade dessa ações terem a participação ativa de 4.751 crianças (este projeto foi objeto de candidatura ao Prémio Manuel António da Mota e ao Prémio do Ano Europeu de 2012, no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, na Categoria «construção de ambientes favoráveis aos idosos» apresentando o «Projeto Gerações de Mãos Dadas», tendo sido distinguido com uma Menção Honrosa no Prémio Manuel da Mota).

### Programa Comércio Seguro

Este programa especial de policiamento de proximidade e segurança comunitária tem como principal objetivo a criação de condições de segurança em estabelecimentos que possuam, como característica dominante, o atendimento ao público. Esta atividade assenta em três pressupostos: a criação de condições efetivas de segurança e proteção aos comerciantes; a rápida intervenção da GNR em situações de roubo, furto ou ameaça grave; o desenvolvimento dum sistema de comunicação e gestão de informação que permita, ainda, o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade.

Neste âmbito, a GNR, através dos Núcleos Comércio Seguro (NCS), com o apoio do efetivo dos Postos Territoriais, realizou diversas ações de sensibilização a comerciantes, com o objetivo de contribuir para uma maior segurança na atividade comercial. Em complemento deste objetivo, a GNR elaborou um folheto para distribuição aos visados pelo Programa, com o título “Prevenir é Proteger”. A GNR continuou a colaborar com a APED, no âmbito do protocolo assinado entre essa Entidade e o MAI, disponibilizando formadores para ministrar ações de sensibilização aos associados da APED.



Para além das iniciativas referenciadas, a GNR realizou a Operação “Comércio Seguro” que decorreu de 17 a 21 de dezembro, onde atendendo aos objetivos já enunciados, empenhou 1.358 militares e realizou 1.553 ações de sensibilização junto de 11.142 comerciantes.

### Programa Farmácia Segura

A Guarda continuou a colaborar ativamente com a Associação Nacional de Farmácias, promovendo um importante apoio às farmácias e farmacêuticos que aderiram ao programa, ministrando ações no âmbito das boas práticas de segurança a desenvolver por estas entidades.

### Programa transporte seguro de Tabaco

A Guarda continuou a colaborar com a Associação Nacional dos Grossistas de Tabaco, em estreita coordenação com o Gabinete Coordenador de Segurança do Sistema de Segurança Interna, promovendo ações de formação e sensibilização aos seus associados.

### Programa Abastecimento Seguro

Durante o ano de 2012 o efetivo territorial da Guarda prestou o apoio necessário aos responsáveis pelos postos de abastecimento de combustível, intervindo em várias ocorrências sinalizadas para a central de alarmes da PSP.

### Programa Táxi Seguro

O Táxi Seguro é um sistema inovador de prevenção e que confere maior segurança à atividade dos taxistas, permitindo acionar um alarme diretamente na Central de Comando da PSP.

A Guarda colaborou em 2012 ativamente com o MAI na prossecução deste programa. Durante o ano de 2012 o efetivo territorial da Guarda, prestou o apoio necessário aos taxistas, intervindo em várias ocorrências sinalizadas para a central de alarmes da PSP.

### Projeto «Investigação e Apoio a Vítimas Específicas» (IAVE)

Em 2012, foi concluído o relatório final da “Avaliação do Projeto IAVE de 2004 a 2009”, na sequência da análise e tratamento dos dados obtidos através do inquérito por questionário conduzido durante o ano de 2011, a nível nacional.

Para tal recolheram-se 2103 questionários, 893 junto da população cidadãos/vítimas, 369 junto das entidades externas (parceiros/autoridades judiciárias/ONG's) e 807 junto das entidades internas/colaboradores (Comandantes CTer, Chefes das SIC, Comandantes DTer, Comandantes PTER, Chefes dos NIAVE e Chefes das EII PTER). Numa escala de satisfação de um (1) a cinco (5), em que um (1) corresponde a “pouco satisfeito” e cinco (5) a “muito satisfeito”, a imagem global evidenciada, tanto no posicionamento dos cidadãos vítimas a quem o serviço é prestado como no das entidades externas e internas com quem são estabelecidos relacionamentos, revela estarem muito satisfeitos com o serviço policial, de investigação e apoio prestado pelos NIAVE.

A escolha prioritária pela opção “muito satisfeito/satisfeito”, manifestada em grande parte dos indicadores em análise, permite concluir que as práticas profissionais estão a ser desenvolvidas a um nível de elevada proficiência, que conjuga competência profissional com disponibilidade, empatia e acompanhamento às vítimas, desde o momento da ocorrência, ou de contacto com a primeira linha de intervenção institucional, até ao momento em que o mesmo cessa, de permeio com uma dinâmica muito própria onde frequentemente intervêm as demais entidades externas (com particular incidência para as autoridades judiciárias e as ONG's) presentes no terreno.

O envolvimento e a participação dos elementos do projeto, junto dos cidadãos/vítimas e dos parceiros, dão corpo às suas diferentes valências e âmbito de intervenção, não só ao nível policial e processual penal, mas também (e sobretudo) ao nível do apoio e acompanhamento às vítimas especialmente vulneráveis. O relacionamento formal decorrente desta interação tem continuidade nos mais diversos fóruns de discussão onde os especialistas das distintas áreas do saber se juntam para debater assuntos que contribuam para a melhoria da articulação e agilização de processos, tendo sempre como valor referência a prestação de mais e melhores serviços às vítimas.

Sem descurar a possibilidade que os inquiridos tinham para demonstrar a sua vontade em ver introduzidas melhorias no sistema/serviço que fossem ao encontro das suas mais elevadas expectativas, o posicionamento registado, ao nível da informação e dos serviços disponíveis, é ligeiramente inferior ao grau de satisfação globalmente manifestado, podendo a sua justificação dever-se ao facto das habilitações dos cidadãos/vítimas inquiridos se situarem maioritariamente entre o 4º e o 9º ano de escolaridade, universo que não faz tanto uso das tecnologias de informação e comunicação para interagir com as FSS, preferindo o contacto pessoal, através da deslocação aos respetivos locais de atendimento.



A nível interno, os resultados colhidos trilham o mesmo caminho das opiniões manifestadas anteriormente, com especial relevo para a satisfação global com o desempenho dos militares ligados ao projeto IAVE, em especial aos chefes destas equipas, a quem é reconhecido espírito de equipa e capacidade de liderança na gestão das ocorrências relacionadas com a VD, não só numa perspetiva de intervenção inicial em situação de crise, como na investigação e acompanhamento subsequente das vítimas, em permanente interação com as entidades com as quais são dinamizadas as mais diversas parcerias existentes.

Assim sendo, chegados à fase IV do projeto, conclui-se que, no essencial, as fases anteriores cumpriram os seus objetivos, pelo que interessa cuidar a passagem de Projeto IAVE a Programa IAVE, caminhando no sentido da certificação do Projeto, num futuro próximo.

Este projeto tem igualmente impacto a nível internacional, como atestam as referências feitas no 2.º Relatório de Atividades da Comissão Nacional para os Direitos do Homem, onde se destaca, no capítulo subordinado às boas práticas (pp 33 e 34), uma especial e elogiosa referência a este projeto, bem como no Relatório “*Universal Periodic Review – on the road to implementation*”, das Nações Unidas, o qual selecionou Portugal como estudo de caso e boas práticas, destacando um conjunto de medidas e atividades numa série de áreas, onde se destaca a referência a este projeto. O projeto IAVE foi selecionado pelo MAI/DGAI para representar Portugal no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade no ano de 2006.

### Programa de apoio ao Turismo – *Tourist Support Patrol (TSP)*

Este Programa de iniciativa da GNR, garante a segurança de pessoas e bens, com especial incidência nos locais de maior concentração de pessoas e visibilidade (eventos e zonas turísticas), proporcionando o necessário sentimento de segurança e proximidade, numa plena demonstração de uma Guarda moderna, colaborante e pró-ativa.

Este programa, exige um grande empenhamento durante o período estival, dada a especial necessidade de garantir segurança às pessoas que se encontram no gozo de férias.

Apoia as Unidades Territoriais, ao nível de um patrulhamento de visibilidade e qualidade garantidas, atuando isoladamente ou em reforço, numa área muito específica e sob controlo operacional.

A força de apoio ao turismo atua em todo Território Nacional nos mais variados locais e eventos, em apoio às unidades territoriais, garantindo uma muito maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e os meios moto.

No que respeita ao meio de patrulhamento, pode atuar em praticamente todos os locais, conferindo-lhe uma versatilidade assinalável.

### Verão Seguro – Chave Direta

Este programa visa a proteção da propriedade privada e tem vindo a ser executado desde 2007, mediante um maior esforço em ações de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que, nos seus períodos de férias, solicitam à GNR este tipo de serviço. Ao longo dos anos, este Programa tem registado um aumento considerável do número de cidadãos que o solicitam.

Em 2012, durante o período de 1 de julho a 15 de setembro, a GNR promoveu vigilância especial a 2.287 residências, não registando qualquer tipo de ocorrência. Comparativamente ao período homólogo do ano anterior, o valor mencionado significa um aumento, em termos absolutos, de 278 residências que foram enquadradas no Programa.

### Operação Azeitona Segura

A Operação Azeitona Segura é um projeto de policiamento de proximidade e segurança comunitária despoletado pelo Destacamento Territorial da GNR de Moura. Este programa foi adaptado à atividade de olivicultura, com o objetivo inicial de prevenir a criminalidade associada ao furto de azeitona, através de ações dinâmicas de policiamento e articulação com várias entidades tais como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto de Segurança Social, a Direção-Geral de Finanças, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a Polícia de Segurança Pública, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos e olivicultores não associados. A operação possibilitou reduzir drasticamente o crime de furto de azeitona e permitiu a criação de um registo central com informação relevante para este setor de atividade, com a particularidade de esta ser partilhada pelas entidades que participam no projeto.

Considerando os resultados obtidos, o Comando da Guarda determinou que o Projeto Operação Azeitona Segura fosse alargado a todo o território continental, numa operação que teve o seu início em 2012 e se prolonga até 2013 (06 de novembro de 2012 a 31 de janeiro de 2013).

Acresce referir que este projeto, vencedor do Prémio de Boas Práticas no Setor Público em 2010, voltou a ser distinguido, desta feita a nível internacional, enquanto representante nacional na Conferência de Boas Práticas da Rede Europeia no âmbito do Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade 2012 (European Crime Prevention Award - ECPA).



## Residência Segura

Este programa de iniciativa da GNR surgiu em janeiro de 2010, como resposta a um aumento do sentimento de insegurança na comunidade estrangeira a residir na zona de Loulé - Algarve, após vários assaltos, com recurso à violência, a residências localizadas em zona de difícil acesso, no final de 2009.

O projeto «Residência Segura» foi considerado como um exemplo de boas práticas, em junho de 2010, pelo que foi divulgado pelo dispositivo territorial. Em dezembro foi selecionado pelo MAI/DGAI para representar Portugal no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade, tendo como tema – «Por uma casa segura, numa comunidade mais segura, através da prevenção, do policiamento e da reinserção».

O Programa Residência Segura direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários Destacamento Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residências, em particular as habitadas por idosos e em locais isolados. Os procedimentos adotados passam pelo contacto com os idosos registados no âmbito da Operação “Censos Sénior” que residem sozinhos e/ou em situação de isolamento e pela georreferenciação de todas as suas residências, atribuindo-lhes um número de polícia, para melhor e mais rápida localização.

Para potenciar a ação foi elaborado um folheto de aconselhamento à adoção de boas práticas de prevenção da criminalidade. Nos contactos com a população, também é disponibilizando o contacto telefónico direto dos militares responsáveis pelo Programa.

O Programa Residência Segura encontra-se atualmente em desenvolvimento por todo o dispositivo, tendo aderido ao programa, até ao momento 14.198 residências. Este Programa foi alvo de avaliação, tendo sido aplicado um questionário de satisfação aos destinatários do programa, verificando-se que 96,26% dos inquiridos considera a iniciativa importante ou muito importante e da totalidade dos inquiridos cerca de 73,94% considera-se seguro ou muito seguro, sendo que o fator mais importante do Programa é o “Policiamento mais próximo do cidadão e disponibilização de contacto móvel direto da Equipa”.

## Operação ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro

Face às acrescidas exigências de fiscalização decorrentes dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal, objeto de monitorização pela Comissão Europeia – Direção Geral da Saúde e dos Consumidores (DG-SANCO) para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária decorrentes da recente legislação que entrou em vigor no ano de 2011, a GNR através do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) procedeu a um esforço de fiscalização e controlo da circulação, efetuando 914 operações de controlo, fiscalizou 23.224 viaturas transportando madeira e/ou paletes de madeira, tendo sido reportadas 236 infrações.

## Operação Floresta Segura 2012

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integrada operacionalmente no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, foram registados 5.929 crimes de incêndio, 36 detidos, tendo sido levantados 2.730 autos de contra ordenação e realizadas 28.230 ações de patrulhamento e vigilância da floresta.

Foram registadas 27.151 ocorrências de incêndios florestais, de que resultou uma área ardida de 118.954,309 hectares, sendo que dessas ocorrências, 846 implicaram uma área superior a 10ha, tendo sido investigados 829 (98 % das ocorrências) e 144 incêndios implicaram uma área superior a 100 hectares, tendo sido investigados 142 o que corresponde a um índice de investigação cifrado em de 99%.

## Operação Campo Seguro

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, O MAI assinou em 16 de novembro de 2011 com a EDP – Distribuição, a EDP - Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT um protocolo denominado “Campo Seguro”, As empresas referidas, entretanto constituíram-se numa associação denominada “Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos” (PSAT). Ainda no âmbito do protocolo, o MAI faz-se representar pelo Exmo. Adjunto do Comandante Operacional da GNR.

No âmbito deste programa, a GNR realizou entre os dias 1 de fevereiro e 1 de março de 2012, a GNR levou a efeito a Operação “Campo Seguro”, realizando de ações de sensibilização aos agricultores e população em geral em todo o seu dispositivo territorial, através de contactos pessoais, com a finalidade de informar os potenciais interessados sobre as medidas de prevenção do furto de metais não preciosos e reprimindo toda e qualquer atividade ilícita, de forma a criar maior sentimento de segurança junto da população afetada por este tipo de ilícitos. Nesta Operação a Guarda empenhou 1.609 militares, foram realizadas 1.185 ações onde estiveram presentes 8.401 agricultores. Foi ainda elaborado um folheto de aconselhamento no âmbito da prevenção do furto de metais não preciosos para distribuição aos agricultores;

No âmbito da Operação “Campo Seguro” foram ainda realizadas ações, em parceria com as várias Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), nomeadamente as seguintes:



- Na DRAP Algarve, em 23 de fevereiro de 2012, estiveram presentes de 35 agricultores;
- Na DRAP Alentejo, em 27 de fevereiro de 2012, no Centro de Formação do Pomarinho (Évora), estiveram presentes 55 agricultores;
- Participação da GNR no “Encontro Nacional de Operadores de Gestão de Resíduos e Recicladores”, realizado no dia 10 de fevereiro 2012 no Centro Cultural de Belém;

### Interlocutor Local de Segurança

O policiamento comunitário baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja envolvimento de todos na sua identificação, análise, discussão e definição de soluções de acordo com as competências organizacionais envolvidas na resolução das diferentes situações.

A interação com a comunidade e o seu envolvimento na segurança local é um dos objetivos principais do policiamento comunitário e, nessa medida, a GNR lançou o Projeto Interlocutor Local de Segurança (ILS), desenvolvido em 4 fases e que seguidamente se transcrevem:

- 1.ª Fase – Elaborar um referencial de formação;
- 2.ª Fase – Ministrando formação de formadores a 18 Oficiais das Secções de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas (SOITRP), dos Comandos Territoriais, responsáveis pela área dos Programas Especiais;
- 3.ª Fase - Identificar os destinatários do projeto;
- 4.ª Fase - Divulgar o projeto e ministrar a formação.

Os objetivos que a GNR definiu para o programa foram os seguintes:

- Envolver as comunidades na dinâmica da Segurança.
- Promover o policiamento comunitário visando a prática quotidiana de atitudes conducentes a uma cidadania ativa;
- Aumentar a qualidade da ação policial dos militares através do aprofundamento das relações comunitárias,
- Contribuir para a integração dos sistemas de defesa pública e defesa social através de princípios como a transparência e ações educativas;
- Fomentar a interação entre a GNR e a comunidade.

Para concretizar o Projeto foram estipulados alguns requisitos que os potenciais ILS deveriam cumprir, para serem considerados como tal, nomeadamente, pertencerem a Instituições com responsabilidade local e que se relacionem com a população por motivo das suas funções, capazes de facilitar o envolvimento e interação entre a GNR e a comunidade.

Na primeira formação de ILS que decorreu em novembro de 2012, a Guarda empenhou 498 militares, os quais realizaram 214 ações, tendo sido formados 1.708 ILS.

Nas ações de formação ministradas, os ILS certificados pela Guarda foram, na sua esmagadora maioria, Presidentes de Junta de Freguesia, mas o universo é transversal às sociedades locais e registámos a presença de Presidentes de Câmara Municipal, vereadores, párocos, presidentes e Comandantes de Corporações de bombeiros, técnicas de Instituições Particulares de Solidariedade Social, técnicas das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, presidentes de agrupamentos escolares, representantes de associações de pais, representantes das associações de comerciantes, representantes dos centros de saúde, representantes da Santa Casa da Misericórdia, entre outros.

O quadro seguinte permite identificar por distritos, a interação entre os militares envolvidos nas diversas ações de formação e os Interlocutores Locais de Segurança certificados pela Guarda:

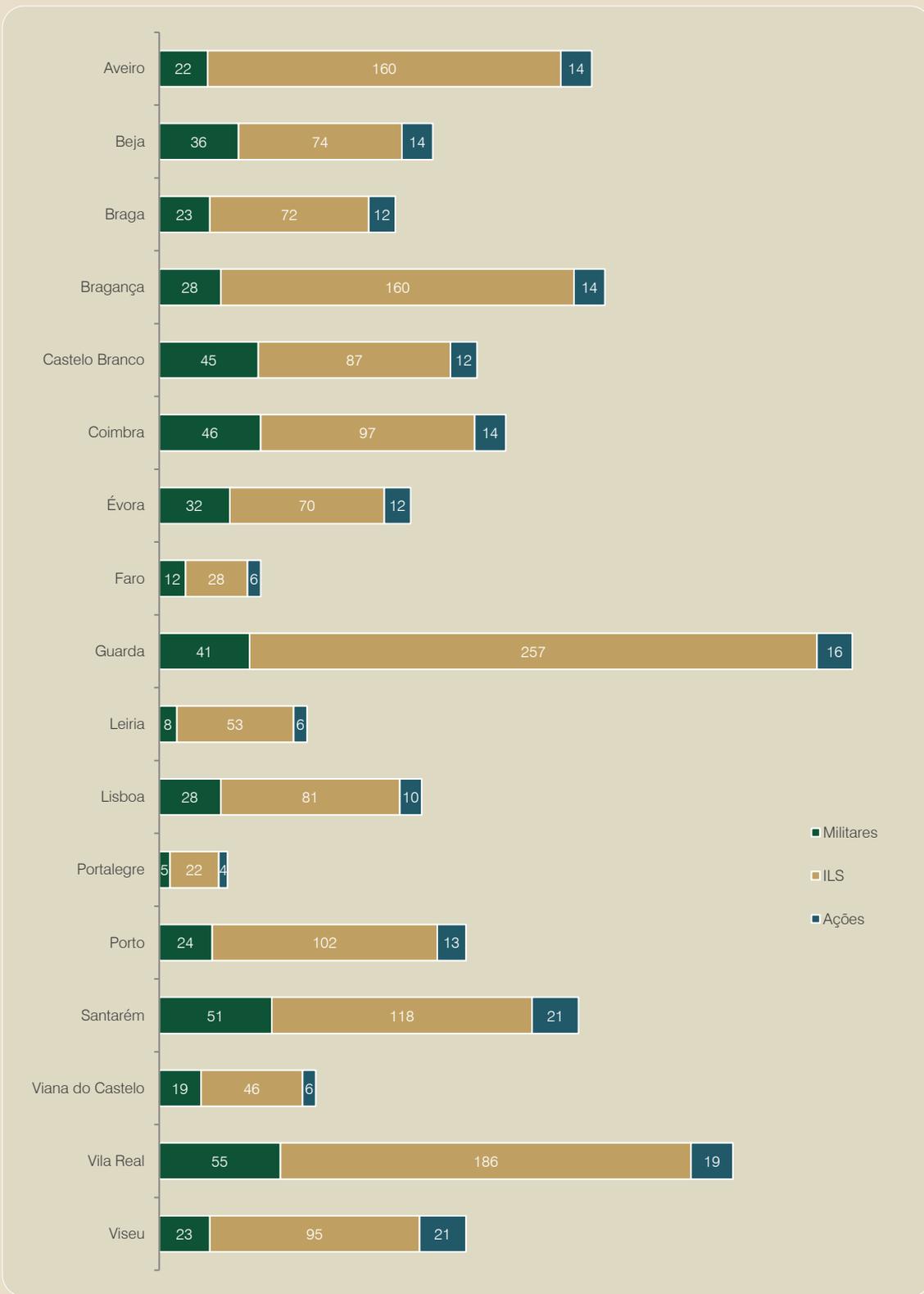


Figura 26 – Ações desenvolvidas e efetivo empenhado no Projeto Interlocutor Local de Segurança (detalhe)

### Ações de prevenção criminal

#### Operações especiais de prevenção (lei das armas)

No âmbito das ações de fiscalização direcionadas para o controlo de armamento, foram desencadeadas 2.088 operações, nas quais se empenharam um total de 6.442 militares.



**Ações e operações no âmbito do controlo de fronteiras e da fiscalização da permanência de cidadãos estrangeiros**

A Guarda, nas fronteiras marítimas e terrestres onde exerce a sua missão, controlou 13.845 pessoas, nas cerca de 607 ações levadas a cabo, tendo empenhado 2.265 militares.

**Ações no âmbito da segurança rodoviária**

Durante o ano de 2012, a GNR planeou e executou 27 Operações de trânsito de âmbito nacional com a duração total de 134 dias em operação e 18.113 Operações de trânsito de âmbito local, empenhando cerca de 102.540 efetivos.

Como resultado desta atividade foram fiscalizados 1.808.516 condutores e detetadas um total de 558.550 infrações. Entre o conjunto global das infrações detetadas, destacam-se as motivadas por excesso de velocidade (189.130), as referentes a condução sob o efeito de álcool (32.790), pela não utilização de cintos de segurança e sistemas de retenção (28.294) e as resultantes da falta de habilitação legal para conduzir (7.034).

No âmbito do trânsito e segurança rodoviária foram desenvolvidas diversas operações nacionais das quais se salientam s abaixo indicadas:

- Carnaval
- Páscoa
- Férias Seguras
- Criança Segura
- Operação Todos os Santos
- Natal Ano Novo 2012-2013

A Guarda desenvolveu ainda um conjunto de operações temáticas no âmbito TISPOL e do *Euro Controle Route* (ECR), garantindo o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, destacando-se as seguintes operações:

- *Truck;*
- *Seatbelt;*
- *Speed;*
- *Drugs/Alcohol.*

**Exercícios e Simulacros**

Durante o ano 2013, realizaram-se 23 exercícios que envolveram designadamente estabelecimentos de ensino e agentes de Proteção Civil e que contaram com a participação de 360 militares.

**Investigação Criminal**

No âmbito da investigação criminal desenvolvida pela GNR, registaram-se as seguintes ações comparadas com igual período de 2009 a 2011:

Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var %
<b>Inquéritos</b>					
Nº de inquéritos pendentes início do ano	14.281	16.432	19.166	72.603	278,81%
Nº de inquéritos entrados no ano	111.832	124.603	174.559	141.600	-18,88%
Número de inquéritos pendentes final do ano	58.083	5.857	72.603	19.177	-73,59%
Processos concluídos com proposta de acusação/arquivamento	106.413	135.178	121.122	142.140	17,35%





Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var %
<b>Buscas</b>					
Nº de ações realizadas	2.168	4.160	1.528	3.150	106,15%
Domiciliárias	1.489	2.295	1.139	2.345	105,88%
Não domiciliárias	560	1865	389	805	106,94%
<b>Apreensões</b>					
Armas	1.677	1.280	1.551	1.897	22,31%
Munições	45.542	22.851	6.359	34.947	449,57%
Explosivos	14.345	2.178	1.156	149	-87,11%
Veículos	1.327	1.837	1.695	1.421	-16,17%
<b>Detenções</b>					
Número	15.677	15.823	5.281	27.964	429,52%
Detenções flagrante delito	7.233	7.803	5.863	21.324	263,70%
Detenções fora flagrante delito com mandato judicial	7.160	4.335	1.968	6.266	218,39%
Detenções fora flagrante delito iniciativa da Guarda	983	3685	268	374	39,55%
<b>Criminalística (Pólicia Técnica)</b>					
Inspeções Técnicas Judiciais	15.076	14.091	12.204	9.830	-19,45%
Resenhas	1617	1541	1386	1252	-9,67%
Identificados	1003	849	952	731	-23,21%
Zaragatoas Bucais	315	236	230	205	-10,87%
Outros apoios técnicos	1546	1446	1344	1444	7,44%

Figura 27 – Ações desenvolvidas no âmbito da Investigação Criminal

### Diligências judiciais

As diligências judiciais constituem uma parte importante da atividade de investigação criminal e do próprio cumprimento da missão de polícia da Guarda, tendo motivado a realização de cerca de 252.897 ações e um grande empenhamento de efetivos.

### Atividade de polícia administrativa

No ano de 2012, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 1.107.672 rondas e patrulhas, as quais implicaram um empenhamento de meios humanos na ordem dos 2.214.976 militares.

Neste mesmo empenhamento, e no que respeita ao tempo despendido na utilização dos meios aéreos – helicópteros - durante 2012, a Guarda efetuou patrulhamentos aéreos que se cifraram em 167.218 horas de voo.

Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var %
<b>No âmbito do ambiente</b>					
Nº de ações	171.824	164.466	83.306	76.528	-8,14%
Tipo de ações - operações	2.038	8.393	-	-	-
Tipo de ações - fiscalizações	169.786	156.073	-	146.585	100,00%
Efetivo empenhado	152.400	220.033	202.279	198.620	-1,81%
Apreensões de documentos	400	325	-	-	-
Apreensões de materiais	2.540	3.028	-	-	-
Apreensões de pescado (quilos)	607	1.350	-	-	-
Outras apreensões	955	2.500	-	-	-



Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var %
<b>No âmbito fiscal e aduaneiro</b>					
<b>Inquéritos no âmbito fiscal</b>					
Nº de autos	12.906	12.374	13.363	12.153	-9,05%
<b>Contraordenações não aduaneiras</b>					
Nº inquéritos pendentes no início do ano	142	220	258	190	-26,36%
Nº inquéritos entrados no ano	281	826	469	506	7,89%
Nº inquéritos pendentes final do ano	140	258	190	185	-2,63%
<b>Contraordenações aduaneiras</b>					
Nº inquéritos pendentes em no início do ano	519	689	608	410	-32,57%
Nº inquéritos entrados no ano	2524	2.494	2.499	2.392	-4,28%
Nº inquéritos pendentes no final do ano	812	608	410	356	-13,17%
Nº de ações	138.130	144.344	6.533	31.562	383,12%
<b>Tipo de ações</b>					
Aguardo	31.355	32.454	19.109	12.375	-35,24%
Vigilância	22.149	31.493	27.535	26.414	-4,07%
Fiscalização	34.497	32.740	31.491	25.252	-19,81%
Acompanhamento de mercadorias	1.332	1.092	651	308	-52,69%
Sentinelas	44.780	42.438	38.087	30.427	-20,11%
Buscas e varejos	325	195	214	214	0,00%
Intervenção de equipas cinotécnicas	2.438	2.227	2.100	1.576	-24,95%
Intervenção de equipas endoscópicas	7	2	1	1	0,00%
Operações	1.239	1.703	2.159	1.886	-12,64%
<b>Efetivo empenhado</b>					
Aguardo	35.439	34.340	20.447	13.778	-32,62%
Vigilância	30.959	49.885	44.087	35.615	-19,22%
Fiscalização	40.549	38.826	37.789	36.694	-2,90%
Acompanhamento de mercadorias	1.201	997	586	295	-49,65%
Sentinelas	44.793	42.600	38.201	30.684	-19,68%
Buscas e varejos	1.059	562	642	584	-9,03%
Intervenção de equipas cinotécnicas	2.159	2.122	1.848	1.708	-7,58%
Intervenção de equipas endoscópicas	4	2	1	1	0,00%
Operações	5.486	10.451	11.226	8.617	-23,24%
Apreensões	-	-	-	-	-
Viaturas	8.558	7.390	7.196	6.555	-8,91%
Embarcações	8	5	9	6	-33,33%
Mercadoria (valor)	37.700.489	35.050.042	35.000.000	6.300.453	-82,00%
<b>No âmbito da atividade venatória</b>					
Nº de ações	1.633	1.752	2.066	1.964	-4,94%
N.º Contraordenações à caça	897	926	957	677	-29,26%
N.º Crimes à caça	168	210	239	176	-26,36%
N.º Contraordenações à pesca	455	532	532	475	-10,71%
N.º Crimes à pesca	113	84	84	106	26,19%

Figura 28 – Ações desenvolvidas no âmbito de Polícia Administrativa



## Segurança e Ordem Pública

Neste domínio, durante o ano de 2012, para o cumprimento da sua missão, a GNR desenvolveu um conjunto de atividades que se reproduzem no quadro seguinte:

Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var. %
<b>Visitas e segurança de Altas Entidades</b>					
Nº total de ações	575	356	600	508	-15,33%
Efetivo empenhado	5175	6980	7.307	8288	13,43%
Horas de empenhamento	2073	2792	2.994	2300	-23,18%
<b>Eventos desportivos</b>					
<b>Em recinto</b>					
Nº de ações	48.346	34.378	42.620	38.315	-10,10%
Efetivo empenhado	116.438	98.028	111.586	104.478	-6,37%
Horas de empenhamento	194.706	137.512	170.480	195.466	14,66%
<b>Na via pública</b>					
Nº de ações	2.736	6.838	3.854	3.813	-1,06%
Efetivo empenhado	14.616	19.155	10.491	17.593	67,70%
Horas de empenhamento	16.581	41.028	23.124	31.288	35,31%
<b>Eventos objeto de medidas especiais de proteção e segurança (eventos oficiais, culturais e religiosos)</b>					
Nº de ações	7.169	11.102	11.829	10.480	-11,40%
Efetivo empenhado	7.766	29.190	29.606	27.447	-7,29%
Horas de empenhamento	33.579	52.179	59.145	20.918	-64,63%
<b>Exercício do direito de reunião e manifestação</b>					
Nº de ações	79	83	47	199	323,40%
Efetivo empenhado	281	557	1.407	1576	12,01%
Horas de empenhamento	226	240	132	1340	915,15%
<b>Reposição da ordem em ZUS</b>					
Nº de ações	137	165	147	265	80,27%
Efetivo empenhado	306	2440	520	855	64,42%
Horas de empenhamento	1076	1303	1.147	694	-39,49%
<b>Incidentes tático-policiais</b>					
Incidentes tático-policiais	0	1	3	4	33,33%
Nº de ações	8	0	-	4	100,00%
• 'Barricado'	5	0	-	3	100,00%
• 'Sequestro'	3	0	-	1	100,00%

Figura 29 – Ações desenvolvidas no âmbito da Segurança e Ordem Pública

Em resumo, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- **Ações desenvolvidas no âmbito de visitas e segurança de Altas Entidades**

A Guarda realizou durante o ano de 2012 cerca de 942 ações no âmbito de visitas e segurança de Altas Entidades, as quais resultaram num empenhamento de 8.350 militares



- **Ações desenvolvidas no âmbito da realização de eventos desportivos**

Em recintos:

Para a manutenção da segurança e ordem pública nos eventos desportivos, sobretudo realizados em recintos desportivos, a Guarda desenvolveu 38.315 ações as quais implicaram o empenhamento de 104.478 militares.

Na via pública:

No que respeita aos espetáculos desportivos que tiveram lugar na via pública, a Guarda foi responsável por 3.813 com um empenhamento de 17.593 efetivos.

- **Ações desenvolvidas no âmbito da realização de eventos objeto de medidas especiais de proteção e segurança (eventos oficiais, culturais e religiosos)**

Das festas, romarias, eventos religiosos e outros em que a Guarda foi chamada a intervir, mercê quer da sua ação de policiamento geral, quer da específica de necessidade de manutenção da ordem e tranquilidade pública num recinto, em particular, interveio em 10.480 ações e empenhou 27.447 efetivos.

- **Ações no âmbito do exercício do direito de reunião e manifestação.**

No intuito de se assegurar o exercício do direito de reunião e manifestação, a Guarda interveio em 199 situações, nas quais empenhou 1576 efetivos.

- **Ações de reposição da ordem em Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS)**

Durante o ano de 2012 a Guarda empenhou 855 militares nas 265 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da sua área de responsabilidade.

- **Incidentes tático-policiais**

Durante o ano de 2012 foram registados quatro incidentes, nas áreas dos Comandos Territoriais de Setúbal, Lisboa e Faro, nos quais foram empenhados meios dos Comandos Territoriais locais, apoiados por equipas de Negociadores da DIC e por forças da Unidade de Intervenção da GNR. Os incidentes ficaram a dever-se a indivíduos barricados (três situações) e a uma ameaça de suicídio.

### Ações no âmbito da Segurança Rodoviária

Durante o ano de 2012, a GNR planeou e executou 27 Operações de trânsito de âmbito nacional com a duração total de 134 dias em operação e 18.113 Operações de trânsito de âmbito local, empenhando cerca de 102.540 efetivos.

Como resultado desta atividade foram fiscalizados 1.808.516 condutores e detetadas um total de 558.550 infrações. Entre o conjunto global das infrações detetadas, destacam-se as motivadas por excesso de velocidade (189.130), as referentes a condução sob o efeito de álcool (32.790), pela não utilização de cintos de segurança e sistemas de retenção (28.294) e as resultantes da falta de habilitação legal para conduzir (7.034).

Os resultados globais obtidos foram os seguintes:

Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var. %
N.º de condutores fiscalizados	2.120.290	1.790.544	1.661.991	1.808.516	8,82%
N.º de autos levantados	481.558 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">1</span>	516.642 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">1</span>	559.156 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">1</span>	566.772 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">1</span>	1,36%
Infrações por excesso de velocidade	129.887	145.266	181.574	189.130	4,16%
Infrações por condução sob influência do álcool	24.958 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">2</span>	29.513 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">2</span>	31.466 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">2</span>	32.790 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">2</span>	4,21%
Infrações por falta de habilitação legal para condução	9.664 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">3</span>	9.275 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">3</span>	8.774 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">3</span>	7.163 <span style="border: 1px solid black; padding: 0 2px;">3</span>	-18,36%
Outras infrações	317.049	794.456	329.596	333.773	1,27%

Figura 30 – Ações desenvolvidas no âmbito de Segurança Rodoviária



Legenda (quadro anterior):

2009	1	460.620 de âmbito contraordenacional e 20.938 de âmbito criminal
	2	13.861 apresentaram uma TAS >0,50 g/l e <1,20 g/l (âmbito contraordenacional) e 11.097 apresentaram TAS >1,20 (âmbito criminal)
	3	1.334 contraordenações (habilitação insuficiente) e 8.330 crimes (não habilitados)
2010	1	492.804 de âmbito contraordenacional e 23.838 de âmbito criminal
	2	16.711 apresentaram uma TAS >0,50 g/l e <1,20 g/l (âmbito contraordenacional) e 12.802 apresentaram TAS >1,20 (âmbito criminal)
	3	703 contraordenações (habilitação insuficiente) e 8.572 crimes (não habilitados)
2011	1	536.137 de âmbito contraordenacional e 23.019 de âmbito criminal
	2	18.545 apresentaram uma TAS >0,50 g/l e <1,20 g/l (âmbito contraordenacional) e 12.921 apresentaram TAS >1,20 (âmbito criminal)
	3	730 contraordenações (habilitação insuficiente) e 8.044 crimes (não habilitados)
2012	1	546.055 de âmbito contraordenacional e 20.717 de âmbito criminal
	2	20.408 apresentaram uma TAS >0,50 g/l e <1,20 g/l (âmbito contraordenacional) e 12.382 apresentaram TAS >1,20 (âmbito criminal)
	3	581 contraordenações (habilitação insuficiente) e 6.582 crimes (não habilitados)

### Ações no Âmbito Fiscal, Aduaneiro e Controlo de Fronteiras

No âmbito fiscal e aduaneiro foram realizadas 96.567 ações específicas (operações, sentinelas, aguardos, vigilância, etc.), com o empenhamento de 127.975 militares.

Foram efetuadas um total de 278.748 fiscalizações e detidas 22 pessoas por crimes nesta área, tendo sido detetados 59 crimes aduaneiros e 280 não aduaneiros. Em resultado foram elaborados 12.153 inquéritos por contraordenação não aduaneira e 2.618 inquéritos aduaneiros, tendo sido apreendidas 6.555 viaturas e 6 embarcações, ascendendo o valor total da mercadoria apreendida, a cerca de 6,3 milhões de euros.

A Guarda, nas fronteiras marítimas e terrestres onde exerce a sua missão, controlou 16.278 pessoas, em cerca de 630 ações específicas desenvolvidas.

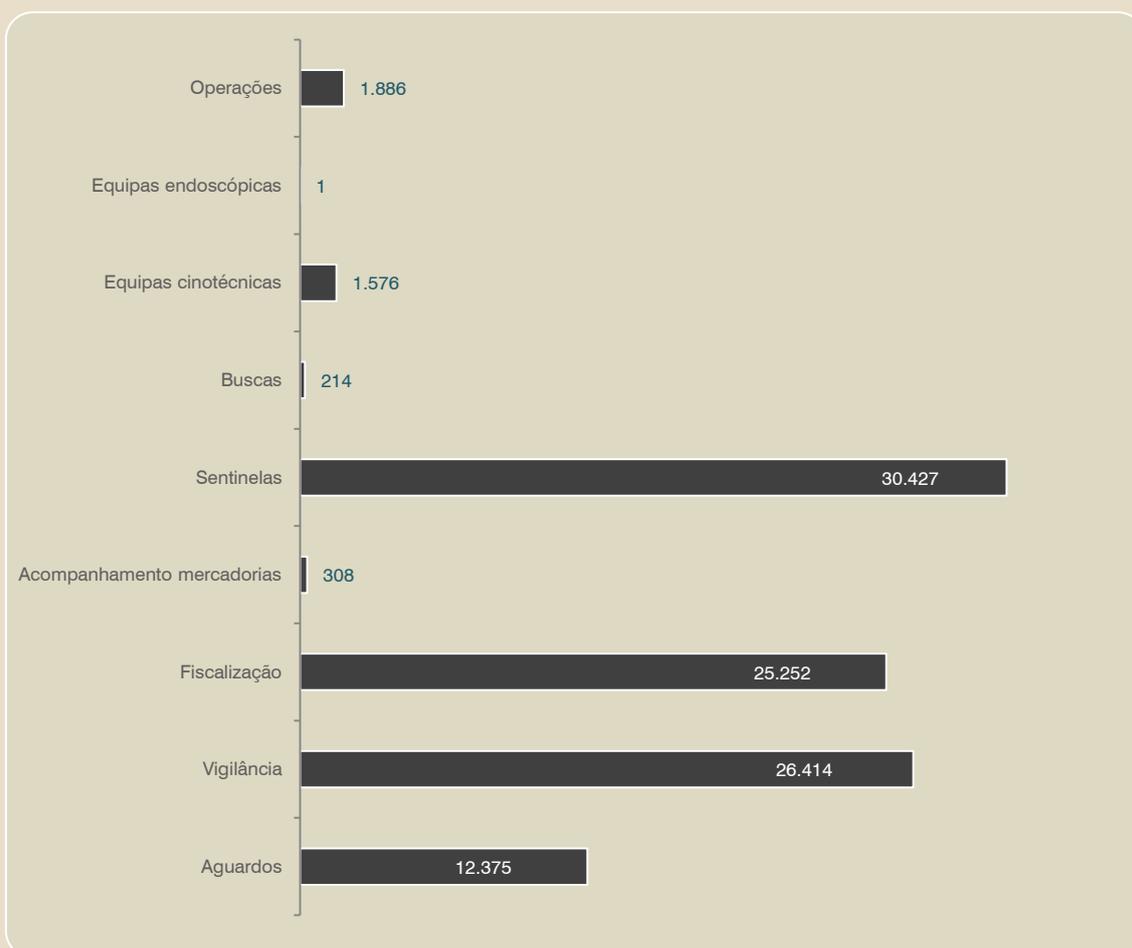


Figura 31- Ações desenvolvidas no âmbito Fiscal, Aduaneiro e Controlo de Fronteiras



Proteção da Natureza e do Ambiente

Dada a enorme abrangência de atividade da Guarda neste campo, a sua atuação é exercida a dois níveis, com meios adstritos especificamente à natureza e ambiente e outros meios afetos ao cumprimento da missão geral. Assim, o efetivo adstrito à especialidade SEPNA realizou 146.585 fiscalizações, num total de 59.178 patrulhamentos, de que resultou o levantamento 16.813 autos de contraordenação 2.345 crimes, cuja distribuição temática consta na figura abaixo, e das quais resultaram 306 detenções:

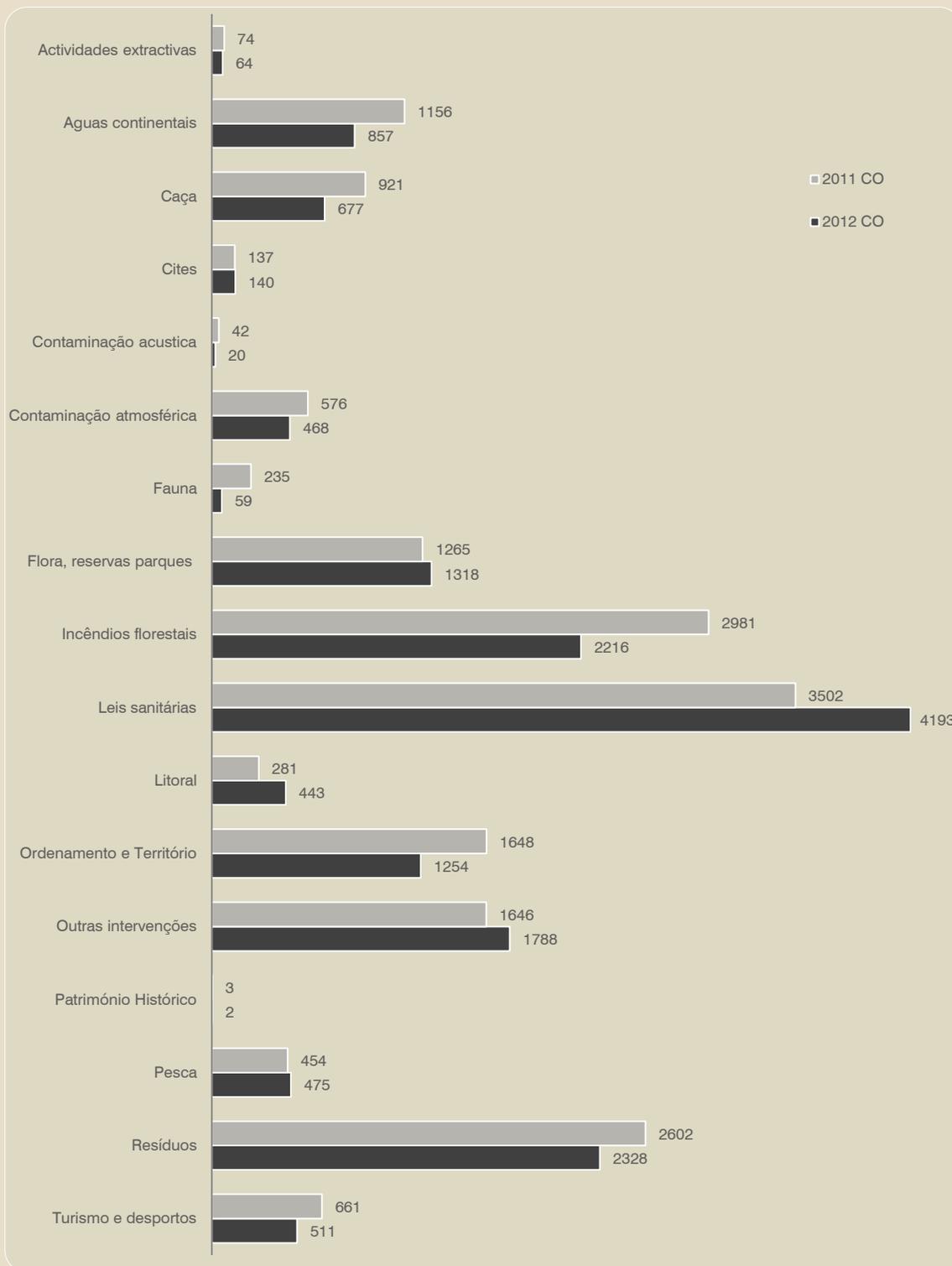


Figura 32 – Ações desenvolvidas no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente (contraordenações)

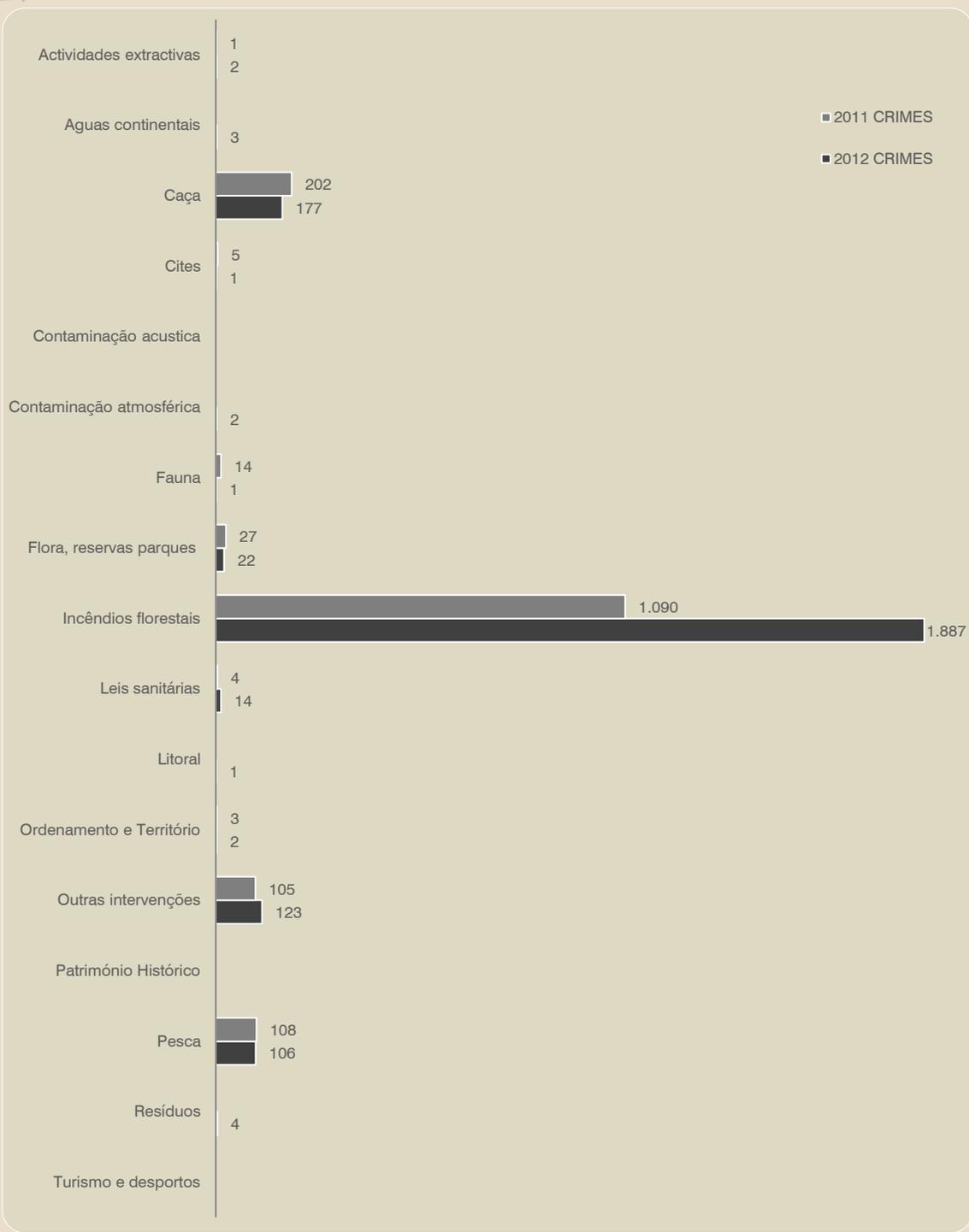


Figura 33 – Ações desenvolvidas no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente (crimes)

A linha SOS-Ambiente e Território, em funcionamento e sob gestão integral na Direção do SEPNA, registou um total de 4.667 denúncias, cuja resolução, em articulação com o dispositivo Operacional, resultou no levantamento de 1.558 autos pelas infrações detetadas, tendo, em consequência, sido realizadas 1.660 respostas aos denunciantes (civis e entidades administrativas), dando conhecimento do resultado da denúncia.

Em 2012, no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a GNR desenvolveu ainda um conjunto de atividades visando um aumento da capacidade operacional e a qualificação dos recursos humanos envolvidos e que seguidamente se descrevem:

- Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos (associado ao furto de metais não preciosos), nemátodo do pinheiro e gestão dos recursos hídricos



- Desenvolvimento de 1.400 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 74.396 presenças;
- Operações de fiscalização ao Meixão, à caça, aos resíduos, à CITES e a animais potencialmente perigosos, e nemátodo do pinheiro.

Ações desenvolvidas	2009	2010	2011	2012	Var. %
Autos elaborados por infrações criminais no âmbito da proteção da natureza e do ambiente	1.708	1.353	1.559	2.345	50,42%
Autos elaborados por infrações contraordenacionais no âmbito no âmbito da proteção da natureza e do ambiente	15.840	17.554	18.196	16.813	-7,60%
Linha SOS Ambiente e Território (Denúncias recebidas)	4.301	4.561	4.846	4.667	-3,69%
Linha SOS Ambiente e Território (infrações e autos elaborados com base nas denúncias)	3.935	1.074	1.077	1.558	44,66%
Linha SOS Ambiente e Território (respostas prestadas por escrito)	1.172	1.517	4.746	1.660	-65,02%
Ações de sensibilização	437	695	751	673	-10,39%
Ações de sensibilização (pessoas presentes)	40.416	82.436	165.634	105.494	-36,31%
Patrulhas efetuadas	85.192	84.596	82.772	82.061	-0,86%
Detenções efetuadas	219	259	221	306	38,46%

Figura 34 – Análise comparativa ações desenvolvidas no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente

**Criminalidade**

Em 2012, foram participados à Guarda Nacional Republicana 186.058<sup>19</sup> crimes, o que corresponde a uma descida de 0,93% (menos 1750 crimes) em relação ao ano de 2011. Este valor situa-se abaixo do valor da mediana dos últimos 10 anos, invertendo a tendência de subida dos últimos dois anos.



Figura 35 – Evolução da Criminalidade Geral nos últimos 10 anos

<sup>19</sup> Fonte – Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)



Os distritos que apresentaram maior número de crimes participados foram os distritos do Porto (25.548), Setúbal (18.676), Faro (18.255), Aveiro (17.557), Lisboa (16.914) e Braga (15.993).



Figura 36 – Criminalidade Geral por Distritos – 2012

Do total de crimes registados, analisando as grandes tipologias criminais, verificamos uma maior incidência na criminalidade Contra o Património (101.687, que representam uma descida de 1,84% em relação a 2011) e Contra as Pessoas (40.579, com uma descida de 2,44 %), tendo sido registados ainda 26.125 Crimes Contra a Vida em Sociedade (representando uma subida de 9,59%, mas essencialmente devido à subida no número de crimes de incêndio em mata/floresta, que tiveram um acréscimo de 2827 casos), 14.783 Crimes previstos em Legislação Avulsa, 2.883 Crimes Contra o Estado, e 1 ao nível dos Crimes Contra a Identidade Cultural e Integridade Pessoal.



Relativamente ao número de detenções realizadas, constata-se um total de 24.741 detenções, constituindo um decréscimo de 4,01% relativamente a 2011, sendo na sua maioria constituídos por Crimes Contra a Vida em Sociedade (12.342) e Crimes previstos em Legislação Avulsa (7.718).

Crimes	Crimes Cometidos					Detenções Realizadas			
	2009	2010	2011	2012	Var	2009	2010	2011	2012
Contra as pessoas	44.427	44.415	41.592	40.616	-2,35%	300	507	364	389
Contra o património	96.606	98.287	103.558	101.698	-1,80%	1.371	1.573	1.933	1.880
Contra a paz e a humanidade	2	5	0	1	100,00%	0	0	0	0
Contra a vida em sociedade	24.701	23.247	23.882	26.165	9,56%	10.682	12.106	12.659	12.409
Contra o estado	2.635	3.058	3.098	2.903	-6,29%	1.862	2.160	2.197	2.166
Legislação avulsa	16.878	16.900	15.769	14.821	-6,01%	8.927	9.438	8.591	7.736
<b>Total</b>	<b>185.249</b>	<b>185.912</b>	<b>187.899</b>	<b>186.204</b>	<b>-0,90%</b>	<b>23.142</b>	<b>25.784</b>	<b>25.744</b>	<b>24.580</b>

Figura 37 – Análise comparativa de crimes cometidos e atuação policial

### Criminalidade violenta e grave

Este agrupamento de crimes, que engloba várias tipologias criminais, constitui-se como um dos principais indicadores no âmbito do tratamento e análise da criminalidade, sendo, pelas suas características, resultados e efeitos produzidos, um dos principais potenciadores do sentimento de insegurança das populações.

Em 2012, foram registados pela Guarda Nacional Republicana 4.571 crimes, verificando-se uma subida de 1,78% em relação ao ano transato. Os Distritos que registaram o maior número de crimes foram os distritos de Setúbal (863), Faro (628), Porto (613), Lisboa (585), Aveiro (355) e Braga (322).

Saliente-se que houve uma subida em quase todas as tipologias de crimes, verificando-se nos Crimes Contra o Património, um acréscimo de 44 crimes, que representam uma subida de 1,30 %, nos Crimes Contra o Estado foi registado um aumento de 3,88% (+31), e nos Crimes Contra as Pessoas um acréscimo de 1,64% (+5 crimes), face ao período homólogo de 2011. Nestas grandes tipologias, os Crimes contra o Património representam 74% do total da Criminalidade Violenta e Grave. Face a este facto esta tipologia será alvo de uma análise mais pormenorizada nas páginas seguintes.

Os Crimes contra as Pessoas representam 7% do total deste tipo de criminalidade, salientando-se os crimes de Homicídio Voluntário Consumado e Violação, que verificaram decréscimos de 4,76% e 17,39% respetivamente. Por outro lado e por razões contrárias, refere-se os crimes de Ofensas à Integridade Física Voluntária Grave e Rapto, Sequestro e Tomada de reféns, que registaram um aumento de 3,90% e 20% respetivamente.

O crime de Resistência e Coação sobre Funcionário, enquadrado nos Crimes Contra o Estado (18% da Criminalidade Violenta e Grave), verificou um aumento de 3,88%.

Neste mesmo âmbito foi possível deter 1.014 indivíduos, refletindo um aumento 11,31% em relação ao ano anterior. Da totalidade destas detenções o Crime de Resistência e coação sobre funcionário com 812 (+66) foi o grande responsável por este valor. Salienta-se ainda o aumento das detenções nos crimes de Roubo a Residências (+12), Roubo por Esticção (+11), Extorsão (+5).

Crimes	Ocorrências registadas					Atividade policial (detenções)				
	2009	2010	2011	2012	Var %	2009	2010	2011	2012	Var %
<b>Crimes contra Pessoas</b>										
Homicídio voluntário consumado	21	32	21	20	-4,76%	5	11	1	3	200,00%
Ofensa à integridade física voluntária grave	173	155	153	161	5,23%	32	19	25	27	8,00%
Rapto, sequestro e tomada de reféns	101	79	59	72	22,03%	3	4	4	4	0,00%
Violação	92	68	67	60	-10,45%	4	2	3	0	-100,00%
<b>Total</b>	<b>387</b>	<b>334</b>	<b>300</b>	<b>313</b>	<b>4,33%</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>3,03%</b>
<b>Crimes contra o Património</b>										



Crimes	Ocorrências registadas					Atividade policial (detenções)				
	2009	2010	2011	2012	Var %	2009	2010	2011	2012	Var %
Roubo por esticção	893	1137	1.320	1.519	15,08%	15	32	41	52	26,83%
Roubo na via pública (exceto por esticção)	1.199	964	1.040	910	-12,50%	56	34	40	42	5,00%
Roubo a residência	0	145	246	369	50,00%	0	2	6	19	216,67%
Roubo de viatura	0	57	69	69	0,00%	0	3	2	5	150,00%
Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	8	9	7	12	71,43%	0	4	2	1	-50,00%
Roubo a tesouraria ou estação de correio	9	4	4	0	-100,00%	2	0	0	0	-
Roubo a farmácias	0	40	23	12	-47,83%	0	5	2	3	50,00%
Roubo a ourivesarias	0	28	24	43	79,17%	0	3	1	2	100,00%
Roubo a posto de abastecimento de combustível	122	102	70	72	2,86%	4	4	5	6	20,00%
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	0	155	164	171	4,27%	0	11	15	17	13,33%
Roubo em estabelecimento de ensino	0	3	1	7	600,00%	0	0	0	0	-
Roubo em transportes públicos	0	30	30	32	6,67%	0	0	1	2	100,00%
Roubo a transportes de valores	0	1	3	1	-66,67%	0	0	0	0	-
Outros roubos	906	372	345	155	-55,07%	40	17	10	7	-30,00%
Extorsão	52	67	46	56	21,74%	5	6	6	12	100,00%
<b>Total</b>	<b>3.211</b>	<b>3.114</b>	<b>3.392</b>	<b>3.428</b>	<b>1,06%</b>	<b>128</b>	<b>121</b>	<b>131</b>	<b>168</b>	<b>28,24%</b>
<b>Crimes contra a Sociedade</b>										
Pirataria aérea/outros crimes contra a segurança da aviação civil	0	0	0	0	-	0	0	0	0	-
Motim, instigação e apologia pública do crime	1	3	3	2	-33,33%	0	0	0	0	-
Associação criminosa	0	0	0	1	100,00%	0	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Crimes contra o Estado</b>										
Resistência e coação sobre funcionário	685	766	806	833	3,35%	609	707	760	809	6,45%
Organizações terroristas e terrorismo nacional	0	0	0	0	-	0	0	0	0	-
Outras organizações terroristas e terrorismo internacional	0	0	0	0	-	0	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>685</b>	<b>766</b>	<b>806</b>	<b>833</b>	<b>3,35%</b>	<b>609</b>	<b>707</b>	<b>760</b>	<b>809</b>	<b>6,45%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.284</b>	<b>4.217</b>	<b>4.501</b>	<b>4.577</b>	<b>1,69%</b>	<b>781</b>	<b>864</b>	<b>924</b>	<b>1.011</b>	<b>9,42%</b>

Figura 38 – Análise comparativa da criminalidade violenta e grave e atuação policial

Passando à análise pormenorizada dos Crimes contra o Património (responsáveis por 74 % do total da Criminalidade Violenta e Grave), registaram-se os seguintes padrões:

- **Roubo** (art.º 210 Código Penal): *Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constringer a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo -a na impossibilidade de resistir.*
- **Roubo por esticção**: *implica subtração violenta de um objeto na posse direta da vítima, preso ao corpo da vítima ou na sua posse física (por exemplo uma carteira, um saco, um colar, um telemóvel na mão). Geralmente traduz-se numa ação rápida através de um puxão (esticção), seguido de fuga.*

Em 2012 verificaram-se 1510 ocorrências deste tipo de roubo, registando uma subida de 13,19% (+176 crimes), seguindo a tendência verificada desde 2009. O aumento do número de casos refletiu também num aumento de detenções, na ordem dos 26,83% (+11 detidos).

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos do Porto (276), Faro (238) Setúbal (228) e Lisboa (197).



- **Roubo na Via Pública (exceto esticção):** *Implica sempre a subtração de coisas por meio de violência ou de ameaça, com ou sem o emprego de arma. Considera como via pública todos os espaços abertos ao público.*

Em 2012, este tipo de roubo registou 914 crimes, apresentando uma descida de 10,74% (-110 crimes), situando-se atualmente no valor mais baixo dos últimos 3 anos. Apesar da descida do número de casos, o número de detenções subiu 16,67% (+6 detidos).

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Setúbal (258), de Faro (165), de Lisboa (112) e do Porto (113).

- **Roubo a residência:** *Implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012 verificaram-se 365 roubos em residência, registando uma subida de 54,66% (+129 crimes), seguindo a tendência de subida verificada desde 2010. O aumento do número de casos refletiu também num aumento de detenções, na ordem dos 171,43% (+12 detidos).

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Setúbal (62), Braga (42), Porto (39) e Lisboa e Leiria (33).

- **Roubo de viatura:** *Implica sempre a subtração de um veículo motorizado por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012 registaram-se o mesmo número de casos que o ano transato, 69 ocorrências deste tipo de roubo. Foram realizadas mais 3 detenções neste tipo de roubo.

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram: Setúbal (21), Lisboa (15), Santarém (7) e Porto (6).

- **Roubo a farmácias:** *Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012 verificaram-se 12 roubos em farmácias, registando uma descida de 47,83% (-11 crimes), seguindo a tendência de descida verificada desde 2010.

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Braga (4), de Setúbal (3), do Porto (2), e de Faro, Santarém e Viseu (com 1 caso cada).

- **Roubo a ourivesarias:** *Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012, este tipo de roubo registou 42 crimes, apresentando uma subida de 75% (+18 crimes), situando-se atualmente no valor mais alto dos últimos 3 anos.

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Setúbal (20), de Lisboa (7) e de Faro, Porto e Santarém (com 3 casos cada).

- **Roubo a posto de abastecimento de combustível (PAC):** *Implica a subtração de bens de um posto de abastecimento de combustível, incluindo o próprio combustível, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012, o roubo a PAC registou 71 crimes, apresentando uma subida de 1,43% (+1 crime). Apesar da ligeira subida do número de casos, este tipo de roubos situa-se abaixo dos valores registados em 2009 e 2010.

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Lisboa (19), de Setúbal (14), de Santarém (9) e de Braga (7).

- **Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais:** *Implica a subtração de coisas de outros espaços comerciais ou industriais, que não os considerados em notação própria, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

Em 2012 verificaram-se 163 ocorrências deste tipo de roubo, registando uma subida de 3,16% (+5 crimes), seguindo a tendência verificada no ano transato.

O aumento do número de casos refletiu também num aumento de detenções, na ordem dos 13,33% (+2 detidos).

Os Distritos que registaram o maior número de ocorrências foram os distritos de Setúbal (54), de Lisboa (42), do Porto (20) e de Faro (12).



Crimes	Distritos com maior número de ocorrências								Peso relativo face ao total de crimes	
	Aveiro	Braga	Faro	Leiria	Lisboa	Porto	Santarém	Setúbal	Total	%
<b>Crimes contra o Património</b>										
Roubo por esticção	128	93	238	80	197	276	146	228	1510	91,8%
Roubo na via pública (exceto por esticção)	66	50	165	19	112	113	53	258	914	91,5%
Roubo a residência	22	42	27	33	33	39	28	62	365	78,4%
Roubo de viatura	3	3	4	5	13	6	7	21	67	92,5%
Roubo a farmácias	0	4	1	0	0	2	1	3	12	91,7%
Roubo a ourivesarias	1	2	3	0	7	3	3	20	42	92,9%
Roubo a posto de abastecimento de combustível	2	7	5	1	19	5	9	14	71	87,3%
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	3	8	12	3	42	20	10	54	163	93,3%

Figura 39 – Crimes mais relevantes dentro da criminalidade violenta e grave e Distritos com maior número de ocorrências

### Consequências da atividade operacional

Durante o ano de 2012, como resultado do cumprimento da sua missão foram cometidos 1294 crimes contra a Guarda e registaram-se 265 ocorrências em que militares da Guarda sofreram ferimentos de várias naturezas, com as seguintes consequências:

Militares feridos e mortos em serviço	Militares (1)					Civis (2)		
	2008	2009	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Nº de mortos	1	1	2	0	0	5	0	1
Nº feridos sujeitos a internamento	1	1	8	1	3	20	2	0
Nº feridos não sujeitos a internamento	154	165	195	163	157	128	50	32
Nº feridos não sujeitos a tratamento médico	169	181	201	104	105	-	-	30
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>348</b>	<b>406</b>	<b>268</b>	<b>265</b>	<b>153</b>	<b>52</b>	<b>63</b>

Figura 40 – Análise comparativa das consequências da atividade operacional

Do quadro acima, verifica-se que em 2012 os militares da GNR foram alvo de 265 agressões, não sendo, contudo, relevante a diminuição registada face a 2011 (menos três agressões registadas).

## 2. Protocolos e grupos de trabalhos

### Protocolos

A Guarda, no sentido de otimizar a sua resposta às mais diversas situações ou integrando-a com a de outras entidades, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos de colaboração e de cooperação, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Protocolo de Colaboração com a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar (CERCICOA), para prevenção e combate de situações de risco ou perigo que envolvam pessoas com deficiência ou incapacidade beneficiárias dos serviços da CERCICOA;
- Protocolo de Parceria com o Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem-Abrigo de Aveiro (NPISAA), para prevenção de situações de risco de sem-abrigo, diagnóstico de situações e acompanhamento dos casos, qualificação e avaliação da intervenção;



- Protocolo de Parceria com a Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (APDC); em apoio à Guarda, em casos de desaparecimento de crianças, com psicólogos e terapeutas que serão encaminhados para as famílias das crianças desaparecidas;
- Protocolo de Parceria com a BESTCENTER – Viseu, no desenvolvimento de ações que sensibilizem a população para a problemática da Violência doméstica;
- Protocolo de Parceria com o grupo empresarial Delta Cafés, para colaboração na distribuição de telemóveis aos idosos que vivem isolados nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal;
- Protocolo de Parceria com o Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão, para colaboração ativa nas diversas atividades realizadas pelo Agrupamento;
- Protocolo de Parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Amares), para colaboração num projeto desenvolvido no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH);
- Protocolo de Parceria com a Rede Universidades Terceira Idade (RUTIS), para o desenvolvimento de projetos e programas comuns de caráter pedagógico, de cidadania e prevenção e promoção da segurança pública;
- Protocolo de Parceria com as entidades que constituem a ACROPOLE para a implementação de uma estratégia e ações de prevenção e combate a consumos e comportamentos de risco no espaço ACROPOLE – espaço físico, interno e externo, de escolas de Odemira.

### Grupos de Trabalho

A Guarda participou em diversos Comitês, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os que se descrevem nos pontos seguintes:

#### Âmbito internacional

Iniciativa	Designação	Local
AQUAPOL	Reunião AQUAPOL	Bélgica
AQUAPOL	Seminário "Investigation" em Marpol	Bulgária
AQUAPOL	Reunião Conselho e Grupo Trabalho AQUAPOL	Bélgica
AQUAPOL	Reunião AQUAPOL - "Council Meeting" - Mainz	Alemanha
AQUAPOL	Reuniões dos Grupos de Trabalho da AQUAPOL	Bélgica
ATLAS	Exercício ATLAS - Treino em Mérida	Espanha
ATLAS	Reunião <i>Management Board Meeting</i>	Holanda
ATLAS	Reunião Rede ATLAS - Formação "Medical Training"	Holanda
ATLAS	Reunião Rede Atlas e Exercício Naval	Dinamarca
ATLAS	Seminário "Aberturas Atlas" - Constanta - Roménia	Roménia
BMM	Reunião Projeto BLUEMASSMED - Paris	França
BMM	Reunião Projeto	Espanha
BMM	Utilizadores BMM	Bélgica
BMM	<i>VIP DAY e workshop Projeto SEABILLA</i>	Bélgica
CEPOL	2.ª Reunião de Coordenação dos Currículos Comuns - Bramshill	Reino Unido
CEPOL	2.ª Reunião de Coordenação dos Currículos Comuns - Paris	França
CEPOL	<i>27 th Governing Board Meeting</i>	Dinamarca
CEPOL	3.ª Reunião de Coordenação dos Currículos Comuns - Paris	França
CEPOL	6.ª Reunião de Pontos de Contacto	Reino Unido



Iniciativa	Designação	Local
CEPOL	Reunião "Common Curriculum - Civilian Crisis Management" - Paris	França
CEPOL	Conferência "2 Study on the amendment of Council 2"	Bélgica
CEPOL	Curso CEPOL 40/2012 - "Disaster of Large Scale" - EU Guidelines	Alemanha
CEPOL	"Exchange Programme"	Rep. Checa
CEPOL	"Exchange Programme 2012"	Bulgária
CEPOL	"Illegal Trafficking of waste and organized crime" - Roma	Itália
CEPOL	"Information Seminar in English"	Reino Unido
CEPOL	Módulos CEPOL - Templemore	Irlanda
CEPOL	Participação no Curso CEPOL 82 – 2012 – (SPOPCOP)" - Vicenza	Itália
CEPOL	"Program on Terrorism and Security Studie"	Alemanha
CEPOL	Reunião de Coordenação Curriculuns Comuns - Bramshill	Reino Unido
CEPOL	Reunião de Coordenação Curriculuns Comuns - Bramshill	Reino Unido
CEPOL	Seminário "Inspection Transport Dangerous Cargo Container"	Alemanha
CEPOL	"Top Senior Police Officer Course"	Áustria
CEPOL	"Top Senior Police Officer Course" - Tampere	Finlândia
CEPOL	"Exchange Programme 2012" -Lituânia	Lituânia
CPLP	VII Reunião do Conselho de Chefes de Policia da CPLP	Espanha
CPLP	VII Reunião do Conselho de Chefes de Policia da CPLP	Espanha
CPLP	VII Reunião do Conselho de Chefes de Policia da CPLP	Timor-Leste
EGF	EUROGENDFOR – Visita Técnica á Polónia - Varsóvia	Polónia
EGF	Reunião Presidências EUROGENDFOR Reunião da Eq. Avaliação	Holanda
EGF	Reunião do Conselho Financeiro - Paris	França
EGF	Reunião Eurogendfor- CIMIN Ratificação do Tratado	Itália
EGF	Reunião do Grupo de Trabalho	Polónia
EGF	Reunião Eurogendfor- Preparação Presidência Holandesa	Itália
EGF	Reunião com o Serviço Europeu para a Ação Externa da EU - Bruxelas	Bélgica
EOD	EEODN – Ação de Formação – Madrid	Espanha
EOD	Reunião EEODN - Nicósia	Chipre
EOD	Reunião Europeia EOD - Copenhaga	Dinamarca
EOD	Reunião Grupo Trabalho EOD - Copenhaga	Dinamarca
EUROMED	Reunião Projeto EUROME III Reunião preparatória - Varsóvia	Polónia
EUROMED	Reunião Preparatória	Itália
EUROMED	Seminário "Fight Against Illicit trafficking Smuggling"	Espanha
EUROPOL	Operação conjunta da União Europeia CYCAR - Haia	Holanda
EUROSUR	14.ª Reunião - Varsóvia	Polónia
FIEP	Conclusão Processo Ratificação Tratado Vicenza/Itália	Itália
FIEP	Intercâmbio Alunos FIEP	França
FIEP	Missão de Reconhecimento ao Qatar	Qatar
FIEP	Reunião da Comissão Organização do Serviço	Itália
FIEP	Reunião Comissão "European Affairs" - Amsterdão	Holanda



Iniciativa	Designação	Local
FIEP	Reunião Comissão Novas Tecnologias e Logística - Amã	Jordânia
FIEP	Reunião da Comissão - Recursos Humanos	Roménia
Formação	Associação Europeia Número de Emergência 112	Letónia
Formação	Curso de Auditores de Defesa Nacional	França
Formação e Exercícios	<i>Community Mechanism Induction Course</i>	Croácia
Formação e Exercícios	<i>Community Mechanism Induction Course (MIC) - Hamburgo</i>	Alemanha
Formação e Exercícios	<i>Community Mechanism Induction Course (MIC) - Hamburgo</i>	Alemanha
Formação e Exercícios	Curso de Estado-Maior Conjunto CEMC - Madrid	Espanha
Formação e Exercícios	Formação módulos fogos florestais	Grécia
Formação e Exercícios	Formação Módulos fogos florestais - Madrid	Espanha
Formação e Exercícios	Formadores da Guardia Civil	Portugal
Formação e Exercícios	<i>Operational Management Course</i>	Alemanha
Formação e Exercícios	Exercício Conjunto serviço Marítimo G Civil	Espanha
Formação e Exercícios	Exercício <i>European Union Police Service Training</i>	Espanha
Formação e Exercícios	Demonstração do Sistema Poliscan	Alemanha
Formação e Exercícios	Formadores da Guardia Civil	Portugal
Formação e Exercícios	Formadores da Guardia Civil	Portugal
FRONTEX	Reunião " <i>Meeting on the Airborn Patrols in EPN Areas</i> " - Sevilha	Espanha
FRONTEX	<i>13 Th EUROSUR Experts Meeting</i>	Polónia
FRONTEX	<i>15 th EUROSUR Experts Meeting</i>	Polónia
FRONTEX	16 Reunião <i>EUROSUR</i> - Varsóvia	Polónia
FRONTEX	<i>Analysis Layer User Group Meeting</i> - Varsóvia	Polónia
FRONTEX	Assinatura do Memorando <i>EUROSUR</i>	Polónia
FRONTEX	Conferência Chefes Guardas Costeiras Europeias	Irlanda
FRONTEX	<i>Detection of Stolen Vehicles</i>	Espanha
FRONTEX	<i>Detection of stolen Vehicles</i> - Gaeta	Itália
FRONTEX	<i>Development of the Human Scent Detection Dog Training</i>	Estónia
FRONTEX	EPN - WORKSHOP	Dinamarca
FRONTEX	<i>EUBG Canine Teams - Development Training Decoys</i> - Cesena	Itália
FRONTEX	<i>European Conference Heads of Dogs Training Centres</i>	Estónia
FRONTEX	<i>European Day for Border Guards</i> - Varsóvia	Polónia
FRONTEX	<i>Eurosur/Black Box</i> - Reunião Huelva	Espanha
FRONTEX	Formação <i>EUROSUR</i> - Varsóvia	Polónia
FRONTEX	<i>Invitation to EUROSUR Node Operational Training</i>	
FRONTEX	<i>JO Focal Pointes Land 2012</i>	Grécia
FRONTEX	JO Jupiter	Roménia
FRONTEX	Operação Minerva 2012	Espanha
FRONTEX	Operação <i>Poseidon</i> 3.ª Fase - Alexandropólis	Grécia
FRONTEX	Operação <i>Poseidon Land</i> - 1. Fase	Grécia
FRONTEX	Operação <i>Poseidon Land</i> - 2.ª Fase	Grécia



Iniciativa	Designação	Local
FRONTEX	Operação Poseidon Land - 4.ª Fase	Grécia
FRONTEX	Operação Poseidon Land - 5.ª Fase	Grécia
FRONTEX	Operação Poseidon Land - 6.ª Fase	Grécia
FRONTEX	Reunião Avaliação Indalo 2011 - Madrid	Espanha
FRONTEX	Reunião de Avaliação da EPN Minierva	Espanha
FRONTEX	Reunião EPN - Vilnius	Lituânia
FRONTEX	Reunião EUROSUR - Varsóvia	Polónia
FRONTEX	Visita ao MOC de Rouen	França
FRONTEX	<i>Workshop - Development of Training for EUGB Canine Teams</i>	Espanha
FRONTEX	<i>Workshop on EPN concept Development - Varsóvia</i>	Polónia
Grupos de Trabalho	<i>"Law Enforcement Working Party"</i>	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião do Grupo de Fronteiras	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião do Grupo de Trabalho de Fronteiras - Bruxelas	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião do Grupo de Trabalho de Fronteiras - Bruxelas	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião do Grupo de Fronteiras	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião Grupo Trabalho Fronteiras	Bélgica
Grupos de Trabalho	Reunião Grupo Trabalho Criminalidade Organizada Itinerante	Holanda
Grupos de Trabalho	Reunião <i>"Seahorse Mediterranean Network"</i>	Bélgica
OLAF	Conferência Anual <i>GT Task Group Cigarettes</i>	Lituânia
OLAF	Deslocação âmbito Processo Tribunal - Miami	EUA
Projetos e parcerias	Furto de Metais - Paris	França
Projetos e parcerias	Conferência <i>Wildlife Detektor Dog</i> - Budapeste	Hungria
Projetos e parcerias	Exercício MODEX - FALCK - <i>Workgroup meeting</i>	Holanda
Projetos e parcerias	<i>Pol - Primett user Group Meeting</i> - Londres	Inglaterra
Projetos e parcerias	Projeto PERSEUS	Bélgica
Projetos e parcerias	Reuniões POL - PRIMETT - Atenas	Grécia
Projetos e parcerias	Workshop Projeto ACR5 - Syros	Grécia
Projetos e parcerias	Projeto EUROMED POLICE III	França
Projetos e parcerias	Conferência Projeto EUROMED - Lyon	França
Projetos e parcerias	4.ª Reunião Coordenação dos Projetos de Currículos Comuns	Reino Unido
Projetos e parcerias	<i>"Pol - Primett International Management Group"</i> - Valência	Espanha
Projetos e parcerias	<i>"Pre-Operational Validation Project"</i> - Madrid	Espanha
Projetos e parcerias	Projeto AIRBEAM	Alemanha
Projetos e parcerias	Projeto <i>"CLOSEYE - Consortium Agreement"</i>	Bélgica
Projetos e parcerias	Projeto EFI - workshop inicial - Roma	Itália
Projetos e parcerias	Projeto EUMED III - Logrono	Espanha
Projetos e parcerias	Projeto Leonardo da Vinci - <i>"Kick-off Meeting"</i>	Polónia
Projetos e parcerias	EMPACT MOCG - Reunião em Haia	Holanda
Projetos e parcerias	EUROMED POLICE III - Seminário Segurança de Grandes Eventos	Polónia
Projetos e parcerias	EUROMED POLICE III - Seminário Segurança de Grandes Eventos	Polónia



Iniciativa	Designação	Local
Projetos e parcerias	Perspetivas Financeiras 2014/2020 - "Workshops on MFF Indicators"	Bélgica
Seminários e workshops	Seminário Madrid	Espanha
Seminários e workshops	Seminário Segurança Rodoviária" Badajoz	Espanha
Seminários e workshops	"QUO VADIS, Terror? Examining Tomorrow's Global Terror Threat Security Challenges"	Alemanha
Seminários e workshops	2.ª Reunião Anual da ENVICRIMENET - Haia	Holanda
Seminários e workshops	"3 Police and Custom Cooperation Centres - PCCCs"	Polónia
Seminários e workshops	Abordagem Civil-Militar da Aliança à Gestão de Crises - Bruxelas	Bélgica
Seminários e workshops	Conferência Jogos Olímpicos 2012	Reino Unido
Seminários e workshops	Fórum da Guarda Costeira Mediterrânea - Marselha	França
Seminários e workshops	II Congresso Internacional de Policias Montadas	Colombia
Seminários e workshops	POC para a Criminalidade Automóvel – Seminário - Larnaca	Chipre
Seminários e workshops	Prémio Europeu de Prevenção e Criminalidade - Nicósia	Chipre
Seminários e workshops	Reunião "Recolha e Análise de Informação sobre Crianças Desaparecidas"	Bélgica
Seminários e workshops	Seminário "Tráfico de Resíduos" - Antuérpia	Belgica
Seminários e workshops	Seminário Sobre Delinquência Juvenil (Guardia Civil) - Badajoz	Espanha
Seminários e workshops	Seminário Sobre Delinquência Juvenil (Guardia Civil) - Badajoz	Espanha
Seminários e workshops	Seminário sobre Policiamento Rodoviário	Chipre
Seminários e workshops	X Seminário Atualização e Reciclagem de pessoal Unidades Fiscais	Espanha
Seminários e workshops	XI Seminário Atual. e Reciclagem Serv Análise e Inv. Criminal	Espanha
Seminários e workshops	XVIII Reunião de Coordenação GNR - Guardia Civil	Espanha
TISPOL	Reuniões e Seminários da TISPOL	Finlândia
TISPOL	Reunião Grupo Operacional -Edimburgo	Escócia
TISPOL	Reunião Grupo Operacional -Edimburgo	Escócia
TISPOL	Road Policing Conference - Bruxelas	Espanha
Visitas	Cerimónia Enc. V curso CINO e exibição das Un caninas - Badajoz	Espanha
Visitas	Demonstração do sistema de velocidade POLISCAN	Alemanha
Visitas	Visita à Guarda de uma Delegação da Policia Local de Badajoz	Espanha

Figura 41 – Participação da Guarda em Reuniões, Seminários, Grupos de Trabalho internacionais

### Âmbito nacional

Ao nível do Comando da Guarda foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Reuniões e Seminários no âmbito TISPOL, visando a implementação de políticas de segurança rodoviária no contexto europeu;
- Reuniões e Seminários no âmbito AQUAPOL, visando a implementação de políticas de segurança marítima e fluvial no contexto europeu;
- Elaboração do Manual de Policiamento da Violência Doméstica, em colaboração com a DGAI;
- Participação no Programa *Leonardo Da Vinci* – Parceria Polónia – que aborda a problemática da Violência Doméstica na Europa, com vista a produção de normativos europeus;



- Grupo de trabalho para o desenvolvimento de programas de educação e formação para uma cultura de segurança rodoviária, no âmbito da definição da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2012-2015 (ENSR);
- Participação no projeto «CARONTE», coordenado pela APAV
- Coordenação do Grupo de peritos nomeado para atualizar o Currículo Comum de Violência Doméstica do CEPOL;
- Ponto de Contacto Nacional no âmbito do projeto EMPACT-MOCG da EUROPOL;
- Participação nas reuniões no âmbito do projeto «Pol-PRIMETT»;
- Participação na Subcomissão para a Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Lícitas;
- Projeto «Envelhecimento e violência»;
- Projeto «*Gender and Ageing : Planning the future must begin today*»;
- Projeto «E-Maria»;
- Projeto «*Mind the Gap*»;
- Projeto «Manual de Policiamento Violência Doméstica»;
- Projeto «SOS Tráfico Seres Humanos – Norte»;
- Projeto «Conceção e Validação do Instrumento de Avaliação de Risco de VD para as Forças de Segurança»;
- *Workshop* Recuse-se a ser vítima;
- IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013);
- IV Plano Nacional para Igualdade do Género, Cidadania e não Discriminação (2011-2013);
- II Plano de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina;
- II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos;
- CAF- «*Common Assessment Framework*»;
- IAC – Instituto de Apoio à Criança - Alienação parental e IV Conferência europeia para a proteção das crianças contra a exploração e abusos sexuais;
- Gabinete Investigação Apoio a Vítimas – MJ;
- Escola da Polícia Judiciária – EPJ - Mutilação genital feminina;
- UMAR - Seminário Internacional Cidadania Sexual das Lésbicas em Portugal e Espanha;
- ILGA - Dia internacional contra a homofobia e transfobia;
- ISCP SI - Poder e autoridades policiais: o lugar das vítimas;
- EPJ - Morrer no feminino;
- ISCS (Egas Moniz) - Agressores sexuais;
- ISCS (Egas Moniz) e DGRSP - Simpósio internacional - fatores de risco e de proteção na avaliação e gestão do comportamento criminal;
- CESIS - Seminário: Violência contra pessoas idosas: *Breaking the taboo 2*;



- APAV - Simpósio - O Futuro das vítimas na EU;
- CIG – MSS - Ano europeu de envelhecimento e da solidariedade entre gerações;
- Desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão do SEPNA (SGS);
- Participação no 2.º Encontro Anual relativo à partilha de informação de crimes ambientais no âmbito da plataforma da EUROPOL «ENVICRIMNET»;
- Associação Bandeira Azul da Europa – ABAE (Membro do Júri Nacional);
- Grupo de Aplicação CITES (GAC);
- Comissão de Acompanhamento Ambiental da Fábrica de Cimento SECIL do Outão – Setúbal;
- Projeto Papoila – projeto de plantação de papoila dormideira na ZA do CTER Beja e Évora destinada à extração do alcaloide do opiáceo em inquérito EUROGIS-GPS promovido pela Universidade de Évora (ação formação para monitorização e mapeamento da biodiversidade do vale do Tejo);
- Programa Antídoto – monitorização da aplicação de venenos no meio ambiente;
- Projeto *Life* «Habitat lince Ibérico» – Promoção do Habitat do lince ibérico e do abutre preto;
- Projeto «Águia Real» – Parceria com a Liga de Proteção da Natureza para a preservação da águia real;
- Grupo de Trabalho para implementação da Ferramenta *Avoid Fraud* (detecção de documentos fraudulentos), tutelado pelo SSI.

### 3. Cooperação internacional e parcerias estratégicas

#### Gestão Civil de Crises

##### Timor-Leste

A Guarda manteve a sua FPU na UNMIT, com um efetivo de 140 militares apoiada por uma equipa do INEM. Esta FPU, para além das missões operacionais no quadro da UNMIT, desenvolveu um papel extremamente importante na capacitação e formação do efetivo da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), num ano em que esta Força de Segurança assumiu as responsabilidades de segurança e ordem pública em todo o território Timorense. Ainda no quadro da UNMIT, a Guarda manteve 5 militares na componente UNPOL, em funções de assessoria e apoio em áreas vitais do funcionamento da PNTL, designadamente no Gabinete do Comandante-Geral e na Unidade Marítima.

A missão da Guarda no quadro da UNMIT cessou em novembro do corrente ano, perspetivando-se, contudo, que a missão da Guarda em Timor continue, agora no plano bilateral e centrada na capacitação da PNTL e na valorização dos seus recursos humanos.

Como reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Guarda em Timor-Leste, designadamente através da sua FPU, tanto no restabelecimento da ordem e tranquilidade públicas, numa fase inicial, como na manutenção de condições de segurança que permitissem a intervenção da comunidade internacional, nas suas múltiplas vertentes, e na reestruturação e capacitação da Polícia Timorense, foi atribuída à Unidade de Intervenção da GNR a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, Grau Ouro, a qual foi imposta no dia 5 de dezembro de 2012, em cerimónia realizada na Escola da Guarda, que culminou com a receção, no Palácio de S. Bento, de todos os Comandantes dos 13 contingentes da Guarda, por parte de Sua Excelência o Primeiro-Ministro.

##### Afeganistão

Em 2012, a Guarda manteve o seu empenhamento na missão no Afeganistão, no quadro da NTM-A (*NATO Training Mission – Afghanistan*), sob coordenação funcional da Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR), através da projeção de 15 formadores para o Centro de Formação Nacional da Polícia Afegã, em *Wardak*.

Destaca-se o facto deste Centro de Formação ser o único, no Afeganistão, de âmbito nacional e que forma todas as Forças de Segurança (Polícia Uniformizada, Polícia de Ordem Pública, Polícia de Fronteiras e Polícia Anti-Crime), com a particularidade de ser totalmente gerido por Afegãos, desde o Comandante aos formadores, sendo a componente internacional responsável, apenas, pela



monitorização, aconselhamento e acompanhamento, o que se afigura particularmente importante no quadro da futura retirada das forças internacionais daquele teatro de operações.

A força da Guarda no Afeganistão integra o contingente nacional, cabendo a esta Força de Segurança o cargo de 2.º Comandante da componente internacional do Centro de Formação de Wardak.

### Participação Individual em Missões da UE

Durante o ano 2012, a Guarda integrou as Missões EULEX Kosovo (Kosovo) e a EUMM Georgia (Geórgia), através de um Oficial e um Sargento, respetivamente.

### Cooperação policial ao nível da UE

Ao nível da UE, destacam-se as seguintes ações operacionais levadas a cabo em 2012 pela Guarda Nacional Republicana:

#### FRONTEX

No quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), a Guarda, para além da sua participação em diversas reuniões, seminários e workshops e da sua contribuição ativa para a criação de doutrina e de métodos e instrumentos de formação comuns ao nível da cinotécnica, participou nas seguintes Operações Conjuntas:

Operação (designação)	Local	Meios	Datas	
			Início	Fim
Poseidon Land - 1.ª Fase - Alexandrópolis	Grécia	2 Viaturas 4 Militares 2 Cães	27-Mar	26-Abr
Operação Poseidon Land - 2.ª Fase	Grécia	2 Viaturas 4 Militares 2 Cães	24-Abr	24-Mai
Poseidon Land - 3.ª Fase - Alexandrópolis	Grécia	2 Viaturas 4 Militares 2 Cães	21-Mai	21-Jun
Operação Poseidon Land - 4.ª Fase	Grécia	2 Viaturas 4 Militares 2 Cães	19-Jun	19-Jul
Operação JO Minerva 2012 - Algeciras	Espanha	1 Viatura 1 Binómio	10-Jul	05-Set
Operação JO Minerva 2012 - Ceuta	Espanha	1 Viatura 2 Binómios	10-Jul	09-Ago
Operação JO Minerva 2012 - Ceuta	Espanha	1 Viatura 2 Binómios	08-Ago	06-Set
Operação JO Jupiter - 1.ª Fase	Roménia	1 Viatura 1 Binómio	10-Jul	03-Ago
Operação Poseidon Land 5.ª Fase - Orestiada	Grécia	1 Viatura 4 Militares	17-Jul	16-Ago
Operação Poseidon Land 6.ª Fase - Orestiada	Grécia	1 Viatura 4 Militares	15-Ago	12-Set
JO FOCAL Points Land 2012	Grécia	1 Viatura 4 Militares	11-Set	13-Out

Figura 42 – Participação da Guarda em Operações Conjuntas no âmbito FRONTEX

De destacar o facto de, por decisão de Sua Excelência o MAI, a Guarda ter acolhido, em 2012, o Centro de Coordenação Nacional (NCC) do Projeto EUROSUR, tendo o respetivo Protocolo sido assinado pelo Comandante-Geral, em Varsóvia, em 8 de maio de 2012.

### Operação Policial Conjunta CYCAR

A Guarda participou nesta Operação Conjunta, organizada pela Presidência Cipriota, que visou o combate ao crime automóvel transfronteiriço, juntamente com a DGAIEC, a PJ e a PSP, tendo a instituição assegurado a coordenação nacional da operação. O balanço foi extremamente positivo, tendo Portugal sido o país que registou o maior número de apreensões, num total de 66.

### Ponto de contacto nacional para a criminalidade automóvel com repercussões transfronteiras

A Guarda, no âmbito desta sua missão orgânica, assegurou a ligação entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS) nacionais e as suas congéneres Europeias, no capítulo da troca de informações e do apoio a ações operacionais, tendo participado nas reuniões de pontos de contacto Europeus.



### EUROPOL

A Guarda manteve o seu nível de empenhamento na EUROPOL, dando resposta aos pedidos recebidos via Unidade Nacional, efetuando pedidos e consultas para satisfação das necessidades operacionais, participando em diversos fóruns promovidos pelo Serviço de Polícia Europeu e integrando o ficheiro de análise (AWF) SMOKE, dedicado ao contrabando de tabaco.

### Outros Fóruns

Durante o ano transato, a Guarda manteve a sua participação nas atividades da TISPOL (“European Traffic Police Network”), da EEODN (“European Explosive Ordnance Disposal Network”) e da Rede ATLAS (operações especiais), bem como da Rede IMPEL/TFS (“European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste”), financiada pela União Europeia e dedicada ao controlo transfronteiriço de resíduos.

Destaca-se, ainda, a participação da Guarda, através da sua Unidade de Controlo Costeiro (UCC), na AQUAPOL (Associação de Forças de Polícia com competências nos domínios marítimo e fluvial, que conta com um forte apoio por parte da União Europeia, sendo financiada pela Comissão Europeia), no âmbito da qual, após cerca de um ano e meio como Observador, adquiriu, em 2011, o estatuto de Membro de pleno direito.

Esta rede, que visa, genericamente, melhorar a cooperação entre as Forças Policiais Europeias, nos domínios referidos, numa base prática e diária, promove a realização de operações conjuntas de controlo e fiscalização, a partilha de boas práticas, a troca de informações, a harmonização de procedimentos e a participação em projetos da União Europeia.

A nível dos Comitês e Grupos de Trabalho da UE, tendo reduzido drasticamente a sua participação, por força das restrições de natureza orçamental, a Guarda continuou a dar os seus contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais apresentadas nos referidos fóruns.

No quadro do Colégio Europeu de Polícia (CEPOL), a Guarda assegurou, a partir do início do 2.º semestre de 2011, o ponto de contacto nacional, a par da sua participação em cursos e programas de intercâmbio, da organização de cursos em Portugal e do apoio a cursos realizados no estrangeiro.

### Cooperação bilateral com o Reino de Espanha

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a Guardia Civil, merece especial destaque, pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações e pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil* do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2012, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis e outras operações policiais conjuntas e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a Guarda e a Guardia Civil com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países.

### Cooperação ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Durante 2012, a Guarda deu cabal cumprimento às missões e ações que lhe foram confiadas, no quadro dos programas de cooperação técnico-policial com os países da CPLP, embora face às recentes alterações que determinaram a fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) no Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, tais ações tenham sido substancialmente inferiores às praticadas em anos anteriores.

Saliente-se, contudo, neste domínio, as inúmeras visitas à Guarda, algumas das quais de alto nível, necessariamente direcionadas para a capacitação e troca de experiências entre as diversas forças de segurança dos países da Comunidade, destacando-se ainda a preparação das Forças de Segurança Brasileiras para a segurança da Fase Final do Campeonato Mundial de Futebol 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

A este nível, destaca-se, ainda, o fundamental papel da GNR na organização e capacitação da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), Força de segurança congénere da Guarda, no quadro do “Protocolo de Cooperação Técnico-Policial entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Nacional de Timor-Leste”, que prevê a cooperação “no domínio da capacitação e qualificação dos recursos humanos da PNTL”.

Durante o ano 2012, a Guarda deu continuidade a uma missão de assessoria junto do Ministério do Interior da República da Guiné-Bissau, centrada na implementação da Guarda Nacional, enquanto nova força de segurança, agregadora de diversos serviços, anteriormente dispersos e sob diferentes tutelas.



## Iniciativas Multilaterais

Para além da participação da Guarda na Iniciativa “5+5 Defesa”, na vertente *Gendarmeries*, destaca-se a participação da Instituição, como Membro e desde a sua fundação, na Associação FIEP (cujo objetivo principal consiste em promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, organização do serviço, novas tecnologias e logística e assuntos europeus) e na Força de *Gendarmerie* Europeia - EUROGENDFOR (Força multinacional vocacionada para a participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais).

A este propósito, importa valorizar o papel desenvolvido pela Guarda no ano em que assegurou a Presidência de ambas as organizações, recebendo elogios e manifestações de reconhecimento pela qualidade do trabalho levado a cabo e pela dinâmica imprimida em ambos os fóruns.

## Cargos e Posições Internacionais

Em 2012, a Guarda assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI em Timor-Leste, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, tendo, ainda, colocado um oficial na representação permanente de Portugal em Bruxelas (REPER).

## 4. Projetos cofinanciados por programas comunitários

Durante o ano 2012, a Guarda permanentemente empenhada em encontrar formas de financiamento alternativas para colocar em prática os seus projetos, efetuou, no quadro dos programas comunitários dos quais ser beneficiária, diversas candidaturas a Projetos, bem como ainda participou noutros na qualidade de entidade parceira.

### Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)



O QREN constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013 e assume como grande desígnio estratégico a qualificação, a valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

### Programa Operacional para os Fatores de Competitividade (POFC)



Visa estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da atividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto, incidindo sobre as seguintes áreas de intervenção:

- Incentivos às Empresas;
- Financiamento e Partilha de Risco na Inovação;
- Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto;
- Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial;
- Ciência e conhecimento;
- Modernização Administrativa
- Pólos e Clusters

Na área de intervenção do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, que é dirigido às entidades da administração pública, visando criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, com vantagens para os cidadãos e para as empresas, reduzir os custos de contexto, oferecer um novo modelo de distribuição de serviços públicos, qualificando o atendimento aos cidadãos e às empresas e melhorando o acesso por parte destes a esses serviços. A GNR, enquanto entidade beneficiária, colaborou na candidatura promovida pela DGIE/MAI do Projeto n.º 32831 – Componente Física de Rede para o SIOP.

Este projeto destina-se ao fornecimento dos equipamentos físicos que compõem a rede em que assenta o funcionamento global do «Sistema Integrado de Informações e Operações Policiais»



(SIIO/GNR), para um universo de 206 Postos Territoriais.

O projeto consiste na extensão de uma plataforma digital ao território nacional continental ainda não coberto (cerca de 85%), vertente de serviços de segurança pública (SIIO – Sistema Integrado de Informações de Operações Policiais), promovendo sinergias entre os cidadãos e os agentes da entidade operadora.

É neste contexto, da melhoria da segurança dos cidadãos permitindo agilizar os processos de interação através de interfaces digitais, bem como das garantias de integridade e da normalização da informação de segurança, permitindo assim, o tratamento automático e estatístico dos dados recolhidos em todo o país, que devem ser avaliados os benefícios.

Constituindo-se a GNR como uma instituição pública, os benefícios carecem de uma análise de impacto social, avaliando o potencial de ganhos para o cidadão decorrentes da digitalização da plataforma onde interage para efeitos de segurança interna, mercê das evoluções tecnológicas, designadamente da generalização do cartão do cidadão com assinatura digital integrada e dos processos de expansão da banda larga que vêm sendo promovidos pelo governo.

Para a GNR, como instituição operadora, os benefícios são evidentes, ao reduzir as despesas em pessoal aos níveis central e distrital, que se traduzem nomeadamente nos registos de dados recebidos diariamente em papel, pelos meios de comunicação clássicos (rede telefónica e fax), de forma a permitir o seu tratamento estatístico e respetiva análise, caracterizada por limitações humanas e suscetível a falhas de integridade, consumindo para além disso muito tempo e recursos consideráveis. Acresce referir que, a plataforma digital, não se reduz ao suporte exclusivo da aplicação SIIO, mas, abrange todos os outros serviços que podem beneficiar da conectividade em rede de banda larga: Correio eletrónico, Telefonia IP, acesso à Internet, Intranet do MAI e da GNR, partilha de ficheiros e outras aplicações específicas.

Contudo, apesar de evidente, não é simples estimar os benefícios deste projeto, que não se traduzem em lucros financeiros diretos, mas em mais-valias para a sociedade em geral.

Consideram-se, no entanto como mensuráveis os seguintes benefícios:

- Redução de Custos em Telecomunicações considerando os custos dos últimos 12 meses de 200.228,52€, e aplicando-lhe uma redução estimada de cerca de 40%, (80.000,00€) correspondente ao facto de manter os acessos da rede pública existentes (as unidades têm que manter interfaces com o cidadão do tipo convencional), mas as comunicações intrainstitucionais são veiculadas pela nova plataforma e sem duplicações.
- Redução dos custos em consumíveis de escritório, incluindo papel e toner para faxes e multifunções, sua manutenção e renovação, considerando o valor médio de 150.000,00€, por cada Distrito, correspondente à desmaterialização na origem da informação que é atualmente veiculada em papel de forma reiterada entre os vários escalões de comando.
- Redução de mão de obra associada aos processos de recolha, interpretação e tratamento manual da informação, estimando a redução de um 1 auxiliar em cada Comando Territorial (Distrital).

Finalmente, resta considerar o horizonte do projeto, a fim de elaborar a análise financeira, ou seja a sustentabilidade financeira e rentabilidade financeira do projeto e do capital investido. Para o efeito, atendendo à componente de infraestruturas de rede que tem um tempo de vida útil de 15 anos, e que corresponde às garantias de alguns fabricantes que pode ir até 25 anos, conjugando com os equipamentos terminais que têm um tempo de renovação de 6 a 8 anos com garantias de 2 anos, e aos equipamentos ativos que normalmente têm um tempo de substituição de cerca de 10 anos e garantias de 2 a 5 anos, atendendo ainda ao tempo de execução total das infraestruturas pode estender-se a 2016, considerou-se 15 anos como horizonte.

O Projeto mereceu Decisão favorável de Aprovação em 25FEV13, com o Investimento total elegível – € 4.349.855,48 sendo a participação FEDER de € 2.700.000,00.



## Programa Operacional para os Fatores de Competitividade (POPH)



Visa a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

Áreas de intervenção: Qualificação Inicial; Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida; Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; Formação Avançada para a Competitividade; Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social; Promoção da Igualdade de Género Visa a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) apoia o desenvolvimento das políticas públicas e agentes económicos através do financiamento de projetos enquadrados nas ações elegíveis das sua tipologias de intervenção, através de dez eixos prioritários

O Eixo de intervenção Gestão e Aperfeiçoamento Profissional (Eixo 3.3) tem como objetivo geral o desenvolvimento de um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional, reestruturações e reconversões produtivas que contemplem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização das empresas e outras entidades - nomeadamente da administração pública - enquanto condição fundamental de modernização do tecido produtivo, da melhoria da qualidade do emprego e do aumento da competitividade.

Pretende-se, desta forma, reforçar a relevância do investimento a realizar no domínio da formação contínua, tendo presente, a necessidade de estimular o desenvolvimento de uma cultura de procura de formação por parte das empresas e dos trabalhadores.

O apoio ao desenvolvimento de formações estratégicas e especializadas para a gestão e inovação na Administração Pública, constitui igualmente uma das prioridades a considerar no âmbito das intervenções enquadradas neste Eixo.

Neste âmbito, a Guarda submeteu a Candidatura n.º 82580/2012 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central, com o objetivo de financiar alguns cursos inscritos em sede dos Planos Anuais de Formação de 2012 e 2013, que contemplam unidades curriculares elegíveis no quadro do Programa Operacional em apreço, a qual mereceu despacho de aprovação de 85,70% em 8 de janeiro de 2013.

A candidatura pressupõe a elegibilidade de 31 cursos de formação já aprovados (num total de 77 ações), destinados à formação de 1.370 militares e civis.

Pressupõe igualmente, a Contribuição de € 370.024,75 assegurada através do FSE, cabendo à Guarda Nacional Republicana assegurar a componente Contribuição Pública Nacional no valor de € 97.887,17. Neste ponto, importa salientar que, independentemente da fruição de outras fontes de financiamento, os encargos salariais dos ativos em formação aqui incluídos, seriam sempre suportados através do orçamento da Guarda.

Projetos	Componente nacional	Componente comunitária	Total (€)
Projeto n.º 82580/2012 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	97.887,17	370.024,75	467.911,92
<b>Total</b>	<b>97.887,17</b>	<b>370.024,75</b>	<b>467.911,92</b>

Figura 43 – Caracterização financeira do projeto



Programa Leonardo Da Vinci



O Programa Leonardo da Vinci liga a política à prática, no campo do ensino e formação profissionais (EFP). Os projetos variam, desde aqueles que proporcionam aos indivíduos a oportunidade de melhorar as suas qualificações, conhecimentos e competências durante uma estadia no estrangeiro, até à cooperação europeia entre as entidades responsáveis por efp, a fim de enriquecer o caráter atrativo, a qualidade e o rendimento dos sistemas e práticas EFP. O Programa Leonardo da Vinci inclui os seguintes tipos de ações, geridas pela Agência Nacional:

- Projetos de Mobilidade
- Parcerias (Parcerias Leonardo da Vinci);
- Projetos Multilaterais (Projetos de Transferência de Inovação -PTI);

As Parcerias são projetos de cooperação prática entre instituições de pelo menos três países. A candidatura a Parceria é preparada conjuntamente por todas as instituições participantes no Projeto (uma das organizações Parceira será o “coordenador” e as outras serão “parceiras”), recebendo, cada uma delas, a sua subvenção (financiamento) da sua própria Agência Nacional. As atividades desenvolvidas (atividades de aprendizagem, trabalho de campo, investigação, reuniões de projetos, visitas de estudo, intercâmbios de aprendizagem, etc.), têm como objetivo principal facilitar a cooperação entre os países parceiros, criando-se a oportunidade para o encontro entre os especialistas e para a troca de experiências e de boas práticas.

Foi neste contexto que o General Police Headquarters in Warsaw (Poland), enquanto Organização coordenadora, contactou a Guarda com vista à associação ao Projeto “Standardized tools for assessing domestic violence risks and broadening competences of European Policemen”, com o período previsto para a execução de 01 de agosto 2012 até 30 de setembro 2014 (24 meses), o qual prevê a realização 6 mobilidades (reuniões) com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências na utilização de ferramentas para a avaliação do risco de violência doméstica.

Após aprovação por parte do Exmo. Comandante-Geral, a Guarda passou a integrar a Parceria, tendo apresentado a respetiva candidatura à Agência Nacional.

Na sequência do processo de avaliação e seleção das Candidaturas, a Agência Nacional PROLAV (que coordena este Programa), veio informar que o Projeto de Parceria a que a Guarda se candidatou mereceu decisão de aprovação.

A Agência Nacional PROLAV (que coordena este Programa), aprovou o Projeto de Parceria a que a Guarda se candidatou, pelo que no final da execução do Projeto a Guarda beneficiará do montante de € 12.000,00 para fazer face as despesas inerentes a participação no Projeto (custos das visitas - viagens, refeições, alojamento, etc.).

Agência Nacional PROLAV efetuou a transferência, sob a forma de adiantamento, no valor de 9.600,00 € correspondente a 80% do total da subvenção máxima aprovada (€ 12.000,00).

O Projeto deve decorrer entre 1 de agosto de 2012 e 31 de julho de 2014, devendo a Guarda nesse período realizar um número mínimo de 8 mobilidades.

Ação Parcerias Multilaterais de Aprendizagem do Programa Leonardo da Vinci – 2012	
Candidatura	LEO04 – Leonardo da Vinci Learning Partnerships
Título do projeto	Standardized tools of domestic violence risk assessment - strengthening the professional capacity of European police officers
Número de candidatura	2012-1-PL1-LEO04-28099 7
Total do Projeto	€ 12.000,00

Figura 44 – Caracterização financeira do projeto



#### Programa «Prevenir e combater a criminalidade»

O programa específico «Prevenir e combater a criminalidade» (ISEC) foi criado pela Decisão 2007/125/JAI, para o período de 2007 a 2013, no âmbito do Programa Geral sobre Segurança e Proteção das Liberdades (publicação em JOCE, série L 58, de 24 de fevereiro de 2007).

Este programa, contribui para um elevado nível de segurança dos cidadãos mediante a prevenção e o combate à criminalidade, organizada ou não, e a luta contra este fenómeno, nomeadamente o terrorismo, o tráfico de seres humanos, os crimes contra as crianças, o tráfico de droga, o tráfico de armas, a corrupção e a fraude. O programa contribui, entre outros, para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Incentivo, promoção e desenvolvimento dos métodos e dos instrumentos horizontais necessários para uma estratégia de prevenção e de luta contra a criminalidade e de garantia da segurança e da ordem pública, tais como o trabalho desenvolvido na Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (EUCPN), parcerias entre os setores público e privado, as melhores práticas em matéria de prevenção da criminalidade, comparabilidade das estatísticas, criminologia aplicada e uma abordagem reforçada da questão dos jovens delinquentes;
- Promoção e desenvolvimento da coordenação, a cooperação e a compreensão mútua entre os serviços responsáveis pela aplicação da lei e as outras autoridades nacionais e organismos conexos da EU em relação às prioridades identificadas pelo Conselho e enunciadas designadamente no âmbito da avaliação da ameaça da criminalidade organizada da Europa;

No contexto deste programa, podem beneficiar de apoio financeiro:

- As ações que melhorem a cooperação e a coordenação operacionais (reforço das redes ou da confiança e da compreensão mútuas, intercâmbio e divulgação de informações, experiências e melhores práticas);
- As atividades de formação e de intercâmbio de pessoal e de peritos;
- As atividades de análise, de acompanhamento e de avaliação;
- desenvolvimento e a transferência de tecnologias e de metodologias;
- As atividades de sensibilização e de divulgação.

#### Projeto Economic and Financial Investigators (EFI) – Parceria com Guardia di Finanza

Em 07 de outubro de 2011, o Comando *Generale della Guardia di Finanza* convidou a Guarda a participar, na qualidade de Parceira, num Projeto de formação financiado pela Comissão Europeia, que tem como objetivo, implementar, durante o biénio de 2013 e 2014, um conjunto de ações formativas (6 Cursos Básicos EFI + 6 Cursos Avançados EFI), complementadas por 2 Workshops (1 inicial + 1 no final da formação), na área da investigação contra o crime económico e financeiro.

Este Projeto, com a designação de “EFI” (Economic and Financial Investigators) visa, em particular, dotar os elementos das Forças de Segurança, com responsabilidades no combate ao crime económico e financeiro, com conhecimentos mais apurados nesta área e, simultaneamente, tendo como premissa, a importância da cooperação internacional, dar oportunidade para a criação de um espaço de partilha de experiências e métodos de atuação das diferentes Polícias Europeias.

Em 05 de julho de 2012, a Guardia di Finanza comunicou formalmente à Guarda a aprovação da sua candidatura ao Projeto “EFI”, por parte da Comissão Europeia, bem como do seu quadro financeiro de apoio aos encargos relativos no Projeto.

Em 17 de outubro de 2012, o Excelentíssimo Comandante-Geral formalizou a participação da Guarda no Projeto “EFI” – *Economic and Financial Investigator*. Nesta conformidade, o início das atividades do Projeto tiveram lugar no dia 12 de dezembro de 2012, através de Workshop inicial realizado na “Tax Police School of Ostia”, em Roma, Itália.

Assim, a execução do Projeto terá em conta o seguinte:

- Coordenação do Projeto Economic and Financial Investigators (EFI), por parte da Guardia di Finanza (Itália);
- São parceiros do Projeto os seguintes países: Portugal (GNR), Lituânia, Polónia, Hungria, Reino Unido, Malta e Roménia;

Em conformidade com os procedimentos fixados pela Comissão Europeia, foi transferido para a



conta da Guarda, o montante de € 56.045,60, para fazer face às despesas decorrentes da sua participação no Projeto (viagens, alojamento e alimentação).



**Projeto Police-Private Partnership to Tackle Metal Theft (Pol-PRIMETT) – Parceria com Serious and Organised Crime Agency**

A atual parceria Pol-PRIMETT (Parceria Polícia-Privada para Combater o Furto de Metal) está a apresentar propostas para um acompanhamento do projeto à Comissão Europeia – Direção-Geral de Assuntos Internos no âmbito da Prevenção e do Combate contra a Criminalidade. O foco da Pol-PRIMETT II é desenvolver o bom trabalho e as relações estabelecidas no primeiro projeto e continuar a combater o problema transnacional do furto de metal.

Após uma análise ao esboço do projeto, a Guarda Nacional Republicana disponibilizou-se a prestar o seu apoio total à Pol-PRIMETT II. A Pol-PRIMETT II é uma iniciativa interessante com potencial para beneficiar todos os Estados-Membros em vários aspetos importantes, entre os quais se destacam:

- Melhorar a colaboração de parceria entre as organizações públicas/privadas nos Estados-Membros e numa base transnacional;
- Fomentar o conhecimento do envolvimento do crime organizado, a ligação a outros crimes aquisitivos e o impacto sobre as comunidades, as empresas e o Estado;
- Promover a compreensão e colaboração para impedir e reduzir a circulação de metais furtados através das fronteiras;
- Apoiar o setor privado para melhorar as estratégias de prevenção e de dissuasão da criminalidade, incluindo a integração/cooperação intersectorial entre as empresas que utilizam, fabricam, processam e transportam metais;
- Criar um Grupo de Usuários Especialistas (GUE) para melhorar os níveis de ligação internacional, partilhando técnicas de conhecimento, perícias, perceção, execução e prevenção;
- Estabelecer e alargar parcerias horizontais para a recolha e a transmissão de dados e a identificação/priorização dos tipos de informação a ser transmitida;
- Demonstrar uma melhor utilização dos recursos no seio das organizações parceiras de forma a evitar a duplicação de esforços e o trabalho isolado;
- Fornecer um legado de colaboração e de boas práticas para o futuro.

O projeto Pol-PRIMETT prossegue os seguintes objetivos e resultados:

- Estimular, promover e desenvolver métodos e instrumentos horizontais necessários para estrategicamente prevenir e combater a criminalidade e garantir a segurança e a ordem públicas;
- Promover e desenvolver boas práticas de proteção e de apoio às testemunhas.

<b>Tema do programa</b>
Prevenção da criminalidade e criminologia; Proteção das vítimas.
<b>Prioridade específica do programa:</b>
Prevenção da criminalidade através de abordagens horizontais.
<b>Tipo de atividades:</b>
Cooperação e coordenação operacionais; Atividades analíticas, de monitorização e de avaliação; Desenvolvimento e transferência de tecnologia e de metodologia; Formação, intercâmbio de pessoal e de peritos; Atividades de sensibilização e de divulgação; Desenvolvimento e criação de uma rede.

Um ou dois representantes participarão em duas reuniões da Conferência Anual através do cronograma do projeto. Um ou dois representantes participarão em oito reuniões do Grupo de Usuários Especialistas (GUE) através do cronograma do projeto.

A Guarda Nacional Republicana organizará uma Reunião do Grupo de Gestão Internacional, uma Reunião de Usuários Especialistas e uma Conferência Anual em Lisboa.

Em particular, caberá à GNR conduzir o pacote de trabalho 6 - Parceria Polícia-Privada com os seguintes objetivos:

- Incentivar a colaboração público-privada – de forma a construir sobre a bem-sucedida parceria público-privada desenvolvida na Pol-PRIMETT, avaliar os níveis da colaboração público-privada no âmbito de cada Estado-Membro e, quando adequado, introduzir estratégias que facilitem e melhorem o trabalho conjunto;



- Avaliar os níveis de colaboração – de forma a desenvolver técnicas de avaliação para fornecer informações sobre os níveis de colaboração nos Estados-Membros participantes;
- Ilustrar o processo da criação de parcerias público-privadas – de forma a desenvolver estudos que ilustrem o processo da criação de parcerias público-privadas;
- Fornecer orientação sobre a criação de oportunidades de colaboração – de forma a fornecer parceiros e outras partes interessadas com orientação sobre a criação de oportunidades de colaboração;
- Estágios nacionais e transnacionais – de forma a facilitar estágios nacionais e transnacionais que providenciem as forças de segurança e outros organismos do setor público com a oportunidade de trabalhar em cenários do setor privado;
- Demonstrar trabalho colaborativo – de forma a organizar conferências e seminários público-privados transnacionais para demonstrar o trabalho colaborativo em todos os setores.

PoI-PRIMETT II WPS: Combater o Furto de Metal				
WP1 Gestão do Projeto conduzida pela SOCA com o apoio da PUAC				
WP2	WP3	WP4	WP5	WP6
Compreender o envolvimento das OCGs levado a cabo pela SOCA com o apoio da BTP	Legislação e códigos de prática voluntários conduzidos pela Gendarmerie Nationale (GN)	Desenvolver e trocar boas práticas conduzidas pela BTP	Identificar lacunas no conhecimento e na perceção, efetuado pela <i>Agenfor</i>	Incentivar a colaboração público-privada conduzida pela Guarda Nacional Republicana (GNR)
WP 7 Comunicação, divulgação e avaliação conduzida pela PUAC				

A Comissão Europeia notificou oficialmente a GNR, comunicando que o projeto PoI-PRIMETT II teria merecido pré-aprovação, de acordo com o quadro abaixo:

Projetos	Componente nacional	Componente comunitária	Total (€)
Projeto PoI-PRIMETT II	10.693,24	96.239,20	106.932,44
<b>Total</b>	<b>10.693,24</b>	<b>96.239,20</b>	<b>106.932,44</b>

Figura 45 – Caracterização financeira do projeto



### Fundo Europeu para as Fronteiras Externas (FFE)

No interesse da União Europeia em investir na proteção das fronteiras externas de toda a área de Schengen, é intenção fazer grandes investimentos nos países situados nas fronteiras externas da EU, devido à pressão migratória significativa nas suas fronteiras. Assim, o FFE, dá apoio financeiro para ajudar os Estados da União Europeia na resposta a tais situações.

Os fundos do FFE devem usados para modernizar e ampliar os sistemas nacionais de vigilância das fronteiras e criar centros de coordenação nacionais de controle nas fronteiras externas dos Estados-Membros que formam a leste e sul das fronteiras marítimas da EU, bem como a implementação de uma rede de comunicação segura para troca de dados (EUROSUR), facilitando a coordenação das atividades entre centros nacionais e a FRONTEX.

O EUROSUR (*European Border Surveillance System*) visa reforçar a troca de informações e a cooperação operacional entre as autoridades nacionais com missões de vigilância de fronteiras e a FRONTEX, para assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas nas fronteiras externas marítimas e terrestres da União Europeia.

O EUROSUR está a desenvolver-se em dois planos complementares: Em primeiro lugar, com o Projeto Piloto EUROSUR, liderado pela FRONTEX, inicialmente com a participação de doze Estados-Membros (EM), que se estenderam dezoito EM até ao final de 2012. Em segundo lugar, através da elaboração do Regulamento EUROSUR, documento atualmente em discussão ao nível do Grupo de Fronteiras, no Conselho cuja entrada em vigor para os EM com fronteiras externas marítimas meridionais (como é o caso de Portugal) e para os EM com fronteiras externas orientais se prevê para 01 de outubro de 2013.

O Nó do Projeto Piloto EUROSUR constitui-se como alavanca para os NCC (*National Coordination Centre*), previstos no Regulamento EUROSUR. Assim, o mais importante mecanismo do EUROSUR é o estabelecimento, em cada entidade encarregue da vigilância de fronteiras, de um NCC. Cada EM deverá constituir um NCC, onde serão apresentados, em mapas eletrónicos, a atividade operacional e os meios envolvidos, os eventos ocorridos no âmbito da criminalidade transfronteiriça e os níveis de risco da fronteira, entre outra informação.

Considerando os objetivos do EUROSUR, atendendo as competências e capacidades da Guarda Nacional Republicana no domínio da vigilância de fronteiras, em especial da fronteira marítima, tendo presente a importância do sistema SIVICC para a vigilância da fronteira marítima de Portugal que constitui, também fronteira externa da Europa, Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, determinou, por despacho de 22 de março de 2012, que fosse instalado na Guarda Nacional Republicana o nó EUROSUR, pelo que devem ser adotados todos os procedimentos, tecnológicos e outros, que garantam o exercício coordenado das suas competências legais.

Prevê-se que, num futuro próximo, quando a aplicação estiver concluída, que as entidades nacionais venham a colocar Oficiais de Ligação junto do Centro Nacional de Coordenação, em consequência do Despacho n.º 15623/2011 de 09 de novembro, de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna e das boas práticas, referenciadas pela Comissão, adotadas em alguns EM onde o arco de instituições com competências sobre esta matéria é igualmente alargado.

### Ações Comunitárias

Para facilitar a implementação do EUROSUR, as ações comunitárias do Fundo para as Fronteiras Externas (FFE) devem apoiar os NCC no desenvolvimento das seguintes subcategorias:

- **Subcategoria 3.a: Intercâmbio do Quadro Situacional das Secções Vizinhas de Fronteiras Externas Entre os Centros De Coordenação Nacional dos Estados-Membros Vizinhas:**

São ações elegíveis nesta Subcategoria, a aquisição e a instalação de equipamento (*hardware, software, etc.*) e a prestação de serviços para o intercâmbio, entre os centros de coordenação nacional (NCC) para a vigilância de fronteiras dos Estados-Membros vizinhos, relativo à parte do quadro da situação nacional que abrange as secções vizinhas de fronteiras terrestres e marítimas externas. Esta troca de informação realizar-se-á em consonância com os requisitos do EUROSUR (troca de incidentes, posicionamento das patrulhas e seus códigos de comunicação, localização de radares, comunicações via rádio, relatórios de análise de riscos táticos, etc.);

Atendendo à relevância do assunto, designadamente no quadro das responsabilidades assumidas pela Guarda ao acolher o NCC do Projeto EUROSUR e do compromisso Ministerial de garantir a ligação SIVE-SIVICC com recurso a financiamento comunitário ("no prazo de um ano", contado a partir de maio de 2012), foram realizadas várias reuniões, envolvendo os diversos órgãos da estrutura da Guarda (CO, CARI e UCC), bem como com a *Guardia Civil*;



Neste sentido, a GNR associou-se a *Guardia Civil*, que liderou a candidatura (que devia ser apresentada por, no mínimo, dois Estados-Membros, que partilhem fronteiras terrestres e/ou marítimas externas comuns), que caso venha a ser aprovada, deverá ter em conta os seguintes pressupostos:

- 1.ª Interligação NCC's (PO + SP) aos SIVE e ao SIVICC, que do lado espanhol terá exigências internas de interligação ao NCC. Do lado de PO esta integração não deve de abranger vídeo de EOS, mas apenas a informação de tracks RADAR e dados associados (bases de dados);
- 2.ª Acesso à informação acordada entre PO e SP incluindo vídeo dos EOS, que deve poder ser visualizado nos CCC's e nos PO's locais fronteiriços, quando autorizado pela GNR ou vive-versa pela G.Civil. (Estas especificações podem exigir larguras de banda adicionais no backbone).

O objetivo do projeto é proporcionar o intercâmbio do Quadro Situacional das Secções Vizinhas de Fronteiras Externas entre os Centros de Coordenação Nacional (CCN) dos Estados-Membros Vizinhos, nomeadamente de Portugal e Espanha.

Os dois Estados-Membros Vizinhos, Espanha e Portugal, criarão uma interligação dos sistemas de vigilância ao longo da fronteira meridional que será partilhada por ambos os países: Algarve em Portugal e Huelva em Espanha. Esta troca de informação será efetuada em conformidade com os requisitos da EUROSUR e a diferentes níveis, complementando a troca de informações de alto-nível na rede EUROSUR, e por outro lado, ligando os Centros de Coordenação Local para proporcionar a troca de informação de baixo-nível que compõe o Quadro Tático Local entre as suas secções de fronteiras externas. O intercâmbio dos Quadros Tácticos será efetuado através de uma comunicação segura entre ambos os CCNs e deverá ser baseado nos Serviços *Web* ou em protocolos de comunicação padrão.

O projeto deve permitir a troca de informação entre os sistemas nacionais de vigilância das fronteiras através de interfaces europeus padrão e por via dos respetivos Centros de Coordenação Nacional situados em Madrid e Lisboa.

Os principais propósitos no âmbito deste objetivo global são os seguintes:

- Implementação do *interface* ASTERIX dos sistemas de vigilância locais (SIVE) em Huelva e (SIVICC) no Algarve / em Lisboa.
- Aquisição e instalação de codificadores de vídeo para a troca de imagens de vídeo das câmaras de vigilância do SIVE espanhol e do SIVICC português através dos CCN.
- Aquisição e instalação de uma plataforma central para a troca de informação (NSP, relatório de análise de risco tático, AIS, localização das patrulhas, faixas de radar e vídeos / imagens) e implantação de novas camadas na EUROSUR (NÚCLEO Comum).

O total de custos apurados para a participação da Guarda no Projeto, será de 147.980,49 € que caso o Projeto obtenha decisão favorável de aprovação, a contrapartida comunitária poderá vir a ser até 90% dos custos elegíveis e o pré-financiamento de 75% da comparticipação aprovada.

- **Subcategoria 3.b: Estabelecer uma ligação entre os centros de coordenação nacionais dos Estados-Membros e a rede mediterrânica SEAHORSE**

São ações elegíveis nesta Subcategoria, a aquisição e a instalação de equipamento (hardware, software, etc.) e a prestação de serviços necessários para os centros de coordenação nacional (NCC) dos Estados-Membros participantes na rede mediterrânica SEAHORSE a fim de lhes permitir trocar informações de forma segura com os países do norte de África em consonância com os requisitos do EUROSUR;

Os Estados-Membros que integram a rede mediterrânica SEAHORSE são os seguintes: Chipre, França, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha.

A candidatura teve em conta as atividades em curso para o estabelecimento da rede mediterrânica SEAHORSE, que está atualmente a ser desenvolvida no âmbito do EUROSUR e financiada em paralelo no âmbito do programa temático de cooperação com os países terceiros (ICD);

Para garantir uma correta implementação e interoperabilidade das componentes financiadas do Fundo para as Fronteiras Externas e do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento da rede mediterrânica SEAHORSE, só será selecionada uma candidatura;

Neste contexto, a Guardia Civil liderou uma candidatura, na qual a GNR participa como entidade parceira.

O total de custos apurados para a participação da Guarda no Projeto, será de € 304.950,00, que caso o Projeto obtenha decisão favorável de aprovação, a contrapartida comunitária poderá vir a ser até 90% dos custos elegíveis e o pré-financiamento de 75% da comparticipação aprovada.

- **Subcategoria 3.C: Capacidades suportadas por satélite a serem fornecidas aos centros de coordenação nacional através do serviço EUROSUR para uma aplicação comum dos instrumentos de vigilância**

São ações elegíveis nesta Subcategoria, a aquisição de capacidades suportadas por satélite (imagens, comunicações, posicionamento, deteção do sinal, etc.) a fim de apoiar a implementação da aplicação comum dos instrumentos de vigilância, conforme definido no âmbito do EUROSUR.

Esta ação pode, por exemplo, facilitar a deteção e o controlo de pequenas embarcações utilizadas na imigração ilegal e no tráfico de drogas, que deverá ser implementada em consonância com os requisitos do EUROSUR, em particular os fluxos de trabalho definidos no conceito de operações de 2011 para uma aplicação comum dos instrumentos de vigilância.

Neste contexto, a Guardia Civil liderou uma candidatura, na qual a GNR participa como entidade parceira.

O total de custos apurados para a participação da Guarda no Projeto, será de € 123.050,00, que caso o Projeto obtenha decisão favorável de aprovação, a contrapartida comunitária poderá vir a ser até 90% dos custos elegíveis e o pré-financiamento de 75% da comparticipação aprovada.

#### Ações Nacionais

São implementada por cada Estado da União Europeia através de Programas Nacionais Anuais sobre



a base da programação plurianual.

• **Projeto «Morcego & Mobile»**

Este projeto visa, por um lado e numa perspetiva interna, criar condições que seja possível a melhoria de coordenação das ações nacionais e internacionais (quer da UCC/GNR, quer multiagências) de combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, bem como iniciar, desde já, a instalação de equipamentos complementares considerados imprescindíveis para o seu bom funcionamento, e, por outro lado e numa dinâmica europeia, contribuir para o reforço das capacidades de resposta da União em termos de vigilância das Fronteiras Externas, tendo em conta os seguintes objetivos operacionais:

- Permitir a integração dos vários sistemas de vigilância para apoio às operações de combate à imigração ilegal, quer nacionais, quer internacionais, através da aquisição de um Centro de Vigilância de Fronteiras, que integre a informação recebida no nó do EUROSUR e do SIVCC;
- Criar condições de apoio às equipas terrestres e primeiro apoio aos imigrantes ilegais detidos.

• **Projeto « Open Sea »**

Este projeto visa, por um lado e numa perspetiva interna, criar condições para uma mais rápida implementação do novo sistema de vigilância e controlo da costa, bem como iniciar, desde já, a aquisição de equipamentos complementares considerados imprescindíveis para o seu bom funcionamento, e, por outro lado e numa dinâmica europeia, contribuir para o reforço das capacidades de resposta da União em termos de vigilância das Fronteiras Externas, tendo em conta os seguintes objetivos operacionais:

- Incrementar a capacidade operacional das Lanchas de Vigilância e Interceção, dotando as LVI com novos sistemas eletrónicos;
- Aumentar a segurança e facilitar a operabilidade das dos meios marítimos da Unidade;

A aquisição destes meios, permitirá à Guarda participar em projetos e operações internacionais conjuntas patrocinados e coordenados pela FRONTEX, nomeadamente na CRATE (*Centralised Records of Available Technical Equipment*), na FJST (*Frontex Join Support Teams*) nas RABIT (*Rapid Border Intervention Teams*), e na EPN (*European Patrol Network*).

Numa perspetiva global, o Fundo Europeu para as Fronteiras Externas (FFE) tem a caracterização financeira apresentada no quadro seguinte:

Projetos	Componente nacional	Componente comunitária	Total (€)
2010/FFE/A5/01 - 3ª Fase Open Sea	42.727,13	128.181,38	170.908,51
2010/FFE/A5/02 - 3ª Fase Morcego & Mobile	36.391,12	65.174,94	101.566,06
2011/FFE/A4/02 - 4ª Fase Open Sea	32.974,42	98.923,26	131.897,68
2011/FFE/A4/01 - 4ª Fase Morcego & Mobile	78.577,01	235.731,04	314.308,05
<b>Total Global</b>	<b>190.669,68</b>	<b>528.010,62</b>	<b>718.680,30</b>

Figura 46 – Caracterização financeira do projeto

7º Programa - Quadro



O 7º Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7), é o principal instrumento da UE para financiar a investigação na Europa, para o período 2007 a 2013, com o objetivo de tornar ou manter a UE na posição de líder mundial nesses setores e dar resposta às necessidades de emprego Europeias. O FP7 é constituído por 4 blocos principais de atividades, que formam 4 programas específicos (Cooperação, Ideias, Pessoas, Capacidades), mais um quinto programa sobre a investigação na área da energia nuclear;

O programa específico Cooperação está dividido em 10 temas específicos, geridos de forma autónoma mas coerentes entre si, permitindo a existência de concursos pluritemáticos e o financiamento de atividades comuns (Saúde; Alimentação, Agricultura e Biotecnologias; Tecnologias da Informação e das Telecomunicações; Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e novas Tecnologias de Produção; Energia; Ambiente; Transportes; Ciências Socioeconómicas e Ciências Humanas; Segurança; Espaço)

Área temática da Segurança

A área temática da Segurança tem como principal objetivo desenvolver mais tecnologias, de modo a proteger os nossos cidadãos de ameaças como o terrorismo, as catástrofes naturais e a criminalidade, respeitando, ao mesmo tempo, a privacidade e salvaguardando direitos



fundamentais. Nesta área a Guarda esta envolvida nos seguintes Projetos:

**Projeto PERSEUS** - *Protection of European borders and Seas through the intelligent Use of Surveillance (PERSEUS)*



#### Projeto PERSEUS

Call identifier - FP7-SEC-2010 -1

Activity 10.3 - *Intelligent surveillance and enhancing border security*

Area 10.3.1 - *Demonstration Programme (DP)*

Topic 10.3.1.1 - *European-wide integrated maritime border control system – Phase II*

Type of funding scheme **Collaborative Project**

Type of project targeted **Demonstration Programme**

Figura 47 – Caracterização do projeto

Este projeto tem por objetivo desenvolver e testar um sistema europeu de vigilância marítima através da integração dos sistemas nacionais e europeus existentes, realizando atualizações e melhorias com inovações tecnológicas. O Projeto PERSEUS, através de 2 testes de grande dimensão, propõem-se demonstrar a viabilidade de um sistema europeu e vai definir o padrão e a base para o seu desenvolvimento final. Este novo sistema de vigilância marítima visa o aumento da eficácia dos sistemas atuais ao criar um ambiente de partilha de informação marítima que irá beneficiar tanto os Centros Nacionais de Coordenação, como a FRONTEX e a EMSA. Serão usadas todas as informações disponíveis nas agências europeias e nacional, as quais serão integradas e processadas para gerar uma informação com mais qualidade, mais filtrada, fiável, e acima de tudo, mais útil.

O projeto PERSEUS tem como principal objetivo desenvolver e testar um sistema europeu de vigilância marítima através da integração dos sistemas nacionais e europeus existentes, realizando atualizações e melhorias com inovações tecnológicas existentes;

O projeto, com a duração de 4 anos, encontra-se em fase de execução, estando prevista a sua finalização em dezembro de 2014, realizando-se até lá, 2 exercícios de grande dimensão, o primeiro a ter lugar em 2013 no Mediterrâneo Ocidental (a sul do Algarve) e o segundo a ter lugar em 2014 no Mediterrâneo oriental, na zona do Mar Egeu;

Para além da INDRA (Espanha - Industria), empresa que lidera o consórcio, são beneficiárias do projeto mais trinta entidades, delas se destacando as seguintes:

- . Guardia Civil Espanhola;
- . INESC - Inovação - Instituto De Novas Tecnologias, INOV;
- . Força Aérea de Portugal.

Portugal faz-se representar no Projeto através da Academia da Força Aérea e do INOV-INESC e em 2012, veio também a integrar o consórcio a Marinha Portuguesa.

A Guarda foi convidada a participar no Projeto PERSEUS, tendo em vista o seguinte empenhamento:

- . Participação no primeiro exercício a realizar que terá lugar em 2013 no Mediterrâneo Ocidental (a sul do Algarve) nos termos proposto pela UCC;
- . Participação com 2 observadores no segundo exercício a ter lugar em 2014 no Mediterrâneo Oriental, na zona do Mar Egeu;
- . Participação na conferência final do Projeto;

O total de custos apurados para a participação da Guarda no Projeto, será de € 264.015,36, sendo a contrapartida comunitária de € 150.975,44. O valor de € 264.015,36 contempla esforço humano de todos os militares empenhados no Projeto, desde o planeamento até à conferência final.



**Projeto CLOSEYE** - *Collaborative Evaluation of border Surveillance Technologies in Maritime Environment by Preoperational Validation of Innovative Solutions (CLOSEYE)*

**Projeto CLOSEYE**

Call identifier - FP7-SEC2012-1

Activity 10.3 - *Intelligent surveillance and enhancing border security*

Area 10.3.1- *Sea borders*

Topic SEC-2012.3.1-2 - *Pre-Operational Validation (POV) at EU level of common applications of surveillance tools*

Type of funding scheme: **Collaborative Project and Coordination and Support Action**

Para além da Guardia Civil (Espanha) que lidera o consórcio, são beneficiárias do projeto as seguintes entidades:

- . *Ministerio Del Interior – Guardia Civil*
- . *Guarda Nacional Republicana - GNR*
- . *Ingeniera De Sistemas para la Defensa de Espana SA - ISDEFE*
- . *Agenzia Spaziale Italiana - ASI*
- . *European Union Satellite Center - EUSC*
- . *Marina Militare Italiana - Marina (Through ASI)*

O Projeto CLOSEYE tem como objetivo proporcionar à UE um quadro técnico e operacional que permitirá aumentar e melhorar a capacidade de reação das autoridades, relativamente às fronteiras externas da UE. Esta iniciativa surge em resposta a um urgente desafio para o controle da pressão migratória do Norte Africano.

Este projeto articula-se através de três fases, que abrangem as atividades necessárias para identificar o problema e as alternativas; demonstrar que existem soluções inovadoras existentes que proporcionam os recursos adicionais necessários; avaliar os níveis de desempenho dessas soluções; e para avaliar os resultados da experimentação e promover a sua extensibilidade para soluções futuras.

O consórcio CLOSEYE reuniu as autoridades responsáveis pela vigilância da fronteira marítima do sul da UE, garantindo não só a perícia de um notável a nível técnico e operacional, mas também um posicionamento privilegiado em relação aos pontos marítimos de atividades fronteiriças nesta área, garantindo o acesso aos sistemas de vigilância existentes para apoiar a validação do processo.

O segundo pilar do projeto será a indústria de segurança, para o qual serão chamados a demonstrar a eficiência e eficácia das soluções específicas satisfazer as necessidades reais. A avaliação dos níveis de desempenho das soluções propostas pela indústria será realizada através de uma série de exercícios, tanto técnica e operacional, em pelo menos dois cenários diferentes.

Trata-se fundamentalmente de um projeto para a vigilância marítima com 2 vetores; um com balões de vigilância estacionários e um de UAV's (*Unmanned aerial vehicle* - Veículo aéreo não tripulado).

O total de custos apurados para Projeto e aprovados pela Comissão Europeia será de € 12 230 221, sendo a contrapartida comunitária de € 9 218 256. As negociações ainda decorrem, mas a previsão é que a Guarda venha a beneficiar de € 707.353,34 no âmbito do presente projeto.



**Outros Projetos («End Users»): Projeto AIRBEAM**

Neste âmbito, a Guarda, na qualidade de “End Users”, veio ainda integrar outros Projetos, destacando-se entre eles o Projeto AIRBEAM (*AIRBorne Information for Emergency situation Awareness and Monitoring*).

O Projeto AIRBEAM propõe uma ferramenta de sensibilização da situação para a gestão de crises numa vasta área, beneficiando de um conjunto otimizado de plataformas aéreas (não tripuladas), incluindo satélites. O número de plataformas aéreas e espaciais disponíveis e respetivos sensores apresentam um novo conjunto de desafios para os utilizadores envolvidos na gestão eficaz de situações de emergência e medidas de aplicação da lei.

No âmbito da gestão de crises, o projeto destina-se a providenciar aos utilizadores públicos de cada Estado Membro os meios para especificar as suas próprias necessidades e para avaliar as soluções técnicas fornecidas pelas plataformas aéreas não tripuladas. Através de intensa colaboração entre os parceiros industriais, as partes interessadas e os utilizadores, o AIRBEAM definirá um conceito de



utilização ambicioso mas realista.

As capacidades relativas à sensibilização da situação serão metodicamente avaliadas através da elaboração de cenários que serão devidamente selecionados e definidos pelos utilizadores do projeto num ambiente simulado. Diversas combinações de plataformas e de sensores serão comparadas utilizando indicadores chave de desempenho, entre os quais a relação custo-eficácia.

Estes exercícios de simulação no terreno serão completados por demonstrações ao vivo com múltiplas plataformas aéreas não tripuladas civis (UAV's), de forma a poder mostrar aos utilizadores o potencial e a maturidade da utilização coordenada de múltiplas plataformas.

Em 2010, na sequência da publicação, pela Comissão Europeia, do convite para apresentação de propostas de candidatura (*Call for proposals*) ao Sétimo Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (FP7), a GNR, na qualidade de "End Users", veio a integrar um consórcio liderado pela EADS France (que em Portugal é representada pela INOV), que submeteu a aprovação a candidatura do Projeto AIRBEAM.

O Projeto teve início em 1 janeiro de 2012 e terá o seu término em 31 de dezembro de 2015. Durante o ano em curso, decorreram várias atividades do WP1, entre elas a realização de um Workshop onde a Guarda se fez representar, bem como algumas atividades do WP2, que se caracteriza pela criação de "Storyboards" de cenários de uso de plataformas UAV, aeróstatos, satélites e imagens remotas para a monitorização da informação que serve de apoio à decisão.

Neste contexto, será efetuada uma demonstração prática (exercício) que terá lugar na região de Beja, cujo cenário está a ser desenhado pela Guarda, enquanto utilizador final das ferramentas utilizadas no Projeto.

#### Área temática do Espaço

Ainda sob os auspícios do 7.º Programa-Quadro, a área temática do Espaço tem como principal objetivo desenvolver aplicações espaciais ao serviço da sociedade europeia (desenvolvimento de sistemas de observação por satélite e serviços a partir do GMES para gestão do ambiente, segurança, agricultura, silvicultura e meteorologia, proteção civil e gestão de riscos). Prossegue ainda o objetivo de exploração do espaço (provisão de apoio a iniciativas de colaboração entre a Agência Espacial Europeia ou agências espaciais nacionais, coordenar esforços para desenvolvimento de telescópios espaciais) e, por fim, prossegue a investigação e Desenvolvimento Tecnológico para fortalecer a presença no espaço (apoio à investigação de necessidades de longo prazo, tais como o transporte espacial, a biomedicina, a vida e as ciências físicas no espaço).



#### Projeto Sagres - Services Activations for Growing Eurosur's Success (SAGRES)



##### Projeto Sagres

**Topic** SPA.2012.1.1-01 - "Testing and validating the high time-critical components of the CONOPS"

Type of funding scheme: **Collaborative project Small or medium-scale focused research project**

O Projeto SAGRES apoiará o teste pré-operacional e a projeção de componentes altamente críticos do Conceito de Operações (CONOPS) através da rede do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). O CONOPS refere-se a um documento elaborado pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX), pela Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA), pelo Centro de Satélites da União Europeia (EUSC), pelo Centro Comum de Investigação (JRC), pela Agência Espacial Europeia (ESA) e pela Comunidade Europeia (EC) que resume um conjunto de serviços previstos pela comunidade do utilizador para abranger um conjunto de necessidades operacionais na área da vigilância das fronteiras. Os cenários de referência são a localização de navios em alto mar e a monitorização pontual dos portos e das costas de países terceiros.

Com o Projeto SAGRES, pretende-se obter os seguintes resultados:



- Monitorizar as saídas dos portos e das costas de países terceiros;
- Monitorizar viagens de alvos específicos de interesse com eventual comportamento anómalo > 40 NM costa da União Europeia;
- Monitorizar o tráfego nas zonas tampão > 40 NM costa da União Europeia;
- Avaliações ambientais a nível marítimo / terrestre para um planeamento adequado

O total de custos apurados para a participação da Guarda no Projeto, será de € 96.864,00, sendo a contrapartida comunitária de € 75.540,00. Na sequência do início da execução do Projeto em título, a GMV (entidade coordenadora do Projeto) já efetuou o Pré-financiamento a todos os parceiros, no caso da Guarda no valor de € 48.992,25.



#### Outros Projetos («End Users»): Projeto NEREIDS

Neste âmbito, a Guarda, na qualidade de “End Users”, veio ainda integrar outros Projetos, destacando-se entre eles o Projeto NEREIDS (*New concepts in maritime surveillance for consolidating operational developments*).

O projeto NEREIDS inserido no sétimo programa quadro da Comissão Europeia e liderado pela GMV, tem como principal objetivo melhorar as capacidades de vigilância marítima através da deteção automática de navios com recurso a imagens de muito alta resolução óticas e de radar, e assim dar suporte com ferramentas avançadas de suporte à decisão.

O NEREIDS está a desenvolver um sistema integral de monitorização e vigilância de navios que integra um conjunto de ferramentas que estão a ser desenvolvidas para o processamento de imagens de satélite, fusão de dados, análise de rotas e deteção de navios. Este conjunto de ferramentas está a ser integrado no sistema NEREIDS, e envolvem a utilização de dados de diferentes fontes (e.g., imagens de satélite SAR e ótico, AIS, VTS, LRIT e VMS), o que resultará num acréscimo de capacidade para os sistemas de segurança marítima.

As ferramentas desenvolvidas no NEREIDS destinam-se a utilizadores diretamente envolvidos na vertente de segurança marítima em vários setores: Forças militares, Forças policiais, Autoridades portuárias, Autoridades de fiscalização de atividades económicas e outras ligadas à segurança e às atividades económicas.

A nível tecnológico ir-se-á dar um passo em frente no que toca ao processamento de imagens de satélite SAR e fusão de informação auxiliar para a deteção e identificação de navios, com ênfase na deteção de pequenas embarcações.

Serão planeados testes operacionais com os utilizadores finais, em ambiente real para a demonstração das capacidades do sistema NEREIDS. Para atingir os objetivos do projeto, serão utilizadas tecnologias avançadas de processamento de imagens óticas e SAR, onde se incluem métodos automáticos de deteção/classificação e a utilização de métodos de fusão com informação auxiliar.

Os principais avanços a que o NEREIDS se propõe são os seguintes:

- Melhorar os métodos de deteção de pequenas embarcações em condições de mar agitado, uma vez que atualmente os métodos não são eficientes.
- Melhorar o tempo de resposta entre a aquisição da informação pelos satélites e a chegada de informação processada aos decisores. O tempo de demora deve ser Near Real Time.
- Explorar as novas capacidades dos mais recentes sensores radar COSMO-Skymed, TerraSAR-x, e Radarsat-2 (resolução e polarização).
- Criar sinergias entre os sensores óticos e radar, por forma a melhorar os resultados da deteção e reduzir o tempo de revisita.
- Integração de informação derivada dos satélites com outras fontes de informação:
- Utilização de dados de modelação marítima e forecasting.
- Utilização de dados de outros sensores, tais como AIS e Sat-AIS.
- Melhorar métodos de marcação de rotas, previsão de percurso e análise de navegação.

No sentido de atingir os objetivos operacionais do NEREIDS, várias entidades com potencial interesse em cada uma das zonas de intervenção são contactadas com o intuito de conhecerem as atividades e os desenvolvimentos do projeto, podendo assim participar nas atividades do NEREIDS de forma direta ou indireta. A participação direta pressupõe que o utilizador tem normalmente meios no terreno ou acesso a informação relevante (e.g., AIS, SIVVIC, Radar e VMS). A participação indireta pressupõe a análise e validação dos resultados do projeto com a indicação do grau de interesse para o utilizador. Todos os utilizadores podem assim avaliar o sistema e os seus resultados.

Durante a fase de campanha, serão utilizados os dados disponíveis (e.g., AIS, recolha de posições GPS para embarcações dos utilizadores que estejam presentes durante a aquisição das imagens



SAR, fotos ou outras informações relevantes), de forma a testar operacionalmente a deteção e classificação das embarcações presentes nas imagens SAR, com base nas necessidades identificadas pelos próprios utilizadores. Se existir informação AIS, esta também será utilizada para a fusão entre os dados provenientes das deteções (e.g., posição, velocidade, tipo de navio, rota, entre outras) e as informações dadas pelo sistema AIS de forma a correlacionar os dados e detetar embarcações com padrões de comportamento anormais (i.e., embarcações com velocidades abaixo ou acima do normal, desvios bruscos na rota, rota inconsistente, a classificação do navio através das imagens SAR ser diferente da classificação obtida pelo AIS, entre outros).

Neste sentido, a Guarda foi contactada pela GMV, empresa que lidera o Projeto NEREIDS, para participar nas “campanhas” que estão a ser planeadas para Portugal para a monitorização de navios através de imagens SAR;

Este Projeto, conta com a colaboração de importantes utilizadores de diferentes países (Guardia Civil Espanhola, Marinha Francesa e Guarda Costeira Italiana);

Com tal participação, a GNR poderá ser um dos utilizadores de relevância neste projeto, uma vez que integra o Projeto SAGRES (*Services Activations for Growing Eurosur's Success*), que será continuação dos desenvolvimentos do projeto NEREIDS, pelo que aceitou participar nas campanhas previstas para Portugal.

## 5. Gestão Interna e de apoio operacional

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do OE, tendo assegurado, na medida das limitações do *plafond* atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Adiante a afetação de recursos humanos, financeiros e materiais será convenientemente afluída.

## 6. Formação dos Recursos Humanos

### Qualificação dos profissionais das Forças de Segurança

Em 2012, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino consoante a categoria profissional posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:

- Formação Inicial;
- Promoção;
- Especialização ou Qualificação;
- Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização.

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Nas diferentes modalidades verificaram-se 21.319 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação. O quadro seguinte possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.



Curso	Form. Interna				Form. Externa				Total
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
Formação de Inicial	CFO <sup>20</sup>				225				1.525
	CFS <sup>21</sup>	469				9			
	CFG <sup>22</sup>		822						
Cursos de Promoção	CPOS <sup>23</sup>				65				732
	CPC <sup>24</sup>	19							
	CPSA <sup>25</sup>		150						
	CPCb <sup>26</sup>			492			6		
Cursos de Especialização e Qualificação	InvCriminal	2	81	192		11	4		1.846
	CFiscal			46					
	CTiro		36						
	CEC <sup>27</sup>	8	22	142					
	FR <sup>28</sup>			123					
	CB Extensível	55	82	443					
	CIR <sup>29</sup>	44	6	109					
	Outros	98	51	168	63	36	23	1	
Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização	- FTP <sup>30</sup>	279	1.108	8.379	72	187	798	1.794	17.216
	- FCAAT <sup>31</sup>	46	353	2.424	3	2	2		
	- IC <sup>32</sup>	1	12	50					
	- DVF <sup>33</sup>	1	7	35		66	250	435	
	- FFD <sup>34</sup>	26	100	777					
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>2.477</b>	<b>14.202</b>	<b>75</b>	<b>608</b>	<b>1.106</b>	<b>2.262</b>	<b>10</b>	<b>21.319</b>

Figura 48 – Formação dos RH

Neste domínio, durante o ano de 2012, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para uma resposta policial mais eficiente e eficaz. Das várias ações realizadas destacam-se as seguintes:

- De especialização e qualificação para um efetivo de 290 formandos;
- De formação contínua de atualização e aperfeiçoamento através de ações de qualificação profissional para um efetivo de 63 formandos.
- Foi ministrada formação sobre fraude documental a 903 militares, em regime *e-learning* (Ferramenta *Avoid Fraud* disponibilizada gratuitamente pela *IDAcademy*).

20 Curso de Formação de Oficiais  
 21 Curso de Formação de Sargentos  
 22 Curso de Formação de Guardas  
 23 Curso de Promoção a Oficial Superior  
 24 Curso de Promoção a Capitão  
 25 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante  
 26 Curso de Promoção a Cabo  
 27 Curso Específico de Cavalaria  
 28 Formação em Fiscalização Rodoviária  
 29 Curso de Intervenção Rápida  
 30 Formação Técnica e Policial  
 31 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Trânsito  
 32 Formação sobre Investigação Criminal  
 33 Detecção de Viaturas Falsificadas  
 34 Formação sobre Fraude Documental



## Número de militares que concluíram cursos de formação de ingresso e cursos de formação contínua

### Cursos de formação de ingresso

No ano de 2012, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 225 formandos, tendo ingressado nos Quadros da Guarda 50 Oficiais habilitados com o grau de mestre.

Concomitantemente, decorreram o 33º, 34º e 35º CFS, integrados em diferentes anos letivos (469 formandos), tendo ingressado na Categoria de Sargentos 152 militares que terminaram o 33º Curso.

Na categoria de Guardas ingressaram na GNR 549 militares que frequentaram com aproveitamento o respetivo curso de ingresso.

### Cursos de formação contínua

No âmbito da Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização, 17.216 profissionais foram alvo de formação, distribuídos pelas áreas de Formação Técnica e Policial, Formação na área do Trânsito, na área da Investigação Criminal, Detecção de Viaturas Falsificadas e Fraude Documental.

### Discriminação por áreas técnico-policiais e outras

Ao nível dos cursos de especialização/qualificação e formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, com elevada preponderância na componente técnico-policial, 19.058 profissionais foram sujeitos a formação e considerados aptos a desenvolver a respetiva atividade específica no cumprimento da missão GNR, em prol do serviço público e do país.

Decorrente das competências atribuídas em matéria de Investigação Criminal, a Guarda continua a investir acentuadamente na formação de especialistas nesta área. O ano de 2012 não foi exceção e participaram em cursos de especialização/qualificação e na formação contínua de aperfeiçoamento e atualização 353 militares.

Com o objetivo de potenciar as ações de prevenção/fiscalização no âmbito rodoviário, a GNR proporcionou cursos de especialização/qualificação e formação contínua de aperfeiçoamento e atualização a 2.953 militares do dispositivo da Guarda, no âmbito da fiscalização rodoviária.

## 7. Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento

### Infraestruturas

O património imobiliário afeto à GNR, embora muito vasto, evidencia níveis de degradação muito elevados, necessitando de intervenções céleres, de forma a assegurar um acréscimo qualitativo das condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

No que diz respeito à execução de beneficiações de infraestruturas constantes do Plano de Obras para 2012, que fazia parte integrante do respetivo Plano de Atividades, embora a implementação da atual Lei Orgânica da GNR, implicasse a adaptação, reabilitação e modernização das infraestruturas e equipamentos, registou-se em 2012 uma taxa de concretização muito abaixo das expectativas e das reais necessidades da GNR. Em 2012, foram realizadas as obras previstas no Plano de Obras para 2012, constantes no quadro abaixo:

Unidade / Órgão	Plano de Instalações e Equipamentos 2012		Fonte		Realização	
	Designação da intervenção	Valor previsto S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	Valor C/IVA
CO	Compartimentação Interior do Edifício B do Laboratório de Criminalística da DIC	130.000,00	X		S	126.690,00
CARI	Remodelação de Instalações para UAG e DRF	180.000,00			N	0,00
CARI	Remodelação de instalações para consultas do Centro Clínico	100.000,00			N	0,00
CARI	Remodelação de instalações para laboratório do Centro Clínico	100.000,00	X		S	150.668,85
CARI	Remodelação de instalações para Medicina Física e de Reabilitação do Centro Clínico	100.000,00			N	0,00
UCC	Pintura exterior do edifício do Cmd da UCC	60.000,00			N	0,00



Unidade / Órgão	Plano de Instalações e Equipamentos 2012		Fonte		Realização	
	Designação da intervenção	Valor previsto S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	Valor C/IVA
UCC	Montagem do Cais de Ancoragem em VRS António	45.000,00			N	0,00
UNT	Reconstrução do edifício do Dest. Ação Conjunta da UNT e Dest. Trânsito do CTer Porto	100.000,00	X		S	72.336,30
USHE	Substituição da cobertura e reparação das fachadas do edifício de Cmd da USHE	150.000,00			N	0,00
CTer Açores	Substituição de parte da Cobertura e Remodelação do Piso 0 do DTer Horta	45.000,00			N	0,00
CTer Aveiro	Substituição da cobertura e pintura geral do edifício do PTer de Lourosa	75.000,00			N	0,00
CTer Aveiro	Reparações Diversas e pintura do quartel do CTer de Aveiro	50.000,00			N	0,00
CTer Beja	Substituição da cobertura e reparações diversas no DTer de Almodôvar	80.000,00			N	0,00
CTer Beja	Reparação da Cobertura do PTer de Ourique	40.000,00			N	0,00
CTer Braga	Reparação Geral do PTer das Taipas	100.000,00			N	0,00
CTer Bragança	Reparação da cobertura e Interiores do PTer de Vila Flor	40.000,00			N	0,00
CTer Bragança	Reparação da cobertura e Interiores do PTer de Macedo de Cavaleiros	35.000,00			N	0,00
CTer Castelo Branco	Reparações Diversas no PTer de Zebreira	60.000,00			N	0,00
CTer Castelo Branco	Substituição da Cobertura e reparações diversas no PTer do Paúl	60.000,00			N	0,00
CTer Coimbra	Substituição do revestimento da cobertura do PTer de Penacova	100.000,00			N	0,00
CTer Évora	Substituição da caldeira, depósitos e tubagem de AQS no CTer de Évora	100.000,00			N	0,00
CTer Évora	Substituição da Cobertura e reparações diversas no PTer de Telheiro	100.000,00			N	0,00
CTer Faro	Reparação da rede de esgotos, muro e pintura exterior no PTer de Olhos de Água	50.000,00			N	0,00
CTer Guarda	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de Gouveia	75.000,00			N	0,00
CTer Guarda	Substituição da Cobertura e reparações diversas no DTer de Almeida (Vilar Formoso)	70.000,00			N	0,00
CTer Guarda	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de V. N. de Tazém	50.000,00			N	0,00
CTer Leiria	Reparação e pintura exterior de fachadas do PTer de Peniche	75.000,00			N	0,00
CTer Leiria	Reparação da cobertura e interiores e exteriores do PTer do Bombarral	50.000,00			N	0,00
CTer Leiria	Reparação de terraço e interiores e exteriores do PTer da Benedita	25.000,00			N	0,00
CTer Lisboa	Reparações diversas no PTer de Pero Pinheiro	50.000,00			N	0,00
CTer Portalegre	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de Monforte	100.000,00			N	0,00
CTer Portalegre	Impermeabilização da fachada do DTer de Niza	25.000,00			N	0,00
CTer Portalegre	Remodelação de instalações p/alojamento de militares do CTer de Portalegre	100.000,00			N	0,00
CTer Porto	Substituição da cobertura e reparação e pintura geral do edifício do PTer da Trofa	75.000,00			N	0,00
CTer Porto	Isolamento e Pintura de paredes Exteriores do PTer de Paredes	45.000,00			N	0,00



Unidade /Órgão	Plano de Instalações e Equipamentos 2012		Fonte		Realização	
	Designação da intervenção	Valor previsto S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	Valor C/IVA
CTer Setúbal	Reparações da cobertura e pintura geral do edifício do PTer de Grândola	60.000,00			N	0,00
CTer Setúbal	Reparações diversas no DTer do Montijo	25.000,00			N	0,00
CTer Vila Real	Reparação da cobertura e interior e exterior do PTer de Santa Marta de Penaguião	75.000,00			N	0,00
CTer Vila Real	Substituição da cobertura e reparações diversas do PTer Alijó	75.000,00			N	0,00
CTer Vila Real	Reparação da cobertura e interior do PTer de Sabrosa	50.000,00			N	0,00
CTer Viseu	Reparações diversas no PTer do Caramulo	50.000,00			N	0,00
CTer Viseu	Pintura interior e instalação de aquecimento do PTer de Castro de Daire	25.000,00			N	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.000.000,00</b>	-	-		<b>349.695,15</b>

Figura 49 – Avaliação da execução do Plano de Obras para 2012

Por determinação do Exmo. GCG foram contudo realizadas as intervenções abaixo descritas embora não constassem do Plano de Obras para 2012, mas devidamente justificadas por motivos de imprevisível necessidade:

Unidade /Órgão	Plano de Instalações e Equipamentos 2012		Fonte		Realização	
	Designação da intervenção	Valor previsto S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	Valor C/IVA
CG	Remodelação de Instalações da Sala Técnica de Tecnologias de Informação e Comunicação do Comando Geral da GNR	40.000,00	X		S	47.662,50
CG	Reparação e Pintura das Fachadas da Parada de Infantaria do Comando Geral	30.000,00	X		S	34.107,90
CARI	Remodelação de Instalações do Depósito de material Sanitário do Centro Clínico.	66.500,00	X		S	81.426,00
CARI	Remodelação de Instalações para o Depósito de Produtos Farmacêuticos no Centro Clínico	140.000,00	X		S	145.493,01
CARI	Remodelação de Instalações para o Centro de Psicologia Aplicada e Intervenção Social	130.000,00	X		S	134.883,03
EG	Reparação da Cobertura e Pintura das Fachadas das Messes de Oficiais e de Sargentos do CFFF	80.000,00	X		S	86.322,63
EG	Remodelação de Edifício Administrativo da Escola da Guarda	140.000,00	X		S	122.938,50
EG	Remodelação de Instalações Eletromecânicas do Edifício para a Brigada de Trânsito.	145.000,00	X		S	178.337,70
EG	Remodelação de Instalações do Destacamento de Ação de Conjunto da Unidade Nacional de Trânsito.	112.000,00	X		S	119.308,77
CTer Porto	Substituição da Cobertura dos Parques de Viaturas dos Destacamentos de Trânsito da Unidade Nacional de Trânsito e do Comando Territorial do Porto.	55.000,00	X		S	67.010,40
<b>TOTAL</b>		<b>N/A</b>	-	-		<b>1.017.490,4</b>

Figura 50 – Obras executadas em 2012 - OE

No âmbito da Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos, foram desenvolvidos diversos investimentos, sob a égide da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI (DGIE), que se traduzem no reforço e qualificação do parque de edifícios afetos à GNR, fundamentais para o apoio operacional, proporcionando uma atuação mais eficiente e qualificada.

Durante o ano 2012 foram intervencionadas, via DGIE, as seguintes instalações:



Intervenções em infraestruturas (DGIE)			
Grau de Execução	Novos Quartéis	Grandes Intervenções (Remodelações)	Média Intervenção
Rececionadas	Pter Alcouthim	Pter de Caldas da Rainha Pter do Cadaval	Centro Clínico/CARI Pter de Sobral de Monte Agraço
Em curso			
Iniciadas	Dest de Estremoz Dest de Palmela Pter de Lourinha		Pter de Santa Marta de Penaguião CTer de Lisboa
Previstas (2013)		Pter de Albufeira Pter da Trofa Pter da Moita CTer de Aveiro Dter da Horta Centro Clínico/CARI Escola da Guarda USHE CTer Coimbra	

Figura 51 – Obras executadas em 2012 - OE

## Equipamento

Em 2012, no âmbito da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos para as Forças de Segurança, sob a égide da entidade gestora DGIE/MAI, foram distribuídos pelo dispositivo da Guarda os últimos lotes de pistolas Glock 19 (4.125) e respetivos coldres, bem como coletes balísticos (486).

No âmbito do projeto “Morcego & Mobile”, cofinanciado pelo Fundo Europeu para as Fronteiras Externas, foi possível adquirir um contentor e mobiliário e equipamento informático para equipar uma sala que funcionará como Centro de Vigilância de Fronteiras. O montante deste investimento ascendeu a € 121.703,59.

Foram ainda iniciados os procedimentos aquisitivos de material de ordem pública, nomeadamente para repor os equipamentos disponibilizados pelo dispositivo para a missão da GNR em Timor, bem como materiais para equipar oito Pelotões de Intervenção dos Comandos Territoriais, designadamente, coletes e escudos balísticos, capacetes de ordem pública, bastões de borracha, caneleiras e luvas MOP e coldres, num montante total de € 650.000,00.

## 8. Sistemas e Tecnologias de Informação

### Tecnologias aplicadas à atividade operacional

Durante o ano de 2012 a Guarda prosseguiu a sua aposta no desenvolvimento sistémico e estruturado das novas tecnologias da informação e das comunicações, com vista à qualificação do seu produto operacional.

A este nível, tem-se procurado seguir um padrão de interoperabilidade entre sistemas, de forma à informação poder fluir independentemente da plataforma tecnológica.

Numa lógica de continuidade, manteve-se o esforço no âmbito dos programas específicos de policiamento e prevenção, na sua vertente tecnológica, nomeadamente, *queixa eletrónica*, *perdidos e achados*, *violência doméstica*, *contraordenações de trânsito*, *polícia automático*, *alargamento do Sistema AFIS*, bem como, à manutenção do site da GNR e ao recrutamento eletrónico.

#### Sistema de Queixa Eletrónica (SQE)

Este Sistema entrou em funcionamento em janeiro de 2008, visando facilitar a apresentação de queixas relativas a um conjunto de dezoito crimes, num suporte que garantisse uma maior proximidade da Administração Pública ao cidadão.



Durante o ano de 2012, apesar da existência de alguns problemas de ordem técnica, foram registadas 778 queixas no SQE. Na esfera de competência da GNR, foram tratadas 105 queixas, das quais 91 foram remetidas para o Ministério Público, 6 foram enviadas para os Postos Territoriais para conhecimento e/ou devido encaminhamento à entidade competente e 8 foram arquivadas sem qualquer procedimento.

### Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCoT)

A execução deste programa esteve a cargo da vertente de Trânsito da GNR e tem vindo a consolidar a sua posição como instrumento principal no apoio à atividade operacional, nas matérias atinentes à fiscalização rodoviária, constituindo-se como elemento catalisador no quadro de renovação de métodos e procedimentos operacionais. No final do ano de 2010 entrou em produção o módulo respeitante às contraordenações indiretas, permitindo uma maior celeridade processual no tratamento dessas infrações.

No decurso do ano de 2012 foram levantados através deste programa, de forma direta, 131.776 autos, e, de forma indireta, 130.633 autos de contraordenação rodoviária.

### Polícia Automático

O sistema automático de leitura de matrículas designado «Polícia Automático», preconiza um aumento de eficácia operacional na prevenção da criminalidade associada ao furto e roubo de veículos, falsificação de matrículas, mas também na verificação e combate às situações de ilegalidade relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel.

Apesar dos desígnios que este visava alcançar, têm surgido algumas incompatibilidades que impossibilitam a otimização do sistema. Essas incompatibilidades radicam no alojamento da base de dados que serve o sistema (em entidade externa à Guarda), sendo-lhe reconhecidas algumas deficiências, nomeadamente relacionadas com a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela inseridos.

Em todo o caso, esperando que as deficiências venham a ser rapidamente corrigidas, o sistema continuará a operar apoiando o dispositivo da Guarda na fiscalização rodoviária.

Em resumo, no ano de 2011 foram efetuadas 612.626 leituras de matrículas, tendo sido detetadas 6.447 viaturas sem seguro e 2.150 viaturas furtadas ou roubadas.

### Tecnologias aplicadas às atividades de apoio

#### Reestruturação do site da GNR na Internet

Tendo por objetivo contribuir para a modernização da imagem da Instituição, bem com garantir a publicação de conteúdos de forma mais orientada às necessidades do cidadão, em 2012 foram efetuadas melhorias no Site Oficial da GNR.

Um objetivo inerente à existência do site da GNR e às reformas que lhe têm sido implementadas é a comunicação com o cidadão e a melhoria do e-Government enquanto veículo indispensável ao exercício da Cidadania Digital em Portugal.

Tendo por objetivo a continuidade da inovação durante 2012 foram realizados estudos e revistos processos de forma a otimizar o serviço disponibilizado ao cidadão. Assim, através de uma mudança de tecnologia, de melhores técnicas para implementar a segurança da informação, de uma revisão do interface gráfico e de novos serviços a disponibilizar, esta revisão irá contribuir, para em 2013 se poder lançar a 6ª versão do sítio da GNR.

Paralelamente implementaram-se formas de interação com as redes sociais e disponibilizou-se uma maior quantidade de serviços online ao cidadão.

Esta plataforma Web possibilitou ainda publicar as peças dos procedimentos pré-contratuais realizados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

#### Portal da Formação

Este portal disponibiliza a todos os intervenientes no processo formativo, um conjunto de funcionalidades interativas e colaborativas, que potenciam a melhoria da qualidade da formação e os próprios resultados da avaliação individual, nomeadamente através do acesso a repositórios multimédia, fóruns de discussão, agendas multiutilizador, atividades de grupo, entre outras funcionalidades.

Ao nível dos gestores da formação, o Portal da Formação funciona como uma ferramenta de apoio e monitorização do processo pedagógico, nomeadamente na medida em que permite disponibilizar indicadores de acesso e utilização seletiva.



### Sistema de Gestão de Recolha e Tratamento de Dados da Formação

Baseado em software residente em servidor, este sistema permite aos utilizadores devidamente credenciados, a criação, distribuição, gestão e tratamento de questionários, provas, inquéritos e outros instrumentos de recolha de dados, que depois de compilados passam a constituir um repositório único, parametrizável à medida das necessidades dos diferentes utilizadores do sistema, de forma a produzir a informação necessária à avaliação, não somente do formando e da formação, mas sobretudo de todo o processo formativo.

### Sistema de Informação Contabilística (SIC Plus)

Em 2010, com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros, foi desenvolvido um *upgrade* do SIC (Sistema de Informação Contabilística). Este *upgrade* designado SICPlus, atua mediante uma ligação direta ao SIC, e que lhe valeu, nesse mesmo ano, a nomeação para a 8.ª Edição do Boas Práticas no Setor Público, numa parceria da *Deloitte* e Diário Económico.

Com a implementação do POCP através da plataforma GeRFiP que ocorreu entre o final do ano 2011, a aplicação SICPlus mantém-se ativa, funcionando em paralelo com o novo sistema, mas apenas para a contabilização e prestação de informação da receita arrecadada, pela especificidade que tais processos representam uma vez que os mesmos se encontram descentralizados ao nível do mais baixo escalão do dispositivo territorial.

### Solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (GeRFiP)

O artigo 14º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, 1 de março, que estabeleceu as normas para execução do Orçamento de Estado para 2011, reforçou a obrigatoriedade de aplicação aos serviços integrados do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Neste âmbito, em 2012, a Guarda promoveu à sua implementação mediante a adesão à solução GeRFiP em modo partilhado, solução disponibilizada pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GeRAP) e que permitiu proceder à sua descentralização ao nível dos Comandos Territoriais e Unidades, somando, em resultado, um total de 31 Centros Financeiros.

A solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado, doravante designada por GeRFiP, foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira e orçamental dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRALL), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP). A gestão dos recursos financeiros é suportada pela solução GeRFiP, a qual inclui nomeadamente a aplicação de gestão de recursos financeiros e orçamentais, que incorpora a componente RIGORE.

A implementação do projeto GeRFiP na Guarda, pela sua dimensão e complexidade, implicou a reengenharia dos procedimentos financeiros e logísticos, permitindo integrar, numa mesma plataforma tecnológica, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, tendo por base o POCP. Com efeito, esta mudança de paradigma provocou impactos profundos amplamente sentidos ao nível da melhoria dos processos de gestão dos recursos internos.

A implementação desta solução, permite projetar a criação de um verdadeiro ERP, que possibilita concentrar toda a informação financeira e patrimonial em tempo real, independentemente do local, bem como, tratar essa informação e disponibiliza-la para utilização no processo decisório num contexto integrado, agregando os macro-processos da Instituição.

### Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (VortalGOV)

O Código de Contratos Públicos prossegue o objetivo da simplificação da tramitação procedimental pré-contratual através da aposta nas novas tecnologias de informação, optando pela desmaterialização integral dos procedimentos relativos à formação e celebração dos contratos públicos.

Assim, as Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública (PECP) são peças essenciais na arquitetura global daquele processo. Servem de suporte às várias fases dos procedimentos, sobre o comando direto das entidades adjudicantes, nos termos e dentro dos limites da legislação em vigor. Por outro lado, o seu uso acarreta para os seus utilizadores uma maior especialização.

No Ministério da Administração Interna foi adotada como PECP a plataforma VortalGOV. Durante o ano 2012, 90% dos procedimentos relativos à formação e celebração de contratos públicos foram desenvolvidos nesta plataforma.

Por outro lado, decorrente da obrigação legal de publicação dos relatórios de formação, e conseqüente execução, dos procedimentos desenvolvidos, procedeu-se à publicação no portal dedicado aos contratos públicos, de 141 relatórios de formação de contratos (98 Ajustes Diretos e 43 Concursos Públicos) e 144 relatórios de execução (96 Ajustes Diretos e 48 Concursos Públicos).

Ainda durante o ano de 2012, a partir de 17 de julho, a GNR passou a utilizar uma nova plataforma eletrónica de contratação, designada por *Gatewit*, com vista a suportar os processos de contratação ao abrigo dos Acordos Quadro celebrados pela Agência



Nacional de Compras Públicas (ANCP), atualmente integrada na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), nesta fase em pleno funcionamento.

Trata-se de mais uma plataforma eletrónica de contratação, no caso concreto, ao nível dos procedimentos abrangidos pelos Acordos Quadro que possibilita uma solução de agregação das necessidades dos vários organismos do Estado, numa lógica de *sourcing* estratégico, ao nível do MAI, permitindo a otimização dos processos de compra.

Esta mudança acarretou um novo período de aprendizagem e consequentemente dilação dos prazos para a conclusão dos procedimentos, tendo sido desenvolvidos nesta plataforma 13 (treze) procedimentos relativos à formação e celebração de contratos públicos ao abrigo dos Acordos Quadro.

#### Sistema de Recolha e Validação de Informação

O «Sistema de Recolha e Validação de Informação» apresenta-se como uma ferramenta construída para a recolha *online* de informação a prestar obrigatoriamente por entidades que realizem procedimentos ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela ANCP (atualmente também integrada na ESPAP), em três áreas distintas, designadamente, ao nível dos relatórios de faturação, de contratação e o respetivo reporte estatístico anual.

Nestes termos, ao longo de 2012, foi utilizada aquela plataforma para reporte da informação associada aos procedimentos desenvolvidos pela Guarda, pelo que foram elaborados 26 relatórios de contratação.

#### Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE)

A Guarda aderiu, em 2011, ao SGPVE (Sistema de Gestão de Parque de Veículos do Estado), nos termos do Decreto-lei n.º 170/2008, de 26 de agosto e da Portaria n.º 382/2009, de 12 de março. Esta aplicação é gerida pela ESPAP com o objetivo de integrar num sistema único toda a informação da frota do Estado e garantir as seguintes atividades na sua gestão: pedidos, carregamentos e abates de veículos, informação mensal sobre quilómetros, manutenções, IPO's, sinistros e consumos de combustível, controlo de cartões de combustível e controlo da frota de veículos apreendidos ou perdidos a favor do Estado e considerados «com interesse para o PVE».

## 9. Análise da execução das fichas Projeto/Atividade concorrentes e não concorrentes para os Objetivos Operacionais

A análise relativa à execução das fichas Projeto/Atividade e respetiva comparação face à sua previsão, será desenvolvida numa estrutura semelhante à apresentada no Plano de Atividades de 2012, proporcionando uma interpretação clara dos resultados atingidos e dos desvios ocorridos.

Considerando a sua extensão e complexidade, optou-se por remeter toda essa análise em Anexo ao presente relatório.

Importa clarificar que o Plano de Atividades de 2012 possui uma associação coerente com o Orçamento aprovado, tanto na componente orçamental de despesa como na componente de receita. Porém, em virtude da dimensão da própria GNR, aliada à inexistência de um Sistema de Gestão Integrado, não é possível discriminar com exatidão a afetação de recursos com algumas das atividades de apoio e suporte à atividade desenvolvida.

Importa contudo salientar que, da análise realizada à execução das atividades previstas nas fichas de atividades que integram o respetivo Plano, verificou-se um grau de execução bastante elevado, quando comparada a execução das atividades consagradas no Plano de Atividades de 2012, o que permite enaltecer o esforço conjunto desenvolvido pelas Unidades, Órgãos e Serviços nas etapas de planeamento, execução e controlo.



## II.C. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros

### 1. Recursos Humanos

A Guarda está organizada hierarquicamente e os militares dos seus quadros permanentes dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, estando sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Além do pessoal militar a Guarda dispõe de pessoal civil em desempenho de funções, os quais se encontram sujeitos aos deveres e direitos previstos na lei geral para os demais funcionários e agentes da Administração Pública.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

- Categoria profissional de Oficiais:
  - Oficiais Gerais, que compreende os postos de Tenente -General e Major-General;
  - Oficiais Superiores, que compreende os postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major;
  - Capitães, que compreende o posto de Capitão;
  - Oficiais Subalternos, que compreende os postos de Tenente e Alferes;
- Categoria profissional de Sargentos, que compreende os postos de Sargento-Mor, Sargento-Chefe, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Furiel;
- Categoria profissional de Guardas, que compreende os postos de Cabo-Mor, Cabo-Chefe, Cabo, Guarda Principal e Guarda.



Figura 52 – Categorias profissionais militares da GNR



A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Despacho n.º 8372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2012, de 23.189 elementos entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.282 (743 oficiais, 2.531 sargentos e 19.008 guardas) e 907 civis.

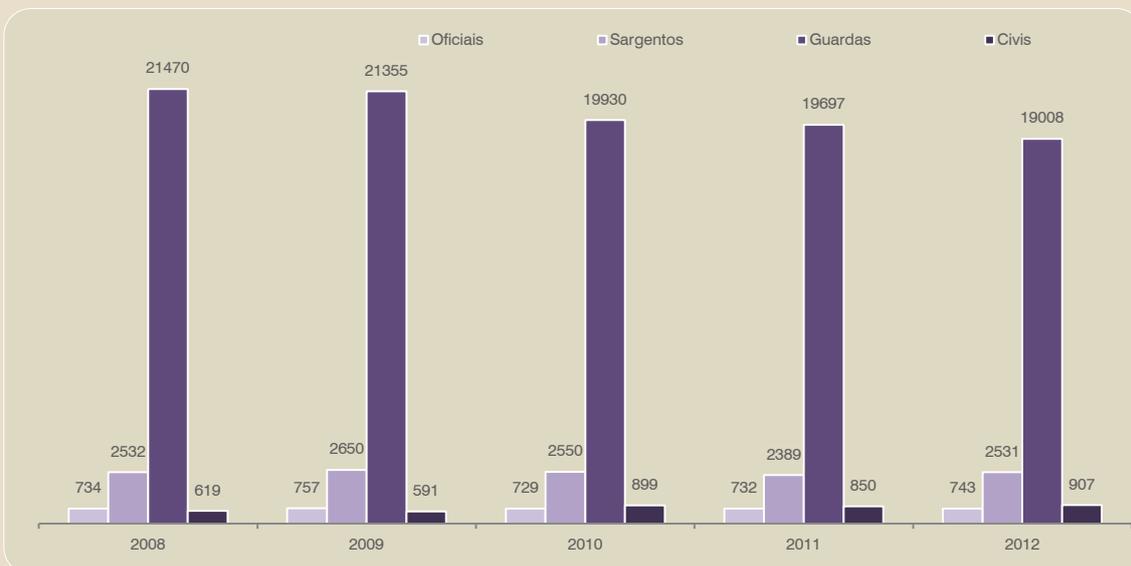


Figura 53 – Recursos Humanos em 2008 - 2012

Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2012, comparativamente ao ano anterior, a Guarda sofreu uma redução considerável dos seus recursos humanos, apesar do aumento registado na categoria «civis», em resultado da extinção dos Governos Civis. A diferença entre períodos homólogos, a 31 de dezembro, cifra-se em 479 (Balanço Social 2012, Quadro 8). Estas perdas têm ênfase no número de efetivos que passaram à reserva durante o ano e no facto de não ter sido atenuado tanto quanto necessário por novas entradas, embora tenham ingressado no ano 2012 ingressaram na GNR, 549 guardas, os quais concluíram com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas e ainda 49 oficiais subalternos que concluíram o Mestrado em Ciências Militares ministrado na Academia Militar.

Saliente-se que, na tentativa de fazer face à redução de efetivos, para o ano em curso de 2013, prevê-se o ingresso de 280 guardas e 44 oficiais subalternos que se encontram neste momento a frequentar os respetivos cursos de formação, prosseguido o Comando da Guarda a mesma política de rejuvenescimento e reforço do efetivo policial, mas também de qualificação e requalificação de recursos humanos.

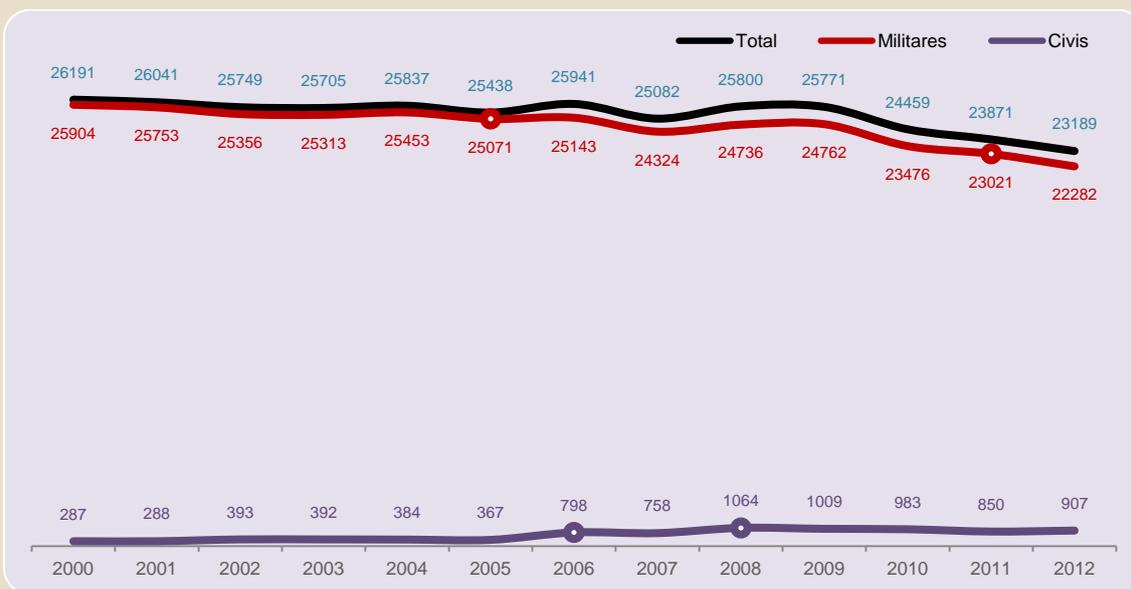


Figura 54 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 - 2012



Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular o efetivo militar, tem assistido a um decréscimo acentuado, motivado essencialmente pelo facto dos recompletamentos via dos cursos de formação de ingresso na GNR, não terem acompanhado os valores registados por saídas para a situação de reserva ou reforma

Quanto à evolução registada no efetivo civil, destaca-se o ingresso na GNR ocorrido em 2006, do pessoal da carreira de Guarda Florestal, justificando a subida registada naquele ano. De igual modo, em 2008, por via da publicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, passou a ser contabilizado um efetivo (a larga maioria a exercer funções de limpeza de instalações no dispositivo da GNR) que até ai não era tido em conta para efeitos estatísticos, face ao tipo de contrato que mantinham com a Instituição. Em 2012, a variação registada resulta essencialmente da incorporação de recursos humanos provenientes dos extintos Governos Cívicos.

### Análise da execução dos RH previstos no QUAR 2012

Relativamente à taxa de execução dos recursos humanos face aos planeados no QUAR 2012, verificamos pelo quadro seguinte, que por força das variações ocorridas no efetivo da Guarda, registou-se um desvio fixado em 18.614 pontos, ponderado o valor de pontos planeados em 168.067.

Recursos Humanos	Pontuação	Existências			Planeados	Executados	Desvio
		Previstas	Reais	Diferença			
Oficiais - Direção Superior	20	11	11	0	220	220	0
Oficiais - Direção Intermédia	16	117	117	0	1.872	1.872	0
Oficiais (outros)	12	680	615	-65	8.160	7.380	-780
Sargentos	8	2.591	2.531	-60	20.728	20.248	-480
Guardas	6	20.862	19.008	-1.854	125.172	114.048	-11.124
Técnico Superior	12	102	27	-75	1.224	324	-900
Carreira Especial Médica	9	90	20	-70	810	180	-630
Carreira Especial Docente	8	18	13	-5	144	104	-40
Carreira Especial Guarda Florestal	7	403	377	-26	2.821	2.639	-182
Assistente Técnico	6	26	88	62	156	528	372
Assistente Operacional	5	428	382	-46	2.140	1.910	-230
Outro pessoal (Vigilantes Florestais)	5	924		-924	4.620	0	-4.620
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>26.252</b>	<b>23.189</b>	<b>-3.063</b>	<b>168.067</b>	<b>149.453</b>	<b>-18.614</b>

Figura 55 – Análise da execução dos RH previstos no QUAR 2012

## 2. Recursos Materiais

A logística está intimamente ligada à estratégia da Guarda e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, durante o ano 2012 procurou-se consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a ESPAP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento, o Plano Anual de Investimentos e o Plano Anual de Compras, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da Guarda.



Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes

Foi também através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais que a Guarda cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na Guarda.

Não seria verdade, se não disséssemos que com mais certamente faríamos melhor. No entanto, com os recursos disponíveis, a Guarda Nacional Republicana procurou continuar a garantir uma melhor funcionalidade dos seus serviços e um ambiente de maior segurança.

### Planeamento e Reabastecimento

O planeamento logístico visa prever e atuar sempre em antecipação. Assim, só planeando o apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Neste âmbito, o planeamento passou a dispor de uma lógica consolidada através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Anual de Compras, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da Guarda.

Através da função logística/reabastecimento foi possível desenvolver um conjunto de atividades cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da Guarda.

No âmbito do reabastecimento foi dada prioridade, em 2012, à otimização e antecipação do planeamento das necessidades logísticas. Procurou-se, ainda, desenvolver e melhorar as especificações técnicas dos procedimentos aquisitivos, bem como reforçar os mecanismos de controlo da execução material dos contratos, em articulação com as Unidades.

Em 2012, foi ainda elaborado o Anuário Estatístico da Logística relativo ao ano 2011, organizado pelas funções logísticas e respetivos materiais e serviços que estão sob a sua responsabilidade, que almejou atingir os seguintes objetivos:

- a partilha de informação – na atual sociedade do conhecimento o valor da informação é diretamente proporcional à sua partilha, pelo que se mostra de grande relevância estratégica para a Guarda, a disponibilização da informação logística; e ii)
- o apoio à decisão – as crescentes exigências que se colocam à boa gestão dos recursos pressupõem uma melhoria da qualidade das decisões públicas.

O citado Anuário pretende, assim, disponibilizar a todos os níveis de Comando informação consistente e pertinente para a tomada de decisão.

### Aquisições

A GNR, através da Direção de Recursos Logísticos (DRL), ao longo do ano de 2012 adotou uma estratégia de centralização de processos de aquisições, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da Guarda.

Assim, após a agregação das necessidades, a Divisão de Aquisições promoveu e organizou, sob o aspeto administrativo e financeiro, um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços, privilegiando a centralização das compras, em articulação com a UMC do MAI, e tendo por base as especificações técnicas e as Propostas de Aquisição de Bens ou Serviços (PABS) realizadas pelos demais Órgãos da GNR.

No quadro abaixo são reportados, de uma forma global, os procedimentos desenvolvidos pela GNR, bem como aqueles de que foi beneficiária, mas que o seu desenvolvimento foi assegurado pela UMC/MAI e ESPAP.

Importa sublinhar que, a Figura 52 reflete os procedimentos de aquisição que foram realizados no decurso do ano de 2012 por tipologia. Por sua vez, a Figura 53 traduz o valor dos procedimentos de aquisição que foram formalizados no ano de 2012.

De salientar ainda que, por motivos de extensão, o quadro identificativo do conjunto de procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR durante o ano de 2012, é tratado em anexo ao presente relatório de atividades.



Procedimentos por tipologia	ADS	AD	CP	AQ	CLPQ	PNPA	Total
PAC	26	36	41	12	2	1	118
PAI	20	48	14	10			92
FEFE	2	1	2	5	0	0	10
MI	9	13	0	0	0	0	22
UN	0	1	0	8	0	0	9
PAC13	0	4	16	1	0	0	21
Alienação	0	0	3	0	0	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>103</b>	<b>76</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>275</b>

Figura 56 – procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela DRL em 2012 por tipologia

Procedimentos por tipologia	ADS	AD	CP	AQ	CLPQ	PNPA	Total
PAC	95.441,46	1.718.108,50	3.953.723,72	15.621.036,90	169.002,00	961.488,54	22.518.801,12
PAI	68.845,82	2.749.481,30	2.447.459,19	8.987.419,89	0,00	0,00	14.253.206,20
FEFE	11.230,56	6.470,42	313.907,12	24.209,67	0,00	0,00	355.817,77
MI	20.554,93	655.279,92	0,00	0,00	0,00	0,00	675.834,85
UN	0,00	65.202,74	0,00	322.553,66	0,00	0,00	387.756,40
PAC13	0,00	673.066,46	2.583.874,99	3.475.489,61	0,00	0,00	6.732.431,06
Alienação	0,00	0,00	82.121,63	0,00	0,00	0,00	82.121,63
<b>Total</b>	<b>196.072,77</b>	<b>5.867.609,34</b>	<b>9.381.086,65</b>	<b>28.430.709,73</b>	<b>169.002,00</b>	<b>961.488,54</b>	<b>45.005.969,03</b>

Figura 57 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2012

Da análise aos quadros acima é possível verificar a diferente distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 275 procedimentos, no montante global de € 45.005.969,03.

De referir, a evidente alteração de paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso ao procedimento por Ajuste Direto, potenciando o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da concorrência, privilegiando a por esse motivo a adoção dos procedimentos concursais Concurso Público, do Concurso Limitado por Prévia Qualificação e ainda do Procedimento por Negociação com Publicação de Anúncio de Concurso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 06 de outubro.

Acresce ainda referir, que ao longo do ano de 2012, a DRL pautou a sua conduta pela procura e implementação de melhorias contínuas, desde o levantamento até à satisfação das necessidades de bens e serviços do dispositivo da Guarda, o que, contribui para atingir, com sucesso, os objetivos operacionais e estratégicos a que se propôs.

Neste particular, considerando o esforço desenvolvido pela Guarda neste domínio, procedendo a uma análise cuidada, é possível determinar um conjunto de poupanças<sup>35</sup> obtidas via centralização dos principais procedimentos aquisitivos de bens e serviços, tanto

<sup>35</sup> No âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), considera-se poupança a redução dos gastos da Guarda com a aquisição de bens e serviços transversais, decorrente da celebração de Acordos Quadro e de outras aquisições agregadas e centralizadas pela DRL



numa ótica transacional<sup>36</sup>, como numa ótica processual<sup>37</sup>. Nessa conformidade, via centralização de procedimentos aquisitivos, foi possível obter as poupanças identificadas no quadro seguinte:

Procedimentos por tipologia	Poupança (valores em €)		
	Transacional	Processual	Totais
Combustíveis rodoviários	374.063,00	23.530,00	397.593,00
Consumíveis de impressão	257.018,00	25.340,00	282.358,00
Limpeza das instalações	239.792,00	22.625,00	262.417,00
Papel	168.290,00	25.340,00	193.630,00
Eletricidade	171.406,00	20.815,00	192.221,00
Ração para solípedes	61.790,00	17.195,00	78.985,00
Ração para canídeos	45.817,00	10.860,00	56.677,00
Palha para solípedes	44.349,00	11.765,00	56.114,00
Economato	29.089,00	25.340,00	54.429,00
<b>Totais</b>	<b>1.391.614,00</b>	<b>182.810,00</b>	<b>1.574.424,00</b>

Figura 58 – Poupanças geradas via centralização de procedimentos aquisitivos

Em termos prospetivos, importa, pois, otimizar as opções de contratação pública, através do equilíbrio entre as dimensões nacional e local, centrando a atividade do órgão responsável pela logística da Guarda nos processos transversais à Instituição, necessariamente os de índole estratégica (Acordos Quadro) e os materialmente relevantes (Concursos Públicos), orientando o apoio logístico das Unidades para os processos locais, específicos e sectoriais.

### Instalações e Equipamentos

Em 2012, à semelhança do que sucedeu no ano anterior, consolidou-se a estrutura decorrente da nova Lei Orgânica da GNR, o que permitiu cimentar o novo conceito logístico alicerçado no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE). Em paralelo, a Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança (LPIEFS) veio consubstanciar um conjunto de investimentos na modernização e operacionalidade das Forças de Segurança, nomeadamente os relativos a instalações, sistemas de tecnologias de informação e comunicação, viaturas, armamento e outro equipamento, tendo por base uma programação plurianual (2008 – 2012).

A Guarda, contudo, para além da fonte mencionada, direcionada, essencialmente, para obras de alguma envergadura, vai efetuando pequenos trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto, e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias. Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência.

Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

### Meios de Transporte

Através da função logística transportes foi desenvolvido um conjunto de atividades que englobam o deslocamento de pessoal, de animais e de material, bem como a sua direção e a gestão do equipamento e das instalações a ele associadas. O parque de veículos da Guarda tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na Administração Pública, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão.

Nesse parque de meios de transporte encontram-se viaturas para o programa *Tourist Patrol*, viaturas auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, viaturas especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação

<sup>36</sup> Poupança transacional – obtida em cada adjudicação realizada ao abrigo de um Acordo Quadro ou de outro procedimento centralizado, que se traduz no produto entre a diferença do valor médio do Acordo Quadro em vigor (ou do valor médio de mercado) e o valor da adjudicação, pela quantidade do bem ou serviço.

<sup>37</sup> Poupança processual – obtida por via da agregação dos processos de compra num só procedimento aquisitivo, eliminando, assim, a sua replicação ao longo do dispositivo (para o efeito, foi considerando um custo médio por procedimento aquisitivo de 905 euros).



criminal e intervenção e socorro, entre outras), viaturas blindadas para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, viaturas de transportes gerais, viaturas de transporte de solípedes e canídeos e embarcações para controlo e patrulhamento do mar territorial e vigilância da orla marítima, entre muitas outras.

### Transporte Rodoviários

A antiguidade do parque auto encerra em si uma verdadeira preocupação para a Guarda, com evidentes reflexos no desempenho operacional. Conforme se pode constatar no quadro abaixo, a grande maioria das viaturas tem mais de 10 anos de idade, o que, aliado ao grande desgaste diário, dificulta de sobremaneira o serviço a desempenhar.

Idade das Viaturas	Viaturas por tipologia				Total	%
	Pesados (mercadorias)	Pesados (passageiros)	Ligeiros (mistos e de passageiros)	Motos e motociclos		
Até 5 anos	8	0	293	101	402	7,48%
De 5 a 10 anos	13	1	1.444	217	1675	31,15%
Mais de 10 anos	52	73	2.641	534	3.300	61,37%
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>74</b>	<b>4.378</b>	<b>852</b>	<b>5.377</b>	<b>100,00</b>

Figura 59 – idade das viaturas da GNR

Os custos de mobilidade relativos ao combustível rodoviário registaram um acréscimo de 7,4% relativamente ao ano 2011. Durante o ano 2012, em média, cada veículo operacional da Guarda percorreu 15.118 km. Em termos médios, o conjunto de veículos que compõem a frota da Guarda, percorreu 213.893 quilómetros diários.

O quadro abaixo possibilita uma visão integrada dos consumos em litros e valor realizados pela frota automóvel da Guarda, bem como a distância por ela percorridos durante o ano 2012:

Frota automóvel	Quilómetros anuais percorridos	Litros anuais consumidos	Execução financeira (€)
5.377	78.070.873	7.054.315	10.077.380,00

Figura 60 – Frota automóvel da GNR – principais indicadores

Segundo informação recolhida no Anuário da GNR relativo ao ano de 2012, foi possível identificar o custo médio por litro de combustível, bem como custo médio de combustível por quilómetro.

Assim o custo médio por litro de combustível situou-se em € 1,43 (referente a consumos com Cartão Galp Frota) e em € 1,40 (combustível a granel). Quanto ao custo médio de combustível por quilómetro, o valor fixou-se em € 0,129 e a média de consumo de combustível aos 100 km fixou-se em 9,03 litros.

No que diz respeito à manutenção do parque automóvel foram desenvolvidas as seguintes reparações/manutenções em veículos terrestres, com um custo médio de manutenção por veículo fixado em € 754:

N.º de reparações		Custos de Manutenção (valores em €)				Total
Programadas	Pós-avaria	Pneus	Baterias	Lubrificantes	Oficinas	
7.220	10.494	730.477,00	152.820,00	183.790,00	2.932.377,00	4.110.720,00

Figura 61 – Manutenção do parque automóvel

### Meios marítimos

Para desenvolver a sua missão nesta área de responsabilidade, nomeadamente no controlo e vigilância costeira, proteção da natureza e ambiente e proteção e socorro, a Guarda dispõe dos seguintes meios marítimos:



Unidades	Idade dos meios marítimos (média)	Tipologia dos meios		
		Fibra	Semirrígidos	Total
UCC	12	26	13	39
UI	12		4	4
CTer	7	2	23	25
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>68</b>

Figura 62 – Frota meios marítimos da GNR

No que diz respeito à manutenção de meios marítimos foram desenvolvidas as seguintes reparações/manutenções em veículos terrestres, com um custo médio de manutenção por veículo fixado em € 3.212:

Programadas	N.º de reparações		Custos de Manutenção (valores em €)
		Pós-avaria	
99		102	218.423,10

Figura 63 – Manutenção dos meios marítimos

### Efetivo Animal

Outra das especificidades que diferenciam a Guarda das demais instituições públicas e a tornam única, são as valências de cavalaria e cinótecas, as quais revestem cuidados especiais nomeadamente com a saúde e alimentação deste efetivo. De modo a repor a capacidade operacional destas valências, foram adquiridos em 2012, no âmbito do Plano Anual de Investimento, 23 canídeos e 30 solípedes. No gráfico e no quadro abaixo mostra-se a evolução destes efetivos entre 2009 e 2012, bem como a sua respetiva distribuição.

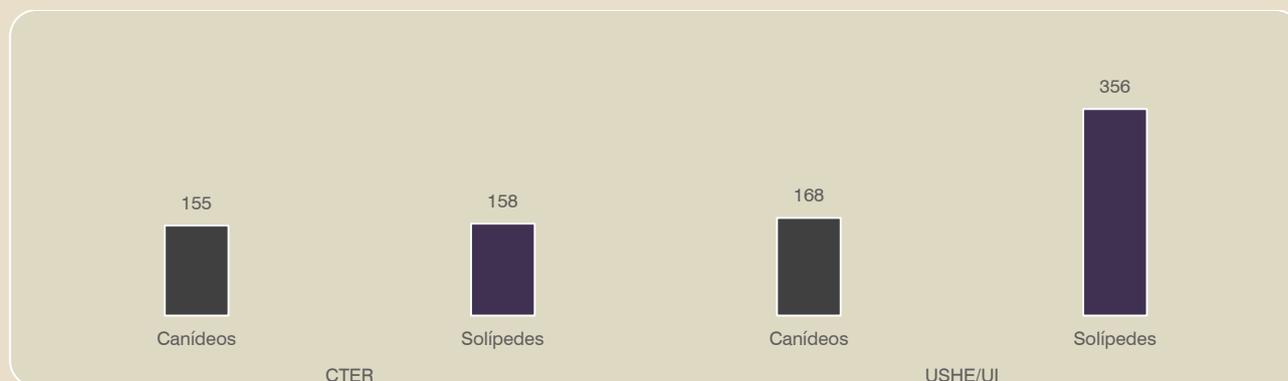


Figura 64 – Distribuição do Efetivo Animal 2012

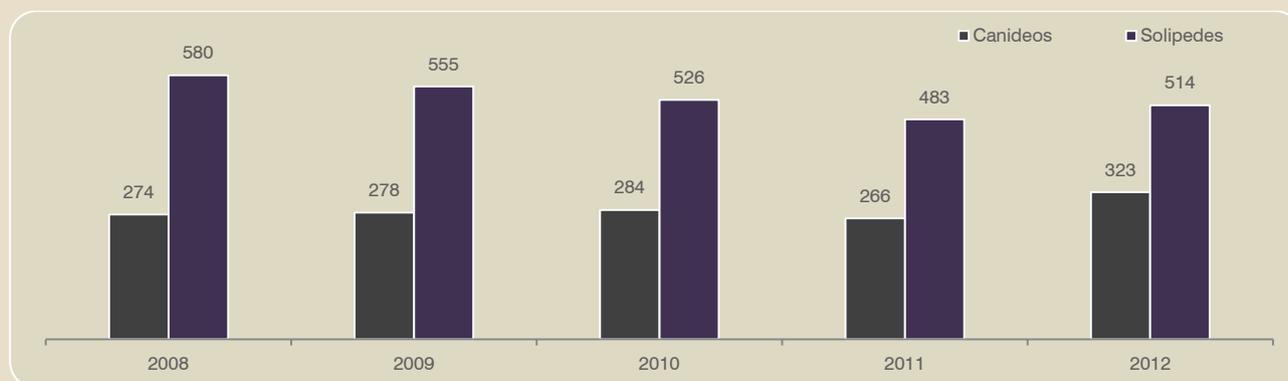


Figura 65 – Efetivo Animal 2008-2012



No que diz respeito à manutenção do efetivo animal, abaixo se indica os valores respeitantes ao consumo de ração e palha pelos solípedes e canídeos:

Tipo	Consumo (em Kg)	Valor (em €)
Ração (solípedes)	733.762	228.482,00
Palha (solípedes)	1.901.231	323.165,00
Ração (canídeos)	48.928	88.758,00
<b>Total</b>	<b>2.683.921</b>	<b>640.405,00</b>

Figura 66 – Consumos de ração e palha com o Efetivo Animal 2012

Face aos valores apresentados, é possível obter os seguintes custos médios anuais de alimentação por animal:

- Cavalo de desporto – € 1.249,00;
- Cavalo de fileira – € 1.136,00;
- Cão tipo raça Pastor Alemão – € 430,00;
- Cão tipo raça Labrador – €331,00.

### 3. Recursos Financeiros

#### Proposta do Orçamento e OE Aprovado

A Proposta de Orçamento da GNR para 2012 foi elaborada em obediência aos limites definidos pela Tutela e, em particular, às instruções divulgadas pela Direção-Geral de Orçamento (DGO), através da sua Circular n.º 1367, Série A, de 1 de agosto de 2011.

A fase de planeamento do Orçamento da GNR concretizou-se em duas fases:

- A primeira correspondeu à recolha das necessidades globais previstas para 2012 junto de todas as Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, destacando-se a interação entre o órgão de planeamento estratégico (DPERI) e o órgão financeiro (DRF), e os órgãos responsáveis pela gestão de recursos humanos (DRH) e pelos recursos logísticos (DRL), determinada pelo peso relativo das despesas processadas por cada uma delas, no que respeita ao cálculo das despesas decorrentes do processamento de vencimentos e relativamente ao cálculo das necessidades logísticas previstas no Plano Anual de Compras (PAC), que inclui o Plano Anual de Investimento (PAI).
- A segunda fase, e após determinação do *Plafond* de Receitas Gerais pela Tutela, consistiu no ajuste do planeamento inicial realizado, respeitando as regras previstas na Circular referida e o valor tutelarmente definido para a GNR.

A aprovação da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2012 e a publicação do respetivo Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) infligiram alterações substanciais à Proposta de Orçamento da Guarda para 2012 (POE/MAI/GNR/2012), devendo-se essencialmente à acomodação da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, nos termos do artigo 24.º da LOE2012.

Tendo em conta que anualmente a GNR despendia cerca de 90M€ com o pagamento destes dois subsídios, verifica-se que o decréscimo orçamental de 67,5M€ foi inferior em cerca de 22,5M€ ao que seria espectável, razão que fundamenta a existência de um excedente quando se faz um balanço final da execução do orçamento atribuído à Guarda no exercício de 2012, decorrente, como se depreende, da sobreorçamentação das rubricas que comportam as Despesas com o Pessoal.

A LOE2012 promoveu, ainda, a cativações de € 7.008.742 no Orçamento da Guarda, nas rubricas de bens e serviços. Para além destas, veio também estabelecer que «a reafectação de quaisquer verbas destinadas a reforçar rubricas sujeitas a cativação só podem realizar-se por razões excepcionais, estando sujeitas à autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças», enquadrando-se nestas rubricas algumas despesas que pela sua natureza assumem uma relevância especial no normal funcionamento da Instituição, entre as quais se destacam os custos com a eletricidade, água, combustíveis e lubrificantes, conservação de bens, comunicações, e outros bens e serviços de consumo corrente.



Entretanto, em sede de aprovação da Lei do Orçamento de Estado, foram realizadas alterações à proposta apresentada pela GNR e que se podem analisar no quadro que se segue (em milhares de Euros):

Agrupamento	Necessidades Globais Apuradas			POE GNR 2012 (Proposta ajustado ao Plafond)				OE Aprovado			
	RG	RP	Total	RG	RP	Outras	Total	RG	RP	Outras	Total
01.00.00 - Pessoal	972.848	21.583	994.431	804.292	21.203	52	825.548	736.842	21.203	52	758.098
02.00.00 - Bens e Serviços	44.013	25.180	69.193	45.371	19.476	6.398	71.246	45.371	19.476	6.398	71.246
04.00.00 - Transferências	2.529	200	2.729	279	200	0	479	279	200	0	479
06.00.00 - O.D. Correntes	1	0	1	17.003	1.043	165	18.211	17.003	1.043	165	18.211
07.00.00 - Investimento	0	3.000	3.000	1.681	3.000	900	5.581	1.681	3.000	900	5.581
<b>Total (OE Funcionamento)</b>	<b>1.019.392</b>	<b>49.963</b>	<b>1.069.356</b>	<b>868.627</b>	<b>44.922</b>	<b>7.516</b>	<b>921.067</b>	<b>801.177</b>	<b>44.922</b>	<b>7.516</b>	<b>853.617</b>

Figura 67 – Orçamento da GNR para 2012

A variação entre o POE/GNR/2012 e o Orçamento aprovado (Figura 4), contempla um corte realizado pelos serviços do Ministério das Finanças, resultante da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, nos termos do artigo 24º da LOE2012, facto que não se afigurava como previsível aquando da elaboração da POE/GNR/2012, realizada em setembro do ano anterior.

### Execução Orçamental em 2012

O início da execução orçamental de 2012 foi pautada por limitações dos meios financeiros disponíveis para fazer face às necessidades resultantes da Missão que a Guarda levou a cabo, quer de foro interno, quer ao nível externo, devido à libertação dos créditos em valor inferior às necessidades de pagamentos, uma vez que, em alguns meses apenas foi autorizado o montante previsto para liquidar os vencimentos.

Com o decorrer do ano notou-se uma estabilidade nos Créditos Libertos, que na generalidade, correspondeu aos Pedidos efetuados. Esta situação permitiu à GNR cumprir atempadamente as suas obrigações perante os fornecedores.

O gráfico seguinte identifica a evolução dos PLC registados, os montantes autorizados e o valor dos pagamentos em atraso a fornecedores:

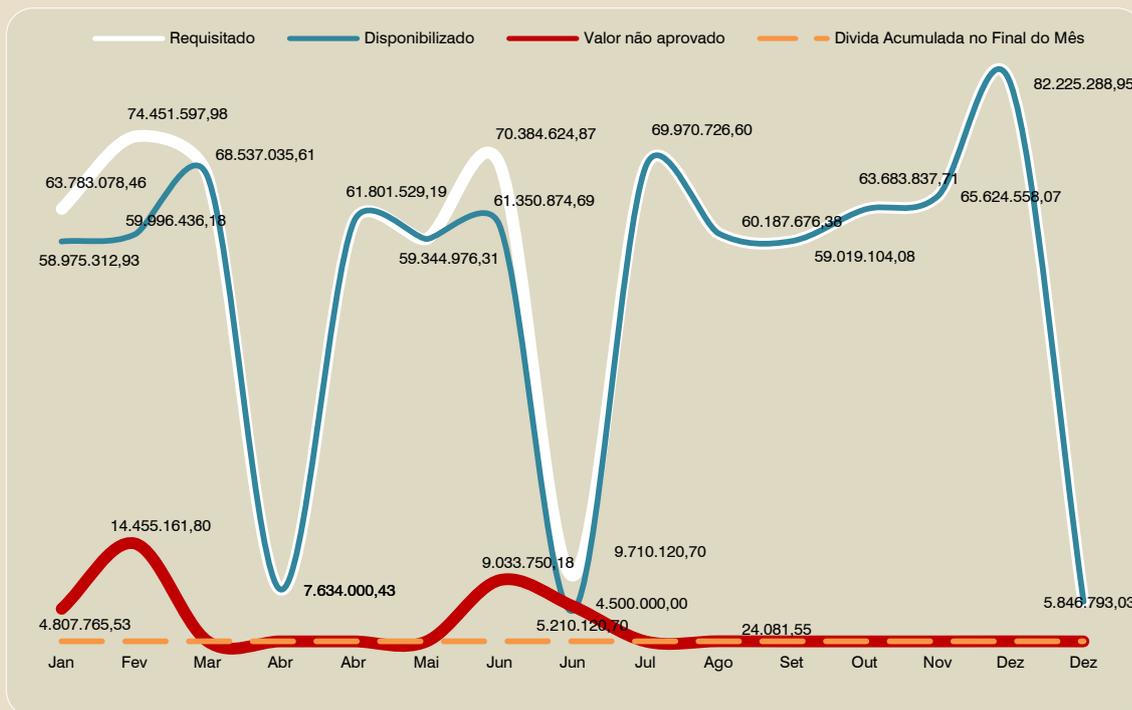


Figura 68 – PLC e Encargos Assumidos e Não Pagos.



A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e o n.º 5 do art.º 208 da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, estabeleceram regras muito estritas relativas ao cumprimento das obrigações perante os fornecedores. Segundo esta norma, num mês subsequente não se poderia verificar um aumento dos pagamentos em atraso registados no mês anterior,

Nessa conformidade, assinalando-se o esforço da Guarda nesta matéria, durante o ano de 2012, não se verificaram quaisquer pagamentos em atraso, o que revela a honorabilidade da Guarda na assumpção das obrigações contraídas perante os seus fornecedores.

Agrupamento	OE Aprovado (1)				Dotação Corrigida (2)				Diferenças (3) = (1) - (2)			
	RG	RP	OUTRAS	Total	RG	RP	OUTRAS	Total	RG	RP	OUTRAS	Total
01.00.00 Pessoal	736.842.606	21.203.099	52.584	758.098.289	722.390.180	22.162.429	57.584	744.610.193	-14.452.426	959.330	5.000	-13.488.096
02.00.00 Bens e Serviços	45.371.061	19.476.214	6.398.967	71.246.242	41.820.268	16.237.887	1.454.149	59.512.304	-3.550.793	-3.238.327	-4.944.818	-11.733.938
04.00.00 Transferências	279.493	200.000	0	479.493	162.985	160.000	0	322.985	-116.508	-40.000	0	-156.508
06.00.00 O.D. Correntes	17.003.076	1.043.062	165.424	18.211.562	2.805	204.256	0	207.061	-17.000.271	-838.806	-165.424	-18.004.501
07.00.00 Investimento	1.681.634	3.000.001	900.000	5.581.635	3.907.808	5.020.742	6.090.427	15.018.977	2.226.174	2.020.741	5.190.427	9.437.342
<b>Total (OE Funcionamento)</b>	<b>801.177.870</b>	<b>44.922.376</b>	<b>7.516.975</b>	<b>853.617.221</b>	<b>768.284.046</b>	<b>43.785.314</b>	<b>7.602.160</b>	<b>819.671.520</b>	<b>-32.893.824</b>	<b>-1.137.062</b>	<b>85.185</b>	<b>-33.945.701</b>

Figura 69 – Execução Orçamental da Despesa em 2012

Da análise do presente quadro, verifica-se que na generalidade o Orçamento da Guarda sofreu uma redução de €33.945.701, resultante do seguinte:

- Alterações ao Orçamento:
  - . Descatificação no agrupamento económico das despesas com bens, serviços e transferências (CE 02.01.00, 02.02.00 e 04.00.00) no montante de € 7.008.742, para colmatar necessidades nestas rubricas, com especial incidência nas rubricas cativas;
  - . Cativação adicional no montante de € 10.221.748, por determinação do MAI, recorrendo-se às rubricas de Remunerações Certas e Permanentes (RCP's) e Segurança Social (SS), devido ao *superavit* existente;
  - . Cativação adicional em Bens no valor de € 900.000, para assunção de despesas em rubricas vedadas pelo Despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças datado de 12 de setembro de 2012.
- No que concerne às Cativações/Descatificações verifica-se um acréscimo no montante de € 4.113.006 (€ 29.332.310 – € 25.219.304), no final do exercício, face às cativações iniciais:
  - . € 3.304.000 de anulações por despacho da Tutela (Ministério da Administração Interna - MAI), para colmatar necessidades de outros Organismos do Ministério;
  - . Anulação de € 1.600.000 para fazer face ao pagamento das rendas à Empresa Estamo;
  - . Anulação de €140.000 por despacho da Tutela, para colmatar necessidades da Polícia de Segurança Pública em comunicações;
  - . Crédito Especial no montante de € 430.609 para concretização de projetos participados pelo Fundo Europeu para as Fronteiras Externas, para reforço da Fonte de Financiamento 280 (FF 280 - Receita própria – financiamento comunitário) e da Fonte de Financiamento 290 (FF 290 – Financiamento Europeu por conta de Fundos Nacionais).

### Alterações Orçamentais

O quadro que se segue reflete as alterações orçamentais a que o OE/MAI/GNR/2012 foi sujeito ao longo do ano e as cativações que sobre aquele incidiram, permitindo observar o valor da dotação corrigida após todos os reforços e anulações que sofreu:



Natureza	Reforços	Anulações	Total	Objeto da Alteração
Cativações		25.219.304	-25.219.304	Cativações aplicadas pela LOE 2012.
Anulação		1.376.000	-1.376.000	Anulações por despacho da Tutela (MAI), para colmatar necessidades de outros organismos.
Anulação		1.928.000	-1.928.000	Anulações por despacho da Tutela (MAI), para colmatar necessidades de outros organismos.
Descativação	7.008.742		7.008.742	Descativação em Bens, Serviços e Transferências.
Cativação		10.221.748	-10.221.748	Cativação adicional.
Cativação		900.000	-900.000	Despacho de Sua Exa. o MF, de 12set12 em Bens e Serviços.
Crédito Especial (FEFE)	430.609		430.609	Concretização de projetos comparticipados pelo Fundo Europeu para as Fronteiras Externas.
Anulação		1.600.000	-1.600.000	Para fazer face ao pagamento das rendas à empresa Estamo.
Anulação		140.000	-140.000	Anulações por despacho da Tutela (MAI), para colmatar necessidades de outros organismos do MAI.
<b>Funcionamento Total</b>	<b>7.439.351</b>	<b>41.385.052</b>	<b>-33.945.701</b>	

Figura 70 – Reforços e Anulações ao Orçamento Inicial

Do plafond atribuído à Guarda foram imputados 485,6 M€ ao subagrupamento da classificação económica da despesa em RCP's. O valor da dotação corrigida das RCP's apresenta um ligeiro decréscimo em relação ao orçamento inicial, cifrando-se atualmente em 474,1 M€, devido às alterações orçamentais efetuadas entre este Subagrupamento (CE 01.01.00) e o Subagrupamento da Segurança Social (CE 01.03.00) de forma a ser possível colmatar todos os encargos deste último. O montante global dos pagamentos em RCP's cifrou-se em 462,3 M, representando uma percentagem da execução orçamental associada de 97,51%, verificando-se, desta forma, um saldo de cerca de 11,8 M€.

### Cooperação Económica Externa (Funcional 113)

A participação da Guarda nas duas Missões Internacionais com forças constituídas (uma força destacada em Timor-Leste e outra no Afeganistão), exigiu um esforço financeiro e material assinaláveis, uma vez que estas Missões mantiveram a sua continuidade e não foi atribuído o reforço orçamental conforme previsto nas portarias que regulam estas Missões, tendo a Guarda suportado as respetivas despesas por conta do seu orçamento.

Nos termos do Despacho n.º 988/2012, de 24 de agosto, de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento (SEO), e com o objetivo de colmatar a não orçamentação das despesas destinadas a suportar as Missões Internacionais em 2012, foi aprovada a alteração orçamental, com recurso à gestão flexível do Organismo, de reforço das rubricas referentes a suplemento de missão, bens e serviços e investimento, por contrapartida das rubricas da Segurança Social (CE 01.03), no valor de €7.833.062.

Tendo em conta que quando foi aprovada a alteração orçamental, a GNR já tinha executado parte da despesa com as Missões, a referida alteração, apenas foi concretizada nos montantes suficientes ao remanescente da despesa prevista até ao final de 2012, cuja execução se demonstra no seguinte mapa:

Agrupamento	Dotação Corrigida	Pagamentos	Saldo Pagamentos
01.00.00 - Pessoal	4.074.438	3.854.105	220.333
02.00.00 - Bens e Serviços	1.721.605	1.250.632	470.973
04.00.00 - Transferências	0	0	0
06.00.00 – O.D. Correntes	243	113	130
07.00.00 - Investimento	48.766	8.174	40.592
<b>Total OE Funcionamento</b>	<b>5.845.052</b>	<b>5.113.025</b>	<b>732.027</b>

Figura 71 – Execução Orçamental 2012 - Cooperação Económica Externa (Funcional 1013)



Orçamento da Receita

No que diz respeito às receitas próprias da GNR foram orçamentados € 52.439.351. Pela análise da execução verifica-se que foi entregue mais receita no Tesouro do que a que estava inicialmente orçamentada, facto que se deveu essencialmente à transição de € 9.281.978, referentes a 2011.

O quadro abaixo apresenta os montantes orçamentados e os montantes cobrados e entregues nos cofres do Estado por item financeiro:

Classificação	Tipo de Receita	Orçamentada	Cobrada
03.03.99.01	Caixa Geral de Aposentações e ADSE - Outros Comparticipações para a SADGNR; Emissão e cancelamento de cartões da SADGNR	10.966.704,00	14.107.339,88
04.01.99.99	<b>Taxas diversas</b> Licenças de Foguetes, Serviços nos Aeroportos, Certidões	1.560.542,00	3.553.676,04
04.02.01.01	<b>Juros de Mora</b>	500,00	3.369,02
04.02.03.01	<b>Multas e Coimas por infrações ao Código da Estrada e restante legislação</b> Código da Estrada e Legislação Complementar	13.519.937,00	15.628.038,50
04.02.04.99	<b>Coimas e penalidades por contraordenações</b> Contra Ordenações Aduaneiras	1.133.700,00	1.911.821,97
04.02.99.99	<b>Multas e Outras penalidades</b> Multas e Penalidades Diversas Provenientes da DGAIEC	45.450,00	79.474,87
05.02.01.01	<b>Bancos e Outras Instituições</b>	500,00	0,00
06.03.01.01	<b>Transferências Correntes – Administração Central - Estado</b> Transferências do MAI de Outros Organismos	5.500.000,00	7.298.882,66
06.03.07.99	<b>Transferências Correntes – Administração Central - SFA</b> INEM - Atendimento Linha 112	2.016.975,00	1.940.489,08
06.09.01.05	<b>Projeto FEFE</b>	0,00	430.609,00
07.01.03.99	<b>Venda de bens - publicações e impressos</b> Revista da GNR; Impressos Tipografados na GNR; Cadernos de Encargos e Fotocópias	36.235,00	16.962,06
07.01.04.01	<b>Venda de bens – fardamentos e artigos pessoais</b> Venda de Artigos de Fardamento:	600.750,00	397.203,86
07.01.05.01	<b>Venda de bens – bens inutilizados</b> Venda de Material Incapaz (Viaturas, Motociclos, Sem Documentos)	8.788,00	11.806,86
07.01.06.01	<b>Venda de bens – produtos agrícolas e pecuários</b> Venda de Estrume, Venda de Material Incapaz, Material incapaz e Venda de Produtos Frutícolas	5.000,00	93.080,10



Classificação	Tipo de Receita	Orçamentada	Cobrada
07.01.07.01	<b>Venda de bens – produtos alimentares e bebidas</b> Venda de Artigos de Bar	1.450.000,00	1.248.069,27
07.01.11.01	<b>Venda de bens – produtos acabados ou intermédios</b> Venda de Produtos Oficiais (Peças)	1.700,00	20.003,51
07.02.06.01	<b>Venda de serviços – reparações</b> Serviços de Alfaiataria, Sapataria, Serralharia, Carpintaria.	18.000,00	6.378,57
07.02.07.01	<b>Venda de serviços – alimentação e alojamento</b> Venda Refeições Confeccionadas	2.512.000,00	1.886.951,36
07.02.99.99	<b>Venda de serviços – outros</b> Escoltas a Presos e Idas a Tribunais (Ajudas de Custo, Transportes, Portagens) e Serviços Remunerados Prestados a Terceiros	11.816.620,00	13.298.394,02
07.03.01.99	<b>Rendas</b> Outras	6.100,00	3.939,82
08.01.99.99	<b>Outras receitas correntes</b> Entidades Patrocinadoras de Atividades; Anúncios Publicitários em Propriedades da GNR,	1.235.000,00	1.283.027,73
09.04.03.01	<b>Outros bens de investimento</b> Maquinaria e Equipamento Incapazes e Animais Dados Como Incapazes (Cavalos)	4.850,00	1.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>52.439.351,00</b>	<b>63.220.718,18</b>

Figura 72 – Execução orçamental da Receita em 2012

### Análise da execução dos Recursos Financeiros previstos no QUAR 2012

Relativamente aos Recursos Financeiros, importa salientar que o valor € 848.404.173 que integra o QUAR, diz respeito ao valor inicialmente proposto, sendo, no entanto, o montante global do Orçamento de Funcionamento aprovado para a GNR para o ano de 2012 de 853.617.221, equivalendo, por conseguinte, ao valor das atividades inscritas no Plano de Atividades para 2012, com a correção imposta pelo *plafond* atribuído à Guarda, o qual foi ainda sujeito a uma cativação adicional de € 25.219.304.

Tal imposição resultou no estabelecimento dos seguintes *plafond*, iniciais líquidos, para a despesa a inscrever no Orçamento da Guarda para 2012:

- Despesas de Funcionamento – € 667.672.684
- Dotações Específicas – Serviço de Assistência na Doença – € 45.192.536
- Dotações Específicas – Pensões de pré-aposentação – € 115.532.697
- Total - € 828.397.917

No quadro que se segue espelha-se o Orçamento Inicial Líquido e a dotação corrigida no final do Exercício, verificando que, em 31 de dezembro de 2012, o valor total da execução orçamental fixou-se em € 787.842.037,92.

Os valores apresentados no quadro constam da Conta de Gerência de 2012, a enviar oportunamente ao Tribunal de Contas, tendo sido igualmente reportados na monitorização final do QUAR 2012 em [www.quar.gov.pt](http://www.quar.gov.pt).



Agrupamento	Orçamento Aprovado 2012	Dotação corrigida 2012	Execução 2012
01.00.00 - Pessoal	758.098.289	744.610.193	727.111.536,65
02.00.00 - Bens e Serviços	71.246.242	59.512.304	54.718.172,75
04.00.00 - Transferências	479.493	322.985	293.474,12
06.00.00 – O.D. Correntes	18.211.562	207.061	144.928,73
07.00.00 - Investimento	5.581.635	15.018.977	5.573.925,67
<b>Total OE Funcionamento</b>	<b>853.617.221</b>	<b>819.671.520</b>	<b>787.842.037,92</b>

Figura 73 – Análise da execução dos RF





## II.B. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

### 1. Análise SWOT

Para a prossecução do modelo prefigurado na missão e na visão, elegeram-se como principais vetores estratégicos que corporizam as estratégias a assumir pela Guarda os seguintes:

- Valorizar as atividades de proteção e segurança das pessoas e bens, tendo como objetivo dar uma resposta adequada e oportuna aos problemas e anseios dos cidadãos em matéria de segurança;
- Garantir a capacidade de resposta qualificada e permanente aos problemas de segurança, a todo o tempo e em todos os locais de atendimento e de interface com os cidadãos e as comunidades;
- Melhorar as competências ao longo de toda a estrutura, promovendo uma cultura de responsabilidade e uma participação mais efetiva de todos os militares, motivando-os e envolvendo-os nos diversos níveis dos processos de decisão, na avaliação dos resultados globais e individuais e na identificação e aplicação das boas práticas, internas e externas. Em paralelo, fomentar o trabalho de equipa, a polivalência e a disponibilidade e promover a autoformação.

A racionalização das estruturas e a melhoria do nível qualitativo da cadeia de valor da Instituição, exige a assumpção permanente de novos modelos e processos de gestão, bem como uma redefinição permanente de prioridades e objetivos, embora, ainda não oficialmente identificados e assumidos pelas entidades competentes.

Para delinear a estratégia, adotou-se a análise *SWOT*, que permite identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

Nesse sentido, como veremos adiante, em termos de análise da matriz e relativamente ao quadrante mais sensível, ou seja, aquele onde as ameaças interagem com os pontos fracos, destaca-se as políticas de austeridade e restrições orçamentais, o défice de recursos humanos, a perda de regalias respeitantes aos militares e de competitividade salarial, que são fatores que influenciam diretamente a motivação dos militares, e o aumento da criminalidade violenta e grave, como as ameaças mais significativas.

Não podemos, ainda, nesta análise, deixar de referir os principais pontos fortes da Instituição, especialmente no âmbito da prevenção e do combate às ameaças externas, salientando a natureza militar, a versatilidade e adaptabilidade e a disponibilidade e o espírito de sacrifício dos seus elementos, características marcantes da cultura e organização militares que enformam a Guarda Nacional Republicana.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Natureza militar	Afetação de RH a atividades de apoio administrativo-logístico
Hierarquia e cultura institucional consolidada	Complexidade da gestão de recursos humanos
Capacidade de mobilização e projeção de forças	Complexidade do Sistema logístico
Capacidade de intervenção em espectro dos grandes eventos	Inexistência de um sistema de gestão integrado
Elevada capacidade de projeção e articulação de unidades constituídas de polícia	Défice de promoção institucional
Empenhamento de forças a cavalo e de meios cinotécnicos	Dispersão e complexidade de meios e tecnologias de informação
Credibilidade no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito	Resistência à inovação e mudança
Capacidades operacionais de uma Guarda Costeira	Limitação da rede informática
Valência exclusiva de polícia ambiental	Parque informático parcialmente obsoleto e assimétrico
Forte aposta na formação e especialização dos RH	Degradação do parque imobiliário
Dispersão Geográfica / Forte Implementação Territorial	
Multiplicidade de valências	
Disponibilidade permanente e espírito de sacrifício	
Ligação forte às congéneres Europeias e do Mediterrâneo	
Prestígio e reconhecimento internacional	



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Mediatização do fenómeno securitário	Perda de competitividade salarial e de regalias sociais
Implementação de novos modelos de policiamento	Política de austeridade orçamental
Inserção nos Sistemas de Segurança Interna, Defesa Nacional, Proteção Civil, Investigação Criminal e Aduaneiro	Ineficácia do sistema judicial
Modelos/alternativas de outsourcing/ fomento de parcerias locais e internacionais	Sobreposição de atribuições com outras Forças e Serviços de Segurança
Implementação de Plano tecnológico e desenvolvimento de infraestruturas de comunicações	Restrições no recrutamento de pessoal
Interoperabilidade e cooperação comunitária	Mobilidade dos autores do crime
Recurso a financiamento Comunitário	Perda de autoridade das FFSS
Recurso à Lei de Programação das FS	Incompatibilidade dos sistemas de informação existentes nas diversas FFSS
Consolidação da implementação do SIADAP	Progressiva complexidade dos problemas sociais/ aumento das assimetrias sociais
Reforço dos laços entre membros da Eurogendfor e FIEP	Aumento da criminalidade violenta e grave
Participação em missões internacionais no âmbito da gestão civil de crises	Mobilização de massas via redes sociais
Centralização de grandes aquisições	Crise económica e financeira
Certificação de processos/procedimentos operacionais	

Figura 74 – Matriz SWOT





GNR

A. LOPES

GNR

# III

## BALANÇO SOCIAL

Análise Sintética do Balanço Social



### III.A. Balanço Social

#### 1. Análise sintética do Balanço Social

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta e, sobretudo, gráfica, a envolvente do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relegando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros que serviram de suporte.

#### Caracterização

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2012, de 23.189 elementos entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.282 (743 oficiais, 2.531 sargentos e 19.008 guardas) e 907 civis.

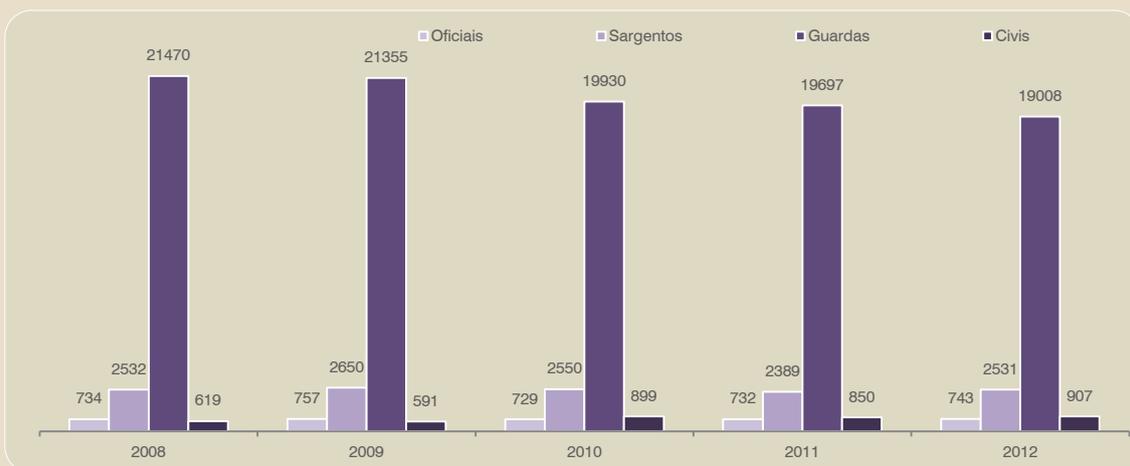


Figura 75 – Recursos Humanos em 2008 - 2012

Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2012, comparativamente ao ano anterior, a Guarda sofreu uma redução considerável dos seus recursos humanos, apesar do aumento registado na categoria «civis», em resultado da extinção dos Governos Civis. A diferença entre períodos homólogos, a 31 de dezembro, cifra-se em 479 (Balanço Social 2012, Quadro 8). Estas perdas têm ênfase no número de efetivos que passaram à reserva durante o ano e no facto de não ter sido atenuado tanto quanto necessário por novas entradas, embora tenham ingressado no ano 2012 ingressaram na GNR, 549 guardas, os quais concluíram com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas e ainda 49 oficiais subalternos que concluíram o Mestrado em Ciências Militares ministrado na Academia Militar.

Saliente-se que, na tentativa de fazer face à redução de efetivos, para o ano em curso de 2013, prevê-se o ingresso de 280 guardas e 44 oficiais subalternos que se encontram a frequentar os respetivos cursos de formação, prosseguido o Comando da Guarda a mesma política de rejuvenescimento e reforço do efetivo policial, mas também de qualificação e requalificação de recursos humanos.



Figura 76 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 - 2012



Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular o efetivo militar, tem assistido a um decréscimo acentuado, motivado essencialmente pelo facto dos recompletamentos via dos cursos de formação de ingresso na GNR, não terem acompanhado os valores registados por saídas para a situação de reserva ou reforma

Quanto à evolução registada no efetivo civil, destaca-se o ingresso na GNR ocorrido em 2006, do pessoal da carreira de Guarda Florestal, justificando a subida registada naquele ano. De igual modo, em 2008, por via da publicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, passou a ser contabilizado um efetivo (a larga maioria a exercer funções de limpeza de instalações no dispositivo da GNR) que até ai não era tido em conta para efeitos estatísticos, face ao tipo de contrato que mantinham com a Instituição. Em 2012, a variação registada resulta essencialmente da incorporação de recursos humanos provenientes dos extintos Governos Cívicos.

1. Recursos Humanos

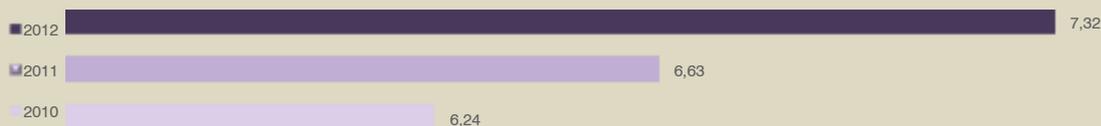


Figura 77 – Trabalhadores em Nomeação ou em CTFP



Figura 78 – Trabalhadores segundo o escalão etário e género

Taxa de Feminização



Nível Etário

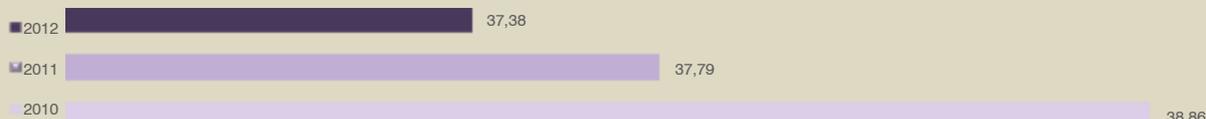




Figura 79 – Antiguidade por segundo o nível de antiguidade e género

Nível de antiguidade

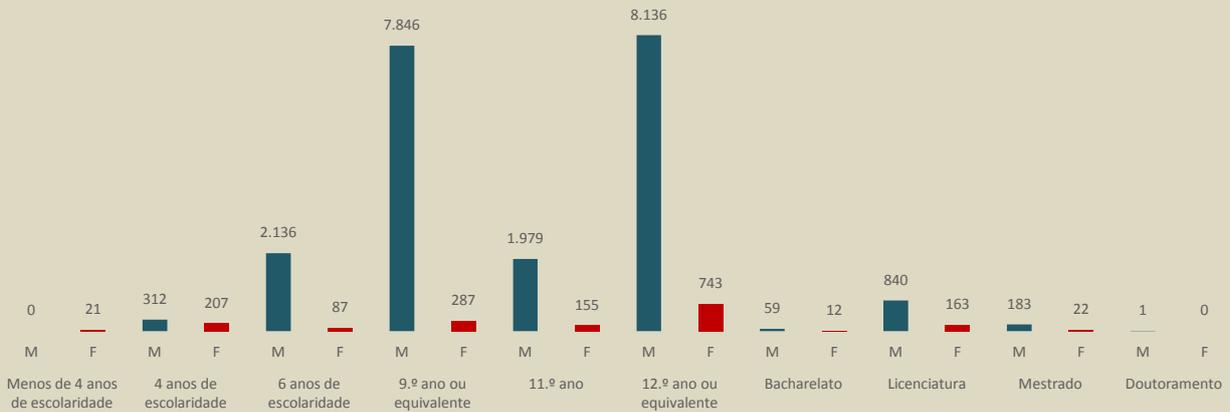
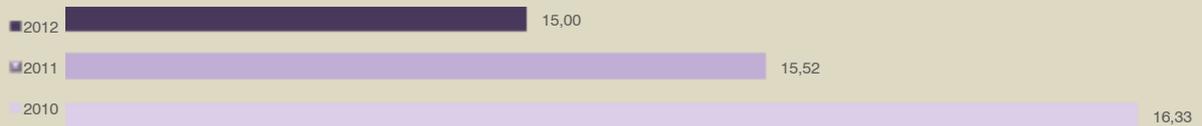
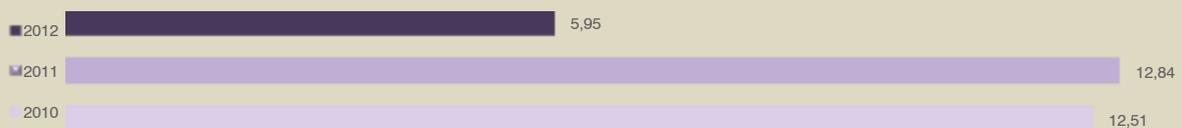


Figura 80 – Nível de escolaridade e género

Nível de tecnicidade



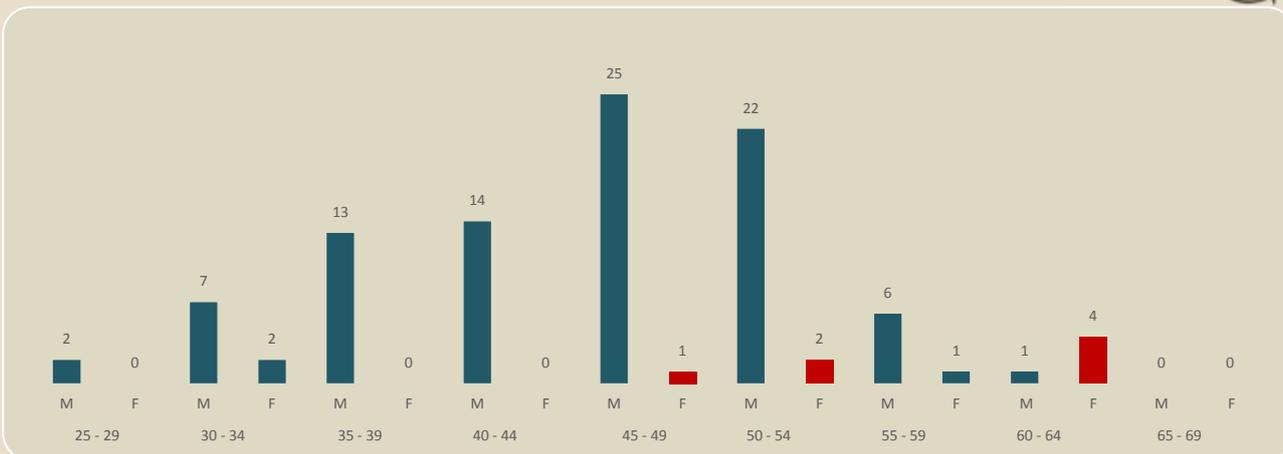


Figura 81 – Portadores de deficiência por escalão etário e segundo o género

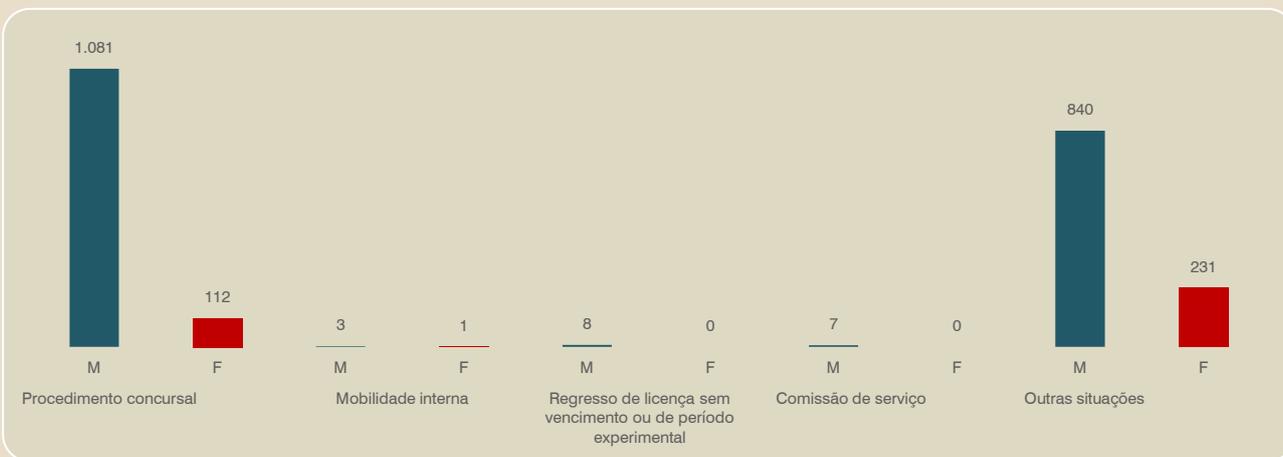


Figura 82 – Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano e segundo o género

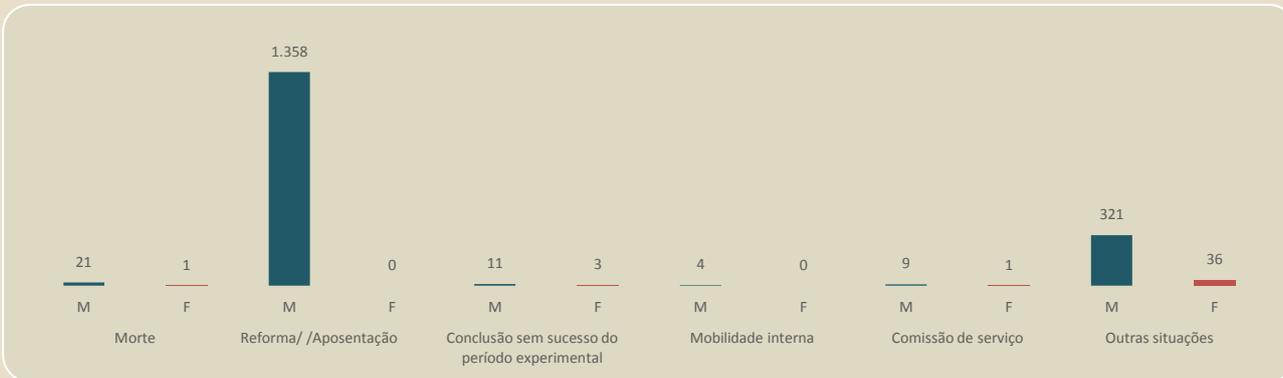
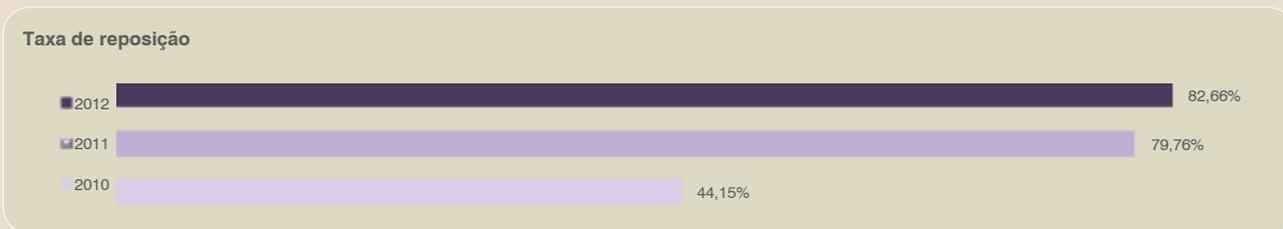


Figura 83 – Contagem de saídas dos trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço segundo o motivo de saída e género durante o ano

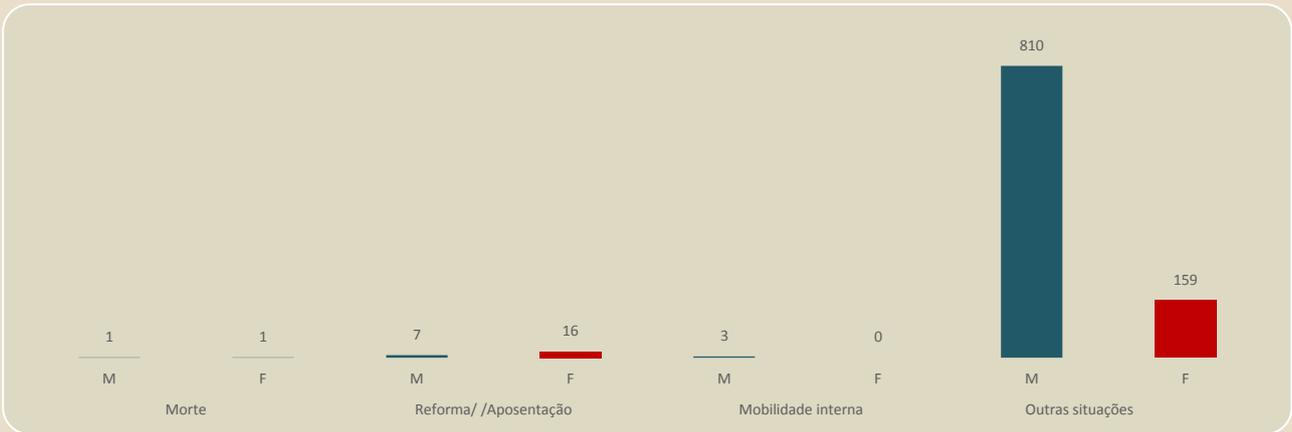


Figura 84 – Contagem de saídas dos trabalhadores contratados segundo o motivo de saída e género durante o ano

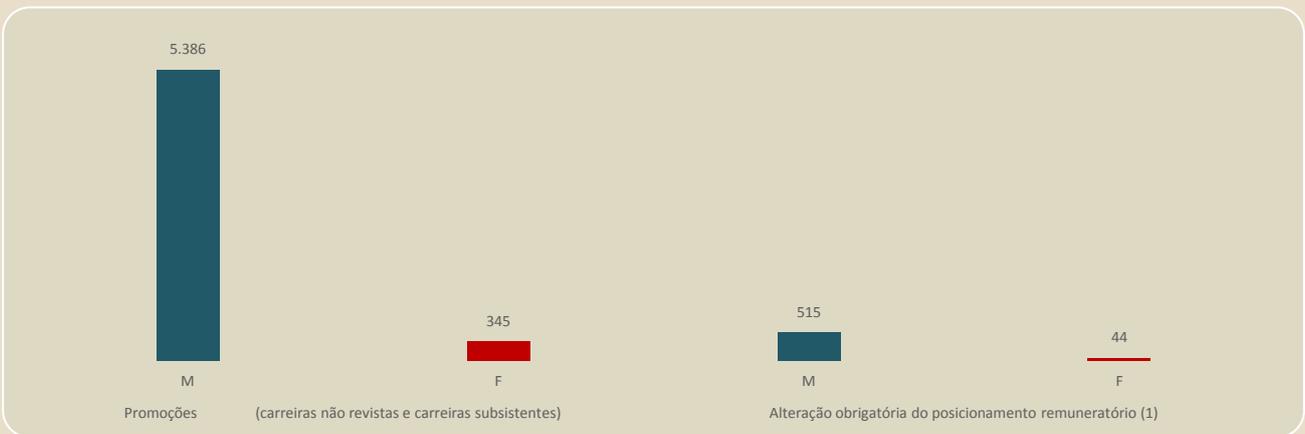


Figura 85 – Progressões e alterações de posicionamento remuneratório segundo o género durante o ano

Taxa de promoções

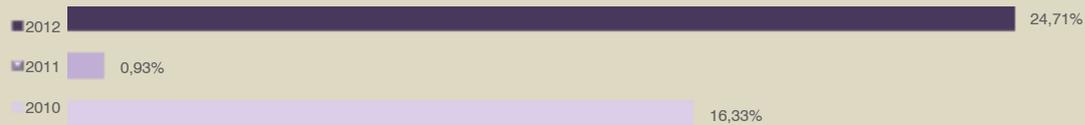


Figura 86 – Modalidade de horário de trabalho segundo o género durante o ano

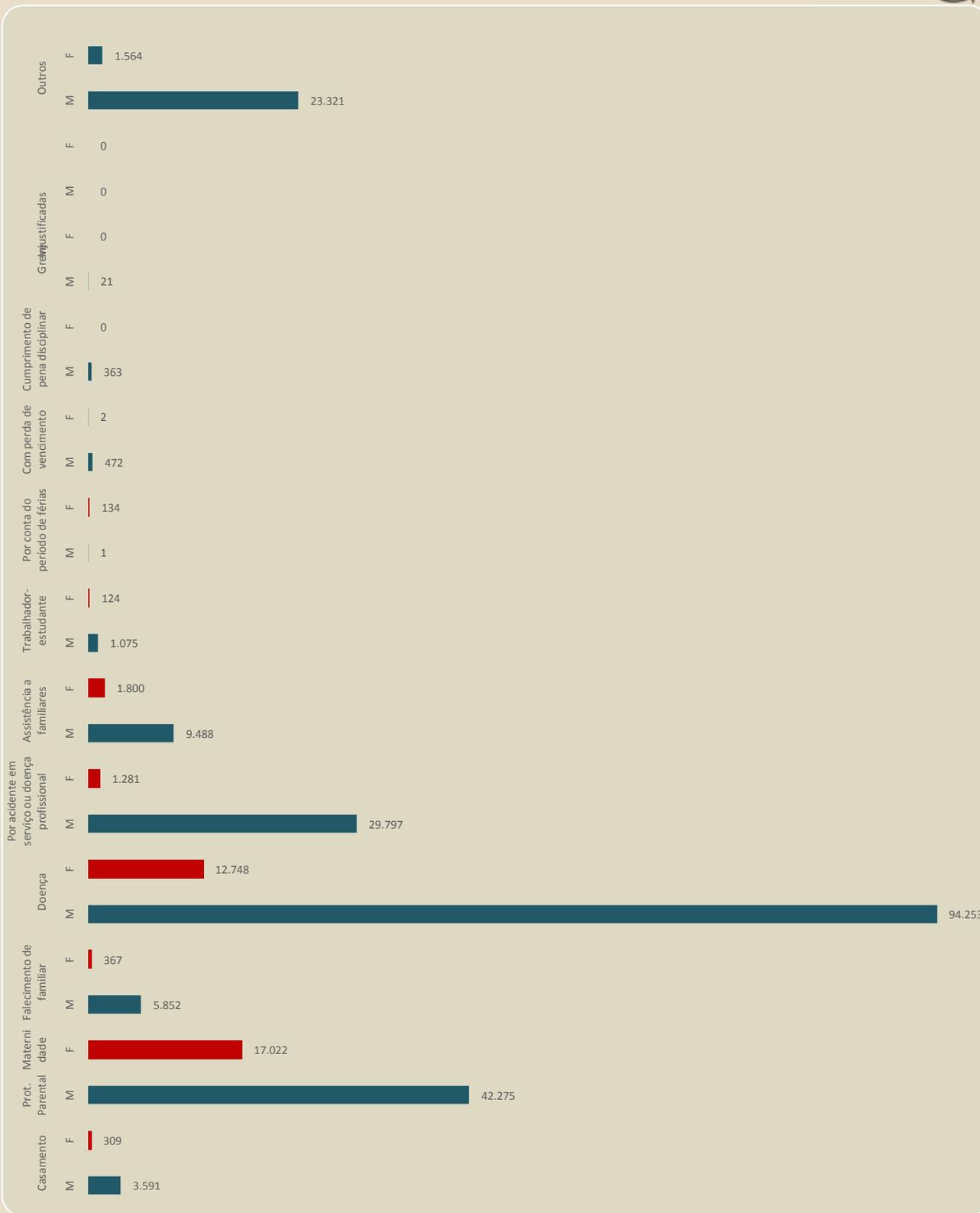
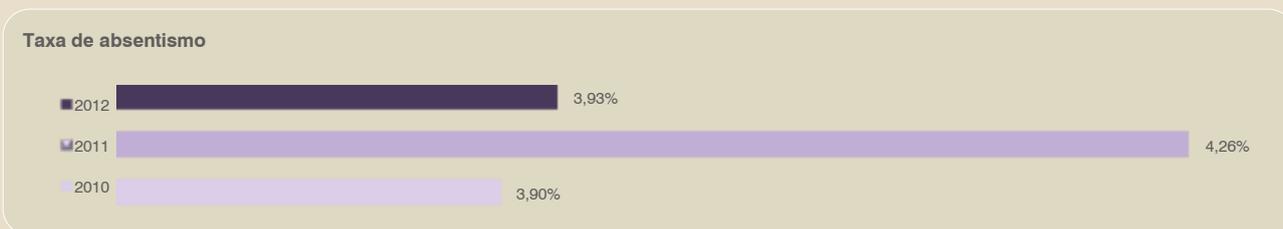


Figura 87 – Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, segundo o motivo de ausência e género





2. Remunerações e encargos

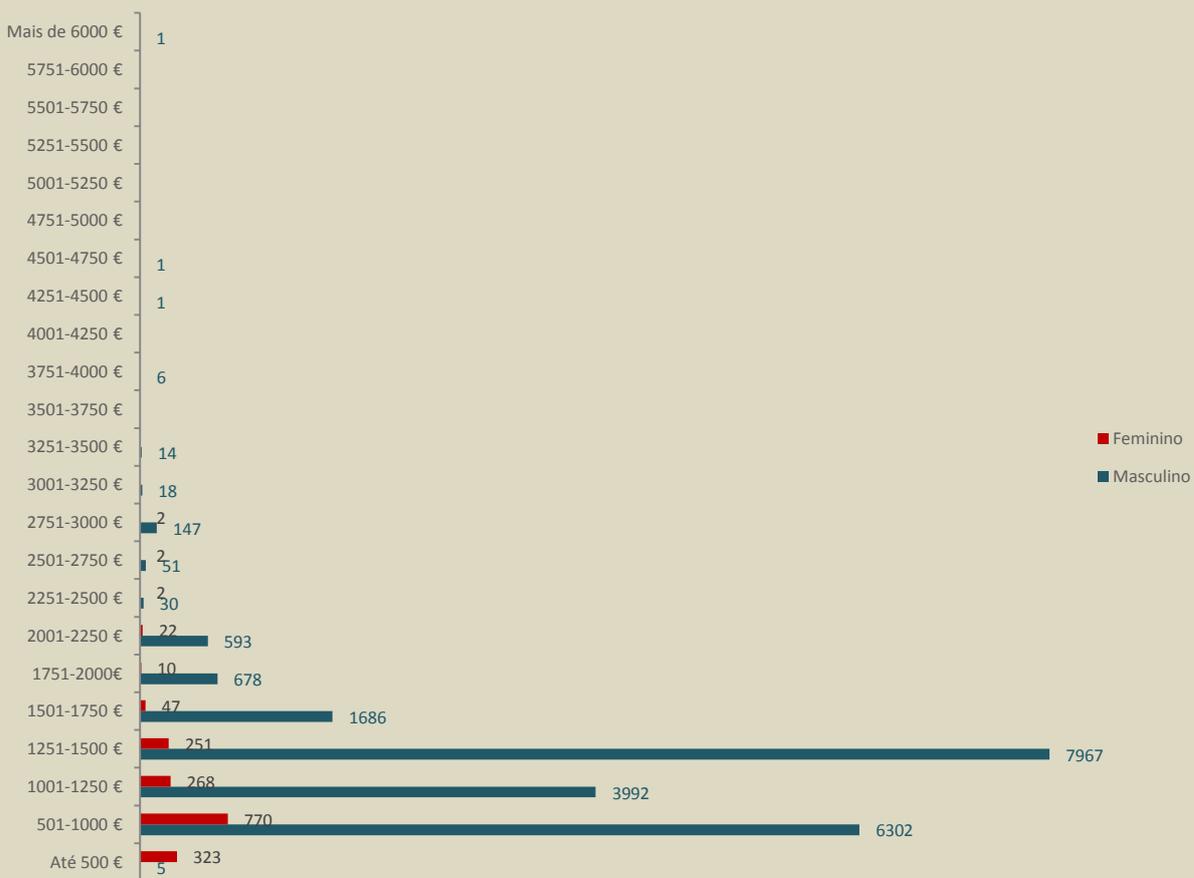


Figura 88 – Estrutura remuneratória por género

Leque salarial ilíquido

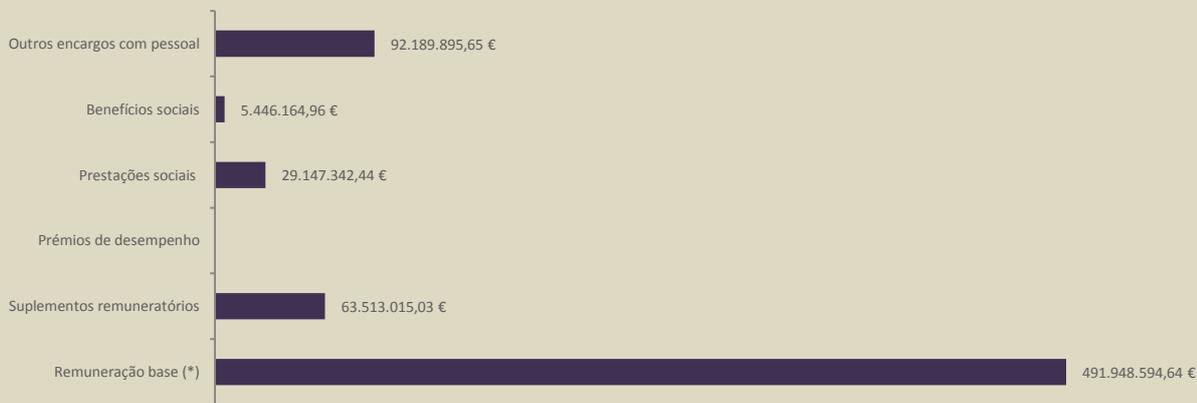
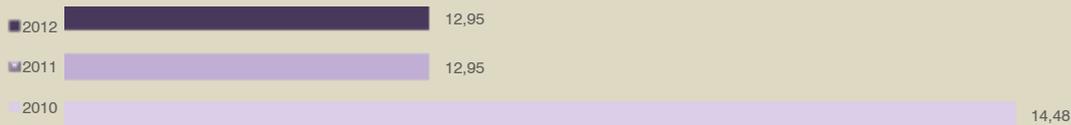
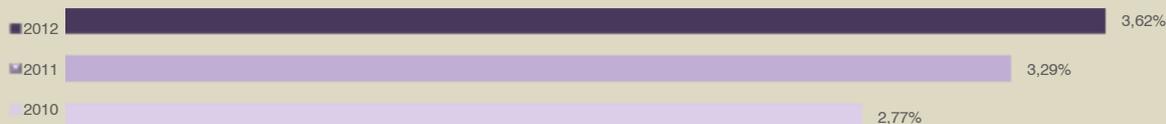


Figura 89 – Total dos encargos com pessoal durante o ano



3. Higiene e Segurança

Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho



Taxa de incidência de doenças profissionais



4. Formação Profissional

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	2.979.907,05 €
Despesa com ações externas	186.539,89 €
<b>Total</b>	<b>3.166.446,94 €</b>

Figura 90 – Despesas anuais com formação<sup>38</sup>

5. Relações Profissionais

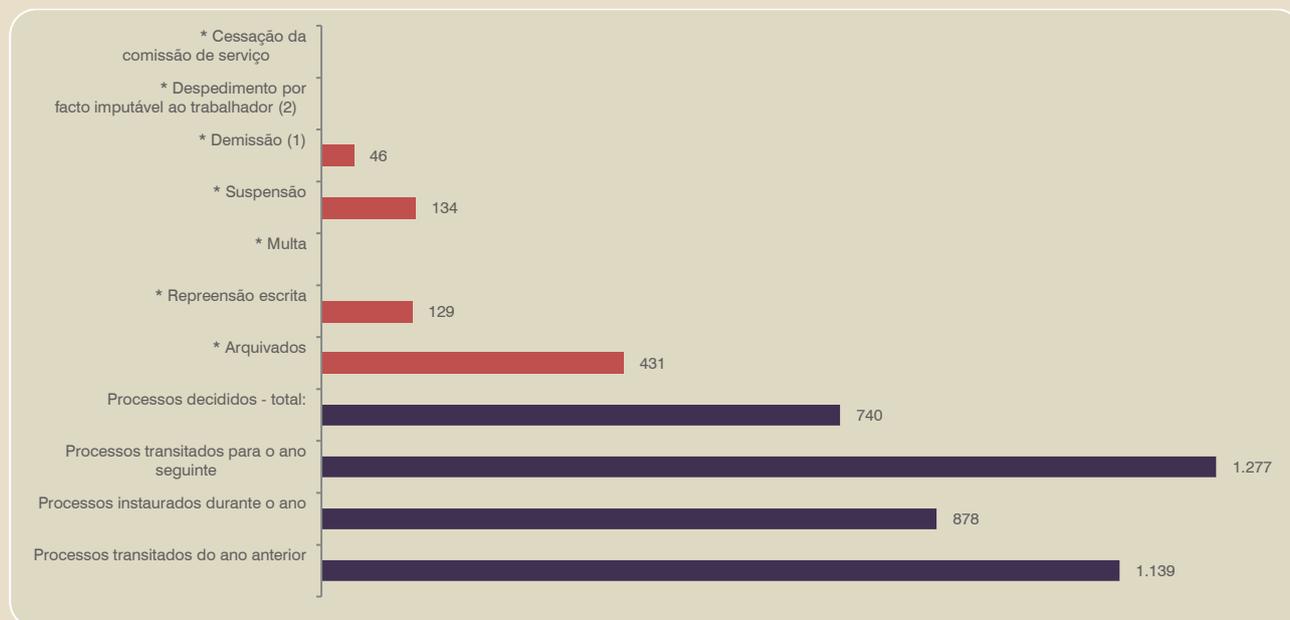
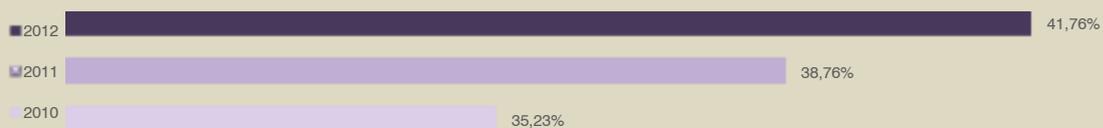


Figura 91 – Disciplina

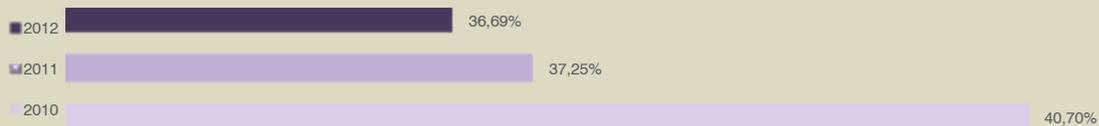
<sup>38</sup> Considera as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.



Taxa de gravidade disciplinar



Taxa de celeridade de acção disciplinar





III. Principais Indicadores de Gestão (Indicadores do Balanço Social 2012)

Indicador	Fórmula de cálculo		Valores		
			2010	2011	2012
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos / Total de recursos humanos	%	6,24	6,63	7,32
Nível etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,86	37,79	37,38
Leque etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,95	4,32	3,83
Índice de envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,57%	1,45%	1,35%
Nível Antiguidade (FP)	Soma das antiguidades (FP) / Total de efetivos	Anos	16,33	15,52	15,00
Índice de rotação	Número de Recursos humanos em 31 de dezembro / Número de recursos em 1 de janeiro + entradas + saídas	Valor	0,83	0,82	0,81
Taxa de reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	44,15%	79,76%	82,66%
Taxa de absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * <sup>39</sup> x Número total de recursos humanos	%	3,90%	4,26%	3,93%
Taxa de trabalho extraordinário	Número anual de horas de trabalho extraordinário x 100 / Total de horas trabalháveis por semana ** <sup>40</sup> x 47	%	0,05%	0,039%	0,0107%
Leque salarial ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	14,48	12,95	12,95
Índice de Tecnicidade	Número de técnicos superiores x 100 / Total de recursos humanos	%	12,51%	12,84%	5,95%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	13,39%	13,55%	14,69%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	16,33%	0,93%	24,71%
Taxa de Progressões	Número de efetivos com progressão x 100 / Total de efetivos	%	43,26%	0,00%	2,41%
Taxa de Incidência de acidentes no local de trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	2,77%	3,29%	3,62%
Taxa de incidência de doenças profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100/Total de recursos humanos	%	0,06%	0,03%	0,16%
Taxa de gravidade disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	35,23%	38,76%	41,76%
Taxa de celeridade de ação disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	40,70%	37,25%	36,69%

<sup>39</sup> Retirados os dias de férias.

<sup>40</sup> Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.



# IV

## AVALIAÇÃO FINAL

IV.A. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

IV.B. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da auto-avaliação

IV.C. Conclusões prospectivas



## IV. Avaliação Final

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição ímpar no quadro da administração pública Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2012 permitiu, mais uma vez, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda, num quadro de restrição orçamental significativa, agravado pelas contingências que ditaram a formalização do pedido de assistência financeira pelo Estado Português, foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, manter os seus níveis de operacionalidade, dando resposta qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Em 2012, prosseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, foram definidos objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a Guarda e a Tutela.

O QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2012 contemplava 7 objetivos estratégicos, 6 objetivos operacionais com medição através de 15 indicadores, abrangendo os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, não caímos na tentação do êxito fácil. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível evoluir e modernizarmo-nos mais rapidamente.

Sabíamos que não seria fácil atingir todas as metas, mas tínhamos a certeza de que, mais uma vez, a Instituição daria o seu melhor, e que as suas mulheres e os seus homens se entregariam de corpo e alma à nova filosofia de gestão e de avaliação da performance e do mérito.

Sabíamos, também, que a grandeza e a vastidão das atribuições da Guarda não poderiam ser medidas, exclusivamente, em função dos objetivos constantes do QUAR.

E, por fim, estávamos conscientes de que, em caso algum, deixaríamos de nos empenhar e dar todo o nosso melhor a uma área da missão ou a um Projeto só porque não constava do QUAR ou, ao contrário, canalizaríamos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos para uma determinada área, em detrimento de outras vitais, só para podermos dizer que cumprimos os objetivos traçados.

Por essas razões, neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano, podemos seguramente afirmar que estamos bem connosco próprios, que estamos seguros de que cumprimos o que Portugal e os portugueses esperavam da sua Guarda, que melhoramos os serviços que lhes vimos prestando e que fizemos uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos recursos que foram colocados à nossa disposição, ou seja, sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos, que estamos mais e melhor preparados para os novos e importantes desafios que se perspetivam.

A avaliação global da Guarda em sede do QUAR é o reflexo dessa tenacidade. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos totalmente as metas fixadas em sede de objetivos operacionais, com uma taxa de realização final de global de 120 %, resultado da superação em toda a linha das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos pois concluir que a Guarda ultrapassou na plenitude os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de recursos humanos e materiais já disponíveis. Conclui-se, também, que a Guarda fez uma adequada utilização dos recursos de que dispunha e ofereceu aos cidadãos um serviço global adequado às suas necessidades e ao que esperavam da Instituição.

Além do desempenho nitidamente positivo identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e todo um esforço de melhoria qualitativa e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui, apenas para espelhar uma pequeníssima parte desse esforço e dessa intensa atividade concorrente para o



cumprimento da missão e das atribuições da Guarda, do Programa do Governo e das Grandes Opções do Plano, as várias Parcerias que abraçámos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que levámos a cabo, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, os impressionantes números da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal e segurança rodoviária, a importante contribuição da Guarda para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a multiplicidade de fóruns em que Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, recursos humanos, materiais e financeiros e o esforço desenvolvido no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

Têm, ainda, que merecer a adequada valoração alguns fatores relevantes que, durante o ano de 2012, condicionaram a prossecução dos objetivos definidos, destacando-se a necessidade de canalização do esforço principal para dar respostas a fenómenos criminais emergentes e inesperados, geradores de sentimentos de insegurança generalizados.

Nesta dinâmica importa relevar o reconhecimento que a Guarda, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem priva, quer a nível nacional, quer além fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais. Sublinhe-se, a propósito a seleção do Projeto «Operação Azeitona Segura» enquanto representante nacional na Conferência de Boas Práticas da Rede Europeia que decorreu em Chipre, no âmbito do Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade (*European Crime Prevention Award - ECPA*). Também neste domínio, importa realçar a obtenção do «Prémio Europa Nostra (*Europa Nostra Awards 2013*) na categoria de «Educação, formação e sensibilização» alcançado através da candidatura conjunta com a Polícia Judiciária do Projeto «SOS Azulejo», da qual a Guarda é parceira.

A nível nacional, o destaque recai na menção honrosa e correspondente prémio, atribuídos pela Fundação Manuel António da Mota pela candidatura do Projeto «Gerações de mãos dadas da GNR» de Reguengos de Monsaraz.

A nível internacional, importa ainda enaltecer o reconhecimento dos parceiros internacionais que culminou com assinatura do Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding*) com a Frontex, no âmbito da extensão do *EUROSUR Pilot Project*. Reputado como desígnio nacional, citado acordo garante ao Estado Português uma maior capacidade operacional de vigilância das fronteiras, em especial a fronteira marítima de Portugal que constitui, também, a fronteira externa da Europa, associando as capacidades decorrentes da extensão do Projeto EUROSUR às excecionais potencialidades do Sistema SIVICC.

Em resultado do acordo ora firmado, Portugal, através da Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da Guarda Nacional Republicana, passa a possuir o Nó do Projeto Piloto EUROSUR e o subsequente *National Coordination Centre (NCC)*, previsto no Regulamento EUROSUR, passando a Guarda a acompanhar os processos relativos ao *EUROSUR Governance Group*, o *CONOPS Project* e o *Frontex Positioning System*, acolhendo fisicamente os oficiais de ligação do SEF e das demais entidades nacionais com competências em matéria de vigilância e controlo da fronteira externa da União Europeia

Igualmente relevante foi também condecoração com a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, Grau Ouro, à Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana, concedido mediante louvor ministerial, por Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, enaltecendo «a extraordinária proficiência, exemplar competência e profissionalismo manifestados no cumprimento das missões internacionais no âmbito de operações de apoio à paz, de gestão de crises e da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos povos em que tem tido o privilégio de participar, com a sua responsável, nobre e abnegada prestação, na esteira de bem servir do anterior Regimento de Infantaria, honrando com lustre os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português».

Nele é ainda sublinhada a capacidade de e mobilização e a prontidão na projeção da força, qualificando como de «ímpar e excelsa» a missão desenvolvida pela Unidade de Intervenção em Timor-Leste, apontando-a como um «exemplo sublime da grandeza dos serviços prestados, justamente os considerado como muito importantes, extraordinários, relevantes e distintíssimos, deles resultando honra e lustre para a Guarda Nacional Republicana e para Portugal».

Tal reconhecimento, inscrito no citado Louvor, enche-nos, pois, de orgulho. Estou certo que os militares e civis da Guarda, revistos nos grandiosos feitos daquela Unidade, continuarão a colocar o empenho, dedicação e espírito de bem servir em todas as ações que executam junto das populações na busca do bem comum.

Não podemos, ainda, deixar de prestar homenagem aos 265 militares da Guarda que, ao longo do ano, foram vítimas de atos violentos quando se encontravam ao serviço de Portugal e da segurança dos portugueses. Eles são o testemunho mais evidente da



especificidade da função policial, dos riscos que a mesma encerra, da total entrega dos militares da Guarda à sua missão e à causa da segurança e da ordem pública e dos valores que norteiam a Instituição.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2012, alvo de autoavaliação expressa no capítulo II do presente Relatório, a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos neste fixado, num ano particularmente difícil, sujeito a severas restrições orçamentais e constrangimentos referidos no presente Relatório e, finalmente, à manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2012, a menção de «BOM».

Mas a Guarda está já mais focalizada no futuro e, neste contexto, salientamos os principais desafios e objetivos para o ano de 2013.

Nessa lógica, em alinhamento com a política e as orientações estratégicas superiormente definidas em matéria de segurança interna, consideramos que, em termos genéricos, a atuação da Guarda, deve continuar a privilegiar o combate aos fenómenos criminais mais relevantes e de maior impacto social, com vista ao aumento da segurança das populações, a redução da sinistralidade rodoviária e das suas consequências e a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, considerando como vetores fundamentais para tais desideratos, a manutenção do esforço de valorização e qualificação dos seus recursos internos, nomeadamente os humanos, e de alargamento da disponibilidade e da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação.

Estas são, neste momento, as principais preocupações do Comandante-Geral, na certeza de que se tratam de questões fundamentais para a prossecução dos objetivos traçados.

Paralelamente, continuaremos empenhados na progressiva implementação do ciclo de gestão e do novo modelo de avaliação, baseado no SIADAP e adaptado à especificidade das Forças e Serviços de Segurança. Da implementação deste plano resultará, certamente, uma organização mais eficiente, alinhada estrategicamente com a visão e os objetivos institucionais e capaz de responder positivamente aos novos desafios, de transformar as ameaças em oportunidades e de superar as suas próprias vulnerabilidades, a bem do país e da segurança de todos os cidadãos que a Guarda serve.

Por fim, decorridos quatro anos sobre o início da implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, julgamos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma Guarda ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Lisboa, Quartel do Carmo, 15 de abril de 2013

Tenente-General Luís Manuel dos Santos Newton Parreira | **COMANDANTE-GERAL**





Unidade Control Costeiro



OZ

OZ



# V

## ANEXOS

- V.1. Avaliação do Sistema de Controlo Interno
- V.2. Procedimentos aquisitivos realizados
- V.3. Publicidade Institucional
- V.4. Análise da execução PA 2012
- V.5. Balanço Social 2012



# V.1

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE  
CONTROLO INTERNO



Anexo 2 – Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009	S	N	Parcial	Obs.
<b>Ambiente de controlo:</b>				
Valorização de valores éticos e de integridade	X			
Controlos financeiros efetivos	X			
Incentivos ao desenvolvimento de boas práticas	X			
Contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas	X			
Existência ou não de controlos externos e/ou de fiscal único.	X			
<b>Estrutura organizacional:</b>				
Obedece às regras definidas legalmente;	X			
Responde satisfatoriamente à evolução da atividade do serviço;	X			
São reconhecidas as responsabilidades, autoridade e delegação no seio do serviço;	X			
O pessoal do serviço é avaliado de acordo com o SIADAP;			X	Apenas funcionários civis Militares: inexistência de adaptação do Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da GNR ao SIADAP
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.	X			
<b>Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:</b>				
O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado;	X			
São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação interseccionados;	X			
Possui manual de controlo interno e/ou de contabilidade;			X	Substituídas por normas de Execução Permanente (NEP), Circulares e Diretivas
A competência para autorização da despesa está claramente definida;	X			
Está implementado um sistema de rotação de funções entre os trabalhadores;			X	Cargos direção, comando e chefia: determinadas em função das características dos postos; restantes situações: polivalência de funções.
As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas;	X			
Os circuitos dos documentos estão claramente definidos.	X			
<b>Fiabilidade dos sistemas de informação:</b>				
O nível de abrangência e integração das diferentes aplicações;			X	Especificidades e complexidade do serviço operacional e de apoio operacional dificultam integração; Existe integração ao nível dos diversos ERP.
Os mecanismos que garantem a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas;			X	Determinada pela inexistência de um ERP único.
A informação produzida e utilizada nos processos de decisão;	X			
São identificados os requisitos de segurança para acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço;	X			
Está salvaguardada a informação dos computadores de rede;	X			
Garante-se a segurança na troca de informações e software.	X			

# V.2

PROCEDIMIENTOS AQUISITIVOS  
REALIZADOS



## Procedimentos aquisitivos realizados

N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos Simplificados (26 procedimentos)</b>			
1	PAC	Medalhas D. Nuno Álvares Pereira	6.088,50 €
2	PAC	Serviços de confeção	5.571,90 €
3	PAC	Placas de borracha para oficina de sapataria	725,70 €
4	PAC	Botões da GNR dourados, grandes	355,47 €
7	PAC	Peças para manutenção de alcoolímetros SD400	3.253,35 €
8	PAC	Peças para armamento	492,18 €
9	PAC	Pilhas para aparelhos de fiscalização rodoviária	393,58 €
10	PAC	Análise de amostra de tecido para pólos	131,00 €
11	PAC	Botas de meio cano, com cordura, de cor preta	3.616,20 €
12	PAC	Munição calibre 6mm BR	6.088,50 €
16	PAC	Linhas de alinhar e costurar para oficina de alfaiataria	1.313,74 €
17	PAC	Suspensão de espada para Oficial	1.549,80 €
22	PAC	Coronhas para Espingarda Automática G3, cal. 7.62mm	4.920,00 €
23	PAC	Peças para manutenção da pistola Walter P5, cal. 9mm	639,60 €
24	PAC	Carregamento de Cilindros com Mistura Gasosa de Etanol	1.224,69 €
25	PAC	Livros de reclamações	4.839,36 €
30	PAC	Legalização de veículos doados/perdidos a favor do Estado	2.070,00 €
31	PAC	Análise de tecido não Ignífugo para fatos MOP	139,30 €
34	PAC	Limpeza das cavalariças (10/19jul)	6.089,00 €
41	PAC	Reparação de pistolas Glock	369,00 €
45	PAC	Camisas do uniforme n.º 2 femininas	576,38 €
49	PAC	Passadores para pessoal civil da carreira florestal	3.167,25 €
50	PAC	Parafusos para espingarda Mauser	2.214,00 €
57	PAC	Medalhas D. Nuno Álvares Pereira - 1.ª Classe	6.082,35 €
58	PAC	Legalização de veículos doados/perdidos a favor do Estado	10.425,00 €
59	PAC	Publicações de anúncios no DR	23.105,61 €
Sub-total			95.441,46 €
<b>Ajustes Diretos (36 procedimentos)</b>			
145	PAC	Cartões da SAD/GNR	11.610,00 €
1	PAC	Ração para canídeos (jan/mar)	27.381,65 €
2	PAC	Autos de contraordenação em bloco	65.200,00 €
3	PAC	Serviços de manutenção para o SIGRI – 1º semestre	230.010,00 €
4	PAC	Serviços de manutenção e assistência técnica para módulo da conta de gerência 2011 e do sistema de gestão da receita 2012	73.624,60 €



N.º	Plano	Descrição	Valor
7	PAC	Aquisição de espadas para Oficial	13.732,21 €
8	PAC	Boquilhas p/ aparelhos de medição de álcool no sangue	128.704,85 €
9	PAC	Aquisição de camisas uniforme n.º 2	41.512,50 €
14	PAC	Impressão da Revista "Pela Lei e Pela Grei"	20.782,08 €
15	PAC	Ração para solípedes (mar/abr)	37.006,33 €
17	PAC	Galão em tecido verde para divisas e passadores	10.455,00 €
21	PAC	Cilindros etanol modelo 103L 260,5 PPM	7.848,63 €
22	PAC	Material para caracterização de viaturas	REVOGADO
23	PAC	Verificação anual periódica de sonómetros	15.333,03 €
24	PAC	Verificação anual periódica de alcoolímetros	140.237,10 €
27	PAC	Manutenção de sistemas backoffice	63.408,96 €
28	PAC	Manutenção de Balanças de Fiscalização Rodoviária	65.239,20 €
29	PAC	Manutenção de Radares Multanova 6F	161.400,60 €
30	PAC	Seguros de vigilantes para operação Floresta Segura - B	8.814,96 €
31	PAC	Verificação Anual Periódica de Cinemómetros	5.315,52 €
32	PAC	Verificação Anual Periódica de Balanças ORA 10	5.055,40 €
33	PAC	Verificação Anual Periódica de Radares Multanova 6F	8.076,06 €
38	PAC	Limpeza Cavalariças da USHE de 01JUL a 31AGO	REVOGADO
39	PAC	Seguros de vigilantes p/ operação Floresta Segura - C	29.400,00 €
44	PAC	Condecorações - Comportamento Exemplar	15.473,40 €
49	PAC	Serviços de Manutenção Integrado de Gestão dos Recursos Internos	98.892,00 €
51	PAC	Limpeza das cavaliças da USHE, de 20jul a 31ago12	54.243,00 €
58	PAC	Fechos em aço INOX, com monograma GNR – Lote 22	14.145,00 €
69	PAC	Limpeza das cavaliças da USHE, de set2012	61.079,34 €
70	PAC	Renovação do contrato do ESRI 2012	17.714,46 €
71	PAC	Renovação licença Software Allfusion 2E 2012	24.063,00 €
73	PAC	Limpeza das cavaliças da USHE (out/dec)	145.847,25 €
80	PAC	Assistência técnica na definição de interfaces	85.128,30 €
86	PAC	Aquisição de galão de liga dourado para divisas e passadores	REVOGADO
-	PAC	Lancha Muranzel (Trabalhos a mais e a menos)	31.374,07 €
Sub-total			1.718.108,50 €
<b>Concursos Públicos (41 procedimentos)</b>			
1	PAC	Botas meio cano	79.827,00 €
2	PAC	Boquilhas para alcoolímetros	36.486,72 €
3	PAC	Vestuário, calçado branco, batas azuis e artigos BTT	70.348,62 €



N.º	Plano	Descrição	Valor
4	PAC	Condecorações	135.841,20 €
5	PAC	Ração de solípedes (mar/dec)	REVOGADO
6	PAC	Matérias-primas oficina de alfaiataria	46.112,21 €
7	PAC	Camisolas lã, t-shirts, molas, botões, suspensões	52.527,15 €
8	PAC	Palha para solípedes (abril a dezembro)	254.899,93 €
9	PAC	Ferraduras e Material Siderotécnico	58.760,37 €
10	PAC	Calças, calções, saias, camisas uniforme N.º 2	67.712,12 €
Urg. 11	PAC	Limpeza das cavalariaças da USHE (jan/mar)	111.585,60 €
12	PAC	Uniforme n.º 3 pessoal carreira florestal SEPNA	121.717,11 €
13	PAC	Luvas, peúgas, gravatas, platinas, distintivos	52.041,30 €
Urg. 14	PAC	Papel (jan/mar)	82.029,13 €
15	PAC	Ração de canídeos (abr/dez)	64.053,31 €
16	PAC	Sobrescritos e blocos numerados	61.053,13 €
17	PAC	Fatos Instrução	64.594,68 €
18	PAC	Fatos de Intervenção p/ Forças da MOP	112.053,00 €
19	PAC	Matérias-primas oficinas Sapataria e Correeiros	253.145,26 €
20	PAC	Manutenção de Extintores	37.069,12 €
21	PAC	Kits ensaio de identificação de drogas	48.104,07 €
22	PAC	Calções do uniforme de serviço	35.793,00 €
23	PAC	Dólmán N.º1	50.308,11 €
Urg. 24	PAC	Limpeza das cavalariaças da USHE (abr/jun)	81.032,40 €
25	PAC	Matérias-primas oficina de alfaiataria	27.890,26 €
Urg. 26	PAC	Ração de solípedes (mai/jul)	56.471,84 €
27	PAC	Ração de solípedes (ago/dez)	128.372,15 €
28	PAC	Coronhas p/ espingarda MAUSER Mod. 904	REVOGADO
33	PAC	Camisas n.º 2	92.496,00 €
34	PAC	Aquisição de Seguros/Acidentes Pessoais - Op. Floresta Segura - C	REVOGADO
35	PAC	Peças Man Alcoóímetros Drager 7110/7410/6810	46.766,45 €
40	PAC	Coronhas para Espingardas MAUSER Mod. 904	38.376,00 €
41	PAC	Uniforme do Serviço de Trânsito	22.682,43 €
43	PAC	Uniforme de patrulha para os militares da GNR	163.128,75 €
49	PAC	Aquisição de dólmán de representação masculino e feminino	95.632,50 €
2011	PAC	Gás em Garrafa	222.953,80 €
2011	PAC	Pneus	722.278,00 €
2011	PAC	Baterias	231.434,00 €
2011	PAC	Material de Consumo Hoteleiro	16.475,00 €



N.º	Plano	Descrição	Valor
2011	PAC	Palha p/ equídeos	102.780,00 €
2011	PAC	Feno p/ equídeos	1.740,00 €
2011	PAC	Ração p/ equídeos	7.152,00 €
Sub-total			3.953.723,72 €
<b>Acordos-Quadro (12 procedimentos)</b>			
Renov.	PAC	Limpeza Higienização Instalações (Renov)	1.230.260,20 €
1	PAC	Limpeza Higienização Instalações (Lisboa V. Tejo- jan a dez)	1.327.438,34 €
2	PAC	Limpeza Higienização Instalações (V. Real, Viana, Évora, Santarém)	83.378,65 €
3	PAC	Serviços de Cópia e Impressão em Regime de Outsourcing	407.813,33 €
11	PAC	Limpeza e higienização instalações do CTer Coimbra	37.752,14 €
UMC	PAC	Combustíveis Rodoviários e Gasóleo Corado	9.331.672,92 €
UMC	PAC	Combustíveis reforço	860.519,79 €
UMC	PAC	Material de Limpeza e Higiene	91.744,78 €
UMC	PAC	Consumíveis de impressão	700.169,39 €
UMC	PAC	Economato	163.275,35 €
UMC	PAC	Papel (abr/dec)	237.863,66 €
UMC	PAC	Eletricidade - BTE, MT, AT, MAT (mar/dec)	1.149.148,35 €
Sub-total			15.621.036,90 €
<b>Concursos Limitado por Prévia Qualificação (2 procedimentos)</b>			
1	PAC	Manutenção SIGRI e Portal Social (set/dez)	169.002,00 €
2	PAC	Limpeza das cavalariças da USHE (jul/dez)	REVOGADO
Sub-total			169.002,00 €
<b>Procedimentos por negociação com publicação de anúncio de concurso (1 procedimento)</b>			
1	PAC	Aquisição de munições e explosivos	961.488,54 €
Sub-total			961.488,54 €
<b>Total</b>			<b>22.518.801,12 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos Simplificados (20 procedimentos)</b>			
5	PAI	Material de Investigação para o GIOE	1.174,65 €
6	PAI	2 Lupas de bolso com iluminação LED	169,74 €
20	PAI	Baterias Taser para dispositivos de imobilização Taser X26	3.505,50 €
21	PAI	Reparação/Substituição de 2 dispositivos de imobilização Taser X26	1.655,58 €
35	PAI	Meios para a época de incêndios (painéis fotovoltaicos e controladores)	4.335,75 €
36	PAI	Máquina de costura de correio	5.830,20 €
37	PAI	320 Telefones GIGASET DA310 (Preto)	6.100,80 €
38	PAI	Duas grades para manutenção de piso equestre	5.370,66 €
39	PAI	Bicicletas estáticas para a EG	6.113,59 €
40	PAI	105 Fitas métricas para o SEPNA	5.373,93 €
43	PAI	Kit anti barricada	4.687,53 €
44	PAI	Dispositivos luminosos de cor azul	3.279,16 €
46	PAI	Trava quedas para SEPNA	528,95 €
47	PAI	Remodelação na DA	4.122,47 €
48	PAI	Ferramentas Especiais	3.033,71 €
51	PAI	Monóculo Konuspot	3.476,37 €
52	PAI	POS, Gavetas de dinheiro e impressoras térmicas	3.168,48 €
53	PAI	Ar condicionado do GabChRR/DA	836,40 €
54	PAI	Baterias para UPS	3.335,76 €
55	PAI	Bastão a gás Street Defender	2.746,59 €
Sub-total			68.845,82 €
<b>Ajustes Diretos (48 procedimentos)</b>			
146	PAI	Remodelação das Instalações para Depósito de Material Sanitário do CC/GNR	81.426,00 €
25	PAI	Remodelação de Instalações para Depósito de Produtos Farmacêuticos (CC/JV)	145.493,01 €
26	PAI	Remodelação de Instalações para Laboratório (CC/JV)	150.668,85 €
35	PAI	Pistolas Metralhadoras HKMP - A5 9mm x 19	73.320,30 €
36	PAI	Aparelhos de ar condicionado	16.677,60 €
37	PAI	Luvas de proteção MOP e sacos de transporte para equipamentos anti traumático	20.322,68 €
40	PAI	Meios para época de incêndios 2012	REVOGADO
41	PAI	Cilindro compactador e dois tratores para a USHE	30.141,30 €
42	PAI	Kit de palamenta e ferramentas especiais	12.169,62 €
43	PAI	Pistolas de Treino Glock 19 T	12.638,25 €
45	PAI	Radar para Fiscalização Rodoviária	72.508,50 €
46	PAI	Meios para a época de incêndios (baterias)	11.693,61 €



N.º	Plano	Descrição	Valor
47	PAI	Arreios para a USHE	15.153,60 €
50	PAI	Equipamento Individual para Tiro	21.231,03 €
52	PAI	Piso desportivo para a EG	24.741,50 €
54	PAI	Material de identificação e transporte de animais para a direção do SEPNA	REVOGADO
55	PAI	GPS MAP e Câmaras para Caça Ilegal	31.643,47 €
56	PAI	Barreiras de Deflação de Pneus para Imobilização de viaturas	REVOGADO
59	PAI	Remodelação e atualização de PPCAD da UI	42.627,16 €
60	PAI	Torres de Iluminação e cortadores de ferro e pedra	15.783,25 €
61	PAI	Sistemas BackOffice	26.929,62 €
62	PAI	Capacetes SEPNA	9.224,75 €
63	PAI	Equipamento de Investigação Criminal	248.767,26 €
64	PAI	Centrais Telefónicas de Média Capacidade	55.879,00 €
65	PAI	Reparação e Pintura das fachadas da Parada de Infantaria do CG	34.107,90 €
66	PAI	Compartimentação do Edifício B para Laboratório de Criminalística DIC	126.690,00 €
67	PAI	Remodelação de Edifício Administrativo da EG-Queluz	122.938,50 €
68	PAI	Material de fotografia, gravação e imagem	36.519,81 €
72	PAI	Reparação da Cobertura e Pintura do Edifício de Oficiais e Sargentos do CFFFoz	86.322,63 €
74	PAI	Material de Identificação e Transporte de animais para o SEPNA	57.656,25 €
75	PAI	Remodelação de Instalações Eletromecânica para Edifício da Brigada de Trânsito	178.337,70 €
76	PAI	Substituição da cobertura dos Parques de Viaturas do DT e do CTerPorto	67.010,40 €
77	PAI	Remodelação de Instalações do DAC da UNT e do DTPorto	72.336,30 €
78	PAI	Remodelação da sala técnica das TIC do CG/GNR	47.662,50 €
79	PAI	Remodelação de instalações para DAC/BT/EG	119.308,77 €
81	PAI	Atualização de sala de equipamentos com sistemas de energia assistida e climatização	90.658,38 €
82	PAI	Sistemas de comunicação para capacetes Schuberth C3	49.200,00 €
83	PAI	Bastidores de 19" para redes estruturadas	7.291,44 €
84	PAI	Remodelação do CPIS	134.883,03 €
85	PAI	Velocípedes	88.441,92 €
87	PAI	Dois Tratores para a USHE	35.417,59 €
88	PAI	Canídeos para a UI	78.228,00 €
89	PAI	Aquisição de kits de extração de dados cinemómetro provida 2000 DVR	REVOGADO
90	PAI	Ecógrafo	78.720,00 €
91	PAI	Kit de extração de dados	9.863,62 €
92	PAI	Renovação do contrato do SIOP 2012	60.548,53 €
93	PAI	Atualização dos sistemas eletrónicos de navegação - LVI MURANZEL	31.365,00 €
95	PAI	Barreiras de Deflação de Pneus para Imobilização de viaturas	16.932,67 €



N.º	Plano	Descrição	Valor
Sub-total			2.749.481,30 €
<b>Concursos Públicos (14 procedimentos)</b>			
29	PAI	Capacetes Motociclista	59.529,29 €
30	PAI	Mobiliário de Aquartelamento	119.556,90 €
31	PAI	Mesa digital exames radiografia	240.697,47 €
32	PAI	4 Câmaras térmicas portáteis de visão noturna	223.920,00 €
36	PAI	Uma Storage Area NetWork (SAN) com processamento	258.334,19 €
37	PAI	Balanças de Fiscalização Rodoviárias	77.342,40 €
38	PAI	Sistema de suporte, virtualização e continuidade dos sistemas operacionais críticos da GNR	124.484,59 €
39	PAI	Material Diverso de Ordem Pública	159.600,60 €
42	PAI	Solípedes	145.189,90 €
44	PAI	Binóculos, câmaras de resolução térmica, aparelhos de pontaria e canhões disruptor	159.449,82 €
45	PAI	Escudos de proteção, capacetes de OP, bastões, escudos balísticos, capacetes balísticos e cinturões	157.601,13 €
46	PAI	Coletes balísticos	368.840,00 €
47	PAI	Sistema de videoconferência	165.801,41 €
48	PAI	Switches e terminais VOIP	187.111,49 €
Sub-total			2.447.459,19 €
<b>Acordos-Quadro (10 procedimentos)</b>			
8	PAI	30 Computadores portáteis	30.996,00 €
9	PAI	Mobiliário Diverso	180.693,40 €
10	PAI	Mobiliário Diverso	2.772,24 €
17	PAI	799 Computadores de secretária e 315 computadores portáteis	675.641,00 €
21	PAI	Equipamentos de cópia e impressão	80.347,00 €
22	PAI	Aquisição de dez UPS	7.847,40 €
1	PAI	Viaturas para Transito	2.150.288,85 €
2	PAI	Viaturas para a Ordem Pública	894.013,00 €
3	PAI	Viaturas para Patrulhamento	2.999.970,00 €
4	PAI	Viaturas para Transporte de Pessoal	1.964.851,00 €
Sub-total			8.987.419,89 €
<b>Total</b>			<b>14.253.206,20 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos Simplificados (2 procedimentos)</b>			
42	FEFE	Quadros Interativos	5.148,21 €
56	FEFE	Tablets e capas	6.082,35 €
Sub-total			11.230,56 €
<b>Ajustes Diretos (1 procedimento)</b>			
57	FEFE	Telas de proteção e ecrãs de parede	6.470,42 €
Sub-total			6.470,42 €
<b>Concursos Públicos (2 procedimentos)</b>			
32	FEFE	4 Câmaras térmicas portáteis de visão noturna	223.920,32 €
34	FEFE	Contentor habitacional – Projeto Morcego & Mobile	89.986,80 €
Sub-total			313.907,12 €
<b>Acordos-Quadro (5 procedimentos)</b>			
12	FEFE	Mobiliário CVF – Projeto Morcego & Mobile	5.594,01 €
13	FEFE	Impressoras a cores – Projeto Morcego & Mobile	REVOGADO
14	FEFE	12 Computadores portáteis avançados; 3 Projetores; 3 Bastidores - Projeto Morcego & Mobile	8.421,81 €
20	FEFE	Discos Externos	1.067,25 €
23	FEFE	Impressoras a cores	9.126,60 €
Sub-total			24.209,67 €
<b>Total</b>			<b>355.817,77 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos Simplificados (9 procedimentos)</b>			
13/14/15	AFEG	Pilhas – Afeganistão/ Material de Escritório – Afeganistão/ Máquina de Café	REVOGADO
18	AFEG	Interface Primário	3.683,54 €
19	AFEG	Máquina fotográfica	429,00 €
26	TIMOR	Sistema de arrefecimento corporal	2.706,00 €
27	TIMOR	Central telefónica	3.575,61 €
28	TIMOR	Triturador Industrial	485,85 €
29	AFEG	Mensalidades cartão IRIDIUM	382,28 €
32	TIMOR	Colchões	3.191,85 €
33	TIMOR	Luvas de Proteção de Ordem Pública	6.100,80 €
Sub-total			20.554,93 €
<b>Ajustes Diretos (13 procedimentos)</b>			
6	AFEG	Aquisição de fardamento para o 4º e 5º contingente	13.050,30 €
10	AFEG	Seguro de Vida Grupo para os Militares da GNR	32.691,84 €
11	AFEG	Artigos de fardamento para o 4º e 5º contingente	18.265,50 €
12	AFEG	Artigos de fardamento para o 4º e 5º contingente	29.077,20 €
13	AFEG	Artigos de fardamento para o 4º e 5º contingente	32.965,54 €
16	TIMOR	Artigos de fardamento	141.470,91 €
18	AFEG	Pilhas, material de escritório e máquina de café	4.470,09 €
19	AFEG	Aquisição de Material para NTM	1.023,75 €
20	TIMOR	Aquisição de bens diversos para o contingente da GNR	9.433,43 €
48	AFEG	Botas para altas e baixas temperaturas	19.083,45 €
53	TIMOR	MOP (HKMP5 N e Lança Granadas)	43.243,73 €
94	TIMOR	Embarcação	40.577,70 €
0	AFEG	Apoio Logístico aos militares da GNR	269.926,48 €
Sub-total			655.279,92 €
<b>Total</b>			<b>675.834,85 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos (1 procedimento)</b>			
5	UN	Serviços de Restauração de Bares e Messes da UI	65.202,74 €
Sub-total			65.202,74 €
<b>Acordos-Quadro (8 procedimentos)</b>			
4	UN	Viagens Transportes e Alojamento para 2012 (SG)	100.000,00 €
5	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Guarda (16abr/dec)	35.341,00 €
6	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Castelo Branco	25.990,00 €
7	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Aveiro	88.105,00 €
15	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Madeira e Viseu	5.303,42 €
16	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Porto	63.867,00 €
18	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Guarda	3.431,45 €
19	UN	Limpeza e higienização instalações do CTer Braga	515,79 €
Sub-total			322.553,66 €
<b>Total</b>			<b>387.756,40 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Concursos Públicos de Alienação (3 procedimentos)</b>			
1		Alienação de veículos em fim de vida	24.077,98 €
2		Alienação de invólucros de munições	18.007,65 €
3		Alienação de veículos em fim de vida	40.036,00 €
<b>Total</b>			<b>82.121,63 €</b>



N.º	Plano	Descrição	Valor
<b>Ajustes Diretos (4 procedimentos)</b>			
3	PAC13	Espadas para Oficial	56.595,38 €
5	PAC13	Fivelas em PVC e precinta em nylon	REVOGADO
6	PAC13	SIGRI e Portal Social	530.376,00 €
9	PAC13	Limpeza das cavalariações da USHE (jan/fev13)	86.095,08 €
Sub-total			673.066,46 €
<b>Concursos Públicos (16 procedimentos)</b>			
1	PAC13	Ração para canídeos	95.224,14 €
2	PAC13	Camisas n.º 2 e camisas brancas	276.516,30 €
3	PAC13	Palha para solípedes	381.483,59 €
4	PAC13	Ração para solípedes	309.540,33 €
5	PAC13	Botas de meio cano	174.660,00 €
6	PAC13	Barretes, batas de enfermeiro, boinas, etc.	112.340,21 €
7	PAC13	Agulhetas, apitos, botões, etc.	61.576,26 €
8	PAC13	Fatos de Manutenção da Ordem Pública, de cor azul e preta, não ignífugos	48.166,80 €
9	PAC13	Cobertas, toalhas, lençóis, etc.	70.540,50 €
10	PAC13	Matérias-primas para a oficina de alfaiataria	75.592,73 €
11	PAC13	Fatos de Instrução	126.099,60 €
12	PAC13	Camisolas de lã, Blusões, gabardines	52.428,75 €
13	PAC13	Calças, calções e saias	119.618,12 €
14	PAC13	Limpeza das cavalariações da USHE (mar/dec13)	398.762,06 €
15	PAC13	Condecorações	137.907,60 €
16	PAC13	Boinas GNR	143.418,00 €
Sub-total			2.583.874,99 €
<b>Acordos-Quadro (1 procedimentos)</b>			
1	PAC13	Limpeza e higienização das instalações da GNR para 2013	3.475.489,61 €
Sub-total			3.475.489,61 €
<b>Total</b>			<b>6.732.431,06 €</b>



# V.3

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL





## 1. Publicidade Institucional

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, nos termos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 8 de junho, destinada ainda a posterior remessa ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS).

Designação Pagamento	Fornecedor	NIF	Valor
Publicação CP n.º 14/DRL/DA/2012 - Aquisição de papel.	INCM, S.A.	500792887	266,51 €
Publicação CP n.º 16/DRL/DA/2012 - Aquisição de sobrescritos e blocos numerados.	INCM, S.A.	500792887	435,53 €
Publicação CP n.º 15/DRL/DA/2012 - Aquisição de ração para canídeos.	INCM, S.A.	500792887	263,10 €
Publicação CP n.º 17/DRL/DA/2012 - Aquisição de fatos de instrução.	INCM, S.A.	500792887	330,00 €
Publicação CP n.º 22/DRL/DA/2012 - Aquisição de calções do uniforme de serviço.	INCM, S.A.	500792887	247,44 €
Publicação CP n.º 21/DRL/DA/2012 - Aquisição de Kits de ensaio para deteção de droga.	INCM, S.A.	500792887	358,49 €
Publicação CP n.º 18/DRL/DA/2012 - Aquisição de fatos de instrução para forças de manutenção de ordem pública.	INCM, S.A.	500792887	298,74 €
Publicação CP n.º 19/DRL/DA/2012 - Aquisição de matérias-primas para as oficinas de sapataria e correios.	INCM, S.A.	500792887	598,46 €
Publicação CP urgente n.º 24/DRL/DA/2012 - Aquisição de serviços de limpeza para cavalaria da UHSE de 01 de abril a 30 de junho de 2012	INCM, S.A.	500792887	297,12 €
Publicação CP n.º 23/DRL/DA/2012 - Aquisição de Dólmán do Privativo de Guardas.	INCM, S.A.	500792887	306,94 €
Publicação CP n.º 25/DRL/DA/2012 - Aquisição de Tecidos para a Oficina de Alfaiataria.	INCM, S.A.	500792887	307,59 €
Publicação CP n.º 01/DRL/DA/2012 - Alienação de veículos em fim de vida.	INCM, S.A.	500792887	144,83 €
Publicação do procedimento por negociação n.º 1/DRL/DA/2012 - Aquisição de munições e explosivos	INCM, S.A.	500792887	614,94 €
Publicação CP n.º 1/SRLF/UAG/2012 - Aquisição de peças sobressalentes para viaturas.	INCM, S.A.	500792887	628,82 €
Publicação do Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º 02/DRL/DA/2012 - Aquisição Serviços Limpeza Cavalaria da USHE/GNR 01JUL a 31DEC2012	INCM, S.A.	500792887	300,85 €
Publicação CP Urgente n.º 26/DRL/DA/2012 - Aquisição de ração para solípedes para o período de 1 de maio a 31 de julho de 2012	INCM, S.A.	500792887	280,80 €
Publicação Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º 1/DRL/DA/2012 - Aquisição de Serviços de Manutenção Sistema Integrado Gestão dos Recursos Internos 2º Semestre (SIGRI)	INCM, S.A.	500792887	328,21 €
Publicação CP n.º 2/DRL/DA/2012 - Alienação de Invólucros de Munições	INCM, S.A.	500792887	146,21 €
Publicação CP n.º 2/DRL/DA/2012 - Alienação de Invólucros de Munições	INCM, S.A.	500792887	271,95 €
Publicação CP n.º 01/CTLSB/2012 - Aquisição de peças auto, durante o ano de 2012.	INCM, S.A.	500792887	555,84 €
Publicação CP n.º 28/DRL/DA/2012 - Aquisição de Coronhas para Espingarda Mauser Modelo 904 Cal 7,9MM.	INCM, S.A.	500792887	273,09 €
Publicação CP n.º 01/CCLIN/SRLF/2012 - Aquisição de Reagentes Laboratoriais.	INCM, S.A.	500792887	566,47 €
Publicação CP n.º 27/DRL/DA/2012 - Aquisição de ração para solípedes para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2012.	INCM, S.A.	500792887	258,96 €
Publicação CP n.º 29/DRL/DA/2012 - Aquisição de capacete integral com abertura frontal para motociclista.	INCM, S.A.	500792887	251,50 €
Publicação CP n.º 29/DRL/DA/2012 - Retificação das peças do procedimento prorrogação do prazo da aquisição de capacete integral com abertura frontal para motociclista.	INCM, S.A.	500792887	296,76 €
Publicação CP n.º 30/DRL/DA/2012 - Aquisição de mobiliário de aquartelamento.	INCM, S.A.	500792887	479,21 €
Publicação CP n.º 02/CCLIN/SRLF/2012 - Aquisição de reagentes laboratoriais.	INCM, S.A.	500792887	556,08 €
Publicação CP n.º 03/CCLIN/SRLF/2012 - Aquisição de material diverso para serviço veterinário.	INCM, S.A.	500792887	502,26 €
Publicação CP n.º 35/DRL/DA/2012 - Aquisição de peças para manutenção de alcoolímetros.	INCM, S.A.	500792887	306,86 €
Publicação CP n.º 33/DRL/DA/2012 - Aquisição de camisas do uniforme n.º 2.	INCM, S.A.	500792887	253,77 €



Designação Pagamento	Fornecedor	NIF	Valor
Publicação CP nº 30/DRL/DA/2012 -Aquisição de mobiliário de aquartelamento Retificação.	INCM, S.A.	500792887	522,52 €
Publicação CP nº 31/DRL/DA/2012 - Aquisição de mesa telecomandada digital para realização de fluoroscopia e radiologia.	INCM, S.A.	500792887	268,06 €
Publicação CP nº 34/DRL/DA/2012 - Aquisição de peças para manutenção de alcoolímetros.	INCM, S.A.	500792887	272,12 €
Publicação CP nº 03/DRL/DA/2012 - Alienação de 370 veículos em fim de vida.	INCM, S.A.	500792887	159,36 €
Publicação CP nº 05/DRL/DA/2013 - Aquisição de botas meio cano modelo GNR.	INCM, S.A.	500792887	257,91 €
Publicação CP nº 36/DRL/DA/2012 - Aquisição de uma <i>storage area network san</i> com processamento.	INCM, S.A.	500792887	258,07 €
Publicação CP nº 01/DRL/DA/2013 - Aquisição de ração para cães para o ano de 2013.	INCM, S.A.	500792887	275,69 €
Publicação CP nº 37/DRL/DA/2012 - Aquisição de balanças de fiscalização rodoviária.	INCM, S.A.	500792887	265,13 €
Publicação CP nº 40/DRL/DA/2012- Aquisição de coronhas para espingarda mauser 904 cal 7,9mm.	INCM, S.A.	500792887	280,72 €
Publicação CP nº 07/DRL/DA/2013- Aquisição de agulhetas de guarda, apitos, botões de punho, etc.	INCM, S.A.	500792887	586,44 €
Publicação CP nº 36/DRL/DA/2012- Aquisição de uma <i>storage area network (san)</i> com processamento.	INCM, S.A.	500792887	297,01 €
Publicação CP nº 38/DRL/DA/2012- Aquisição de um sistema de suporte, virtualização e continuidade dos sistemas operacionais críticos da GNR .	INCM, S.A.	500792887	278,04 €
Publicação CP nº 09/DRL/DA/2013- Aquisição de cobertas brancas, lençóis brancos e toalhas turcas.	INCM, S.A.	500792887	310,27 €
Publicação CP nº 09/DRL/DA/2013- Aquisição de câmaras térmicas portáteis de visão noturna.	INCM, S.A.	500792887	265,54 €
Publicação CP nº 43/DRL/DA/2012- Aquisição do uniforme de patrulha para os militares da GNR.	INCM, S.A.	500792887	330,00 €
Publicação CP nº 06/DRL/DA/2013- Aquisição de barretes brancos para o serviço marítimo, barretes nº1 de guarda femininos, batas de enfermeiro, boinas BOP, etc .	INCM, S.A.	500792887	367,58 €
Publicação CP nº 03/DRL/DA/2013- Aquisição de palha para solípedes para o ano 2013.	INCM, S.A.	500792887	269,60 €
Publicação CP nº 04/DRL/DA/2013- Aquisição de ração para solípedes para o ano 2013.	INCM, S.A.	500792887	257,18 €
Publicação CP nº 10/DRL/DA/2013- Aquisição de matérias-primas para a oficina de alfaiataria.	INCM, S.A.	500792887	367,01 €
Publicação CP nº 42/DRL/DA/2012- Aquisição de solípedes.	INCM, S.A.	500792887	749,62 €
Publicação CP nº 48/DRL/DA/2012- Aquisição de computadores de dados e terminais VOIP.	INCM, S.A.	500792887	248,00 €
Publicação CP nº 47/DRL/DA/2012- Aquisição de um sistema de videoconferência.	INCM, S.A.	500792887	262,94 €
Publicação CP nº 47/DRL/DA/2012- Aquisição do uniforme do serviço de trânsito para os militares da GNR.	INCM, S.A.	500792887	382,60 €
Publicação CP nº 13/DRL/DA/2013- Aquisição de calças, calções e saias	INCM, S.A.	500792887	346,80 €
Publicação CP nº 11/DRL/DA/2013- Aquisição de fatos de instrução.	INCM, S.A.	500792887	249,79 €
Publicação CP nº 02/DRL/DA/2013- Aquisição de camisas do uniforme nº 2, camisas brancas etc.	INCM, S.A.	500792887	305,16 €
Publicação CP nº 12/DRL/DA/2013- Aquisição de camisolas de lã azul com lista verde, blusões modelo "GNR" etc.	INCM, S.A.	500792887	348,18 €
Publicação CP nº 46/DRL/DA/2012- Aquisição de coletes de proteção balística.	INCM, S.A.	500792887	315,30 €
Publicação CP nº 39/DRL/DA/2012- Aquisição de material diverso de Ordem Pública.	INCM, S.A.	500792887	475,23 €
Publicação CP nº 44/DRL/DA/2012- Aquisição de binóculos, câmaras de resolução térmica, aparelhos de pontaria etc.	INCM, S.A.	500792887	347,37 €
Publicação CP nº 45/DRL/DA/2012- Aquisição de escudos de proteção circular rotativos, escudos de proteção retangulares etc.	INCM, S.A.	500792887	411,83 €
Publicação CP nº 09/DRL/DA/2013- Aquisição de fatos de manutenção de ordem pública, de cor azul e preta, não ignífugos.	INCM, S.A.	500792887	295,33 €
Publicação CP nº 49/DRL/DA/2012 – Aquisição de dólman de representação masculinos e femininos, Sargento-Mor a Sargento-ajudante	INCM, S.A.	500792887	318,23 €



Designação Pagamento	Fornecedor	NIF	Valor
Publicação CP nº 48/DRL/DA/2012- Aquisição de comutadores de dados e terminais VOIP.	INCM, S.A.	500792887	277,20 €
Publicação CP nº 47/DRL/DA/2012- Aquisição de um sistema de videoconferência.	INCM, S.A.	500792887	292,13 €
Publicação CP nº 16/DRL/DA/2013- Aquisição de boinas.	INCM, S.A.	500792887	248,41 €
Publicação CP nº 14/DRL/DA/2013- Aquisição serviço de limpeza cavalariças da USHE de 01 março a 31 de dezembro.	INCM, S.A.	500792887	264,81 €
Publicação CP nº 15/DRL/DA/2013 - Condecorações	INCM, S.A.	500792887	351,10 €
<b>TOTAL</b>			<b>23.105,61 €</b>





# V.4

ANÁLISE EXECUÇÃO PLANO  
ATIVIDADES 2012



COMANDO DA GUARDA								
UNIDADE RESPONSÁVEL: GGCG					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Nível de execução (x)		
						Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				1. PROJECTOS/ACTIVIDADES/ACÇÕES NO ÂMBITO DA MISSÃO DA UNIDADE ORGÂNICA	-			
9	227		GGCG	Coadjuvar, assessorar e secretariar o Comandante-Geral no exercício das suas funções	-			X
Total								



COMANDO DA GUARDA								
UNIDADE RESPONSÁVEL: IG					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSÕES DA UNIDADE ORGÂNICA)</b>	-			
				1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica	-			
7	258	-	IG	Inspecções a Comandos Territoriais	-			X
7	258	-	IG	Inspecções a Subunidades de escalão Destacamento	-			X
7	258	-	IG	Inspecções a Subunidades de escalão Posto	-			X
7	258	-	IG	Inspecções a Unidades Especializadas	-			X
7	258	-	IG	Inspecções não programadas	-			X
7	258	-	IG	Outras Actividades	-			X
7	258	-	IG	Instrução de processos de inquérito, averiguações e disciplinares	-			X
7	258	-	IG	Tramitação processual do sistema de audição/participação dos utentes do serviço público - DL 135/99, de 22ABR	-			
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	1.200			
				3.2. Formação dos recursos humanos	1.200			
				3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração	1.200			
7	258	-	IG	Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública	300	X		
7	258	-	IG	Curso de Automatização de Processos Administrativos	300	X		
7	258	-	IG	Curso de Arquivo e documento digital - Como gerir e preservar	300	X		
7	258	-	IG	Planos e Relatórios: instrumentos de gestão e controlo estratégico	300	X		
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	-			
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	-			
7	258	-	IG	Pintura do aquartelamento (muro no acesso interior e garagem)	-	X		
7	258	-	IG	Repavimentação do interior do aquartelamento	-		X	
				4.4. Equipamento	-			
				4.4.3. Aquisição Descentralizada	-			
7	258	-	IG	Mesas de reunião	-	X		
7	258	-	IG	Armários para arquivo	-	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	-			
				5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica	-			
				5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	-			
7	258	-	IG	Ampliação dos pontos da rede interna	-	X		



COMANDO DA GUARDA

UNIDADE RESPONSÁVEL: DJD

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSÕES DA UNIDADE ORGÂNICA)</b>	-			
				1.6. Projectos/Actividades/Ações no âmbito da missão da Unidade Orgânica	-			
				1.1.1. Direcção de Justiça e Disciplina (IG)	-			
7	258	-	DJD	Ações de Formação para Oficiais das Unidades - tramitação processual (27)	-		X	
7	258	-	DJD	Ações de Formação para Comandantes e Oficiais de Justiça das Unidades - tramitação processual (2)	-		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	5.150			
				3.2. Formação dos recursos humanos	5.150			
				3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração	5.150			
7	258	-	DJD	Contencioso Administrativo - Perspectivas Teóricas e Práticas	1.050	X		
7	258	-	DJD	Responsabilidade Civil, Disciplinar e Financeira da Adm. Pública	1.500	X		
7	258	-	DJD	O Procedimento Administrativo - Perspectiva Teórica e Prática (para juristas)	1.400	X		
7	258	-	DJD	A Acção Disciplinar	1.200	X		

Processos	Instaurados					Concluídos				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Proc. Disciplinares	1088	826	805	776	875	876	610	707	684	694
Proc. Averiguações	677	573	637	635	545	643	494	616	623	635
Proc. Ac. em serviço	744	657	757	837	918	608	533	624	916	776
Proc. Administrativos	747	668	819	916	888	530	442	574	913	782
Proc. Inquérito	14	16	6	11	15	13	12	6	5	6
Proc. Estatutário	2	2	5	3	3	2	1	1	22	46

Figura 92 – Análise de processos desenvolvidos

Recompensas/punições	Executados				
	2008	2009	2010	2011	2012
Louvores	2956	1147	656	941	2969
Refer. Elogiosa	90	53	-	0	63
Licença de Mérito	1244	1198	-	-	1181
Rep. Escrita	105	52	60	73	86
Rep. Esc. Agravada	36	27	19	18	43
Suspensão	309	171	153	149	133
Suspensão Agravada	5	0	2	0	1
Ref. Compulsiva	8	15	10	13	42
Sep. Serviço	4	10	2	5	2

Figura 93 – Análise de recompensas vs punições desenvolvidas

Outras	Executados				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pareceres por recurso para Exmo. TGCG e S.Exª MAI	123	189	219	162	168
Patrocínios Judiciários	42	39	33	74	84

Figura 94 – Análise de outras atividades desenvolvidas



COMANDO DA GUARDA								
UNIDADE RESPONSÁVEL: DPERI						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSOES DA UNIDADE ORGANICA)</b>	<b>1.887.518</b>			
				<b>1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica</b>	<b>2.000</b>			
7	258	-	DPERI	Acções de assessoria ao GCG no âmbito das Relações Internacionais	0			X
7	258	-	DPERI	Acções de relacionamento com entidades e organismos estrangeiros	0			X
7	258	-	DPERI	Assegurar o accionamento da componente administrativo-logística associada a deslocações e à participação em missões no estrangeiro e apoio às respectivas actividades	0			X
7	258	-	DPERI	Coordenar o envolvimento do Comando da Guarda nas organizações internacionais	0			X
7	258	-	DPERI	Coordenar os projectos transversais a mais do que um órgão ou serviço	0			X
7	258	-	DPERI	Elaborar o Plano e o Relatório de Actividades da Guarda	0			X
7	258	-	DPERI	Elaborar o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e monitorizar a sua execução	0			X
7	258	-	DPERI	Implementação de Mapa Estratégico da Guarda	1.000			X
7	258	-	DPERI	Identificação, divulgação e promoção de Boas Práticas no seio da Guarda	1.000			X
7	258	-	DPERI	Implementação de um Sistema de Pilotagem e Monitorização do Ciclo de Gestão da Guarda	0			X
7	258	-	DPERI	Monitorizar o cumprimento de objectivos das Cartas de Missão	0			X
7	258	-	DPERI	Organização de concurso de fotografia temático	0			X
7	258	-	DPERI	Proceder à tradução de documentos e assegurar serviços de interpretação	0			X
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>1.885.518</b>			
				<b>1.5.1. Gestão Civil de Crises</b>	<b>478.299</b>			
7	258	-	DPERI	Nações Unidas	217.409		X	
7	258	-	DPERI	União Europeia	260.890		X	
7	258	-	DPERI	NATO	0		X	
7	258	-	DPERI	Outras Organizações Internacionais	0		X	
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>197.826</b>			
7	258	O 2	DPERI	Frontex	193.482		X	
7	258	-	DPERI	Actividades no âmbito da TISPOL	0		X	
7	258	-	DPERI	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0		X	
7	258	-	DPERI	Controlos móveis	4.344		X	
7	258	-	DPERI	Outras Operações	0		X	
				<b>1.5.3. Cooperação Técnico-policial com os países da CPLP</b>	<b>22.372</b>			
7	258	-	DPERI	Angola	3.485		X	
7	258	-	DPERI	Moçambique	4.281	X		
7	258	-	DPERI	Cabo Verde	3.427	X		
7	258	-	DPERI	Guiné-Bissau	6.556		X	
7	258	-	DPERI	São Tomé e Príncipe	299	X		
7	258	-	DPERI	Timor-Leste	598	X	X	
7	258	-	DPERI	Outros Países	3.726		X	
				<b>1.5.4. Participação da Guarda em fóruns internacionais</b>	<b>200.000</b>			
7	258	-	DPERI	Grupos de trabalho e comités da União Europeia	0		X	
7	258	-	DPERI	Grupos de trabalho no âmbito da Interpol	0		X	
7	258	-	DPERI	CIMIN, Grupos de trabalho e comités no âmbito da Eurogendfor (Presidência Portuguesa € 198.600,00 - não incluída na POE/GNR)	0		X	
7	258	-	DPERI	Reuniões no âmbito da FIEP (Presidência Portuguesa € 156.320,00 não incluída na POE/GNR)	0		X	
7	258	-	DPERI	Reuniões no âmbito da CEPOL	0		X	
7	258	-	DPERI	Outros fóruns	200.000		X	
				<b>1.5.5. Cargos Internacionais assegurados pela GNR</b>	<b>987.022</b>			
7	258	-	DPERI	Quartel-General da Eurogendfor	217.409			X
7	258	-	DPERI	Oficiais de ligação	682.650			X
7	258	-	DPERI	Outros cargos	86.963			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>2.600</b>			
				<b>3.2. Formação dos recursos humanos</b>	<b>2.600</b>			
				<b>3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração</b>	<b>2.600</b>			
7	258	-	DPERI	Diploma de Especialização em gestão de projectos financiados pelo QREN	2.000	X		
7	258	-	DPERI	Inglês de conversação	350	X		
7	258	-	DPERI	Inglês para Relações Internacionais	250	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3.1. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DPERI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 3.000,00)	0	X		



COMANDO DA GUARDA

UNIDADE RESPONSÁVEL: DCRP

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSÕES DA UNIDADE ORGÂNICA)</b>	<b>58.150</b>			
				<b>1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica</b>	<b>58.150</b>			
7	258	-	DCRP	Promoção das actividades de relações públicas e protocolo da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Realização das actividades de informação pública da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Realização das actividades de comunicação interna da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Gestão de conteúdos de comunicação em redes sociais	0			X
7	258	-	DCRP	Gestão de conteúdos de comunicação no Portal Institucional do MAI	0		X	
7	258	-	DCRP	Reportagem audiovisual das principais operações realizadas pela GNR	0		X	
7	258	-	DCRP	Reportagem fotográfica das principais operações realizadas pela GNR	0		X	
7	258	-	DCRP	Reportagem audiovisual dos principais eventos realizados pela GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Reportagem fotográfica dos principais eventos realizadas pela GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Reportagem audiovisual das principais visitas realizadas à GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Reportagem fotográfica das principais visitas realizadas à GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Realização, edição e reprodução de fotos militares	0			X
7	258	-	DCRP	Elaboração e apresentação de briefings diários com as principais notícias publicadas na imprensa diária	0			X
7	258	-	DCRP	Elaboração e apresentação de briefings semanais com a análise de imprensa	0			X
7	258	-	DCRP	Elaboração de relatório trimestral com a análise de imprensa	0			X
7	258	-	DCRP	Elaboração de relatório anual com a análise de imprensa	0			X
7	258	-	DCRP	Realização, divulgação e arquivo de recortes de imprensa	0			X
7	258	-	DCRP	Realização, divulgação e arquivo de reportagens de televisão	0			X
7	258	-	DCRP	Realização, divulgação e arquivo de reportagens de rádio	0			X
7	258	-	DCRP	Participação nas reuniões de assessoria de imprensa promovidas pelo MAI	0		X	
7	258	-	DCRP	Desenvolvimento e manutenção de actividades de relações públicas com as forças e serviços de segurança nacionais	0		X	
7	258	-	DCRP	Desenvolvimento e manutenção de actividades de relações públicas com forças congéneres de outros países	0			X
7	258	-	DCRP	Desenvolvimento e manutenção de actividades de relações públicas com agências de segurança europeias	0			X
7	258	-	DCRP	Participação em acções de formação e esclarecimento interno	0		X	
7	258	-	DCRP	Realização de palestras institucionais	0			X
7	258	-	DCRP	Atendimento, colaboração e esclarecimento aos órgãos de comunicação social	0			X
7	258	-	DCRP	Elaboração de comunicados de imprensa para os órgãos de comunicação social	0			X
7	258	-	DCRP	Gestão de pedidos de colaboração para a produção de conteúdos televisivos	0			X
7	258	-	DCRP	Gestão dos pedidos de colaboração e empenhamento dos meios da GNR por parte de entidades exteriores à GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Recepção, análise, coordenação e promoção de artigos sobre as missões e valências da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Manutenção e actualização da lista de contactos oficiais da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Manutenção e actualização da lista de contactos dos antigos comandantes da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Promoção da imagem institucional da GNR	0			X
7	258	-	DCRP	Concepção e reprodução de folhetos para a promoção da imagem institucional da GNR	5.000		X	
7	258	-	DCRP	Concepção e reprodução de filmes para a promoção da imagem institucional da GNR	5.000		X	
7	258	-	DCRP	Concepção e reprodução de fotos para a promoção da imagem institucional da GNR	5.000		X	
7	258	-	DCRP	Aquisição de artigos e materiais para a promoção da imagem institucional da GNR	5.000			X
7	258	-	DCRP	Gestão de conteúdos de comunicação no Portal Institucional da GNR	5.000			X
7	258	-	DCRP	Realização, edição e reprodução de fotos institucionais	3.650		X	
7	258	-	DCRP	Realização, divulgação e arquivo da análise de imprensa diária	8.000			X
7	258	-	DCRP	Realização de acções de sensibilização e educação junto da população juvenil	3.000			X
7	258	-	DCRP	Promoção da imagem institucional da GNR em actos de representação oficial do TGCG	2.000			X
7	258	-	DCRP	Organização do concerto de ano novo	5.000			X
7	258	-	DCRP	Organização das celebrações do aniversário da GNR	1.000			X
7	258	-	DCRP	Organização do concerto de gala da GNR	5.000	X		
7	258	-	DCRP	Organização da cerimónia de entrega de espadas aos novos oficiais da GNR	2.000			X
7	258	-	DCRP	Organização das celebrações do dia da Padroeira do Carmo	1.500			X
7	258	-	DCRP	Participação em feiras/exposições	2.000			X



COMANDO DA GUARDA								
UNIDADE RESPONSÁVEL: SGG						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSOES DA UNIDADE ORGANICA)</b>	<b>121.147</b>			
				1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica	121.147			
				1.6.1. Revista	38.869			
7	258	-	REVIST A	Publicação de um livro subordinado à actividade da GNR e à temática da segurança	8.000	X		
7	258	-	REVIST A	Publicação trimestral da Revista institucional «Pela Lei, Pela Grei»	30.369			X
7	258	-	REVIST A	Presença na Feira do Livro 2012	500			X
				1.6.2.Divisão de História e Cultura da Guarda (DHCG)	82.278			
7	258	-	DHCG	Participação na Exposição do 101.º aniversário da GNR	0	X		
7	258	-	DHCG	Conservação preventiva e restauro de documentos, livros, publicações e fotografias da Biblioteca e do Arquivo Histórico da GNR	7.500		X	
7	258	-	DHCG	Conservação preventiva e recuperação de veículos antigos, armamento, fardamento, mobiliário, cerâmica e peças do Museu da GNR	20.000		X	
7	258	-	DHCG	Recolha, acondicionamento, higienização e divulgação de documentos e fotografias no Arquivo Histórico da GNR	12.500		X	
7	258	-	DHCG	Recepção, inventariação, etiquetagem, acondicionamento e divulgação de livros e publicações na Biblioteca	3.000		X	
7	258	-	DHCG	Recepção, inventariação e divulgação de peças adquiridas, doadas, reactivadas ou existentes no património museológico da GNR	25.000		X	
7	258	-	DHCG	Elaboração de estudos, pareceres, assessoria e assistência técnica de âmbito cultural, ao Comando da Guarda	0		X	
7	258	-	DHCG	Recepção, acondicionamento, inventariação e gestão dos processos individuais dos militares da GNR falecidos ou separados do serviço.	0		X	
7	258	-	DHCG	Gestão e coordenação dos arquivos não correntes	14.278		X	
7	258	-	DHCG	Elaboração de estudos e propostas para aprovação superior, da simbologia heráldica e uniformologia da GNR	0		X	
				1.6.3.Unidade de Apoio de Serviços (UAS)	0			
7	258	-	UAS	Elaboração e publicação das Ordens à Guarda e de Serviço do Comando-Geral	0			X
7	258	-	UAS	Gestão dos Recursos Humanos e Administração Processual da Justiça na Unidade Comando-Geral	0			X
7	258	-	UAS	Assegurar a recepção, o registo e expedição de toda a correspondência do Comando da Guarda e dos Órgãos de Comando e Direcção	0			X
7	258	-	UAS	Recepção, emissão, registo, controlo e tratamento documental	0			X
7	258	-	UAS	Dinamização de procedimentos aquisitivos de bens e serviços	0			X
7	258	-	UAS	Assegurar a administração do pessoal que presta serviço em órgãos externos à Guarda	0			X
7	258	-	UAS	Administrar e garantir o controlo das instalações, dos equipamentos e material, garantindo o normal funcionamento do Comando-Geral	0			X
7	258	-	UAS	Apoio à projecção de militares no âmbito de compromissos internacionais	0			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>1.000</b>			
				2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização	1.000			
7	195	-	UAS	Tiro de Manutenção	1.000			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>3.400.131</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	3.350.131			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	1.730.131			
				3.1.1.1. Bens	651.300			
7	258	-	DRL	Limpeza	45.000			X
7	258	-	UAS	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	352.500			X
7	258	-	DRL	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	25.000	X		
7	258	-	DRL	Munições, Explosivos e Artíficos	0	X		
7	258	-	DRL	Material de escritório	150.000			X
7	258	-	DRL	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0	X		
7	258	-	DRL	Outros bens	78.800			X
				3.1.1.2. Serviços	1.078.831			
7	258	-	DRL	Encargos instalações	333.331			X
7	258	-	DRL	Transportes	590.000			X
7	258	-	DRL	Publicidade	0	X		
7	258	-	DRL	Seguros	1.500		X	
7	258	-	DRL	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	79.000			X
7	258	-	DRL	Outros serviços	75.000			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	1.110.000			
7	258	-	DCSI	Comunicações dados + internet	770.000			X
7	258	-	DCSI	Comunicações voz (fixas e móveis)	310.000			X
7	258	-	DCSI	Comunicações Outras (CTT)	30.000			X
				3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação	40.000			
7	258	-	UAS	Representação dos serviços	40.000			X
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	470.000			
7	258	-	UAS	Manutenção, conservação das instalações	60.000			X
7	258	-	DRL	Limpeza das instalações	410.000			X



## COMANDO DA GUARDA

UNIDADE RESPONSÁVEL: SGG

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>3.3. Realização de Eventos, Conferências e Workshops</b>	<b>50.000</b>			
7	258	-	DHCG	Actividades culturais no âmbito do 101.º Aniversário da GNR	50.000	X		
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>93.056</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.2.1. Aquisição Centralizada - DGIE MAI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Obras e equipamentos para conclusão do Arquivo Histórico da GNR – Plano de Intenções € 625.000,00	0	X		
7	258	-	DIE	Obras e equipamentos para implementação do Museu da GNR – Plano de Intenções € 3.500.000,00	0	X		
				<b>4.2.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Restauro das paredes exteriores do edifício da DCSI, DO, CDF e SGG - Plano de Intenções € 100.000,00	0	X		
7	258	-	DIE	Restauro das paredes exteriores do edifício da Sala de Praças, Posto de Socorros, alojamento dos Oficiais e DSI - Plano de Intenções € 40.000,00	0	X		
7	258	-	DIE	Reestruturação das messes, cozinhas e bares de Sargentos e Oficiais - Plano de Intenções € 25.000,00	0	X		
				<b>4.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Reabilitação do edifício da antiga Chefia de Obras	0	X		
7	258	-	DIE	Adaptação para alojamentos das antigas instalações da Chefia de Serviço de Material (1.ª fase)	0		X	
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>32.000</b>			
7	258	-	UAS	Adaptação funcional do antigo Paiol do Comando-Geral (conversão em depósito do armamento antigo, material sensível e reservas do Museu da GNR)	2.000	X		
7	258	-	UAS	Reforço da segurança das instalações do Arquivo Histórico (substituição de porta, circuito vídeo CCTV).	7.500	X		
7	258	-	UAS	Remodelação da Sala de Aulas da SGG	5.000			X
7	258	-	UAS	Remodelação dos alojamentos do pessoal de serviço interno (gabinete e quarto do Oficial de Dia, gabinete do Sargento de Dia)	10.000		X	
7	258	-	UAS	Remodelação WC Secretária-Geral	7.500	X		
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>58.980</b>			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>58.980</b>			
7	258	-	SGG	Equipamento audiovisual	4.000	X		
7	258	-	SGG	Instalação de sistema de videovigilância	7.500	X		
7	258	-	SGG	Instalação de sistema de ar condicionado	22.480	X		
7	258	-	SGG	Instalação de um sistema electrónico de controlo de entradas/saídas (1ª Fase)	5.000	X		
7	258	-	SGG	Instalação de um sistema electrónico de detecção de incêndios (1ª Fase)	20.000	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>2.076</b>			
7	258	-	DIE	Casas Guarnição	2.076	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>	<b>0</b>			
				<b>5.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Aquisição de software para inventariação, catalogação e gestão do acervo museológico da GNR e complemento para gestão bibliográfica	0			X
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3.3. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Scanners (integrado na DCSI € 5.000,00)	0	X		



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CO					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSÕES DA UNIDADE ORGÁNICA)</b>	<b>249.237</b>			
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>62.000</b>			
				<b>1.5.1. Gestão Civil de Crises</b>	<b>0</b>			
7	128	-	DPERI	Nações Unidas	0			
7	128	-	DPERI	União Europeia	0			
7	128	-	DPERI	NATO	0			
7	128	-	DPERI	Outras Organizações Internacionais	0			
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>1.000</b>			
7	128	O 2	DPERI	Frontex	0			
7	128	-	DPERI	Actividades no âmbito da TISPOL	0			
7	128	-	DPERI	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			
7	128	-	DPERI	Controlos móveis	1.000			
7	128	-	DPERI	Outras Operações	0			
				<b>1.5.4. Participação da Guarda em fóruns internacionais</b>	<b>61.000</b>			
7	258	-	DPERI	Grupos de trabalho e comités da União Europeia	14.250			
7	258	-	DPERI	Grupos de trabalho no âmbito da Interpol	3.500			
7	258	-	DPERI	Grupos de trabalho e comités no âmbito da Eurogendfor	0			
7	258	-	DPERI	Reuniões no âmbito da FIEP	0			
7	258	-	DPERI	Reuniões no âmbito da CEPOL	0			
7	258	-	DPERI	Outros fóruns	43.250			
				<b>1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica</b>	<b>187.237</b>			
				<b>1.6.1. Direcção de Operações (DO)</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DO	Elaboração do Plano de Actividades do Comando Operacional	0			X
7	258	-	DO	Elaboração de Circulares e Normas de Execução Permanente	0			X
7	258	-	DO	Elaboração de Directivas Operacionais	0			X
7	258	-	DO	Elaboração e estudo dos dados estatísticos relativos à actividade operacional	0			X
7	258	-	DO	Implementação e Gestão da Aplicação Informática SIGO - Sistema Integrado de Gestão Operacional	0			
7	258	-	DO	Participação com um Oficial de Ligação junto da Federação Portuguesa de Futebol	0			X
7	258	-	DO	Participação e contribuição na consolidação dos projectos especiais (Queixa Electrónica; Portal da Segurança; Perdidos e Achados; SINOA; entre outros e com a UTIS/RNSI)	0			X
7	258	-	DO	Participação em reuniões mensais ou bimensais no âmbito dos projectos e programas especiais	0			X
7	258	-	DO	Participação nas reuniões com ANSR e IMTT	0			X
7	258	-	DO	Participação no Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Cooperação Aduaneira	0	X		
7	258	-	DO	Participação no Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Cooperação Policial	0		X	
7	258	-	DO	Planeamento da actividade administrativa (resposta a solicitações da Guarda, da Tutela e de outras Entidades governamentais, públicas e privadas)	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação Carnaval	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação nacional dos exames do ensino secundário	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação Natal e Ano Novo	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação Páscoa	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação Regresso às Aulas	0			X
7	227	-	DO	Planeamento da Operação Verão Seguro	0			X
7	227	-	DO	Planeamento das actividades honoríficas e de representação	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de Operações Conjuntas - Controlos Móveis	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de Operações de resposta a situações de emprego operacional dos meios	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de Operações de segurança a eventos críticos	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de Operações de segurança em recintos desportivos	0			X
7	227	O 3	DO	Planeamento de Operações especiais de controlo de trânsito	0			X
7	227	O 4	DO	Planeamento de operações especiais de controlo policial	0			X
7	227	O 4	DO	Planeamento de Operações no âmbito dos programas especiais	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de pedidos de colaboração de diversas entidades	0			X
7	227	-	DO	Planeamento de várias Cerimónias e Honras Militares	0			X
7	227	-	DO	Planeamento do emprego de meios Aéreos em missões e tarefas de natureza operacional	0			X
7	227	-	DO	Planeamento, gestão e controlo dos pedidos de acompanhamentos de transportes de grandes dimensões entre Unidades	0			X
7	258	-	DO	Realização de sessões de formação para os profissionais do sector dos postos de abastecimento, das farmácias e do armazenamento e distribuição de tabaco	0			X
7	258	-	DO	Participação em reuniões com entidades terceiras	0			X
7	258	-	DO	Participação em outros Grupos de Trabalho	0			X
7	258	-	DO	Planeamento de outras Operações	0			X
				<b>1.6.2. Direcção de Informações (DI)</b>	<b>12.000</b>			
7	258	-	DI	Visitas ao Dispositivo em apoio à actividade operacional	10.000	X		
7	258	-	DI	Reuniões	2.000	X		
				<b>1.6.3. Direcção de Investigação Criminal (DIC)</b>	<b>175.237</b>			



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: CO					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	DIC	Operações de Negociação	45.000			X
7	227	-	DIC	Operações de Identificação de Vítimas de Desastres (eventual)	30.000	X		
7	227	-	DIC	Inspeções Técnicas Judiciárias com meios Centralizados em apoio aos CT	16.092			X
7	227	-	DIC	Transporte e Custódia de Vestígios	1.350			X
7	227	-	DIC	Análise de Informação Criminal - Apoio aos CT	26.000			X
7	227	-	DIC	Investigação Criminal - Apoio aos CT	6.000			X
7	227	-	DIC	Realização de Auditorias no âmbito da Custódia e Controlo de Qualidade da Prova	26.000			X
7	227	-	DIC	Actividades de Apoio	24.795			X
				<b>1.6.4. Direcção do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (DSEPNA)</b>	<b>0</b>			
7	227	-	DSEPNA	Apoiar tecnicamente todo o dispositivo do SEPNA.	0			X
7	227	O 2 O 3	DSEPNA	Coordenação de operações de âmbito nacional e internacional a desenvolver pelo SEPNA.	0			X
7	227	-	DSEPNA	Coordenação da recepção de denúncias (linha SOS Ambiente e Território) e accionamento de respostas aos denunciante	0			X
7	227	-	DSEPNA	Coordenação de acções de formação com entidades ambientais protocoladas	0			X
7	227	O 2	DSEPNA	Desenvolvimento e coordenação de acções operacionais e de formação conjunta com a Guarda Civil	0			X
7	227	-	DSEPNA	Elaboração do plano de gestão ambiental na Guarda	0		X	
7	227	-	DSEPNA	Elaboração e apresentação de relatórios referentes à actividade do SEPNA.	0			X
7	227	O 3	DSEPNA	Participação em reuniões com entidades nacionais e internacionais no âmbito das competências do SEPNA.	0			X
7	227	O 3	DSEPNA	Realização de acções de sensibilização no âmbito do SEPNA.	0			X
7	195	-	DSEPNA	Realização de cursos de formação de Oficiais e de Guardas na especialidade do SEPNA	0		X	
				<b>1.6.5. Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI)</b>	<b>0</b>			
7	258	O 6	DCSI	Participação no âmbito do Acompanhamento do Projecto SIVICC	0		X	
7	258	O 6	DCSI	Participação no âmbito do Acompanhamento do Projecto Componente Física de Rede para o SIIOP/GNR	0	X		
7	258	O 6	DCSI	Participação no âmbito do Acompanhamento do SIRESP	0		X	
7	258	O 6	DCSI	Participação no âmbito do Acompanhamento da RNSI	0		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>2.278.487</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.935.298</b>			
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>1.935.298</b>			
7	258	O 6	DCSI	Comunicações dados + internet	1.935.298		X	
				<b>3.2. Formação dos recursos humanos</b>	<b>271.114</b>			
				<b>3.2.2. Cursos Ministrados pelas Forças Armadas</b>	<b>12.474</b>			
7	195	-	DIC	Curso de Defesa NRBQ	9.980			X
7	195	-	DCSI	Curso de Guerra Electrónica - Oficiais	538	X		
7	195	-	DCSI	Curso de Guerra Electrónica - Sargentos	538			X
7	195	-	DCSI	Curso de Material e Segurança Cripto - Sargentos	899			X
7	195	-	DCSI	Curso de Material e Segurança Cripto - Guardas	519	X		
				<b>3.2.3. Cursos Ministrados na Polícia Judiciária - ISPCC</b>	<b>28.518</b>			
7	195	-	DIC	Curso Lofoscopia II	28.518			X
				<b>3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração</b>	<b>15.271</b>			
7	258	-	DI	Análise de Dados com o SPSS	760	X		
7	258	-	DI	Curso de Inglês Geral - Nível 1 a 8	1.400	X		
7	258	-	DI	Pesquisa avançada de informação na internet	500	X		
7	258	-	DI	Programa de formação em gestão pública	2.800	X		
7	258	-	DI	Formação pedagógica de formadores	550	X		
7	258	-	DCSI	Como envolver as pessoas face às mudanças Organizacionais	251	X		
7	258	-	DCSI	Como liderar e motivar a sua equipa no SIADAP	400	X		
7	258	-	DCSI	Formação Avançada para a Excelência do Desempenho em reuniões	280	X		
7	258	-	DCSI	Formação Pedagógica de Formadores	2.750			X
7	258	-	DCSI	Tecnologia SIG-Gestão e análise de informação geográfica	760	X		
7	258	-	DCSI	Gestão de Projectos (Certificação IPMA) MÓDULO 1	350	X		
7	258	-	DCSI	Gestão de Projectos (Certificação IPMA) MÓDULO 2	350	X		
7	258	-	DCSI	Comunicações e Redes: Configuração e Interligação de Equipamentos	1.200	X		
7	258	-	DCSI	Implementação de uma Infra-estrutura de Segurança	720	X		
7	258	-	DCSI	Gestão de Acessos à Internet (MS ISA SERVER)	720	X		
7	258	-	DCSI	Controlo e Optimização de Sistemas e Redes de Comunicações	760	X		
7	258	-	DCSI	Gestão da Segurança Informática (ISO 17799 E 27001)	720	X		
				<b>3.2.5. Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior</b>	<b>11.000</b>			
7	258	-	DCSI	POSI E3 – Especialização em Engenharia Empresarial (Pós-Graduação)	11.000	X		
				<b>3.2.6. Cursos Ministrados em outros Estabelecimentos/Entidades</b>	<b>203.851</b>			
7	258	-	DI	Curso Superior de Especialistas em Informações	13.065	X		
7	258	-	DI	Intelligence Managers Module	1.076	X		
7	258	-	DI	Analysts Foundation Module	6.226	X		
7	258	-	DI	Intelligence Foundation Module	1.346	X		
7	258	-	DI	I2-ibase	2.400	X		



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CO					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DIC	Curso de Implementação Directivas Europeias ISO/IEC 17025 - Área de Identificação (Guardia Civil)	7.444	X		
7	258	-	DIC	Curso Formação em Custódia e Controlo de Qualidade da Prova (Guardia Civil)	2.164	X		
7	258	-	DIC	Curso de Formação de Peritos em Fotografia e Imagem (Guardia Civil)	7.289	X		
7	258	O 1	DIC	Curso de Formação de Peritos em Vestígios Especiais (Guardia Civil)	5.680	X		
7	258	O 1	DIC	Curso de Reconstituição de Acidentes de Viação (Guardia Civil)	28.939	X		
7	258	-	DCSI	EFA 12 - Electrónica Médica	500	X		
7	258	-	DCSI	6087 - Instalações ITED - Fibras Ópticas - Aplicações	300	X		
7	258	-	DCSI	1469 - Fibras Ópticas	300	X		
7	258	-	DCSI	Hipath 4000 IP Networking	9.932	X		
7	258	-	DCSI	Formação e Certificação CCNA	10.620	X		
7	258	-	DCSI	AUTOCAD 2009 - 2D	1.150	X		
7	258	-	DCSI	IIUC - Implementing Cisco IOS Unified Communications	4.490	X		
7	258	-	DCSI	CVOICE - Cisco Voice Over IP	5.390	X		
7	258	-	DCSI	DESGN - Designing for Cisco Internetwork Solutions	4.980	X		
7	258	-	DCSI	CSE - Cisco Sales Essentials	4.980	X		
7	258	-	DCSI	CWLMS - Implementing Cisco Works LMS	5.390	X		
7	258	-	DCSI	Instalador ITED - Habilitante	2.800			X
7	258	-	DCSI	50093A - Deploying and Administering Microsoft Forefront Client Security	2.100	X		
7	258	-	DCSI	M10174A: Configuring and Administering Microsoft SharePoint 2010 - NOVO	6.600	X		
7	258	-	DCSI	10231A - Designing a Microsoft SharePoint 2010 Infrastructure	6.600	X		
7	258	-	DCSI	M10175A: Microsoft SharePoint 2010, Application Development	6.600	X		
7	258	-	DCSI	M2524 - Developing XML Web Services (Visual Studio.NET)	6.000	X		
7	258	-	DCSI	10264 - Developing Web Applications Visual Studio 2010	6.080	X		
7	258	-	DCSI	50153 - .NET Performance	5.400	X		
7	258	-	DCSI	10262 - Windows Application Visual Studio 2010	6.080	X		
7	258	-	DCSI	10263 Developing Windows Communication Foundation(WCF) Solutions Visual Studio 2010 (Pode substituir o M2524)	4.080	X		
7	258	-	DCSI	AU14PT: AIX 5L System Administrator I - Implementation	4.800	X		
7	258	-	DCSI	AU07PT: AIX 5L TCP/IP I: Configuring	4.800	X		
7	258	-	DCSI	AW18PT: AIX 5L Jumpstart For Unix Professionals	2.850	X		
7	258	-	DCSI	ORACLE DATABASE 11G: Workshop Administration I	4.000	X		
7	258	-	DCSI	ORACLE DATABASE 11G: Workshop Administration II	4.000	X		
7	258	-	DCSI	Technical Education Systems - Administração de Sistemas	7.400	X		
				<b>3.3. Realização de Eventos, Conferências e Workshops</b>	<b>50.075</b>			
7	258	-	DCSI	Seminário Integrado no Encontro Anual dos Militares TIE	3.075	X		
7	258	-	DIC	Conferência Comemorativa dos 10 Anos de Criação da Vertente de IC - Criminalística da GNR	27.500	X		
7	258	-	DIC	Reunião do Grupo Ibero-americano de Trabalho de Cena de Crime (GITEC) da AICEF	2.750	X		
7	258	-	DIC	Reunião do Grupo Ibero-americano de Qualidade (CICAL) da AICEF	2.750	X		
7	258	-	DIC	Reunião do Comité de Identificação de Vítimas de Desastres da INTERPOL	1.500	X		
7	258	-	DIC	Reunião Anual da Junta Directiva e da Assembleia Geral da AICEF	2.500	X		
7	258	-	DIC	Reunião do GITBAF/AICEF	2.500	X		
7	258	-	DIC	Reunião da Junta Directiva da AICEF	2.750	X		
7	258	-	DIC	Working Group on Information Exchange and Data Protection (DAPIX) - Experts Dactiloscopic	2.750	X		
7	258	-	DI	Seminário de Informações (x2)	2.000	X		
				<b>3.4. Outras Actividades</b>	<b>22.000</b>			
7	258	-	DO	EMA - Empresa de Meios Aéreos (a suportar pelo MAI - € 1.033.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	RNSI - Rede Nacional de Segurança Interna (a suportar pelo MAI - € 2.250.000)	0	n/a		
7	258	-	DO	ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (a suportar pelo MAI - € 2.000.000,00)	0	X		
7	258	-	DIC	1º Exercício Operacional de Negociação para Validação da Credenciação	6.000	X		
7	258	-	DIC	2º Exercício Operacional de Negociação para Validação da Credenciação	6.000	X		
7	258	-	DIC	1º Exercício Operacional DVI para Validação da Credenciação	5.000	X		
7	258	-	DIC	2º Exercício Operacional DVI para Validação da Credenciação	5.000	X		
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>619.166</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>40.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	O 1	DIC	Compartimentação do Laboratório de Criminalística da DIC (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 130.000,00)	0			X
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>40.000</b>			
7	258	-	UAS	Remodelação do piso da DCSI (2.º piso)	10.000			
7	258	-	UAS	Remodelação do piso da DCSI (5.º piso)	15.000			
7	258	-	UAS	Remodelação do piso da DO (4.º piso)	15.000			
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>76.701</b>			
7	258	-	UAS	Instalação de bancada para o Laboratório de Cotejos, Resenhas e	500			



## ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: CO					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				Clichés - CO/DIC				
7	258	-	UAS	Instalação de gradeamento de segurança no edifício de comando da CO/DIC	4.950			
7	258	-	UAS	Instalação de controlo de acessos biométrico e portas de segurança à CO/DIC	17.547			
7	258	-	UAS	Instalação de Controlo de Acessos biométrico e portas de segurança à CO/DIC/DC/RC (Áreas Laboratoriais)	14.737			
7	258	-	UAS	Instalação de um Grupo Gerador para as Áreas Laboratoriais da CO/DIC/RC	38.967			
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>502.465</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>490.915</b>			
7	258	-	DRL	Electrodomésticos	1.000			
7	258	O 1	DRL	Equipamento de Investigação Criminal (técnico pericial) (Integra Plano de Necessidades Logísticas € 3.483.415,00)	483.415			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	2.750			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	3.750			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>11.550</b>			
7	258	-	DRL	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	1.550			
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	2.500			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	7.500			
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>2.700.279</b>			
				<b>5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica</b>	<b>1.872.136</b>			
				<b>5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>1.871.952</b>			
7	258	-	DCSI	Contrato Assistência software Sistema Info. Geográfica	17.714			X
7	258	-	DCSI	Expansão e Renovação de Nós de Comutação (centrais telefónicas)	320.169		X	
7	258	-	DCSI	Intervenções técnicas especializadas	30.750		X	
7	258	-	DCSI	Licença Veritas/Symantec	308	X		
7	258	-	DCSI	Licenciamento de Software (Oracle)	19.680			X
7	258	-	DCSI	Manut. Aplicações Operacionais (SIOP)	67.276			X
7	258	-	DCSI	Manut. DataCenter (Servidores Intel)	40.590			X
7	258	-	DCSI	Manutenção do Suporte aos Sistemas de Informação da GNR	82.410			X
7	258	-	DCSI	Remodelação de Infra-estruturas de Redes Locais	287.082		X	
7	258	-	DCSI	Conservação Equipamento TIE	73.800		X	
7	258	-	DCSI	Licenças de Espectro Radioelétrico - VTS' (Protocolo IPTM)	734.160	X		
7	258	-	DCSI	Serviços Satélite	9.840		X	
7	258	-	DCSI	Contrato Assistência Manutenção software IBM e linha de Suporte	17.203	X		
7	258	-	DCSI	Licença CA 2E	27.060			X
7	258	-	DCSI	Licença Global Software SIG	27.060	X		
7	258	-	DCSI	Licença IDS	3.690	X		
7	258	-	DCSI	Licenças i2	27.060	X		
7	258	-	DCSI	Manutenção de Torres de Comunicações	43.050		X	
7	258	-	DCSI	Software Subscription IBM	34.440	X		
7	258	-	DCSI	Manutenção SoftArmz	8.610	X		
7	258	-	DCSI	Licenciamento de Software (Microsoft) - 5.000 PC's (a suportar pelo MAI - € 1.615.297,50)	0	n/a		
7	258	-	DCSI	Remodelação do Datacenter da GNR (UPS, Detecção e Extinção de Incêndios, Grupo Electrónico) (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 172.200,00)	0			X
7	258	-	DCSI	Storage com processamento (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 307.500,00)	0			X
7	258	-	DCSI	Aquisição de um Posto de comando Móvel (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 61.500,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Sistemas Complementares de Segurança Física (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 66.400,00)	0	X		
				<b>5.1.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>185</b>			
7	258	-	DCRP	Manutenção do site www.gnr.pt (FCCN)	185			
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>	<b>258.300</b>			
				<b>5.2.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>258.300</b>			
7	258	-	DCSI	Software Aplicacional - Módulos Funcionais SIOP	159.900	X		
7	258	-	DCSI	Gestão Documental	98.400	X		
7	258	-	DCSI	Gestão de Eventos (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 98.400,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Acesso ao IRN c/ módulos de integração, auditoria, histórico e cliente (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 36.900,00)	0		X	
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>569.843</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>569.843</b>			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 713.400,00)	300.000	X		
7	258	-	DCSI	Consolas de Despacho	27.675	X		
7	258	-	DCSI	Monitores	27.675	X		
7	258	-	DCSI	Periféricos	39.852	X		
7	258	-	DCSI	Renovação dos Órgãos de Manutenção	61.500	X		
7	258	-	DCSI	Scanners	11.000	X		
7	258	-	DCSI	Servidores (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 86.100,00)	61.625			X



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CO					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DCSI	Terminais de Mensagens (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 88.050,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Terminais Fax	12.300	X		
7	258	-	DCSI	Terminais Telefónicos	28.216		X	
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis (a suportar pelo MAI /ANSR - € 115.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Equipamento de Audio/Vídeo (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 43.050,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Fotocopiadoras	0	X		
7	258	-	DCSI	Impressora rede Laser Cor A4/médio porte (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 43.050,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Impressora rede Laser PB A4/pequeno porte (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 9.225,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Impressoras (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 70.725,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Inibidor de Frequências e Limpeza Electrónica (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 93.500,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Multifunções (A3) (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 20.148,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Multifunções (A4) (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 66.420,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Unidades de Energia Assistida - UPS (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 88.050,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Modems GSM, Multiplexers e Links Rádio (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 22.600,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Repetidores Rádio (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 17.200,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Sistema de multi-conferência (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 55.350,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Terminais Rádio (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 24.600,00)	0	X		



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: CARI

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSÕES DA UNIDADE ORGÂNICA)</b>	846.596.900			
				1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica	846.596.900			
				1.6.1. Direcção de Recursos Humanos (DRH)	795.166.418			
7	258	-	DRH	Accionamento de diligências para emissão de passaportes especiais	0			
7	258	-	DRH	Aperfeiçoamento e manutenção do Portal de Recrutamento Electrónico	0			
7	258	-	DRH	Construção de instrumentos de avaliação psicológica	0			
7	258	-	DRH	Coordenação, processamento e controlo de dados (fichas biográficas e de avaliação individual dos militares e civis da GNR)	0			
7	258	-	DRH	Desenvolvimento de estudos e emissão de pareceres sobre procedimentos de promoções, recrutamento, colocação e avaliação	0			
7	258	-	DRH	Desenvolvimento e manutenção do Portal Social (componente RH)	0			
7	258	-	DRH	Elaboração Balanço Social da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de análise estatística para elaboração do Plano de Actividades e Proposta de Orçamento da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de lista de antiguidade anual dos militares da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapa anual de controlo de efectivos da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapa anual de pessoal da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapa de necessidades de recrutamento externo de recursos humanos	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapa de necessidades de recrutamento interno de recursos humanos	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapas para Junta Superior de Saúde	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de mapas periódicos para o controlador financeiro do MAI	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de pareceres jurídicos sobre reclamações, recursos, contencioso, auditorias e inspecções	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de compensação especial por morte	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de ex-prisioneiros de guerra e stress pós-traumático de guerra	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de pedidos de licença e acumulação de funções dos militares da GNR	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de preço de sangue	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de serviços excepcionais e relevantes	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de processos de sobrevivência	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de pronúncias a enviar ao MAI (acções administrativas, petições e citações)	0			
7	258	-	DRH	Elaboração de propostas de despacho de preterição (após CSG)	0			
7	258	-	DRH	Emissão de bilhetes de identidade dos militares e cartões de identificação do pessoal civil da GNR	0			
7	258	-	DRH	Emissão e actualização das cartas patentes e diplomas de encarte	0			
7	258	-	DRH	Gestão do processo de avaliação de militares e civis da GNR	0			
7	258	-	DRH	Gestão do processo de colocações e transferências dos militares e civis da GNR	0			
7	258	-	DRH	Gestão do processo de promoções dos militares e civis da GNR	0			
7	258	-	DRH	Gestão do processo de recrutamento	0			
7	258	-	DRH	Gestão do processo de selecção de pessoal (componente psicológica, psicomotora e comportamental)	0			
7	258	-	DRH	Gestão do sistema SIGPES-AS/400	0			
7	258	-	DRH	Gestão dos processos de reserva e reforma de militares da GNR	0			
7	258	-	DRH	Organização de trabalhos preparatórios e secretariado do Conselho Coordenador da Avaliação	0			
7	258	-	DRH	Organização de trabalhos preparatórios e secretariado do Conselho Superior da Guarda (composição alargada)	0			
7	258	-	DRH	Organização do processo de eleição dos representantes para o CSG, CCA e CEDD	0			
7	258	-	DRH	Planeamento da obtenção das verbas relativas ao pessoal	0			
7	258	-	DRH	Processamento de abonos e descontos do pessoal militar e civil da Guarda (com excepção dos encargos com componente internacional tratados separadamente - € 1.591.135,00)	795.166.418			
7	258	-	DRH	Promoção de apoio judiciário aos militares da GNR (EMGNR)	0			
7	258	-	DRH	Realização de procedimento concursal de recrutamento externo	0			
7	258	-	DRH	Realização de procedimento concursal de recrutamento interno	0			
				<b>1.6.2. Direcção de Recursos Financeiros Programados (PA2012) (DRF)</b>	0			
7	258	-	DRF	Acompanhamento da implementação do SicPlus	0			X
7	258	-	DRF	Acompanhamento e implementação do GeRFIP (descentralizado ao nível do Comando das Unidades - Recursos Financeiros Programados (PA2012))	0			X
7	258	-	DRF	Elaboração da Conta de Gerência da Guarda	0			X
7	258	-	DRF	Elaboração de pedidos de libertação de créditos	0			X
7	258	-	DRF	Elaborar a proposta de Orçamento da Guarda	0			X
7	258	-	DRF	Elaborar os pedidos de reforços e de alterações orçamentais ao MAI/MF/DGO	0			X
7	258	-	DRF	Emissão de pareceres sobre assuntos de contencioso administrativo-financeiro	0			X
7	258	-	DRF	Garantir a execução do processo de liquidação e cobrança das receitas	0			X
7	258	-	DRF	Garantir a execução dos pagamentos através do GeRFIP	0			X
7	258	-	DRF	Gestão e execução do orçamento de Funcionamento, PIDDAC e Missões Internacionais	0			X



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CARI					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DRF	Prestação de contas ao controlador financeiro e às entidades coordenadoras dos programas	0			X
7	258	-	DRF	Realização de auditorias internas no âmbito da administração financeira	0		X	
7	258	-	DRF	Verificação da prestação de contas de todos os órgãos de gestão financeira	0			X
<b>1.6.3. Direcção de Recursos Logísticos (DRL)</b>					<b>0</b>			
7	258	-	DRL	Acompanhamento e implementação do GeRFIP (descentralizado ao nível do Comando das Unidades - recursos materiais)	0		X	
7	258	-	DRL	Alienação de materiais e equipamentos incapazes	0			X
7	258	-	DRL	Celebração de protocolo para a manutenção e reparação de lanchas e embarcações	0	X		
7	258	-	DRL	Desenvolvimento de projecto para aquisição de electricidade de baixa e média tensão	0			X
7	258	-	DRL	Desenvolvimento de projecto para aquisição de equipamentos de impressão e cópia	0		X	
7	258	-	DRL	Desenvolvimento de projecto para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis	0	X		
7	258	-	DRL	Desenvolvimento dos procedimentos aquisitivos	0			X
7	258	-	DRL	Efectuar os aumentos, abates e transferências de património móvel	0			X
7	258	-	DRL	Elaboração das propostas de aquisição de bens/serviços para o desenvolvimento dos procedimentos aquisitivos	0			X
7	258	-	DRL	Elaboração de análise estatística para elaboração do Plano de Actividades e Proposta de Orçamento da GNR	0			X
7	258	-	DRL	Elaboração do Plano Anual de Compras	0			X
7	258	-	DRL	Elaboração do Plano Logístico da Guarda	0			X
7	258	-	DRL	Implementação do Plano tecnológico da Logística	0		X	
7	258	-	DRL	Projecto-piloto para aquisição de refeições e alimentação em regime de outsourcing	0	X		
7	258	-	DRL	Projecto-piloto para aquisição de serviços manutenção/reparação de viaturas em regime de outsourcing	0	X		
<b>1.6.4. Direcção de Infra-Estruturas (DIE)</b>					<b>0</b>			
7	258	-	DRL	Analisar propostas e superintender obras a efectuar	0			
7	258	-	DRL	Elaborar estudos e projectos de Infra-Estruturas	0			
7	258	-	DRL	Organizar processos para procedimentos aquisitivos	0			
<b>1.6.5. Direcção de Saúde e Assistência na Doença (DSAD)</b>					<b>51.251.704</b>			
7	258	-	DSAD	Apoio sanitário ao efectivo de canídeos	7.000			X
7	258	-	DSAD	Apoio sanitário ao efectivo equestre	2.500			X
7	258	-	DSAD	Apreciação final e vigilância clínica dos animais seleccionados	0			X
7	258	-	DSAD	Apreciação médica dos animais propostos a concurso	0			X
7	258	-	DSAD	Apreciação médica e cinotécnica dos animais propostos	0			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de alimento completo para canídeos	0			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de alimento completo para solípedes	0			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de canídeos	60.000			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de cravos e ferraduras	0			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de material e equipamento de uso veterinário	10.000			X
7	258	-	DSAD	Aquisição de solípedes	120.000			X
7	167	-	DSAD	Assegurar os encargos com o apoio na doença aos militares e civis da Guarda	48.211.082			X
7	258	-	DSAD	Controlo da qualidade e segurança alimentar	20.000			X
7	258	-	DSAD	Ferração de solípedes	7.000			X
7	258	-	DSAD	Formação de manipuladores de alimentos	500			X
7	167	-	DSAD	Inspecções saúde de pessoal nomeado para cursos promoção/formação	0			
7	167	-	DSAD	Pagamento de reembolsos do Regime Livre	2.755.622			X
7	167	-	DSAD	Preparação clínica/sanitária de militares nomeados para ministrar cursos no estrangeiro	8.000			
7	167	-	DSAD	Preparação sanitária dos contingentes para Timor/Afganistão	19.000			
7	167	-	DSAD	Produção de Cartões CESD	2.000			X
7	167	-	DSAD	Produção de Cartões SAD/GNR	9.000			X
7	167	-	DSAD	Protecção de cuidados de saúde aos militares internados	16.000			
7	167	-	DSAD	Rastreio de consumo de drogas/álcool	0			
7	167	-	DSAD	Realização de exames complementares de diagnóstico	0			
7	258	-	DSAD	Realizar inspecções na área da higiene e segurança alimentar ao dispositivo territorial	4.000			
<b>1.6.6. Serviço de Assistência Religiosa (SAR)</b>					<b>4.778</b>			
7	167	-	SAR	Aquisição de imagens da Padroeira da Guarda	1.966			X
7	167	-	SAR	Assistência religiosa a reclusos e doentes	0			X
7	167	-	SAR	Assistência religiosa ao contingente em missão em Timor - Natal	2.000	X		
7	167	-	SAR	Assistência religiosa ao contingente em missão no Afeganistão - Natal	0	X		
7	167	-	SAR	Celebração da Missa Crismal (Encontro de capelães para a celebração do sacerdócio)	0			X
7	167	-	SAR	Celebração da Padroeira da Guarda	150			X
7	167	-	SAR	Celebração Litúrgica dos 101 anos da Guarda	150			X
7	167	-	SAR	Organização da reunião geral de capelães militares	0			X
7	167	-	SAR	Organização do encontro de casais militares	512			X
7	167	-	SAR	Participação no encontro de capelães no dia do capelão militar (S. João Capistrano)	0			X



## ORGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: CARI

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	167	-	SAR	Peregrinação Internacional a Lourdes	0			X
7	167	-	SAR	Peregrinação Militar Nacional a Fátima (Participação do Coro da Guarda na missa)	0			X
				<b>1.6.7. Unidade de Apoio Geral (UAG)</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UAG	Assegurar o apoio administrativo ao CARI	0			
7	258	-	UAG	Assegurar a Função Transporte	0			
7	258	-	UAG	Fornecimento ao dispositivo de produtos e equipamentos específicos da GNR	0			
				<b>1.6.8. Centro Clínico (CC)</b>	<b>174.000</b>			
7	167	-	CC	Análises Clínicas exteriores	20.000			X
7	167	-	CC	Apoio de material sanitário e de consumo clínico a outras U/O/S da GNR	0			X
7	167	-	CC	Consultas de militares e civis da GNR utentes do Centro Clínico	0			X
7	167	-	CC	Exames Complementares de Diagnóstico no exterior	70.000			X
7	167	-	CC	Execução de análises clínicas efectuadas aos utentes do Centro Clínico	0			X
7	167	-	CC	Fornecimento de alimentação a doentes internados	0			X
7	167	-	CC	Prestação de cuidados de saúde a doentes internados	0			X
7	167	-	CC	Prestação de Serviços Médicos de Cirurgia Geral	30.000	X		
7	167	-	CC	Prestação de Serviços Médicos de Estomatologia/Medicina Dentária	36.000			X
7	167	-	CC	Prestação de Serviços Médicos de Gastro	18.000			X
7	167	-	CC	Prestação de Serviços Médicos de Ortopedia	0			X
7	167	-	CC	Prestação de Serviços Médicos de Psiquiatria	0			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>1.000</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>1.000</b>			
7	195	-	UAG	Tiro de manutenção	1.000			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>5.297.589</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>5.247.039</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>4.736.039</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>1.401.714</b>			
7	258	-	UAG	Limpeza	34.000			X
7	258	-	UAG	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	275.000			X
7	258	-	UAG	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	216.000			X
7	258	-	UAG	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UAG	Material de escritório	90.000			X
7	258	-	UAG	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	500.000			X
7	258	-	UAG	Outros bens	286.714			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>3.334.325</b>			
7	258	-	UAG	Encargos instalações	440.000			X
7	258	-	UAG	Transportes	1.769.325			X
7	258	-	UAG	Publicidade	24.000			X
7	258	-	UAG	Seguros	0			
7	258	-	UAG	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	200.000			X
7	258	-	UAG	Outros serviços (Incluí CE 04.08.02 e CE 06.02.03)	900.000			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>101.000</b>			
7	258	-	UAG	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UAG	Comunicações voz (fixas e móveis)	100.000			X
7	258	-	UAG	Comunicações Outras (CTT)	1.000			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>105.000</b>			
7	258	-	UAG	Viaturas (Incluí material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	105.000			X
7	258	-	UAG	Embarcações (Incluí material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>305.000</b>			
7	258	-	UAG	Manutenção, conservação das instalações	35.000			X
7	258	-	UAG	Limpeza das instalações	270.000			X
				<b>3.2. Formação dos recursos humanos</b>	<b>36.400</b>			
				<b>3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração</b>	<b>10.300</b>			
7	258	-	DRF	Contabilidade Pública e Gestão Orçamental	3.000	X		
7	258	-	DRF	Diploma de Especialização em Contabilidade e Técnicas Orçamentais	4.000	X		
7	258	-	DRF	Preparação e Execução do Orçamento PIDDAC	500	X		
7	258	-	DRF	O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Principais alterações em relação ao POC e ao POCP	1.400	X		
7	258	-	DRF	Sistema de Normalização Contabilística - Iniciação	1.400	X		
				<b>3.2.5. Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior</b>	<b>24.500</b>			
7	258	-	DSAD	Pós Graduação em Comportamento e Bem-estar Animal	8.000	X		
7	258	-	DSAD	Formação em imagiologia veterinária	2.000			X
7	258	-	DSAD	Pós graduação em clínica e cirurgia veterinária de animais de companhia (canídeos)	2.000	X		
7	258	-	DSAD	Pós graduação em clínica e cirurgia veterinária de animais de companhia (equídeos)	2.000	X		
7	258	-	DRF	Pós-Graduação "Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental"	10.500	X		
				<b>3.2.6. Cursos Ministrados em outros Estabelecimentos/Entidades</b>	<b>1.600</b>			



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CARI					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DRF	Formação em auditorias Sistemas NP EN ISO 22000 (Segurança Alimentar)	800	X		
7	258	-	DRF	Formação em auditoria de sistemas de gestão da qualidade NP EN ISO 9001	800	X		
				<b>3.3. Realização de Eventos, Conferências e Workshops</b>	<b>8.000</b>			
7	258	-	SAR	Conferência, no auditório do CG, sobre a figura militar de Nuno Álvares Pereira e o Papa que o canonizou	0			
7	258	-	DSAD	Formação básica em Higiene e Segurança Alimentar	2.000			X
7	258	-	DSAD	Workshop anual de Medicina de Equinos	6.000	X		
				<b>3.4. Outras Actividades</b>	<b>6.150</b>			
7	258	-	UAG	Consultoria técnica para desenvolvimento de projectos	6.150			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>4.686.359</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>33.200</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Remodelação de instalações para consultas do Centro Clínico (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação de instalações para laboratório do Centro Clínico (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0			X
7	258	-	DIE	Remodelação de instalações para Medicina Física e de Reabilitação do Centro Clínico (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação de Instalações para UAG e DRF (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 180.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação da Central de Esterilização - Bloco Operatório - Plano de Intenções € 100.000,00	0	X		
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>32.000</b>			
7	258	-	CC	Ampliação da área de atendimento do utente - Delegação do Centro Clínico do Porto	6.000			X
7	258	-	CC	Limpeza do telhado e sistema de equipamento de águas do edifício do C. Clínico - Janelas Verdes	20.000	X		
7	258	-	CC	Reparação do gabinete médico da Enfermaria de Cirurgia - Centro Clínico - J. Verdes	6.000	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>16.900</b>			
7	258	-	DSAD	Adaptação do mecanismo de suspensão de equídeos da sala de cirurgia para a remoção de cadáveres	4.500			
7	258	-	DSAD	Arranjo da cobertura da enfermaria de canídeos no Quartel da Ajuda	1.000			
7	258	-	DSAD	Construção de casa em alvenaria para protecção do Gerador da clínica de equídeos	1.500			
7	258	-	DSAD	Criação de sala de revelação de RX na clínica de medicina veterinária de equídeos	3.000			
7	258	-	DSAD	Remodelação dos WC da Enfermaria - Delegação do Centro Clínico do Porto	2.400			
7	258	-	DSAD	Restauro de Janelas e portas - Delegação do Centro Clínico do Porto	2.000			
7	258	-	DSAD	Restauro de Janelas e portas do Centro Clínico - J. Verdes - Lisboa	2.500			
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>4.637.459</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>1.690.000</b>			
7	258	-	DRL	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	0	X		
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	0			X
7	258	-	DRL	Electrodomésticos	0			X
7	258	-	DRL	Equipamento de ginástica e desporto	0			X
7	258	-	DRL	Equipamento audiovisual	0			X
7	258	-	DRL	Equipamento de Investigação Criminal	0			X
7	258	-	DRL	Equipamento de montanha	0			X
7	258	-	DRL	Equipamento para postos de controlo	0			X
7	258	-	DRL	Ferramentas e utensílios	0			X
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	0			X
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	0			X
7	258	-	DRL	Outros equipamentos (equipamento diverso)	40.000			X
7	258	-	DRL	Viaturas (a suportar pelo MAI /ANSR - € 500.000,00)	500.000			X
7	258	-	DRL	Aquisição de Material Escritório	900.000			X
7	258	-	DRL	Armamento	250.000			X
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>2.947.459</b>			
7	258	-	UAG	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	0	X		
7	258	-	UAG	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	13.000			X
7	258	-	UAG	Mobiliário de Aquartelamento	6.000			X
7	258	-	UAG	Mobiliário de Gabinete	12.240			X
7	258	-	UAG	Outros equipamentos (equipamento diverso)	0			
7	258	-	UAG	Fardamento	2.536.110			X
7	258	-	UAG	Mesa Telecomandada, basculante, elevatória, para radiologia convencional, compacta e polivalente para execução exames de radiologia convencional, fluoroscopia e tomografia, com controlo automático de exposição. - Serviço de Radiologia	220.000			X
7	258	-	CC	Aparelho Laser Mod.2100 - Delegação do Centro Clínico do Porto	1.668	X		
7	258	-	CC	Bicicleta Modelo Córdio car 827 E - Delegação do Centro Clínico do Porto	993	X		
7	258	-	CC	Cadeira Eléctrica ORL - (Otorrino) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	1.200	X		
7	258	-	CC	Caixa Cirúrgica Para Implantantes - (Estomatologia) - Consultas Externas -	2.400	X		



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO

UNIDADE RESPONSÁVEL: CARI

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				Centro Clínico - Lisboa				
7	258	-	CC	Câmara Fluxo Laminar Classe IIA - Delegação do Centro Clínico do Porto	1.500			X
7	258	-	CC	Contra Ângulo - Ângulo Redutor 1/20 ou 1/16 - (Estomatologia) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	840	X		
7	258	-	CC	Ecocardiografo + Ecografo - (Cardiologia) - Consultas externas Centro Clínico - Lisboa	70.000			X
7	258	-	CC	Ecógrafo logic c3 truscan imagy technology - Delegação do Centro Clínico do Porto	1.440	X		
7	258	-	CC	Esterilizador a vapor - Bloco Operatório - Centro Clínico - Lisboa	40.000			X
7	258	-	CC	Linha de Self-Service - Messe Guardas	22.000	X		
7	258	-	CC	Máquina de Gelo Móido - Mod. BF 80 <sup>®</sup> - Delegação do Centro Clínico do Porto	3.050			X
7	258	-	CC	Máquina Selar Material Isa/CC 3000 C/CLP - Delegação do Centro Clínico do Porto	1.302			X
7	258	-	CC	Motor Cirúrgico com bomba peristáltica - (Estomatologia) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	3.600	X		
7	258	-	CC	Passadeira (Fisioterapia) - Delegação do Centro Clínico do Porto	2.076	X		
7	258	-	CC	Pinças de Biópsia - (Gastro) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	1.200			X
7	258	-	CC	Retinoscópio com carregador - (Oftalmologia) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	720	X		
7	258	-	CC	RX Mod. 2100, montagem parede - Estomatologia da Delegação do Centro Clínico do Porto	2.520			X
7	258	-	CC	Turbina W&H Mod. TA-98 C LED GB - (Estomatologia) - Consultas Externas - Centro Clínico - Lisboa	900			X
7	258	-	CC	Outros equipamentos médicos	2.700			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>830.665</b>			
				<b>5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica</b>	<b>803.265</b>			
				<b>5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>803.265</b>			
7	258	-	DCSI	Manutenção Aplicações Estratégicas (AS/400 - SIGRI)	354.978			
7	258	-	DCSI	Manutenção do Sistema de Informação para a Área Financeira (SIC; SICPlus)	19.680			
7	258	-	DCSI	Licenças Prescrição electrónica Receitas Médicas	18.243			
7	258	-	DCSI	Desenvolvimento de módulos de interface com o GerFip - SICPlus	80.000			
7	258	-	DCSI	Licenças GeRFIP	75.000			
7	258	-	DCSI	Manutenção "Portal Social"	164.631			
7	258	-	DCSI	Assistência técnica equipamento de Imagiologia	48.733			
7	258	-	DCSI	Assistência técnica aos equipamentos do Bloco Operatório	42.000			
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>	<b>25.000</b>			
				<b>5.2.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>15.000</b>			
7	258	-	DCSI	Integração do serviço de radiologia com os gabinetes médicos	15.000			
				<b>5.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>10.000</b>			
7	258	-	DCSI	Slice - Programa informático do Laboratório de análises do Centro Clínico	6.000			
7	258	-	DCSI	Softreis - Programa informático do Depósito de Produtos Farmacêuticos - Centro Clínico	4.000			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>2.400</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 21.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis (integrado na DCSI € 3.500,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras (integrado na DCSI € 2.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 10.500,00)	0			
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>2.400</b>			
7	258	-	DCSI	Switch 24 portas	2.400			



ÓRGÃOS SUPERIORES DE COMANDO E DIRECÇÃO									
UNIDADE RESPONSÁVEL: CDF						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver		Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL (MISSOES DA UNIDADE ORGÁNICA)</b>		<b>8.925</b>			
				1.6. Projectos/Actividades/Acções no âmbito da missão da Unidade Orgânica		8.925			
				1.6.1. Direcção de Doutrina (DD)		8.925			
7	195	-	DD	Acreditação do Sistema de Formação da GNR		3.675	X		
7	195	O 5	DD	Concepção de modelos de módulos de e-learning		5.250		X	
7	195	-	DD	Implementação do sistema de auto-avaliação organizacional no CDF (Modelo CAF)		0		X	
				1.6.2. Direcção de Formação (DF)		0			
7	195	-	DF	Reestruturação Curricular e Regulamentar de Cursos de Especialização ministrados em estabelecimento de ensino da GNR		0			X
7	195	-	DF	Elaboração do Plano Anual de Formação 2012		0			X
7	195	-	DF	Elaboração do Plano Anual das Actividades Desportivas da GNR para 2012		0			X
7	195	-	DF	Gestão e monitorização da formação externa (Cursos de especialização/nacionais)		0			X
7	195	-	DF	Coordenação do Tiro da GNR		0			X
7	195	-	DF	Gestão das Actividades Desportivas da Guarda		0			X
7	195	-	DF	Gestão de dados estatísticos da actividade formativa da GNR - Sistema permanente de Gestão de Formação (SIGFORM/ SIGRI)		0	X		
7	195	O 6	DF	Concepção conteúdos programáticos - acções pedagógicas junto da comunidade escolar		0			X
7	195	O 6	DF	Coordenação e monitorização das actividades de ensino realizadas na AM, IESM e EG		0			X
7	195	-	DF	Análise dos relatórios das actividades de ensino da Guarda		0			X
7	195	-	DF	Elaboração de protocolos de cooperação com entidades civis e militares		0			X
7	195	-	DF	Análise e monitorização dos estudos efectuados na GNR por civis e militares		0			X
7	195	-	DF	Análise e monitorização dos estágios efectuados na GNR por civis e militares		0			X
7	195	-	DF	Monitorização dos temas de investigação desenvolvidos pelos formandos da AM, IESM e EG		0			X
7	195	-	DF	Concepção do Programa de Formação para a Segurança da Aviação Civil da GNR (PFSAC)		0			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>		<b>1.000.000</b>			
				<b>2.1. Cursos de Formação Inicial</b>		<b>1.000.000</b>			
7	195	-	DF	Licenciaturas em Ciências Militares - Academia Militar		850.000			X
7	195	-	DF	Curso de Promoção a Oficial Superior - Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)		150.000			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>		<b>6.730</b>			
				<b>3.2. Formação dos recursos humanos (</b>		<b>6.730</b>			
				<b>3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração</b>		<b>6.730</b>			
7	258	-	DF	Gestão de projectos (certificação IPMA)		500			X
7	258	-	DF	Gestão das e pelas competências I e II		1.000	X		
7	258	-	DF	FORGEP – programa de formação em gestão pública		0	X		
7	258	-	DF	Avaliação da formação		1.200	X		
7	258	-	DF	Auditorias da formação		1.200	X		
7	258	-	DF	Seminário de inovação, estratégia e inteligência competitiva		0	X		
7	258	-	DF	Optimização e gestão de dados em Excel		640			X
7	258	-	DF	Base de dados ACCESS		560			X
7	258	-	DF	Gestão de documentos e sistemas de arquivos		250	X		
7	258	-	DF	Arquivo e documento digital		300	X		
7	258	-	DF	Folha de cálculo Excel		280	X		
7	258	-	DF	Diagnóstico das necessidades de formação		300	X		
7	258	-	DF	Concepção e desempenho de programas e acções de formação		250	X		
7	258	-	DF	Construção do plano e relatório de actividades em articulação com o SIADAP		250	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>		<b>4.200</b>			
				<b>5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica</b>		<b>0</b>			
				<b>5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>		<b>0</b>			
7	258	-	DD	Criação da infra-estrutura necessária à implementação de um canal de TV organizacional (GNR-TV) – Plano de Intenções € 63.000,00		0	X		
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>		<b>4.200</b>			
				<b>5.2.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>		<b>4.200</b>			
7	258	-	DCSI	Implementação de sistema integrado de gestão de recursos multimédia		4.200			



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: UCC

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>1.184.691</b>			
				<b>1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional</b>	<b>7.362</b>			
				<b>1.3.7. Diversas (no âmbito da UCC)</b>	<b>7.362</b>			
7	227	-	UU	Operações no âmbito Gasóleo Colorido	1.626	X		
7	227	-	UU	Operações no âmbito das Pescas	4.685		X	
7	227	-	UU	Operações no âmbito da Interdição de Costa	1.051	X		
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>1.148.459</b>			
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>4.168</b>			
7	227	-	UU	Missões SIFICAP (DGPA, Marinha, Força Aérea)	4.168			X
				<b>1.4.7. Outras (no âmbito da UCC)</b>	<b>1.144.291</b>			
7	227	-	UU	Missões SIFICAP (Terrestres e Marítimas)	174.408		X	
7	227	-	UU	Patrulhamentos Terrestres	502.112		X	
7	227	-	UU	Patrulhamentos Fluviais	217.952		X	
7	227	-	UU	Patrulhamentos Marítimos	231.280		X	
7	227	-	UU	Conferências de abastecimento de embarcações	18.540			X
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>28.870</b>			
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>28.870</b>			
7	227	O 2	UU	Frontex	0			
7	227	-	UU	Actividades no âmbito da TISPOL	0			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			
7	227	-	UU	Controlos móveis	10.140		X	
7	227	-	UU	Outras Operações	18.730		X	
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>113.994</b>			
				<b>2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação</b>	<b>90.242</b>			
7	195	-	UU	2.º Curso de Patrão Local	15.922	X		
7	195	-	UU	2.º Curso Concentrado de Patrão Local	7.596	X		
7	195	-	UU	2.º Curso de Abordagem Marítima e Terrestre	11.114	X		
7	195	-	UU	Curso de Instrutor de Tiro	1.479		X	
7	195	-	UU	Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores	1.621		X	
7	195	-	UU	Curso de Análise de Informação Criminal	6.484	X		
7	195	-	UU	Curso de Seguimento e Vigilância	2.275	X		
7	195	-	UU	Curso da Protecção à Natureza e Ambiente	6.977	X		
7	195	-	UU	Curso de Informações para Oficiais	474			X
7	195	-	UU	Curso de Informações	3.451	X		
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "C"	4.863		X	
7	195	-	UU	Curso de Adaptação de Condução de Todo-o-Terreno	664		X	
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "D"	180	X		
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "C+E"	313		X	
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "B+E"	512		X	
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "B"	180			X
7	195	-	UU	Curso de Adaptação de Condução - categoria "B"	85	X		
7	195	-	UU	Curso de Formação de Condução - categoria "A"	910		X	
7	195	-	UU	Curso de Mergulho Militar Policial	18.770	X		
7	195	-	UU	Maritime Crisis Management/Incident Command System	1.820	X		
7	195	-	UU	Emergency Operations Center + Incident Response Planning	3.034	X		
7	195	-	UU	Port Physical Security/Port Vulnerability + AdvancedPort Physical Security/Port Vulnerability	1.517	X		
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>23.752</b>			
7	195	-	UU	Actualização de Operadores do CCCO	7.584	X		
7	195	-	UU	Actualização de Operadores dos PO Móveis	7.584	X		
7	195	-	UU	Actualização de Operadores de Transmissões	7.584	X		
7	195	-	UU	Tiro de Manutenção	1.000		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>3.053.602</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>2.935.390</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>1.591.795</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>656.511</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	60.000		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	201.872		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	80.000		X	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artífícios	40.000	X		
7	258	-	UU	Material de escritório	175.114		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	99.525		X	
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>935.284</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	413.000		X	
7	258	-	UU	Transportes	400.000		X	
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	3.282		X	
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	30.715		X	



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: UCC						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Outros serviços	88.287		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	186.380			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	9.720		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	155.460		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	21.200		X	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	823.595			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	300.000		X	
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	523.595		X	
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	333.620			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	131.000		X	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	202.620		X	
				3.2. Formação dos recursos humanos	118.212			
				3.2.2. Cursos Ministrados pelas Forças Armadas	2.992			
7	258	-	UU	Curso de Planeamento e Avaliação da Formação	150			
7	258	-	UU	Curso de Segurança Militar	632			
7	258	-	UU	Curso de Material e Segurança Cripto	265			
7	258	-	UU	Curso de OSINT + Curso de HUMINT + Curso de CIMIC	1.653			
7	258	-	UU	Curso de PC Map	293			
				3.2.3. Cursos Ministrados na Polícia Judiciária - ISPPC	1.554			
7	258	-	UU	Curso de Investigação ao Tráfico e Viciação de Documentos	1.554			
				3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração	956			
7	258	-	UU	Curso de Gestão de Conflitos	586			
7	258	-	UU	Curso de Gestão da Formação	371			
				3.2.5. Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior	107.232			
7	258	-	UU	1.º Curso de Comandantes, Patrões e Pilotos (na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique)	49.988			
7	258	-	UU	1.º Curso de Mecânicos e Electricistas de Bordo (na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique)	57.244			
				3.2.6. Cursos Ministrados em outros Estabelecimentos/Entidades	5.478			
7	258	-	UU	Curso IMOC (no <i>United States Coast Guard's Yorktown Training Center - Yorktown, Virgínia, USA</i> )	5.478			
				4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	589.951			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	60.000			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	UU	Pintura exterior do edifício do Cmd da UCC (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 60.000,00)	0	X		
7	258	-	UU	Montagem do Cais de Ancoragem em VRS António (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 45.000,00)	0	X		
7	258	-	UU	Destacamento de Controlo Costeiro - Olhão - Plano de Intenções € 35.000,00	0	X		
				4.4.3. Aquisição Descentralizada	60.000			
7	258	-	UU	Destacamento de Controlo Costeiro - Figueira Da Foz	20.000	X		
7	258	-	UU	Destacamento de Controlo Costeiro - Lisboa	20.000	X		
7	258	-	UU	Destacamento de Controlo Costeiro - Matosinhos	20.000	X		
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	32.000			
7	258	7	258	Comando da UCC	15.000			
7	258	-	UU	Destacamento de Controlo Costeiro - Sines	17.000			
				4.4. Equipamento	496.500			
				4.4.1. Aquisição Centralizada - DGIE MAI	375.500			
				Open Sea - 6.ª Fase	182.500			
7	258	-	DRL	Semi-rígidos (Comparticipação Comunitária - € 405.000,00)	135.000	X		
7	258	-	DRL	Unidade de manutenção meios marítimos (Comparticipação Comunitária - € 30.000,00)	10.000	X		
7	258	-	DRL	Actualização/Ugrade Electrónicos Embarcações (Comparticipação Comunitária - € 112.500,00)	37.500		X	
				Morcego & Mobile - 6.ª Fase	193.000			
7	258	-	DRL	Viaturas TT (Comparticipação Comunitária - € 189.000,00)	63.000	X		
7	258	-	DRL	Viatura posto de comando (Comparticipação Comunitária - € 150.000,00)	50.000	X		
7	258	-	DRL	Contentor (Comparticipação Comunitária - € 52.500,00)	17.500			X
7	258	-	DRL	Câmaras de visão nocturna (Comparticipação Comunitária - € 187.500,00)	62.500	X		
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL	121.000			
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	21.000	X		
7	258	-	DRL	Electrodomésticos	15.000	X		
7	258	-	DRL	Equipamento de ginástica e desporto	3.000	X		
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	7.000			X
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	35.000		X	
7	258	-	DRL	Outros equipamentos (equipamento diverso)	40.000	X		
				4.5. Arrendamento	1.451			
7	258	-	UU	Quartéis	299			
7	258	-	UU	Casas Função	1.152			



## UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: UCC

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   Op	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	0			
				5.3. Aquisição de Hardware	0			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI €44.000,00)	0			



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: UAF						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>154.706</b>			
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	5.500			
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	5.500			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	5.500		X	
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	147.226			
				1.4.4. Investigação Criminal	94.666			
7	227	-	UU	Seguimentos e vigilâncias	78.840			X
7	227	-	UU	Buscas	2.978			X
7	227	-	UU	Instrução de Inquéritos e processos por contra-ordenação	12.848			X
				1.4.7. Outras	52.560			
7	227	-	UU	Fiscalizações no âmbito fiscal e aduaneiro	52.560			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	1.980			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	1.980			
7	227	-	UU	Frontex	0			
7	227	-	UU	Actividades no âmbito da TISPOL	0			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			
7	227	-	UU	Controlos móveis	1.980		X	
7	227	-	UU	Outras Operações	0			
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>150.163</b>			
				2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação	150.163			
7	195	-	UU	Curso Fiscal para Guardas	142.200			X
7	195	-	DIC	Curso de Investigação Criminal	7.963	X		
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>690.578</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	690.578			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	492.248			
				3.1.1.1. Bens	71.300			
7	258	-	UU	Limpeza	5.000		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	150		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	15.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	50.000		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	150	X		
7	258	-	UU	Outros bens	1.000			X
				3.1.1.2. Serviços	420.948			
7	258	-	UU	Encargos instalações	153.000		X	
7	258	-	UU	Transportes	210.748		X	
7	258	-	UU	Publicidade	0	X		
7	258	-	UU	Seguros	300		X	
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	3.900			X
7	258	-	UU	Outros serviços	53.000		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	75.530			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	530		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	42.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	33.000		X	
				3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação	500			
7	258	-	UU	Representação dos Serviços - Entidades Congéneres e Outras Entidades	500	X		
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	30.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	30.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	92.300			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0			
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	92.300		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>12.894</b>			
				4.4. Equipamento	10.000			
				4.4.3. Aquisição Descentralizada	10.000			
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	3.500		X	
7	258	-	UU	Aquisição kit fiscalização gasóleo colorido e marcado	1.000			X
7	258	-	UU	Pilhas especiais p/ equipamento de seguimento e vigilância	5.500			X
				4.5. Arrendamento	2.894			
7	258	-	UU	Quartéis	2.894		X	



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: UNT

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>124.081</b>			
				<b>1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional</b>	<b>34.196</b>			
				<b>1.3.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>34.196</b>			
7	227	O 3	UU	Estrada Segura	0			
7	227	O 3	UU	Natal e Ano Novo	0			
7	227	O 3	UU	Carnaval	0			
7	227	O 3	UU	Páscoa	0			
7	227	O 3	UU	Circular em Segurança	0			
7	227	O 3	UU	Controlo de velocidade	0			
7	227	O 3	UU	Escoltas e desembaraçamentos	20.741		X	
7	227	O 3	UU	Provas desportivas	13.455		X	
7	227	O 3	UU	Fiscalização selectiva	0			
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>88.884</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	0			
7	227	-	UU	Eventos desportivos	0			
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>78.456</b>			
7	227	O 3	UU	Controlo de velocidade	0			
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	0			
7	227	-	UU	Provas desportivas	0			
7	227	O 3-	UU	Fiscalização selectiva	0			
7	227	O 3-	UU	Patrulhas/Operações STOP	55.022			X
7	227	-	UU	Acompanhamentos	2.831			X
7	227	-	UU	Rondas	13.525			X
7	227	-	UU	Deslocações a Tribunal	7.078			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>10.428</b>			
7	227	-	UU	UNT/UAf	10.428		X	
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>1.000</b>			
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>1.000</b>			
7	227	-	UU	Frontex	0			
7	227	-	UU	Actividades no âmbito da TISPOL	1.000	X		
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			
7	227	-	UU	Controlos móveis	0			
7	227	-	UU	Outras Operações	0			
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>5.138</b>			
				<b>2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação</b>	<b>5.138</b>			
7	258	-	UU	Curso de Condução Avançada	474	X		
7	258	-	UU	Curso de Operador Provida 2000	569			X
7	258	-	UU	Curso de Operador de Balanças	607			X
7	258	-	UU	Formação com Aperfeiçoamento e Actualização de Trânsito - Sargentos	2.730			X
7	258	-	UU	Formação de Actualização de operadores RADAR 6FD	758			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>378.289</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>378.289</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>178.431</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>44.612</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	2.148		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	1.000	X		
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	17.652		X	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	16.382		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	7.430			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>133.820</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	22.400		X	
7	258	-	UU	Transportes	92.400		X	
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	0			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	12.460		X	
7	258	-	UU	Outros serviços	6.560		X	
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>54.360</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	35.760		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	18.600		X	
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>7.098</b>			
7	258	-	UU	Aniversário da Unidade	4.000	X		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: UNT					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Visitas à Unidade no âmbito da cooperação com diversas entidades	3.098		X	
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>100.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	100.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>38.400</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0			
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	38.400		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>0</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Reconstrução do edifício do Destacamento de Acção Conjunta da UNT e Destacamento de Trânsito do CTer Porto (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				<b>5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica</b>	<b>0</b>			
				<b>5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Manutenção de <i>Tablet PC</i> 's (a suportar pelo MAI /ANSR - € 32.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Manutenção e Verificação de Balanças Rodoviárias (a suportar pelo MAI /ANSR - € 120.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Manutenção e Verificação de Radares (a suportar pelo MAI /ANSR - € 216.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Terminais ATM - SCOT (a suportar pelo MAI /ANSR - € 100.000,00)	0	X		
				<b>5.1.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Verificação anual periódica de Alcoolímetros quantitativos (a suportar pelo MAI /ANSR - € 122.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Verificação anual periódica de sonómetros (a suportar pelo MAI /ANSR - € 60.000,00)	0	X		
7	258	-	DCSI	Verificação anual periódica de Cinemómetros (a suportar pelo MAI /ANSR - € 5.000,00)	0	X		
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Radares fotográficos (Integra Plano de Necessidades de Tecnologias de Informação - € 120.000,00)	0	X		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: USHE

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>88.007</b>			
				1.1. Operações/Ações - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	52.713			
				1.1.1. Escola Segura	3.015			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.430	x		
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	0	x		
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	0	x		
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	0	x		
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	0	x		
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	0	x		
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	1.586			x
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	4.518			
7	227	-	UU	Operações	4.518			x
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0	x		
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	45.179			
7	227	-	UU	Residência Segura	0	x		
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0	x		
7	227	-	UU	Rondas	2.660			x
7	227	-	UU	Patrulhamento Auto	14.125			x
7	227	-	UU	Patrulhamento Moto/Estafetas-Moto	22.925			x
7	227	-	UU	Patrulhamento a Cavallo à Cidade de Lisboa/CTer Lisboa	5.469			x
				<b>1.3. Operações/Ações - Âmbito Nacional</b>	<b>21.764</b>			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	14.428			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	14.428			x
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	0	x		
				1.3.2. Segurança Rodoviária	4.500			
7	227	O 3	UU	Estrada Segura	0	x		
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	0			x
7	227	-	UU	Carnaval	0	x		
7	227	-	UU	Páscoa	0	x		
7	227	-	UU	Circular em Segurança	0	x		
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	0	x		
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	4.500			x
7	227	-	UU	Provas desportivas	0	x		
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0	x		
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	2.837			
7	227	-	UU	Floresta Segura	2.837			x
				<b>1.4. Operações/Ações - Âmbito Regional/Local</b>	<b>13.530</b>			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	2.585			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	2.467			x
7	227	-	UU	Eventos desportivos	118			x
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0	x		
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0	x		
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0	x		
				1.4.6. Conjuntas	6.683			
7	227	-	UU	Ações de Reforço aos Comandos Territoriais	6.683			x
				1.4.7. Outras	4.263			
7	227	-	UU	Outras Escoltas e Guardas de Segurança	4.263		x	
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>31.839</b>			
				<b>2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação</b>	<b>31.839</b>			
7	195	-	UU	Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública	2.877			x
7	195	-	UU	Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública	2.877			x
7	195	-	UU	Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública	2.877			x
7	195	-	UU	Curso de Patrulhamento Ciclo	7.182			x
7	195	-	UU	Curso Batedor-Moto	4.736	x		
7	195	-	UU	Curso Monitor de Equitação	2.133	x		
7	195	-	UU	Curso Ajudante Monitor de Equitação	853	x		
7	195	-	UU	Curso Ajudante Monitor de Equitação	853	x		
7	195	-	UU	Módulo Específico de Cavalaria - Sargentos	3.797			x
7	195	-	UU	Curso Específico de Cavalaria - Oficiais	3.654			x
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>3.188.154</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	3.188.154			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	2.222.154			
				3.1.1.1. Bens	1.310.154			
7	258	-	UU	Limpeza	28.000		x	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	500.000		x	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	75.940		x	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0	x		
7	258	-	UU	Material de escritório	45.000		x	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0	x		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: USHE						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Outros bens	661.214		x	
				3.1.1.2. Serviços	912.000			
7	258	-	UU	Encargos instalações	310.000		x	
7	258	-	UU	Transportes	525.000			x
7	258	-	UU	Publicidade	0	x		
7	258	-	UU	Seguros	0	x		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	3.000		x	
7	258	-	UU	Outros serviços	74.000		x	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	51.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	1.000		x	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	45.000		x	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	5.000		x	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	125.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	125.000		x	
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0	x		
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	790.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	60.000		x	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	730.000		x	
				4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	0			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparação das fachadas do edifício de Cmd da USHE (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 150.000,00)	0	x		
				4.5. Arrendamento	0			
7	258	-	UU	Quartéis (não inclui pagamento à Estamo - participações imobiliárias, SA. € 622.655,00)	0	x		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: UI

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>417.666</b>			
				<b>1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional</b>	<b>73.753</b>			
				<b>1.3.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>13.550</b>			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	13.550			x
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	0			
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>60.203</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	60.203			x
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>127.289</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>6.981</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	830			x
7	227	-	UU	Eventos desportivos	0			
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	O 3	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	3.339			x
7	227	O 3	UU	Incidentes tático policiais	0			
7	227	-	UU	Segurança física do Palácio Nacional de São Bento e do Palácio de Belém (Grupo de Intervenção Cinotécnico)	1.053			x
7	227	-	UU	Segurança física das instalações do Banco de Portugal no Carregado (Grupo de Intervenção Cinotécnico)	640			x
7	227	-	UU	Segurança física das instalações do Banco de Portugal no Carregado (Grupo de Intervenção de Ordem Pública)	629			x
7	227	-	UU	Operações de busca preventiva e inactivação de explosivos (Centro de Inactivação de Explosivos e Segurança em Subsolo)	491			x
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>28.032</b>			
7	227	-	UU	Escoltas a fundos do Banco de Portugal, obras de arte, explosivos e armamento (Grupo de Intervenção de Ordem Pública)	28.032			x
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>6.148</b>			
7	227	-	UU	Diligências de investigação do Grupo de Intervenção de Operações Especiais (sob a égide da 11ª Secção do DIAP - Lisboa)	5.653			x
7	227	-	UU	Inspeções subaquáticas (Unidade Especial de Operações Subaquáticas do GIPS)	495			x
				<b>1.4.5. Protecção e socorro</b>	<b>7.297</b>			
7	227	-	UU	Intervenções terrestres de combate a fogos florestais (GIPS)	4.345			x
7	227	-	UU	Intervenções de protecção e socorro em resultado de cheias, neve, obstrução de vias, buscas e outras (GIPS)	2.952			x
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>8.687</b>			
7	227	-	UU	Nações Unidas - Timor	8.687			x
				<b>1.4.7. Outras</b>	<b>70.145</b>			
7	227	-	UU	Prestação de Honras de Estado (Grupo de Intervenção de Ordem Pública)	305			x
7	227	O 3	UU	Operações de reforço ao dispositivo (pelo Grupo de Intervenção de Ordem Pública)	19.551			x
7	227	O 3	UU	Operações de reforço ao dispositivo (pelo Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro)	35.040			x
7	227	-	UU	Operações de reforço ao dispositivo (pelo Grupo de Intervenção de Operações Especiais)	4.672			x
7	227	-	UU	Operações de reforço ao dispositivo (pelo Grupo de Intervenção Cinotécnico)	10.576			x
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>216.251</b>			
				<b>1.5.1. Gestão Civil de Crises</b>	<b>216.251</b>			
7	227	-	UU	Nações Unidas	0			
7	227	-	UU	União Europeia	0			
7	227	-	UU	NATO	216.251			x
7	227	-	UU	Outras Organizações Internacionais	0			
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>374</b>			
7	227	O 2	UU	Frontex	374			x
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>129.043</b>			
				<b>2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação</b>	<b>129.043</b>			
7	195	-	UU	Curso Antiterrorismo	15.065	x		
7	195	-	UU	Curso Segurança Protecção Altas Entidades	1.594			x
7	195	-	UU	Curso Sniper	2.844	x		
7	195	-	UU	Condução Defensiva/Evasiva	379	x		
7	195	-	UU	1º Curso de Instrutor/ Monitor e Formador Cinotécnico ( CIMFC)	1.309			x
7	195	-	UU	1º Curso de Certificação Cinotécnico - Todas as Vertentes	16.247			x
7	195	-	UU	24º Curso de Operador/Tratador de Cinotécnico Cães de Guarda e Patrulha	20.706			x
7	195	-	UU	Curso de Instrutor / Formador de Uso de Bastão Extensível	317	x		
7	195	-	UU	Curso de Primeira intervenção em Protecção e Socorro	23.424	x		
7	195	-	UU	Curso de Mergulho GNR	10.993	x		
7	195	-	UU	Curso de Busca e Resgate em Montanha	6.769	x		
7	195	-	UU	1º CAIEEX	3.965			x
7	195	-	UU	Curso Manutenção Ordem Pública	8.421			x
7	195	-	UU	Curso Manutenção Ordem Pública	8.421	x		
7	195	-	UU	Curso Intervenção Situação Especiais Ordem Públicas	3.063			x
7	195	-	UU	Curso Intervenção Situação Especiais Ordem Públicas	3.063	x		
7	195	-	UU	Curso Bastão Extensível - Utilizador	569			x
7	195	-	UU	Curso Bastão Extensível - Utilizador	569			x



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: UI					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	195	-	UU	Curso Bastão Extensível - Utilizador	569			x
7	195	-	UU	Curso Utilizador Bastão Extensível - Instrutor	758			x
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>2.350.026</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>2.350.026</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>1.696.378</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>646.138</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	25.890		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	298.000			x
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			x
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	4.073	x		
7	258	-	UU	Material de escritório	52.363			x
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	375			x
7	258	-	UU	Outros bens	215.437		X	
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>1.050.240</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	300.000		X	
7	258	-	UU	Transportes	507.323			x
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	750		X	
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	17.210	x		
7	258	-	UU	Outros serviços	224.957		X	
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>80.553</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	476		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	77.660		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	2.417		X	
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>221.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	215.000			x
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	6.000		X	
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>352.095</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	18.000			x
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	334.095		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>37.860</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>20.000</b>			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>20.000</b>			
7	258	-	UU	Remodelação dos balneários dos Guardas do GIOP	20.000		X	
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>17.860</b>			
7	258	-	UU	Manutenção/pintura/infiltração quartel da Ajuda	2.000		X	
7	258	-	UU	Pintura diversa Santa Bárbara	5.000		X	
7	258	-	UU	Remodelação do WC da messe de Sargentos	5.000		X	
7	258	-	UU	Reparação de telhados/remodelação alojamentos	4.500		X	
7	258	-	UU	Substituição eléctrica do Quartel da Ajuda	1.360		X	
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Quartéis (não inclui pagamento à Estamo - participações imobiliárias, SA. € 387.734,04)	0			



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: EG

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>10.000</b>			
				1.4. Operações/Ações - Âmbito Regional/Local	0			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	0			
7	227	-	UU	Accionamento dos Pelotões de reserva	0			
				1.5. Operações/Ações - Âmbito Internacional	10.000			
				1.5.4. Participação da Guarda em fóruns internacionais	10.000			
7	227	-	UU	Reuniões no âmbito da CEPOL	10.000			
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>4.805.788</b>			
				2.1. Cursos de Formação Inicial	4.244.118			
7	195	-	UU	17º Tirocínio Para Oficiais (17º TPO)	109.827			X
7	195	-	UU	18º Tirocínio Para Oficiais (18º TPO)	37.394		X	
7	195	-	UU	33º Curso de Formação de Sargentos (33º CFS - 2º Ano)	19.410			X
7	195	-	UU	34º Curso de Formação de Sargentos (34º CFS - 1º Ano)	244.243			X
7	195	-	UU	34º Curso de Formação de Sargentos (34º CFS - 2º Ano)	139.001		X	
7	195	-	UU	35º Curso de Formação de Sargentos (35º CFS - 1º Ano)	244.243		X	
7	195	-	UU	Curso de Formação de Guardas	3.450.000			X
				2.2. Cursos de Promoção	340.183			
7	195	-	UU	Curso de Promoção a Capitão	24.061			X
7	195	-	UU	15.º Curso de Promoção a Sargento-ajudante (15º CPSA)	25.596			X
7	195	-	UU	16.º Curso de Promoção a Sargento-ajudante (16º CPSA)	82.203		X	
7	195	-	UU	17.º Curso de promoção a Sargento-ajudante (17º CPSA)	66.123	X		
7	195	-	UU	Curso de Promoção a Cabo (2011-2011)	71.100			X
7	195	-	UU	Curso de Promoção a Cabo (2012-2013)	71.100	X		
				2.3. Cursos de Especialização ou Qualificação	221.487			
7	195	-	UU	19.º Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (19º CFPIF) (Sargentos)	2.332			X
7	195	-	UU	20.º Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (20º CFPIF) (Oficiais)	2.332			X
7	195	-	UU	21.º Curso de Instrutores de Tiro para Sargentos	6.742			X
7	195	-	UU	22.º Curso de Instrutores de Tiro para Oficiais	6.742			X
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "A" (13 Cursos)	42.069		X	
7	195	-	UU	Cursos de Adaptação Categoria "A" (5 Cursos)	5.846		X	
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "B" (3 Cursos)	10.120			X
7	195	-	UU	Cursos de Adaptação Categoria "B" (6 Cursos)	2.759			X
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "C" (6 Cursos)	9.596		X	
7	195	-	UU	Cursos de Adaptação Categoria "C" (6 Cursos)	840		X	
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "D" (6 Cursos)	5.524	X		
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "B+E" (27 Cursos)	1.148		X	
7	195	-	UU	Cursos de Formação Categoria "C+E" (27 Cursos)	1.496	X		
7	195	-	UU	Adaptação a Viaturas Blindadas (4 Cursos)	683	X		
7	195	-	UU	Adaptação Veículos TT (8 Cursos)	2.755	X		
7	195	-	UU	43.º Curso de Trânsito	120.504			X
				2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização	0			
7	195	-	UU	Tiro de manutenção	0			
7	195	-	DCSI	Formação de Informática e Transmissões	0			
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.704.947</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	1.651.487			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	1.466.487			
				3.1.1.1. Bens	618.787			
7	258	-	UU	Limpeza	12.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	366.787			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	190.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	0			
				3.1.1.2. Serviços	847.700			
7	258	-	UU	Encargos instalações	480.000			X
7	258	-	UU	Transportes	300.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	1.000			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	15.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	51.700			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	100.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	90.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	10.000			X
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	45.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens -	45.000			X



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO									
UNIDADE RESPONSÁVEL: EG						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver		Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				reparações)					
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)		0	X		
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações		40.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações		30.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações		10.000			X
				3.2. Formação dos recursos humanos		26.730			
				3.2.2. Cursos Ministrados pelas Forças Armadas		0			
7	258	-	UU	Instrutor de Tiro Desportivo		0	X		
7	258	-	UU	Curso de Educação Física		0			X
7	258	-	UU	Segurança Militar		0	X		
7	258	-	UU	Ligação e Observador Militar		0	X		
7	258	-	UU	Operador de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência		0			X
7	258	-	UU	Planeamento e Avaliação da Formação – 3 Partes – Análise do Trabalho; Desenho Curricular; Avaliação		0	X		
7	258	-	UU	PC-MAP		0	X		
7	258	-	UU	Curso de Operações Humint		0	X		
7	258	-	UU	Curso Elementar de Combate em Áreas Edificadas		0	X		
7	258	-	UU	Curso Avançado de Combate em Áreas Edificadas		0	X		
7	258	-	UU	Curso Elementar de Operações de Apoio à Paz		0	X		
7	258	-	UU	Curso Avançado de Operações de Apoio à Paz		0	X		
7	258	-	UU	Curso de Bastão Extensível (Formador)		0	X		
7	258	-	UU	Atendimento Telefónico Público		0	X		
7	258	-	UU	Ajudantes de Mecânicos Armamento		0	X		
				3.2.3. Cursos Ministrados na Polícia Judiciária - ISPPC		0			
7	258	-	UU	Técnicas de Entrevista e Interrogatório		0	X		
7	258	-	UU	Lofoscopia		0	X		
				3.2.4. Cursos Ministrados no Instituto Nacional de Administração		26.730			
7	258	-	UU	A Base de Dados Access (2007)		280	X		
7	258	-	UU	Acordos Quadros e Centrais de Compras no Contexto do CCP		250	X		
7	258	-	UU	Ajudas de Custo – Gestão e Execução		250	X		
7	258	-	UU	Análise de Dados com o SPSS		760	X		
7	258	-	UU	Análise Económico-financeira nas Entidades Públicas - Nível I		300	X		
7	258	-	UU	Aplicar o Novo Acordo Ortográfico		400	X		
7	258	-	UU	Aquisição de Bens e Serviços na A.P. à Luz do Novo Código de Contratação Pública		350	X		
7	258	-	UU	Atendimento ao Público		0	X		
7	258	-	UU	Auditoria da Formação		600	X		
7	258	-	UU	Auditoria Financeira		300	X		
7	258	-	UU	Avaliação da Formação		300	X		
7	258	-	UU	Coaching para a Liderança e Desenvolvimento de Pessoas e Equipas		300	X		
7	258	-	UU	Como Estabelecer Relações Eficazes com os Média		250	X		
7	258	-	UU	Comunicar a Formação na Organização		500	X		
7	258	-	UU	Consolidação de Contas		350	X		
7	258	-	UU	Contabilidade Pública		300	X		
7	258	-	UU	Contabilidade Pública e Gestão Orçamental		300	X		
7	258	-	UU	Desenvolvimento de Aplicação em Access (2007)		250	X		
7	258	-	UU	Diploma de Especialização em Contabilidade e Técnicas Orçamentais		1.000	X		
7	258	-	UU	Diploma de Especialização em Implementação da CAF (DECAF)		1.500	X		
7	258	-	UU	Diploma Especialização em Aprovisionamento, Stocks e Património		1.000	X		
7	258	-	UU	Diploma Especialização em Avaliação de Desempenho		1.500	X		
7	258	-	UU	Dirigir Pessoas e Equipas com Inteligência Emocional		1.250	X		
7	258	-	UU	Escrituração em POCP		300	X		
7	258	-	UU	Fiscalidade - IVA		250	X		
7	258	-	UU	Formação Pedagógica de Formadores		550	X		
7	258	-	UU	Gestão de Conflitos		1.250	X		
7	258	-	UU	Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivo		300	X		
7	258	-	UU	Gestão de Formação		300	X		
7	258	-	UU	Gestão de Tesouraria e Fundo de Maneio		250	X		
7	258	-	UU	Gestão por Objectivos		450	X		
7	258	-	UU	Gestão Tesouraria e Fundo Maneio		250	X		
7	258	-	UU	Inglês Geral		350	X		
7	258	-	UU	Inglês Nível 1 a 8		1.750	X		
7	258	-	UU	Liderar Equipas para Resultados		280	X		
7	258	-	UU	Nova Lei Responsabilidade Extracontratual dos Poderes Públicos: Aplicação Prática		280	X		
7	258	-	UU	Novo Código da Contratação Pública		350	X		
7	258	-	UU	Novo SIADAP e a Reunião de Avaliação, Negociação e Contratualização		750	X		
7	258	-	UU	Novo Sistema de Normalização Contabilística		250	X		
7	258	-	UU	O Código dos Contratos Públicos		800	X		
7	258	-	UU	Processamento de Suplementos Remuneratórios e Outros Abonos		250	X		
7	258	-	UU	Recursos Tecnológicos para Formadores (Nível I)		200	X		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: EG

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Regime Férias, Faltas e Licenças	300	X		
7	258	-	UU	Responsabilidade Civil, Disciplinar, Criminal e Financeira na Administração Pública	600	X		
7	258	-	UU	Saber Comunicar com Pessoas Díficeis	250	X		
7	258	-	UU	Segurança Informática: Implementação em Redes IP	500	X		
7	258	-	UU	SIADAP	1.350	X		
7	258	-	UU	Sobre Imagem Digital com Photoshop	380	X		
7	258	-	UU	Técnicas de Facilitação	250	X		
7	258	-	UU	Técnicas de Redacção <i>Online-Internet, Intranet, Mail, Newsletter</i>	250	X		
7	258	-	UU	Técnicas e Ferramentas da Gestão do Tempo	250	X		
7	258	-	UU	Técnicas para o Desenvolvimento da Criatividade	750	X		
7	258	-	UU	Workshop Prático da Contratação Pública	400	X		
				<b>3.2.6. Cursos Ministrados em outros Estabelecimentos/Entidades</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Curso de Formação Todo-o-Terreno Nível 3	0	X		
7	258	-	UU	Curso de Investigação de Droga em Espanha	0	X		
7	258	-	UU	Curso de Investigação do Crime de Incêndio	0	X		
7	258	-	UU	Curso Segurança Activa/Defensiva	0	X		
7	258	-	UU	Estágio Motociclismo em <i>Fontainebeau</i>	0	X		
7	258	-	UU	Formador <i>Datinfo Analyst Workstation/Notebook</i>	0	X		
7	258	-	UU	Gestão e Organização de Arquivos Audiovisuais	0	X		
7	258	-	UU	<i>Introduction to Development Using Windows SharePoint Services 3.0</i>	0	X		
7	258	-	UU	Microsoft Excel 2010 - Operação	0	X		
7	258	-	UU	Microsoft Office Access	0	X		
7	258	-	UU	Microsoft Outlook 2010	0	X		
7	258	-	UU	Microsoft PowerPoint 2010	0	X		
7	258	-	UU	Microsoft Word 2010 - Operação	0	X		
7	258	-	UU	<i>Operational Intervention Instructor - MIP</i>	0	X		
7	258	-	UU	Reciclagem Aperfeiçoamento e Atualização Contínua	0	X		
7	258	-	UU	Reciclagem Suporte Básico de Vida	0	X		
7	258	-	UU	SIRESP	0	X		
				<b>3.3. Realização de Eventos, Conferências e Workshops</b>	<b>110.325</b>			
7	258	-	UU	AGIS	0			
7	258	-	UU	Celebrações Litúrgicas - Crisma	4.000			x
7	258	-	UU	Cerimónia de Juramento de Bandeira	7.550			x
7	258	-	UU	Cerimónia Militar de Compromisso de Honra	30.500			x
7	258	-	UU	Cursos Cepol (2 cursos)	975			x
7	258	-	UU	Dia da EG	4.500	x		
7	258	-	UU	<i>Governing Board</i>	0			x
7	258	-	UU	NCP Sénior	0			
7	258	-	UU	Participação em 3 cursos CEPOL Estrangeiro	0			x
7	258	-	UU	Participação nas Comemorações do Dia da Cidadania - mostra de actividades e equipamentos da GNR a alunos do 1º Ciclo	700	x		
7	258	-	UU	Realização de conferências estratégicas sobre segurança no âmbito das «Tardes de Queluz»	12.000	x		
7	258	-	UU	Seminário "e-Learning na GNR"	100	x		
7	258	-	UU	Seminários complementares da formação ministrada na EG	20.000	x		
7	258	-	UU	Workshop "Preparar formações/apresentações multimédia"	0			
7	258	-	UU	Outros Seminários e Visitas	30.000		x	
				<b>3.4. Outras Actividades</b>	<b>550</b>			
7	258	-	UU	Produção de Conteúdos Multimédia	150			
7	258	-	UU	Registo e edição Fotográfica e Vídeo de eventos	400			
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>21.911</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>0</b>			
				<b>4.2.3.1. ESCOLA DA GUARDA</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Instalação de Sistema de Purificação da água - EG Queluz (Plano de Intenções - € 44.500,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Instalação de Sistema de águas Quentes Sanitárias "Edifício de Oficiais" - EG Queluz (Plano de Intenções - € 25.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de telheiro para instrução - EG Queluz (Plano de Intenções - € 10.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Substituição/Reparação da rede de águas nos edifícios - EG Queluz (Plano de Intenções - € 300.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Ligação à Rede de Águas públicas - EG Queluz (Plano de Intenções - € 242.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Paiolim para munições e explosivos - EG Queluz (Plano de Intenções - € 30.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de pavilhão Gimnodesportivo - EG Queluz (Plano de Intenções - € 1.000.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício de Simulação de exercícios práticos - EG Queluz (Plano de Intenções - € 120.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção/Remodelação de Edifício Administrativo - EG Queluz (Plano de Intenções - € 278.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício de Salas de Aulas - EG Queluz (Plano de Intenções - € 800.000,00)	0	X		



UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO								
UNIDADE RESPONSÁVEL: EG						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DIE	Construção de Edifício de Alojamento (Plano de Intenções - € 2.000.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Colocação de relva sintética no Campo de Futebol de 11 e colocação de pista de atletismo (Plano de Intenções - € 350.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício de Oficiais (Plano de Intenções - € 720.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Posto Territorial (Plano de Intenções - € 50.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Posto de Socorros (Plano de Intenções - € 50.000,00)	0	X		
				<b>4.2.3.2. CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Substituição das iluminárias, reparação da pintura e chão da cozinha - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Revestimento da estrutura de betão armado dos pilares da messe de Sargentos - CFFFoz	0			X
7	258	-	DIE	Reparação e pintura da fachada norte do edifício de Comando - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Obras de conservação na carreira de tiro - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação das instalações do Alojamento 6 - CFFFoz (DGIE/MAI - € 400.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Pintura Edifício de Sargentos (Plano de Intenções - € 25.000,00)	0		X	
7	258	-	DIE	Pintura Edifício de Oficiais (Plano de Intenções - € 20.000,00)	0			X
7	258	-	DIE	Asfaltagem da Parada Sul, Parada Principal, Parada de Instrução e dos arruamentos - CFFFoz (Plano de Intenções - € 205.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Reparação do Alojamento 1 - CFFFoz (Plano de Intenções - € 600.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Readaptação funcional das instalações do Hangar velho (conversão em salas de aulas) e Oficinas na cave - CFFFoz (DIE/GNR - € 750.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício Multifunções (DIE/GNR - € 300.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Estacionamento - CFFFoz (DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Ampliação da Messe/Casa de Sargentos - CFFFoz (Plano de Intenções - € 200.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício Auditório - CFFFoz (DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de Edifício Cmd Batalhão - CFFFoz (DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Construção de edifício Casa de Guardas - CFFFoz (DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Instalação de Painéis solares - CFFFoz (DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Aproveitamento Águas Furtadas para construção de Alojamentos - CFFFoz (a estudar pela DIE/GNR)	0	X		
7	258	-	DIE	Reparação e sustentação do muro limite e tratamento da encosta contígua ao Edifício de Sargentos - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação de espaços verdes - CFFFoz	0		X	
7	258	-	DIE	Substituição de portas e janelas de madeira do edifício de Comando, Oficiais e Sargentos - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação da sala de entrada e dos WC da Casa da Guarda e do Edifício de Comando - CFFFoz	0	X		
7	258	-	DIE	Reestruturação da rede de saneamento de águas sanitárias e de águas pluviais	0	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>12.750</b>			
				<b>4.3.1.2. CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Desassoreamento do furo artesiano (sistema de rega e de incêndios do Quartel)	0	X		
7	258	-	UU	Implementação do sistema de videovigilância e iluminação do Quartel	0	X		
7	258	-	UU	Instalação eléctrica do Posto Socorros e Arrecadação Material de Guerra	0	X		
7	258	-	UU	Instalações sanitárias de apoio à messe dos Sargentos	0	X		
7	258	-	UU	Instalações sanitárias dos balneários dos Sargentos	0	X		
7	258	-	UU	Remodelação das janelas do sótão do Edifício de Oficiais	0	X		
7	258	-	UU	Reparação e beneficiação do recinto desportivo, existente entre as casernas	0	X		
7	258	-	UU	Substituição do chão do Bar de Formandos	0			X
				<b>4.2.1.3. CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE</b>	<b>12.750</b>			
7	258	-	UU	Alargamento de drenagem (campos de terra batida)	0			
7	258	-	UU	Remodelação (Vivenda n.º1)	0			
7	258	-	UU	Remodelação Gabinetes/Secções (Edifício de Comando)	0			
7	258	-	UU	Remodelação janelas/portas (Secção de Alimentação)	0			
7	258	-	UU	Construção parede interior e colocação de escada (Oficina auto)	1.700	X		
7	258	-	UU	Colocação de pavimento e reparação de infiltração (Arrecadação de material de guerra)	1.850	X		
7	258	-	UU	Colocação de pavimento e reparação de paredes (Lavandaria)	2.150	X		
7	258	-	UU	Colocação de pavimento (Depósito de material)	3.200	X		
7	258	-	UU	Colocação de pavimento e azulejos (Arrecadação de material de guerra)	3.850	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>9.161</b>			
7	258	-	UU	Casas Função	4.860			X
7	258	-	UU	Casas Guarnição	4.301			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>22.250</b>			
				<b>5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica</b>	<b>4.700</b>			
				<b>5.1.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>4.700</b>			
7	258	-	DCSI	Criação e Manutenção de Sites de Curso <i>on-line</i>	0	X		
7	258	-	DCSI	Desenvolvimento do Portal de Formação	1.200	X		
7	258	-	DCSI	Reparação e Manutenção de Equipamentos (1º Escalão)	3.500		X	
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>	<b>7.200</b>			
				<b>5.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>7.200</b>			



## UNIDADES ESPECIALIZADAS E ESTABELECIMENTO DE ENSINO

UNIDADE RESPONSÁVEL: EG

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DCSI	Adobe <i>e-learning Suite 2.5</i> (licenças Académicas)	1.500	X		
7	258	-	DCSI	<i>Conector Questionmark</i> para <i>MS Sharepoint</i> (1 Licença)	5.700	X		
				5.3. Aquisição de Hardware	10.350			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis (integrado na DCSI € 25.200,00)	0	X		
				5.3.3. Aquisição Descentralizada	10.350			
7	258	-	DCSI	Aquisição de equipamento activo e passivo de rede de dados	9.000		X	
7	258	-	DCSI	Câmara GOPRO HELMET HD (Formação)	250	X		
7	258	-	DCSI	<i>eBearn Engage</i> (Quadro interactivo portátil multimédia)	1.100	X		



UNIDADES TERRITORIAIS									
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER AÇORES						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver		Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>		<b>55.752,32</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade		1.681,76			
				1.1.1. Escola Segura		858,4			
7	227	-	UU	Patrulhamentos		0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação		858,4		X	
				1.1.5. Apoio 65 - Idosos em Segurança		823,36			
7	227	-	UU	Patrulhamentos		0			
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança		0			
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior		0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação		823,36		X	
				<b>1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional</b>		<b>23.535,20</b>			
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro		16.644,00			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO		16.644,00		X	
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente		6.891,20			
7	227	-	UU	Floresta Segura		0			
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro		0			
7	227	-	UU	Meixão		0			
7	227	-	UU	Resíduos		6.891,20		X	
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>		<b>10.535,36</b>			
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente		5.840,00			
7	227	-	UU	Acções SEPNA		5.840,00		X	
				1.4.4. Investigação Criminal		1.191,36			
7	227	-	UU	Operações no âmbito tributário, fiscal e aduaneiro, contrafacção, pesca, droga, jogo ilícito		1.191,36		X	
				1.4.6. Conjuntas		2.920,00			
7	227	-	UU	SEF, PSP, Marinha, Polícia Marítima, SIS, Inspeção Regional do Ambiente		2.920,00		X	
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>		<b>20.000,00</b>			
				1.5.2. Cooperação policial internacional		20.000,00			
7	227	-	UU	Frontex		10.000,00	X		
7	227	-	UU	Outras Operações		10.000,00	X		
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>		<b>4.625,24</b>			
				2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização		4.625,24			
7	195	-	UU	Tiro de manutenção		4.625,24		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>		<b>378.500,00</b>			
				3.1. Actividade Administrativa		378.500,00			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional		263.500,00			
				3.1.1.1. Bens		131.500,00			
7	258	-	UU	Limpeza		30.000,00		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção		15.000,00	X		
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)		45.000,00		X	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos		0			
7	258	-	UU	Material de escritório		25.000,00		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos		1.500,00		X	
7	258	-	UU	Outros bens		15.000,00		X	
				3.1.1.2. Serviços		132.000,00			
7	258	-	UU	Encargos instalações		53.000,00		X	
7	258	-	UU	Transportes		75.000,00		X	
7	258	-	UU	Publicidade		0			
7	258	-	UU	Seguros		0			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)		1.500,00		X	
7	258	-	UU	Outros serviços		2.500,00		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades		45.000,00			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet		5.000,00		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)		25.000,00		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)		15.000,00		X	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações		38.000,00			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)		33.000,00		X	
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)		5.000,00		X	
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações		32.000,00			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações		12.000,00		X	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações		20.000,00		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>		<b>37.200,00</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas		0			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE		0			
7	258	-	DIE	Substituição de parte da Cobertura e Remodelação do Piso 0 do DTr Horta (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 45.000,00)		0			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER AÇORES

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	30.000,00			
7	258	-	UU	Conservação de Postos (Pinturas pequenas reparações)	30.000,00		X	
				4.5. Arrendamento	7.200,00			
7	258	-	UU	Quartéis	7.200,00		X	
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>1.600,00</b>			
				5.3. Aquisição de Hardware	1.600,00			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 19.500,00)	0			
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis (integrado na DCSI € 4.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Fotocopiadoras (integrado na DCSI € 12.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras (integrado na DCSI € 5.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 15.600,00)	0			
7	258	-	DCSI	Periféricos (integrado na DCSI € 1.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Scanners	0			
				5.3.3. Aquisição Descentralizada	1.600,00			
7	258	-	UU	Aquisição de Hardware (discos, motherboard, fontes de alimentação etc.)	1.000,00		X	
7	258	-	UU	Periféricos	600		X	



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BEJA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	449.554,23			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	21.916,74			
				1.1.1. Escola Segura	6.154,83			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.680,99			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	381,94			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	235			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	653			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	0			
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	2.299,91			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	904			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	4.905,00			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	4.842,00			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	63			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	4.032,00			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.696,00			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	262			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	74			X
				1.1.6. Comércio Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.7. Farmácia Segura	179			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	105	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	74	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	2.125,99			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.125,99	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	2.651,00			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.651,00			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	1.868,92			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	1.868,92			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	1.667,00			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.667,00		X	
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	0			
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	20.199,29			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	6.424,00			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	3.965,00			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	2.459,00			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	9.973,89			
7	227	-	UU	Estrada Segura	1.470,00			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	4.123,00			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.652,00			X
7	227	-	UU	Páscoa	1.075,00			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	0			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	942			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BEJA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	0			
7	227	-	UU	Provas desportivas	711,9			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0			
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	149			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	149			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	3.626,64			
7	227	-	UU	Floresta Segura	1.120,11			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	1.238,08			X
7	227	-	UU	Meixão	1.184,35			X
7	227	-	UU	Resíduos	84,1			X
				1.3.4. Investigação Criminal	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	25,75			
7	227	-	UU	Global Operation	25,75			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	401.191,21			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	237.457,00			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	225			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	3.762,00			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	100	X		
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	158	X		
7	227	-	UU	Festival Sudoeste	6.248,00			X
7	227	-	UU	Policciamento Geral	226.964,00			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	138.992,12			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	12.121,97			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	2.851,79			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.942,50			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	16.226,91			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Rodoviário	92.494,97			X
7	227	-	UU	Operações Stop	13.353,98			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	5.180,90			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação âmbito temáticas actuação do SEPNA	46,72			X
7	227	-	UU	Colaboração com o instituto da água (recolha de h2o, para análise - barragem de Odivelas)	26,86	X		
7	227	-	UU	Denúncias linha SOS ambiente	759,2			X
7	227	-	UU	Fiscalização ao abate de azinheira/sobreiro (solicitadas pela AFN)	3.416,05			X
7	227	-	UU	Recolha e entrega de animais no Parque Natural do Vale do Guadiana/ICNB	932,06			X
				1.4.4. Investigação Criminal	721,94			
7	227	-	UU	Op. Inopinadas decorrentes de inquéritos	721,94			X
				1.4.6. Conjuntas	53,88			
7	227	-	UU	Finanças	7,36			X
7	227	-	UU	Alfândegas	19,62			X
7	227	-	UU	ACT	5,49			X
7	227	-	UU	SEF	11,1			X
7	227	-	UU	ASAE	9,81			X
				1.4.7. Outras	18.785,88			
7	227	-	UU	Fiscalização captação ilegal de águas na barragem de Alqueva (EDIA-GNR/SEPNA)	17,29			X
7	227	-	UU	Plano de acção conjunta com o ICNB sobre a vigilância do lince ibérico/água imperial	1.733,31			X
7	227	-	UU	Operações diversas no âmbito do SEPNA	93,44			X
7	227	-	UU	Patrulhamento geral do SEPNA	16.731,60			X
7	227	-	UU	Controlos móveis na área ambiental GNR/SEPNA-Guardia Civil/SEPRONA	210,24			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	4.580,00			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	4.580,00			
7	227	-	UU	Controlos móveis	4.580,00		X	
				2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO	29.197,40			
				2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização	29.197,40			
7	195	-	UU	Tiro de manutenção	27.302,40		X	
7	195	-	UU	Acções formação inopinada	1.895,00			X
				3. GESTÃO INTERNA	1.182.092,01			
				3.1. Actividade Administrativa	1.108.508,37			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	793.508,37			
				3.1.1.1. Bens	230.000,00			
7	258	-	UU	Limpeza	5.000,00			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	70.000,00		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I -	60.000,00			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BEJA					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				Actividade Operacional)				
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artífícios	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	35.000,00			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	60.000,00		X	
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>563.508,37</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	347.808,37		X	
7	258	-	UU	Transportes	55.000,00		X	
7	258	-	UU	Publicidade	200		X	
7	258	-	UU	Seguros	500	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	70.000,00			X
7	258	-	UU	Outros serviços	90.000,00		X	
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>125.000,00</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	80.000,00		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	45.000,00		X	
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>80.000,00</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	78.000,00			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	2.000,00		X	
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>110.000,00</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0			
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	110.000,00			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>165.730,03</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Substituição da cobertura e reparações diversas no DTer de Almodôvar (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 80.000,00)	0			
7	258	-	UU	Reparação da Cobertura do PTer de Ourique (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 40.000,00)	0			
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>45.000,00</b>			
7	258	-	UU	Pequenas obras de reparação	30.000,00		X	
7	258	-	UU	Pintura geral em 30 Postos	15.000,00		X	
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>120.730,03</b>			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>120.730,03</b>			
7	258	-	UU	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	4.500,00		X	
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	6.000,00		X	
7	258	-	UU	Electrodomésticos	5.400,00		X	
7	258	-	UU	Equipamento de ginástica e desporto	30.000,00		X	
7	258	-	UU	Equipamento audiovisual	7.500,00		X	
7	258	-	UU	Ferramentas e utensílios	2.500,00		X	
7	258	-	UU	Mobiliário de Aquartelamento	3.600,00			X
7	258	-	UU	Mobiliário de Gabinete	12.000,00	X		
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	34.230,03		X	
7	258	-	UU	Maquina de lavar roupa semi-industrial	600	X		
7	258	-	UU	Bicicletas para patrulhamento	14.400,00	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>73.583,64</b>			
7	258	-	UU	Quartéis (não inclui pagamento à Diocese de Beja. € 120.000,00)	18.667,44		X	
7	258	-	UU	Casas Função	54.916,20		X	
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>0</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 18.000,00)	0			
7	258	-	UU	Computadores portáteis (integrado na DCSI € 3.500,00)	0			
7	258	-	UU	Periféricos (integrado na DCSI € 1.500,00)	0			
7	258	-	UU	Scanners (integrado na DCSI € 300,00)	0			



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER AVEIRO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>510.956,08</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	56.603,03			
				1.1.1. Escola Segura	17.051,63			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.008,00			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	5.840,00			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	525,6			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	525,6			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	525,6			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	992,8			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.634,03			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	3.036,80			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.394,40			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	642,4			X
				1.1.3. SOS Azulejo	1.051,20			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	642,4	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	408,8	X		
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	7.358,40			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.256,00			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	1.051,20			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.051,20			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	4.613,60			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336,00			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	1.460,00			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	467,2			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	350,4			X
				1.1.6. Comércio Seguro	3.445,60			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.394,40			X
7	227	-	UU	Operações	642,4			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	408,8			X
				1.1.7. Farmácia Segura	2.978,40			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336,00			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	350,4		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292		X	
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	817,6			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	408,8			X
7	227	-	UU	Acções de formação	233,6		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	175,2		X	
				1.1.9. Abastecimento Seguro	3.153,60			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.394,40			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	642,4		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	116,8		X	
				1.1.10. Táxi Seguro	2.803,20			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336,00			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	233,6		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	233,6		X	
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	7.957,00			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.329,00			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	2.336,00			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	2.336,00			
7	227	-	UU	Residência Segura	2.336,00			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	3.212,00			
7	227	-	UU	Lei das Armas	2.920,00			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	292			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	114.815,45			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	11.604,78			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	7.096,77			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	4.508,01			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	57.115,20			
7	227	-	UU	Estrada Segura	14.716,80			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	4.812,16			X
7	227	-	UU	Carnaval	4.812,16			X
7	227	-	UU	Páscoa	4.812,16			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	3.457,28			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.840,00			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER AVEIRO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	3.480,64			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	3.504,00			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	11.680,00			X
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>33.831,47</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	12.264,00			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	6.073,60			X
7	227	-	UU	Meixão	5.449,07			X
7	227	-	UU	Resíduos	10.044,80			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>12.264,00</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	12.264,00			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	0			X
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>336.325,60</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>39.828,80</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	2.920,00			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	35.040,00			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	1.460,00			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	408,8			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>7.416,80</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	4.088,00			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	408,8			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	408,8			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	2.511,20			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>2.920,00</b>			
7	227	-	UU	Recolha de Amostras de Águas Residuais	2.920,00		X	
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>2.336,00</b>			
7	227	-	UU	Recolha de Informação pela Equipas dos NAT	2.336,00			X
				<b>1.4.7. Outras</b>	<b>283.824,00</b>			
7	227	-	UU	Policiamento geral / Policiamento a Espectáculos Desportivos e Camadas Jovens do MAI	283.824,00			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>2.044,00</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização</b>	<b>2.044,00</b>			
7	195	-	UU	Tiro de manutenção	2.044,00		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.247.500,00</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.247.500,00</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>767.500,00</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>230.000,00</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	15.000,00			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	110.000,00			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	15.000,00			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	50.000,00			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	40.000,00		X	
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>537.500,00</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	400.000,00			X
7	258	-	UU	Transportes	70.000,00		X	
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	2.500,00			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	50.000,00			X
7	258	-	UU	Outros serviços	15.000,00		X	
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>195.000,00</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	75.000,00			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	120.000,00			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>150.000,00</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	150.000,00			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>135.000,00</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	15.000,00			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	120.000,00		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>57.489,40</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-</b>	<b>0</b>			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER AVEIRO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				estruturas				
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	UU	Substituição da cobertura e pintura geral do edifício do PTer de Lourosa (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0			
7	258	-	UU	Reparações Diversas e pintura do quartel do CTer de Aveiro (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0			
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	40.000,00			
7	258	-	UU	Pequenas obras com reparação dos Quartéis	40.000,00		X	
				4.5. Arrendamento	17.489,40			
7	258	-	UU	Quartéis	7.169,40			X
7	258	-	UU	Casas Função	10.320,00			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>595.124</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	34.945			
				1.1.1. Escola Segura	8.818			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.840			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	584			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	117			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	584			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	175			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	350			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.168			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	876			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292		X	
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	7.008			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.840			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.168			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	2.350			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.000			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	833			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	117			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	400			X
				1.1.6. Comércio Seguro	1.752			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Operações	584			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.7. Farmácia Segura	759			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	467			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	533			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	417	X		
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117	X		
				1.1.9. Abastecimento Seguro	993			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	876			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117			X
				1.1.10. Táxi Seguro	584			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	467			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117			X
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	759			
7	227	-	UU	Operações	467	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292	X		
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	4.672			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	1.168			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.168			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	5.840			
7	227	-	UU	Residência Segura	5.840			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
7	227	-	UU	Patrulhamento diário dos Postos	0			
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	60.200			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.800			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	58.400			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	170.042			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	29.200			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	23.360			X
7	227	-	UU	Operação Exames Nacionais	5.840			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	110.117			
7	227	-	UU	Estrada Segura	58.400			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	15.767			X
7	227	-	UU	Carnaval	4.075			X
7	227	-	UU	Páscoa	8.000			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	2.750			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	2.375			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	8.625			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	6.250			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	3.875			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>1.625</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.625			X
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>11.550</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	8.750			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	550			X
7	227	-	UU	Meixão	938			X
7	227	-	UU	Resíduos	1.313			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>9.425</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	9.425			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>8.125</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	8.125			X
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>327.318</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>302.538</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	5.625			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	50.000			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	5.500			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	2.500			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	2.500			X
7	227	-	UU	Transplante de órgãos	2.813			X
7	227	-	UU	Patrulhamento geral	233.600			X
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>19.250</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	2.375			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	8.750			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	6.250			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	1.875			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>1.780</b>			
7	227	-	UU	Suiniculturas	163			X
7	227	-	UU	Veículos em Fim de Vida	563			X
7	227	-	UU	Recolha de Águas	688			X
7	227	-	UU	Óleos Usados	188			X
7	227	-	UU	Actividades Extractivas	180			X
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>3.750</b>			
7	227	-	UU	Operações da SIC	3.750			X
7	227	-	UU	Criação do 2.º NIAVE	0			
				<b>1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional</b>	<b>2.620</b>			
				<b>1.5.2. Cooperação policial internacional</b>	<b>2.620</b>			
7	227	-	UU	Controlos móveis	2.620			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>33.900</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>33.900</b>			
7	195	-	UU	Tiro de Manutenção	8.900			X
7	195	-	UU	Formação SIIOP	22.500	X		
7	258	-	UU	Formação SICPlus	2.500			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.247.876</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.247.876</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>815.856</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>142.856</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	15.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	2.500			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	40.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	60.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	25.356			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>673.000</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	214.000			X
7	258	-	UU	Transportes	60.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			X
7	258	-	UU	Seguros	2.000			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	40.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	357.000			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>205.000</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	5.000	X		



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	80.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	120.000			X
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>10.020</b>			
7	258	-	UU	Cerimónia de despedidas de militares que transitam para a reserva	5.000			X
7	258	-	UU	Cerimónias fúnebres de militares	2.520			X
7	258	-	UU	Dia da GNR, realização de plastrons	2.000	X		
7	258	-	UU	Dia da Unidade	500	X		
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>147.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	144.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	3.000			X
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>70.000</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	20.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	50.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>124.060</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>20.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Reparação Geral do PTER das Taipas (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>20.000</b>			
7	258	-	UU	Obras Conservação Aquartelamento de Barcelos	20.000	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>27.500</b>			
7	258	-	UU	Obras Conservação Aquartelamento de Fafe	11.000	X		
7	258	-	UU	Obras Conservação Aquartelamento de Vieira do Minho	16.500	X		
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>37.500</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>32.500</b>			
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	15.000	X		
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	17.500		X	
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>5.000</b>			
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	5.000			X
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>39.060</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	35.100			X
7	258	-	UU	Casas Função	3.960			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>5.600</b>			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>5.600</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 10.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 15.000,00)	0			
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>5.600</b>			
7	258	-	UU	Placas de Rede	1.500	X		
7	258	-	UU	Memórias	2.000			X
7	258	-	UU	Motherboard	600	X		
7	258	-	UU	Discos Rígidos	1.500	X		



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGANÇA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>303.313</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	73.500			
				1.1.1. Escola Segura	7.349			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.451			x
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	294			x
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	269			x
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	412			x
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	568			x
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	446		x	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.909		x	
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	1.183			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	147		x	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.036			x
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	14.535			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	10.045		x	
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	4.490		x	
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	30.364			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	15.841			x
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	8.097		x	
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	5.301			x
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.124			x
				1.1.6. Comércio Seguro	2.482			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	380		x	
7	227	-	UU	Operações	23			x
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	2.079		x	
				1.1.7. Farmácia Segura	450			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	450			x
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	3.078			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.752		x	
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	326			x
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	14.059			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	14.059		x	
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	4.192			
7	227	-	UU	Lei das Armas	4.192		x	
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	0			
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	174.583			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	48.820			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	47.030			x
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.790			x
				1.3.2. Segurança Rodoviária	55.303			
7	227	-	UU	Estrada Segura	29.393			x
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	10.844			x
7	227	-	UU	Carnaval	2.493			x
7	227	-	UU	Páscoa	3.315			x
7	227	-	UU	Circular em Segurança	625		x	
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.534		x	



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGANÇA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	335			x
7	227	-	UU	Provas desportivas	2.142			x
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	621		x	
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	197			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	197			x
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	44.425			
7	227	-	UU	Floresta Segura	33.099			x
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	7.167		x	
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	4.159		x	
				1.3.4. Investigação Criminal	25.839			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	25.839			x
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	0			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	45.431			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	2.453			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	164			x
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.289		x	
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
				1.4.2. Segurança Rodoviária	8.143			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.581		x	
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	256			x
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.714			x
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	592		x	
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	15.929			
7	227	-	UU	Recolha e entrega de amostras de água	15.929			x
				1.4.4. Investigação Criminal	18.906			
7	227	-	UU	Recolha de informação/vestígios pelas equipas NAT/NAO	18.906			x
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	5.606			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	5.606			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	5.022			x
7	227	-	UU	Controlos móveis	584			x
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>708.550</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	708.550			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	515.050			
				3.1.1.1. Bens	209.700			
7	258	-	UU	Limpeza	15.000		x	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	75.000		x	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			x
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	30.000			x
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	1.200		x	
7	258	-	UU	Outros bens	38.500			x
				3.1.1.2. Serviços	305.350			
7	258	-	UU	Encargos instalações	190.000		x	
7	258	-	UU	Transportes	25.000		x	
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	2.000	x		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	18.000		x	
7	258	-	UU	Outros serviços	70.350		x	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	72.500			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	47.500		x	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	25.000		x	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	51.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	51.000			x
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	70.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	25.000			x
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	45.000		x	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>8.375</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER BRAGANÇA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura e Interiores do PTer de Vila Flor (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 40.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura e Interiores do PTer de Macedo de Cavaleiros (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 35.000,00)	0			
				4.5. Arrendamento	8.375			
7	258	-	UU	Quartéis	3.575		x	
7	258	-	UU	Casas Função	4.800			x



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER CASTELO BRANCO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>350.000</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	114.006			
				1.1.1. Escola Segura	14.901			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	10.466			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	1.830			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	444			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	586			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	597			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	643			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	335			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	1.588			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.261		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	327		X	
				1.1.3. SOS Azulejo	37			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	37	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	1.835			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	782			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	234	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	819			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	3.289			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.138			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	584			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	70			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	498			X
				1.1.6. Comércio Seguro	4.724			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.701			X
7	227	-	UU	Operações	1.017			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.005			X
				1.1.7. Farmácia Segura	2.083			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.168			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	255	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	660			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	720			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	292		X	
7	227	-	UU	Acções de formação	68	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	360	X		
				1.1.9. Abastecimento Seguro	77.151			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	77.151		X	
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	459			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	210		X	
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	24	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	225	X		
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	1.236			
7	227	-	UU	Operações	871		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	365		X	
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	5.982			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.655			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	958			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.369			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	1.850			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.370		X	
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	480		X	
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	151.079			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	12.211			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	8.353			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	3.859			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	97.475			
7	227	-	UU	Estrada Segura	11.505			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	10.499			X
7	227	-	UU	Carnaval	8.778			X
7	227	-	UU	Páscoa	8.194			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	3.307			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	17.159			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER CASTELO BRANCO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	11.557			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	4.832			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	21.645			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	300			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	300			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	29.576			
7	227	-	UU	Floresta Segura	21.662			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	3.109			X
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	4.805			X
				1.3.4. Investigação Criminal	8.857			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	8.857			X
				1.3.5. Protecção e socorro	1.112			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.112	X		
				1.3.6. Conjuntas	1.549			
7	227	-	UU	Global Operation	1.549		X	
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	81.955			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	12.407			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	1.177			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.990			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	1.198			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	4.842		X	
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	2.200		X	
				1.4.2. Segurança Rodoviária	28.106			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	13.261			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	8.476		X	
7	227	-	UU	Provas desportivas	2.098			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	4.270			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	16.535			
7	227	-	UU	Operações/patrolhamentos	16.535			X
				1.4.4. Investigação Criminal	19.320			
7	227	-	UU	Operações/patrolhamentos	19.320			X
				1.4.5. Protecção e socorro	576			
7	227	-	UU	Operações/patrolhamentos	576		X	
				1.4.6. Conjuntas	3.574			
7	227	-	UU	Operações/patrolhamentos	3.574			X
				1.4.7. Outras	1.437			
7	227	-	UU	Operações/patrolhamentos	1.437		X	
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	1.110			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	1.110			
7	227	-	UU	Controlos móveis	1.110			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>793.309</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	793.309			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	508.909			
				3.1.1.1. Bens	204.809			
7	258	-	UU	Limpeza	16.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	71.050			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	57.419			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	40.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	20.340		X	
				3.1.1.2. Serviços	304.100			
7	258	-	UU	Encargos instalações	280.000			X
7	258	-	UU	Transportes	12.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	2.100	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	0			
7	258	-	UU	Outros serviços	10.000		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	108.500			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	58.500			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	50.000			X
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	88.500			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	88.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	500			X
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	87.400			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER CASTELO BRANCO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	44.400		X	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	43.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>263.733</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	5.000			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DJE	0			
7	258	-	UU	Reparações diversas no PTER de Zebreira (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 60.000,00)	0			
7	258	-	UU	Substituição da Cobertura e reparações diversas no PTER do Paúl (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 60.000,00)	0			
				4.4.3. Aquisição Descentralizada	5.000			
7	258	-	UU	Casas de Função de Idanha e Zebreira - Reparções	5.000			X
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	117.180			
7	258	-	UU	Torres de Vigia do Comando Territorial	2.500			X
7	258	-	UU	Casas de Função do Comando Territorial	3.500		X	
7	258	-	UU	Postos do Comando Territorial	6.000			X
7	258	-	UU	Reparações Diversas	105.180		X	
				4.4. Equipamento	97.570			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL	97.570			
7	258	-	UU	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	0			
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	44.000		X	
7	258	-	UU	Electrodomésticos	15.000	X		
7	258	-	UU	Mobiliário de Aquartelamento	25.000	X		
7	258	-	UU	Mobiliário de Gabinete	13.570	X		
				4.5. Arrendamento	43.983			
7	258	-	UU	Quartéis	43.983		X	
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>24.000</b>			
				5.1. Gestão da Infra-estrutura tecnológica	24.000			
				5.1.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	24.000			
7	258	-	UU	Contrato Cópias e Impressão	24.000			X
				5.3. Aquisição de Hardware	0			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	UU	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 12.750,00)	0			



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER COIMBRA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>401.600</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	52.666			
				1.1.1. Escola Segura	26.730			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	22.745			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	422			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	492			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	430			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	503			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	747			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.392			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	1.554			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.387			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	167			X
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	2.915			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.830			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	389			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	696			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	6.420			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	4.645			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	505			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	625			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	644			X
				1.1.6. Comércio Seguro	2.917			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.367			X
7	227	-	UU	Operações	221			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	328			X
				1.1.7. Farmácia Segura	2.435			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.170	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	113	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	152	X		
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	374			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	336	X		
7	227	-	UU	Acções de formação	5	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	32	X		
				1.1.9. Abastecimento Seguro	3.039			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.751	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	146	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	142	X		
				1.1.10. Táxi Seguro	220			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	151			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	34			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	36			X
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	11			
7	227	-	UU	Operações	6	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	5	X		
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	5.458			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.908			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	2.178			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	372			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	593			
7	227	-	UU	Residência Segura	593			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	1.501			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.362			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	140			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	94.081			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	2.156			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	997			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.159			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	61.603			
7	227	-	UU	Estrada Segura	11.843			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	3.330			X
7	227	-	UU	Carnaval	932			X
7	227	-	UU	Páscoa	1.333			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	2.807			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	23.477			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER COIMBRA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	1.810			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	4.279			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	11.793			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	1.135			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.135			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	21.303			
7	227	-	UU	Floresta Segura	14.227			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	2.674			X
7	227	-	UU	Meixão	519			X
7	227	-	UU	Resíduos	3.884			X
				1.3.4. Investigação Criminal	7.869			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	7.869			X
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.6. Conjuntas	14			
7	227	-	UU	Global Operation	14			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	253.352			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	15.038			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	457			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	4.583			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	950			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	1.162	X		
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
7	227	-	UU	Policimento de áreas de Serviço (deslocação de claques de futebol)	7.662			X
7	227	-	UU	Buscas preventivas em instalações diversas	117			X
7	227	-	UU	Reacções a ameaça de bomba	107			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	36.401			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	9.982			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	6.456			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	7.956			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	12.007			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	3.643			
7	227	-	UU	Vigilância e Acções de Sensibilização	3.643			X
				1.4.4. Investigação Criminal	24.046			
7	227	-	UU	Diligências externas com vista à identificação de autores/apreensões	8.149			X
7	227	-	UU	Gestão de Inquéritos	7.029			X
7	227	-	UU	Operações	615			X
7	227	-	UU	Investigação de Acidentes de Viação (NICAV)	7.161			X
7	227	-	UU	Acções de Sensibilização/Outros	1.092			X
				1.4.5. Protecção e socorro	2.008			
7	227	-	UU	Buscas a desaparecidos	2.008			X
				1.4.6. Conjuntas	1.337			
7	227	-	UU	Operações com Finanças e Direcção Geral das Alfândegas	1.337			X
				1.4.7. Outras	170.879			
7	227	-	UU	Patrulhamento Geral	91.324			X
7	227	-	UU	Patrulhamento com Força de Intervenção Rápida	6.938			X
7	227	-	UU	Resposta a Ocorrências	59.596			X
7	227	-	UU	Rondas	1.784			X
7	227	-	UU	Outras Vigilâncias	11.237			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.180.400</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	1.180.400			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	775.640			
				3.1.1.1. Bens	310.900			
7	258	-	UU	Limpeza	39.500			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	51.800			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	61.500			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	85.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	1.500			X
7	258	-	UU	Outros bens	71.600			X
				3.1.1.2. Serviços	464.740			
7	258	-	UU	Encargos instalações	290.000			X
7	258	-	UU	Transportes	99.600			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	300			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	42.000	X		
7	258	-	UU	Outros serviços	32.840			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	170.400			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER COIMBRA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	62.400			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	108.000			X
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>1.320</b>			
7	258	-	UU	Coroas de flores para Militares falecidos	600			X
7	258	-	UU	Despedida de Militares Transferidos de Unidade e que Transitaram p/ Reserva ou Reforma - Aquisição de Aperitivos	400	X		
7	258	-	UU	Salvas/Artigos Regionais para Oferta a Entidades Visitantes	320	X		
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>169.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	167.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	2.000			X
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>64.040</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	37.640			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	26.400			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>102.000</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>26.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Substituição do revestimento da cobertura do PTer de Penacova (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Posto Territorial de Mira - Plano de Intenções € 150.000,00	0			
7	258	-	DIE	Posto Territorial de Penacova - Plano de Intenções € 98.000,00	0			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>26.000</b>			
7	258	-	UU	Posto Territorial de Tábua	14.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Tábua - Casa de Função	6.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Tábua - Casa de Guarnição	6.000	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>41.000</b>			
7	258	-	UU	Comando - Manutenção	5.000		X	
7	258	-	UU	Manutenção Postos Vigia	5.000			X
7	258	-	UU	Posto Territorial da Pampilhosa da Serra	5.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial da Pampilhosa da Serra - Casa de Função	3.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial da Pampilhosa da Serra - Casa de Guarnição	3.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Arganil	5.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Miranda do Corvo	5.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Montemor-o-Velho	3.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Montemor-o-Velho - Casa de Função	2.000	X		
7	258	-	UU	Posto Territorial de Paião	5.000	X		
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>35.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>31.000</b>			
7	258	-	UU	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	2.000	X		
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	6.000		X	
7	258	-	UU	Electrodomésticos	9.375			X
7	258	-	UU	Equipamento audiovisual	1.000			X
7	258	-	UU	Ferramentas e utensílios	2.500			X
7	258	-	UU	Mobiliário de Aquartelamento	2.125			X
7	258	-	UU	Mobiliário de Gabinete	8.000			X
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>4.000</b>			
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	4.000			X
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Quartéis (não inclui pagamento à Estamo - participações imobiliárias, SA. € 490.689,00)	0			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER ÉVORA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>327.846</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	58.692			
				1.1.1. Escola Segura	33.755			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	29.200		X	
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	759		X	
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	292			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	584		X	
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	584			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	584		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.752		X	
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	8.760			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.008		X	
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	1.168		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	6.249			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.738		X	
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	526			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	818			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.168			X
				1.1.6. Comércio Seguro	701			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117			X
				1.1.7. Farmácia Segura	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	701			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117			X
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	8.293			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.008		X	
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	701			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	234			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	234			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	12.498			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.402			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	11.096		X	
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	42.165			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	8.760			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	7.008			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.752			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	22.192			
7	227	-	UU	Estrada Segura	0			
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	1.635			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.752			X
7	227	-	UU	Páscoa	1.752			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	1.869			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	7.242			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER ÉVORA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	4.088		X	
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.986		X	
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	1.869			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	11.213			
7	227	-	UU	Floresta Segura	10.746			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	234			X
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	234			X
				1.3.4. Investigação Criminal	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	0			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	207.242			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	200.000			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	0			
7	227	-	UU	Eventos desportivos	0			
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	200.000		X	
				1.4.2. Segurança Rodoviária	7.242			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	4.088			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	467		X	
7	227	-	UU	Provas desportivas	2.102		X	
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	584			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	7.250			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	7.250			
7	227	-	UU	Actividades no âmbito da TISPOL	250			X
7	227	-	UU	Controlos móveis	7.000		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.385.690</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.385.690</b>			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	857.690			
				3.1.1.1. Bens	318.190			
7	258	-	UU	Limpeza	30.000		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	80.000			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	43.190		X	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	70.000		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			X
7	258	-	UU	Outros bens	95.000			X
				3.1.1.2. Serviços	539.500			
7	258	-	UU	Encargos instalações	279.000		X	
7	258	-	UU	Transportes	100.000		X	
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	500			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	135.000		X	
7	258	-	UU	Outros serviços	25.000		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	141.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	1.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	90.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	50.000		X	
				3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação	1.000			
7	258	-	UU	Visitas entidades externas à GNR	1.000			
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	116.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	111.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	5.000		X	
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	270.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	65.000		X	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	205.000		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>52.230</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER ÉVORA					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DIE	Substituição da caldeira, depósitos e tubagem de AQS no CTer de Évora (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Substituição da Cobertura e reparações diversas no PTER de Telheiro (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0			
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>52.230</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	41.500		X	
7	258	-	UU	Casas Função	10.730		X	
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				5.3. Aquisição de Hardware	0			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 10.000,00)	0			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER FARO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>820.000</b>			
				1.1. Operações/Ações - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	26.835			
				1.1.1. Escola Segura	8.351			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.840			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	175			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	175			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	292			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	584			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	1.168			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	117			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	274			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	204			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	70			X
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	642			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	58			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	642			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	526			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	117			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.6. Comércio Seguro	4.847			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.920			X
7	227	-	UU	Operações	1.752			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	175			X
				1.1.7. Farmácia Segura	689			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	105			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Ações de formação	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.9. Abastecimento Seguro	2.336			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	584			
7	227	-	UU	Operações	584			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	7.592			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	5.840			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	1.752			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	876			
7	227	-	UU	Residência Segura	876			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Ações - Especiais de Prevenção Criminal	526			
7	227	-	UU	Lei das Armas	292			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	234			X
				1.3. Operações/Ações - Âmbito Nacional	258.946			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	236.520			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	233.600			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	2.920			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	14.133			
7	227	-	UU	Estrada Segura	2.920			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	5.840			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.168			X
7	227	-	UU	Páscoa	701			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	0			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	759			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER FARO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	584			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.986			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	175			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	6.541			
7	227	-	UU	Floresta Segura	2.920			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	1.752			X
7	227	-	UU	Meixão	117			X
7	227	-	UU	Resíduos	1.752			X
				1.3.4. Investigação Criminal	1.168			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.168			X
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.6. Conjuntas	584			
7	227	-	UU	Global Operation	584			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	533.694			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	292.794			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	584			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.920			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	584			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	175			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	1.168			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Geral	287.363			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	240.900			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	204.400			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	35.040			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.168			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	292			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	0			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	0			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			X
7	227	-	UU	Controlos móveis	0			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.992.765</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	1.992.765			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	1.175.765			
				3.1.1.1. Bens	531.100			
7	258	-	UU	Limpeza	20.100			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	252.500			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	25.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	110.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	123.500			X
				3.1.1.2. Serviços	644.665			
7	258	-	UU	Encargos instalações	266.665			X
7	258	-	UU	Transportes	65.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	1.500			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	75.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	236.500			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	257.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	177.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	80.000			X
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	335.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	335.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	225.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0			
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	225.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>61.419</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.2.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	DIE	Reparação da rede de esgotos, muro e pintura exterior no PTer de Olhos de Água (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER FARO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				4.5. Arrendamento	61.419			
7	258	-	UU	Quartéis	0			
7	258	-	UU	Casas Função	61.419			
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>500</b>			
				5.3. Aquisição de Hardware	500			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 4.300,00)	0			
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis (integrado na DCSI € 2.400,00)	0			
7	258	-	DCSI	Periféricos (integrado na DCSI € 1.300,00)	0			
				5.3.3. Aquisição Descentralizada	500			
7	258	-	UU	Periféricos	500			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER GUARDA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>161.854</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	18.431			
				1.1.1. Escola Segura	6.804			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.599			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	496			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	467			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	759			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	847			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	584			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.051			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	853			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	619			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	234			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	3.084			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.647			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	748			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	239			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	450			X
				1.1.6. Comércio Seguro	2.692			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.343			X
7	227	-	UU	Operações	899			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	450			X
				1.1.7. Farmácia Segura	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0		X	
7	227	-	UU	Acções de formação	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.9. Abastecimento Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0		X	
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	4.999			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.402			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	1.799			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.799			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	2.336			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.343			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	993			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	57.144			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	4.999			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	1.752			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	3.247			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	25.778			
7	227	-	UU	Estrada Segura	1.343	X		
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	10.512			X
7	227	-	UU	Carnaval	2.453			X
7	227	-	UU	Páscoa	3.154			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	993			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	1.098			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER GUARDA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	4.672		X	
7	227	-	UU	Provas desportivas	561			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	993			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	23.985			
7	227	-	UU	Floresta Segura	17.520			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	6.015			X
7	227	-	UU	Meixão	0	X		
7	227	-	UU	Resíduos	450			X
				1.3.4. Investigação Criminal	2.196			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	2.196			X
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0		X	
				1.3.6. Conjuntas	187			
7	227	-	UU	Global Operation	187	X		
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	83.942			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	52.102			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	350			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	1.752			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0		X	
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0	X		
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0	X		
7	227	-	UU	Patrulhamento geral	50.000			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	18.571			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	8.994			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	5.840			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.799			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	1.939			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	7.697			
7	227	-	UU	Recolha de Animais para CERVAS-Gouveia	1.799			X
7	227	-	UU	Recolha de Aguas	4.999			X
7	227	-	UU	Operação CITES	899			X
				1.4.4. Investigação Criminal	3.352			
7	227	-	UU	Operações Inopinadas	3.352			X
				1.4.6. Conjuntas	2.219			
				Operações com DGCI/ DGAIEC/ SEF/ ACT/ PSP/ PJ	234			X
7	227	-	UU	Controlos Moveis (Guardia Civil/ CCPA/ Transito)	1.168			X
7	227	-	UU	Controlos Móveis	701			X
7	227	-	UU	Operações TISPOL	117			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	0			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	0			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			X
7	227	-	UU	Controlos móveis	0			X
				3. GESTÃO INTERNA	581.887			
				3.1. Actividade Administrativa	581.887			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	416.665			
				3.1.1.1. Bens	116.000			
7	258	-	UU	Limpeza	12.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	1.000			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	75.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	5.000	X		
7	258	-	UU	Material de escritório	15.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			X
7	258	-	UU	Outros bens	8.000			X
				3.1.1.2. Serviços	300.665			
7	258	-	UU	Encargos instalações	266.665		X	
7	258	-	UU	Transportes	2.500			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			X
7	258	-	UU	Seguros	1.500			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	20.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	10.000			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	80.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	40.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	40.000		X	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	60.222			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	60.222			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER GUARDA					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0	X		
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>25.000</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	10.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	15.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>160.303</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de Gouveia (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Substituição da Cobertura e reparações diversas no DTer de Almeida (Vilar Formoso) (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 70.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de V. N. de Tazém (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>50.127</b>			
7	258	-	UU	Colocação de grades nas janelas, reparações do interior - PTer Vila F. Das Naves	2.563	X		
7	258	-	UU	Pintura geral Interior e exterior do aquartelamento - DTer Vilar Formoso	4.900	X		
7	258	-	UU	Pintura geral Interior e exterior do aquartelamento e reparação de WC - DTer Guarda	2.000	X		
7	258	-	UU	Portão exterior e gradeamento exterior - PTer Freixo Numão	2.000	X		
7	258	-	UU	Reforço das portas exteriores - PTer Loriga	1.000	X		
7	258	-	UU	Reparação da fachada exterior - PTer Sabugal:	4.950	X		
7	258	-	UU	Reparação de sanitários e canalizações - PTer Pinhel	1.000			X
7	258	-	UU	Reparação do telhado e infiltrações, reparação e pintura do interior do aquartelamento - PTer Seia	4.980	X		
7	258	-	UU	Reparação dos tectos do aquartelamento e pintura de interiores - PTer Gouveia:	2.689		X	
7	258	-	UU	Reparação dos tectos em madeira, pintura de interiores e exterior do aquartelamento - PTer Vila Nova Foz Côa	4.950	X		
7	258	-	UU	Reparação portão exterior - PTer Manteigas	1.000			X
7	258	-	UU	Reparação do telhado - PTer Aguiar da Beira	6.750	X		
7	258	-	UU	Substituição de portas e janelas - PTer Almeida	2.000		X	
7	258	-	UU	Substituição de portas e janelas - PTer Soito	4.490	X		
7	258	-	UU	Substituição de portas e janelas exteriores - DTer Vilar Formoso	4.855		X	
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>71.906</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>65.095</b>			
7	258	-	DRL	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	1.140	X		
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	23.080	X		
7	258	-	DRL	Electrodomésticos	4.050		X	
7	258	-	DRL	Equipamento de ginástica e desporto	100	X		
7	258	-	DRL	Equipamento audiovisual	8.400	X		
7	258	-	DRL	Equipamento de Investigação Criminal	5.096		X	
7	258	-	DRL	Equipamento de montanha	8.652	X		
7	258	-	DRL	Equipamento para postos de controlo	50	X		
7	258	-	DRL	Ferramentas e utensílios	3.864	X		
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	2.993	X		
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	7.670			X
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>6.811</b>			
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	6.811			X
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>38.270</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	24.876			X
7	258	-	UU	Casas Função	13.394		X	



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LEIRIA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>499.545</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	37.910			
				1.1.1. Escola Segura	19.370			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	11.194			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	1.004			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	964			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	1.110			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	1.273			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	2.102			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.723			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	2.978			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.570			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	409			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	4.686			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.612			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	1.226			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	902			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	946			X
				1.1.6. Comércio Seguro	1.694			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.168			X
7	227	-	UU	Operações	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	526			X
				1.1.7. Farmácia Segura	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de formação	0		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.9. Abastecimento Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0		X	
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0		X	
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	2.991			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.750			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	715			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	526			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	6.190			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
7	227	-	UU	Apoio ao Peregrino na deslocação para Fátima - 13 Maio e 13 Outubro	6.190			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	2.016			
7	227	-	UU	Lei das Armas	2.016			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	0			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	106.583			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	67.563			X
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	61.081			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	6.482			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	20.843			
7	227	-	UU	Estrada Segura	0			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	6.144			X
7	227	-	UU	Carnaval	8.365			X
7	227	-	UU	Páscoa	6.335			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	0			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LEIRIA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	0			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	0			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	0			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0		X	
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>17.674</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	14.870			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	422			X
7	227	-	UU	Meixão	2.102			X
7	227	-	UU	Resíduos	280			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>502</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	502		X	
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>353.037</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>2.679</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	175			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.504			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>236.200</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	14.016			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	7.366			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	3.808			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	2.803			X
7	227	-	UU	Patrulhamento rodoviário	196.208			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	7.078			X
7	227	-	UU	Acompanhamentos a Transportes Especiais	4.921			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>30.583</b>			
7	227	-	UU	Operações de Fiscalização Caça	843			X
7	227	-	UU	Patrulhamentos / recolha de amostras águas balneares	29.740		X	
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>13.740</b>			
7	227	-	UU	Recolha de Informação / Vestígios pelas equipas NAT	4.833			X
7	227	-	UU	Actividades desenvolvidas pelos NIC e NAO	8.908			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>1.897</b>			
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com ASAE, DGCI, ACT, DGAIEC, SEF, EP	1.897			X
				<b>1.4.7. Outras</b>	<b>67.937</b>			
7	227	-	UU	Policimento a Espectáculos Desportivos (MAI)	7.446			X
7	227	-	UU	Penhoras	631			X
7	227	-	UU	Operações no âmbito da actividade Operacional	57.232			X
7	227	-	UU	Operações Inopinadas	2.628			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>30.336</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>30.336</b>			
7	227	-	UU	Instrução de Tiro	30.336		X	
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>954.331</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>954.331</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>622.531</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>242.200</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	15.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	105.200			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	45.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0		X	
7	258	-	UU	Material de escritório	47.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0		X	
7	258	-	UU	Outros bens	30.000			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>380.331</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	253.331			X
7	258	-	UU	Transportes	40.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	0			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	72.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	15.000			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>137.800</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	500			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LEIRIA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	77.900			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	59.400			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>114.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	114.000		X	
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>80.000</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	20.000	X		
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	60.000		X	
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>142.184</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Reparação e pintura exterior de fachadas do PTER de Peniche (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura e interiores e exteriores do PTER do Bombarral (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Reparação de terraço e interiores e exteriores do PTER da Benedita (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 25.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Remodelação e reparação na sede do Comando - Plano de Intenções € 50.000,00	0	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>46.500</b>			
7	258	-	UU	Pequenas reparações nos Postos Territoriais	46.500	X		
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>57.500</b>			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>57.500</b>			
7	258	-	UU	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	37.500	X		
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	20.000		X	
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>38.184</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	13.332			X
7	258	-	UU	Casas Função	24.852			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>5.000</b>			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>5.000</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Periféricos (integrado na DCSI € 25.000,00)	0	X		
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>5.000</b>			
7	258	-	UU	Componentes informáticos	5.000	X		



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LISBOA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>680.068</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	50.538			
				1.1.1. Escola Segura	26.601			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	21.024			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	438			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	701			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	438			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	788			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	2.628			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	4.672			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	4.672			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	3.796			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	584			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	584			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.6. Comércio Seguro	3.212			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Operações	584			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.7. Farmácia Segura	876			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	876			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Acções de formação	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.9. Abastecimento Seguro	1.080			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	788			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.10. Táxi Seguro	292			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292	X		
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	7.381			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.089			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	292			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	1.752			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
7	227	-	UU	Litoral Seguro	1.752			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	993			
7	227	-	UU	Lei das Armas	701			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	292			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	36.501			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	7.172			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	4.438			X
7	227	-	UU	Operação Exames Nacionais	2.733			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	17.742			
7	227	-	UU	Estrada Segura	1.285			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	4.672			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.857			X
7	227	-	UU	Páscoa	2.686			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	1.285			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LISBOA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	701			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	4.672			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	292			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	292			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>175</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	175			X
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>11.237</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	9.881			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	634			X
7	227	-	UU	Meixão	274			X
7	227	-	UU	Resíduos	448			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>175</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	175			X
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	0			X
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>592.036</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>437.650</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	1.402			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.044			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	1.168			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	584			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	292			X
7	227	-	UU	Policimento Geral	432.160			X
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>35.741</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	30.835			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	3.504			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	526			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	876			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>987</b>			
7	227	-	UU	Floresta Protegida 2012	185			X
7	227	-	UU	Lata Velha 2012	308			X
7	227	-	UU	Refinaria 2012	162			X
7	227	-	UU	4 Patas	148			X
7	227	-	UU	CITES 2012	183			X
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>116.888</b>			
7	227	-	UU	Acções no âmbito da Investigação Criminal	116.888			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>771</b>			
7	227	-	UU	Acções de Cooperação Interinstitucional no Distrito de Lisboa (SEF, DGAIEC, DF Lisboa, ASAE, IMTT, ACT, ISS e IGAC)	771			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.843.630</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.843.630</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>1.197.130</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>346.632</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	25.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	143.500			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	69.932			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			X
7	258	-	UU	Material de escritório	85.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			X
7	258	-	UU	Outros bens	23.200			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>850.498</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	319.998			X
7	258	-	UU	Transportes	377.500			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			X
7	258	-	UU	Seguros	0			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	4.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	149.000			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>254.500</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	2.000			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	142.500			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	110.000			X
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>1.000</b>			
7	258	-	UU	Entidades Exteriores Convidadas	1.000			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>256.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	256.000			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER LISBOA						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			X
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	135.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	135.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>114.586</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DJE	0			
7	258	-	UU	Reparações diversas no PTER de Pero Pinheiro (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0			X
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	7.500			
7	258	-	UU	Pequenas Reparações Postos de Vigia da Unidade	2.500			X
7	258	-	UU	Pequenas Reparações nos Quartéis	5.000			X
				4.4. Equipamento	25.700			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL	20.700			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	12.300			X
7	258	-	DRL	Outros equipamentos (equipamento diverso)	8.400			X
				4.4.3. Aquisição Descentralizada	5.000			
7	258	-	UU	Equipamento audiovisual	600			X
7	258	-	UU	Equipamento de Investigação Criminal	450			X
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	3.950			X
				4.5. Arrendamento	81.386			
7	258	-	UU	Quartéis	66.060			X
7	258	-	UU	Casas Função	14.894			X
7	258	-	UU	Casas Guarnição	432			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>1.000</b>			
				5.3. Aquisição de Hardware	1.000			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 2.000,00)	0			X
7	258	-	DCSI	Fotocopiadoras (integrado na DCSI € 44.000,00)	0			X
7	258	-	DCSI	Scanners (integrado na DCSI € 800,00)	0			X
				5.3.3. Aquisição Descentralizada	1.000			
7	258	-	UU	Componentes informáticos	1.000			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER MADEIRA

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>49.156,40</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	4.238,00			
				1.1.1. Escola Segura	4.238,00			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	4.238,00			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	9.460,80			
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	6.307,20			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	6.307,20			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	3.153,60			
7	227	-	UU	Floresta Segura	0			
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	3.153,60			X
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	0			
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	21.257,60			
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	4.146,40			
7	227	-	UU	Operações	4.146,40			X
				1.4.4. Investigação Criminal	6.307,20			
7	227	-	UU	Operações Investigação Criminal (âmbito tributário e aduaneiro, contrafacção, pesca, droga, jogo ilícito)	6.307,20			X
				1.4.6. Conjuntas	4.204,80			
7	227	-	UU	SEF,PSP,PJ,Parque Natural da Madeira, Marinha, Polícia Marítima, SIS.	4.204,80			X
				1.4.7. Outras	6.599,20			
7	227	-	UU	Operações ZARCO	292			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	14.200,00			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	14.200,00			
7	227	-	UU	Frontex	10.000,00			X
7	227	-	UU	Outras Operações	4.200,00			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>240.000,00</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	240.000,00			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	176.600,00			
				3.1.1.1. Bens	50.000,00			
7	258	-	UU	Limpeza	4.000,00			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	13.000,00			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	6.000,00			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	15.000,00			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	12.000,00			X
				3.1.1.2. Serviços	126.600,00			
7	258	-	UU	Encargos instalações	30.000,00			X
7	258	-	UU	Transportes	80.600,00			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	0			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	0			
7	258	-	UU	Outros serviços	16.000,00			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	16.900,00			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	900			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	14.000,00			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	2.000,00			X
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	24.000,00			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	14.000,00			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	10.000,00			X
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	22.500,00			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	7.500,00			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	15.000,00			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>85.916,00</b>			
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	14.000,00			
7	258	-	UU	Conservação dos edifícios dos Postos (Pinturas, pequenas reparações)	4.000,00			X
7	258	-	UU	Conservação do edifício da sede do Comando (Pintura, pequenas reparações)	5.000,00			X
7	258	-	UU	Conservação e beneficiação das casas de função (pintura interior, substituição do chão e da instalação eléctrica)	5.000,00			X
7	258	-	UU	Remodelação da instalação eléctrica do Edifício da Sede do Comando	0			
				4.4. Equipamento	65.316,00			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL	65.316,00			
7	258	-	DRL	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	0			
7	258	-	DRL	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	3.000,00	X		
7	258	-	DRL	Electrodomésticos	25.992,00	X		



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER MADEIRA					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DRL	Equipamento de ginástica e desporto	66	X		
7	258	-	DRL	Equipamento audiovisual	1.600,00	X		
7	258	-	DRL	Equipamento de Investigação Criminal	70	X		
7	258	-	DRL	Equipamento de montanha	0			
7	258	-	DRL	Equipamento para postos de controlo	0			
7	258	-	DRL	Ferramentas e utensílios	0			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Aquartelamento	2.728,00	X		
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	4.860,00			X
7	258	-	DRL	Outros equipamentos (equipamento diverso)	27.000,00	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>6.600,00</b>			
7	258	-	UU	Casas Função	6.600,00			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>100</b>			
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>100</b>			
				<b>5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 11.500,00)	0			
7	258	-	DCSI	Computadores portáteis	0			
7	258	-	DCSI	Fotocopiadoras (integrado na DCSI € 6.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras (integrado na DCSI € 500,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 10.800,00)	0			
7	258	-	DCSI	Periféricos	0			
7	258	-	DCSI	Scanners (integrado na DCSI € 150,00)	0			
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>100</b>			
7	258	-	UU	Componentes informáticos	100			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTALEGRE

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>91.020</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	36.387			
				1.1.1. Escola Segura	23.734			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	21.024			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	116			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	204			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	213			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	221			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	467			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.489			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	151			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	53			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	98			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	4.429			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.345			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	422			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	1.052			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	610			X
				1.1.6. Comércio Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.7. Farmácia Segura	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	243			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	243			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	1.406			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	690			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	690			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	26			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	6.425			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	6.425			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	3.086			
7	227	-	UU	Lei das Armas	2.455			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	631			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	25.085			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	1.467			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	0			
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.467			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	14.992			
7	227	-	UU	Estrada Segura	865			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	2.701			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.227			X
7	227	-	UU	Páscoa	1.345			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	0			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	6.436			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTALEGRE						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	473			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.945			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0			
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	8.626			
7	227	-	UU	Floresta Segura	4.340			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	3.776			X
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	509			X
				1.3.4. Investigação Criminal	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	0			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
7	227	-	UU	1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	7.661			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	7.661			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	420			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	0			
7	227	-	UU	Eventos desportivos	416			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	4			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
				1.4.2. Segurança Rodoviária	7.241			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	6.436			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	648			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	158			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0			
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	18.800			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	18.800			
7	227	-	UU	Centros de cooperação policial e aduaneira (CCPA)	0			
7	227	-	UU	Controlos móveis	8.450			X
7	227	-	UU	Outras Operações	10.350			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>994.978</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>994.978</b>			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	647.478			
				3.1.1.1. Bens	258.110			
7	258	-	UU	Limpeza	20.000		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	50.000		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.110			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	35.000		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	500			X
7	258	-	UU	Outros bens	102.500			X
				3.1.1.2. Serviços	389.368			
7	258	-	UU	Encargos instalações	239.998		X	
7	258	-	UU	Transportes	40.000		X	
7	258	-	UU	Publicidade	370			X
7	258	-	UU	Seguros	1.000	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	58.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	50.000		X	
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	140.000			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	80.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	60.000		X	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	135.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	110.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	25.000	X		
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	72.500			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	12.500			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	60.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>53.361</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparações diversas no PTer de Monforte (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 10.000,00)	0	X		



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTALEGRE

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DIE	Remodelação de instalações p/alojamento de militares do CTer de Portalegre (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 100.000,00)	0	X		
7	258	-	DIE	Impermeabilização da fachada do DTer de Niza (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 25.000,00)	0	X		
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>24.000</b>			
7	258	-	UU	Pequenas reparações (canalização, instalação eléctrica, pavimento e telhado, - Sede CTer)	4.000			X
7	258	-	UU	Pequenas reparações (tectos e paredes) - PTer Alpalhão	4.000	X		
7	258	-	UU	Pequenas reparações (telhado) - PTer Fronteira	4.000			X
7	258	-	UU	Pequenas reparações (telhado e janelas) - PTer Santo António das Areias	4.000	X		X
7	258	-	UU	Pequenas reparações (telhado e janelas) - PTer Marvão	4.000			X
7	258	-	UU	Pequenas reparações (instalação eléctrica) - PTer Avis	4.000			X
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>10.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>1.500</b>			
7	258	-	DRL	Mobiliário de Gabinete	1.500			X
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>8.500</b>			
7	258	-	UU	Ferramentas e utensílios	3.500			X
7	258	-	UU	Máquina de Diagnóstico	5.000	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>19.361</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	7.346			X
7	258	-	UU	Casas Função	12.015			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>886.633</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	79.723			
				1.1.1. Escola Segura	28.834			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	12.966			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	1.492			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	1.188			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	1.341			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	1.511			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	1.792			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	8.545			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	1.952			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.952			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	117			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	117			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	4.737			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	4.193			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	58			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	486			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	7.101			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	4.007			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	1.150			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	960			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	983			X
				1.1.6. Comércio Seguro	8.693			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.602			X
7	227	-	UU	Operações	978			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	113			X
				1.1.7. Farmácia Segura	3.225			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.096			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	64			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	65			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	151			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	151			X
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	3.534			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.386			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	7			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	141			X
				1.1.10. Táxi Seguro	281			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	146			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	117			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	18			X
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	18.653			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	11.984			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	5.570			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.099			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	2.445			
7	227	-	UU	Residência Segura	2.445			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	6.312			
7	227	-	UU	Lei das Armas	1.628			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	4.684			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	97.714			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	7.132			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	5.059			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	2.073			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	67.063			
7	227	-	UU	Estrada Segura	11.061			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	6.768			X
7	227	-	UU	Carnaval	4.289			X
7	227	-	UU	Páscoa	4.740			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	4.743			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	9.718			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	1.933			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	15.755			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	8.056			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>140</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	140			X
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>19.700</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	15.664			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	720			X
7	227	-	UU	Meixão	328			X
7	227	-	UU	Resíduos	2.988			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>2.313</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	2.313			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>1.367</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	1.367			X
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>702.884</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>295.908</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	2.093			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	17.657			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	3.866			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	12.916			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	350			X
7	227	-	UU	Patrulhamento FIR - PIR/DI	11.514			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Pelotão Cavalaria - DI	12.000			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Urbano	222.751			X
7	227	-	UU	Patrulhamento de Proximidade	12.761			X
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>232.609</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	6.548			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	11.154			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	6.788			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	34.130			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Rodoviário	173.989			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>21.747</b>			
7	227	-	UU	Patrulhamento meio ambiente	10.914			X
7	227	-	UU	Diligências Processuais e Acções de Sensibilização	3.989			X
7	227	-	UU	Policimento Caça e Pesca	1.203			X
7	227	-	UU	Recolha Animais Domésticos e Selvagens	1.296			X
7	227	-	UU	Recursos Hídricos	4.345			X
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>85.803</b>			
7	227	-	UU	Mandados de Busca e mandados de detenção	6.763			X
7	227	-	UU	Patrulhamento	14.308			X
7	227	-	UU	Vigilâncias / seguimentos / diligências / inspecções	39.072			X
7	227	-	UU	Operações	6.337			X
7	227	-	UU	Deslocações a Tribunal e Diligências Processuais	19.323			X
				<b>1.4.5. Protecção e socorro</b>	<b>14.816</b>			
7	227	-	UU	Neve/ Inundações / Incêndios/ Queda de Arvores	8.760			X
7	227	-	UU	Desaparecidos	771			X
7	227	-	UU	Menores / CPCJ	1.298			X
7	227	-	UU	Mandados de Condução Internamento Compulsivo	2.038			X
7	227	-	UU	Mandados Condução	1.949			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>1.545</b>			
7	227	-	UU	ASAE / IGAIEC / DGCI / SEF / PSP	1.545			X
				<b>1.4.7. Outras</b>	<b>50.457</b>			
7	227	-	UU	Evento musical beach party Azurara Nova Era e Evento musical energy beach party Azurara	152			X
7	227	-	UU	Transporte de órgãos	1.402			X
7	227	-	UU	Operações de Inactivação - EIEEX	469			X
7	227	-	UU	Prestações de apoio em penhoras	9.868			X
7	227	-	UU	Notificações / pedidos do Tribunal e outras entidades	38.567			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>72.086</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>72.086</b>			
7	227	-	UU	Instrução de Actualização para Oficiais (IAQT)	379			X
7	227	-	UU	Instrução de Actualização para Sargentos (IAQT)	3.413			X
7	227	-	UU	SIIOP	2.370			X
7	227	-	UU	Acções de Formação sobre sistemas TI de auxílio/exploração actividade Operacional (SIRESP, Segurnet, PIPS, SGO, etc.)	9.480			X
7	227	-	UU	Tiro 9 mm Efectivo Operacional	37.000			X
7	227	-	UU	Tiro 9 mm Efectivo Administrativo	3.906			X
7	227	-	UU	Tiro G3 Efectivo Operacional	11.622			X
7	227	-	UU	Tiro outro (shotgun, EPF, Pistola Metralhadora, etc.)	3.659			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Tiro Efectivo Florestal	256			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>2.574.326</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>2.574.326</b>			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	1.834.347			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>846.880</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	57.600		X	
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	492.000		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	76.980		X	
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artificios	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	96.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	124.300			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>987.467</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	523.197		X	
7	258	-	UU	Transportes	300.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	1.000	X		
7	258	-	UU	Seguros	1.500		X	
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	56.000		X	
7	258	-	UU	Outros serviços	105.770			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>347.640</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	1.440		X	
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	180.000		X	
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	166.200		X	
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>2.000</b>			
7	258	-	UU	Representação da Unidade	1.000	X		
7	258	-	UU	Prémios Condecorações e Ofertas	1.000	X		
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>225.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	225.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>165.339</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	22.920			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	142.419			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>212.708</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>136.620</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparação e pintura geral do edifício do PTER da Trofa (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Isolamento e Pintura de paredes Exteriores do PTER de Paredes (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 45.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Pintura exterior e interior, remodelação da cozinha, portas e janelas - PTER Paços Sousa - Plano de Intenções € 22.500,00	0			
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura em risco de derrocada - Comando Territorial (Antigas instalações do Grupo Regional de Trânsito do Porto) - Plano de Intenções € 150.000,00	0			
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura, pintura exterior e interior, restauro de portas e janelas - PTER Medas - Plano de Intenções € 40.172,00	0			
7	258	-	DIE	Reparação de fissuras nas paredes exteriores e interiores e pintura - DTER Felgueiras - Plano de Intenções € 32.525,00	0			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura de lusalite e pintura exterior e interior - PTER de Baião - Plano de Intenções € 30.000,00	0			
7	258	-	DIE	Substituição do sistema de canalização, reparação de paredes exteriores e interiores e colocação de caleiras. - DTER Penafiel - Plano de Intenções € 35.000,00	0			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>136.620</b>			
7	258	-	UU	Isolamento, pintura exterior e interior e reparação do sistema de aquecimento - PTER Lousada	15.000	X		
7	258	-	UU	Pintura estriar e interior, reparação do pavimento e portão de acesso - PTER Vilas das Aves	10.730	X		
7	258	-	UU	Pintura exterior e interior e isolamento - PTER Felgueiras	10.000	X		
7	258	-	UU	Pintura exterior e interior, remodelação da cozinha, portas e janelas - PTER Paços Sousa	20.000	X		
7	258	-	UU	Pintura exterior e interior, reparação do pavimento, de infiltrações e de canalizações - PTER Lever	20.000	X		
7	258	-	UU	Readaptação funcional de garagem e pintura exterior e interior - PTER Povoá do Varzim	9.950	X		
7	258	-	UU	Remodelação das instalações sanitárias, instalação eléctrica e pintura interior - PTER Vila Meã	15.000	X		
7	258	-	UU	Remodelação de divisórias e pavimento - PTER Fanzeres	10.000	X		
7	258	-	UU	Reparação da cobertura - PTER Avintes	15.000	X		
7	258	-	UU	Reparação e pintura de paredes e tectos - DT de Penafiel	10.940	X		



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER PORTO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	12.500			
7	258	-	UU	Pavimentação de chão - PTer Alpendurada	5.000	X		
7	258	-	UU	Substituição de canalização e do sistema de aquecimento - PTer Valongo	7.500	X		
				4.5. Arrendamento	63.588			
7	258	-	UU	Quartéis	31.561			X
7	258	-	UU	Casas Função	29.897			X
7	258	-	UU	Casas Guarnição	2.130	X		
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>7.000</b>			
				5.2. Aquisição de Software	1.000			
				5.2.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Licenças google hearth profissional (integrado na DCSI € 2.000,00)	0			
				5.2.3. Aquisição Descentralizada	1.000			
7	258	-	UU	Upgrade do sistema WINREST	1.000			X
				5.3. Aquisição de Hardware	6.000			
				5.3.2. Aquisição Centralizada - DRL e DCSI	0			
7	258	-	DCSI	Computadores de secretária (integrado na DCSI € 70.000,00)	0			
7	258	-	DCSI	Impressoras multifunções (integrado na DCSI € 45.000,00)	0			
				5.3.3. Aquisição Descentralizada	6.000			
7	258	-	UU	Servidores de ficheiros/multimédia	6.000		X	



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SANTARÉM						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>529.018</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	56.457			
				1.1.1. Escola Segura	27.603			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	22.040			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	818			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	473			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	531			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	580			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	772			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	2.389			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	2.026			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.253			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	773			X
				1.1.3. SOS Azulejo	688			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	426			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	262			X
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	1.404			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.198			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	93			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	112			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	5.992			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.269			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	975			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	350			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.397			X
				1.1.6. Comércio Seguro	4.946			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.481			X
7	227	-	UU	Operações	437			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	1.029			X
				1.1.7. Farmácia Segura	2.079			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.499			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	56			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	524			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	1.654			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.559			X
7	227	-	UU	Acções de formação	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	95			X
				1.1.9. Abastecimento Seguro	3.055			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.556			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	56			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	444			X
				1.1.10. Táxi Seguro	1.515			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.160			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	355			X
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	471			
7	227	-	UU	Operações	415			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	56			X
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	3.009			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.980			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	800			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	229			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	2.016			
7	227	-	UU	Residência Segura	1.643			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
7	227	-	UU	Apoio ao Peregrino	374			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	4.075			
7	227	-	UU	Lei das Armas	2.752			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	1.322			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	66.122			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	13.137			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	11.282			X
7	227	-	UU	Operação Exames Nacionais	1.855			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	31.568			
7	227	-	UU	Estrada Segura	9.922			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	7.117			X
7	227	-	UU	Carnaval	3.590			X
7	227	-	UU	Páscoa	3.651			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	2.031			X



UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SANTARÉM

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	0			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	972			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.764			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	2.521			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>20.836</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	15.111			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	1.063			X
7	227	-	UU	Meixão	946			X
7	227	-	UU	Resíduos	3.717			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>78</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	78			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>7</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	7			X
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>496</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	496			X
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>402.364</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>129.892</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	525			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	2.616			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	482			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	96			X
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	70			X
7	227	-	UU	Feira da Ascensão - Chamusca	47			X
7	227	-	UU	Festas de Vila Nova da Barquinha	47			X
7	227	-	UU	Patrulhamento Geral	126.009			X
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>205.070</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	14.016			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	9.767			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	1.124			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	4.964			X
7	227	-	UU	Patrulhamento rodoviário	175.200			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>6.443</b>			
7	227	-	UU	NPA/EPF	5.256			X
7	227	-	UU	Patrulhamento / Embarcações	19			X
7	227	-	UU	Determinação de causas de incêndio	1.168			X
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>52.547</b>			
7	227	-	UU	Operações desenvolvidas pelos NAT, NAO e NIAVE	12.966			X
7	227	-	UU	Operações desenvolvidas pelos NICA, NIC e EII	39.581			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>8.411</b>			
7	227	-	UU	Operações conjuntas desenvolvidas em Fátima (Operação Fénix 13 Maio; Operação Criança; Operação Emigrante 15 Agosto ; Operação 13 Outubro)	7.400			X
7	227	-	UU	Feira de S. Martinho (Golegã)	759			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com o ACT	84			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com a Alfândega	168			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>1.036.359</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>1.036.359</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>640.520</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>175.928</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	19.281			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	47.738			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	25.656			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0	X		
7	258	-	UU	Material de escritório	50.296			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	32.957			X
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>464.592</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	292.442			X
7	258	-	UU	Transportes	77.730			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			X
7	258	-	UU	Seguros	0	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	61.586			X
7	258	-	UU	Outros serviços	32.834			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>160.344</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	1.406			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	93.592			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	65.346			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SANTARÉM						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>186.400</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	186.000		X	
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	400			X
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>49.095</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	0		X	
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	49.095			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>13.670</b>			
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>13.670</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	588			X
7	258	-	UU	Casas Função	13.082			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SETÚBAL

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>587.212</b>			
				1.1. Operações/Ações - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	108.040			
				1.1.1. Escola Segura	43.800			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	39.712			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	1.752			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	0			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	0			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	0			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	2.336			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	14.016			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	10.512			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	1.168		X	
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	2.336		X	
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	12.848			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	9.344			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	1.752			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	0			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	1.752			X
				1.1.6. Comércio Seguro	13.432			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	9.344			X
7	227	-	UU	Operações	2.336			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	1.752			X
				1.1.7. Farmácia Segura	2.920			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.920			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	3.504			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.504		X	
7	227	-	UU	Ações de formação	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	2.336			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	12.264			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	9.344			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	2.920			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	2.920			
7	227	-	UU	Residência Segura	2.920			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Ações - Especiais de Prevenção Criminal	4.088			
7	227	-	UU	Lei das Armas	2.920			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	1.168			X
				1.3. Operações/Ações - Âmbito Nacional	59.276			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	19.272			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	16.352			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	2.920			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	15.476			
7	227	-	UU	Estrada Segura	350			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	2.453			X
7	227	-	UU	Carnaval	1.635			X
7	227	-	UU	Páscoa	2.044			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	1.402			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	1.635			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SETÚBAL						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escortas e desembaraçamentos	1.402			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	2.920			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	1.635			X
				<b>1.3.3. Fiscal e Aduaneiro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				<b>1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>23.360</b>			
7	227	-	UU	Floresta Segura	5.840			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	5.840			X
7	227	-	UU	Meixão	5.840		X	
7	227	-	UU	Resíduos	5.840			X
				<b>1.3.4. Investigação Criminal</b>	<b>1.168</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.168			X
				<b>1.3.5. Protecção e socorro</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				<b>1.3.6. Conjuntas</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
				<b>1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local</b>	<b>415.808</b>			
				<b>1.4.1. Segurança e Ordem Pública</b>	<b>105.120</b>			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	1.168		X	
7	227	-	UU	Eventos desportivos	5.840			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	21.024			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	18.688		X	
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	2.336	X		
7	227	-	UU	Segurança às Áreas de Serviço - Deslocamento de claques	17.520		X	
7	227	-	UU	Operação Segurança a Postos de Abastecimento de Combustíveis (PAC)	23.360		X	
7	227	-	UU	Operação Segurança a ATM's	15.184		X	
				<b>1.4.2. Segurança Rodoviária</b>	<b>130.816</b>			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	25.696			X
7	227	-	UU	Escortas e desembaraçamentos	35.040			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	23.360			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	46.720			X
				<b>1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente</b>	<b>50.224</b>			
7	227	-	UU	SOS Ambiente	11.680			X
7	227	-	UU	Fiscalização a Suiniculturas	5.840			X
7	227	-	UU	Veículos em fim de vida	5.840			X
7	227	-	UU	Recolha e entrega de aves	5.840		X	
7	227	-	UU	Patrulhamentos	21.024			X
				<b>1.4.4. Investigação Criminal</b>	<b>102.784</b>			
7	227	-	UU	Actividades NIC	56.064			X
7	227	-	UU	Actividades Núcleo de Apoio Operativo (NAO)	21.024		X	
7	227	-	UU	Actividades Núcleo de Apoio Técnico (NAT)	9.344		X	
7	227	-	UU	Actividades Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE)	10.512		X	
7	227	-	UU	Actividades NICAV	5.840			X
				<b>1.4.6. Conjuntas</b>	<b>11.680</b>			
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com a DGCI	2.336			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com a ASAE	2.336			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com a DGAIEC	2.336			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	2.336			X
7	227	-	UU	Operações Conjuntas com Direcção-Geral de Veterinária (DGV)	2.336		X	
				<b>1.4.7. Outras</b>	<b>15.184</b>			
7	227	-	UU	Transporte de detidos	11.680		X	
7	227	-	UU	Solicitação de Apoio a Operações na nossa ZA pela PSP	1.752			X
7	227	-	UU	Solicitação de Apoio a Operações na nossa ZA pela PJ	1.752			X
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>0</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>0</b>			
7	227	-	UU	Instrução de Armamento e Tiro (Carreira de tiro)	0			X
7	227	-	UU	Acções de formação inopinadas	0			
7	227	-	UU	Formação SIOP ao efectivo	0			
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>967.206</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>967.206</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>613.818</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>110.364</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	7.021			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	46.390			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	29.789			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	23.009			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	4.155			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER SETÚBAL

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>503.454</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	326.435		X	
7	258	-	UU	Transportes	101.274			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	0			
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	53.870			X
7	258	-	UU	Outros serviços	21.875			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>152.982</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	344			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	96.910			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	55.728			X
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>2.000</b>			
7	258	-	UU	Cartazes e similares para distribuição nas Escolas	2.000	X		
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>145.456</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	143.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	2.456		X	
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>52.950</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	12.468			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	40.482			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>122.712</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	DIE	Reparações da cobertura e pintura geral do edifício do PTer de Grândola (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 60.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Reparações diversas no DTer do Montijo (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 25.000,00)	0			
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>10.000</b>			
7	258	-	UU	Pequenas reparações em instalações	10.000			
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>39.800</b>			
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>39.800</b>			
7	258	-	UU	Aparelhos de aquecimento de águas sanitárias	2.000	X		
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	12.750		X	
7	258	-	UU	Electrodomésticos	1.050			X
7	258	-	UU	Equipamento de ginástica e desporto	2.000		X	
7	258	-	UU	Equipamento audiovisual	2.000	X		
7	258	-	UU	Equipamento de Investigação Criminal	5.000		X	
7	258	-	UU	Equipamento de montanha	0			
7	258	-	UU	Equipamento para postos de controlo	5.000	X		
7	258	-	UU	Ferramentas e utensílios	2.000		X	
7	258	-	UU	Mobiliário de Aquartelamento	3.000	X		
7	258	-	UU	Mobiliário de Gabinete	0			
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	5.000			X
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>72.912</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	48.408		X	
7	258	-	UU	Casas Função	24.504			X



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VIANA DO CASTELO						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>266.187</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	20.545			
				1.1.1. Escola Segura	3.586			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.920			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	35			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	35			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	35			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	35	X		
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	35	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	491			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	1.460			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.460			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	1.588			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.168			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	420			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	5.957			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.752			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	350			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	350			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	3.504			X
				1.1.6. Comércio Seguro	4.380			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	876			X
7	227	-	UU	Operações	0			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	3.504			X
				1.1.7. Farmácia Segura	1.296			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	876			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	420	X		
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Acções de formação	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.9. Abastecimento Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0	X		
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			X
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	2.278			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.051			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	1.051			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	175			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			X
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			X
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	701			
7	227	-	UU	Lei das Armas	0	X		
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	701			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	27.704			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	1.110			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	584			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	526			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	18.174			
7	227	-	UU	Estrada Segura	584			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	1.752			X
7	227	-	UU	Carnaval	374			X
7	227	-	UU	Páscoa	748			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	701			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	9.344			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VIANA DO CASTELO

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	584			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	584			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	3.504			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	1.168			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.168			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	7.135			
7	227	-	UU	Floresta Segura	4.555			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	1.903			X
7	227	-	UU	Meixão	342			X
7	227	-	UU	Resíduos	335			X
				1.3.4. Investigação Criminal	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			X
				1.3.6. Conjuntas	117			
7	227	-	UU	Global Operation	117			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	216.397			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	10.454			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	58			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	9.928			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	117			X
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0	X		
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0	X		
7	227	-	UU	Festival de Paredes de Coura	175			X
7	227	-	UU	Festival de Vilar de Mouros	175			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	169.710			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.840			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	16.352			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	350			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	0	X		
7	227	-	UU	Patrulhamento rodoviário	140.160			X
7	227	-	UU	Operações STOP	7.008			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	2.127			
7	227	-	UU	Recolha de águas ARH Norte	1.459			X
7	227	-	UU	Inquéritos	668			X
				1.4.4. Investigação Criminal	33.522			
7	227	-	UU	Inspeções NAT	5.256			X
7	227	-	UU	Vigilâncias NAO	2.336			X
7	227	-	UU	Diligências NIAVE	2.570			X
7	227	-	UU	Investigações/Diligências - NIC	23.360			X
				1.4.5. Protecção e socorro	584			
7	227	-	UU	Missões âmbito Protecção Civil	584			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	841			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	841			
7	227	-	UU	Controlos móveis	841			X
				2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO	1.752			
				2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização	1.752			
7	227	-	UU	Tiro de manutenção	1.752			X
				3. GESTÃO INTERNA	627.565			
				3.1. Actividade Administrativa	627.565			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	401.015			
				3.1.1.1. Bens	172.500			
7	258	-	UU	Limpeza	12.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	61.000			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	25.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	24.500			X
				3.1.1.2. Serviços	228.515			
7	258	-	UU	Encargos instalações	126.665			X
7	258	-	UU	Transportes	60.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	850	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	14.000	X		
7	258	-	UU	Outros serviços	27.000			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	86.550			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	550			X



UNIDADES TERRITORIAIS					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VIANA DO CASTELO								
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	41.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	45.000			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>85.000</b>			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	85.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>55.000</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	10.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	45.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>29.464</b>			
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>19.532</b>			
7	258	-	UU	Pequenas intervenções para a conservação dos Postos de Vigia	14.532		X	
7	258	-	UU	Obras de beneficiação da cela n.º 2 e reparação da infiltrações de água pela cobertura no PTer Ponte de Lima	5.000		X	
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>9.932</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	9.932			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VISEU

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>269.121</b>			
				1.1. Operações/Ações - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	23.922			
				1.1.1. Escola Segura	8.579			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	3.640			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	594			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	870			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	945			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	833			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	685			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	1.011			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	2.344			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.176			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	706			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	462			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	3.133			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.325			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	646			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	570			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	592			X
				1.1.6. Comércio Seguro	1.979			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.575			X
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	404			X
				1.1.7. Farmácia Segura	1.497			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.206			X
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	291			X
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Ações de formação	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	1.922			
7	227	-	UU	Operações	1.922	X		
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	4.469			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.775			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	1.694			X
7	227	-	UU	Ações de sensibilização/informação	0			
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
				1.2. Operações/Ações - Especiais de Prevenção Criminal	631			
7	227	-	UU	Lei das Armas	456			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	175			X
				1.3. Operações/Ações - Âmbito Nacional	43.827			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	3.300			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	1.917			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.384			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	21.030			
7	227	-	UU	Estrada Segura	1.478			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	6.568			X
7	227	-	UU	Carnaval	2.144			X
7	227	-	UU	Páscoa	1.128			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	674			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	0			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VISEU						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	0			
7	227	-	UU	Provas desportivas	6.898			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	2.140			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	824			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	824			X
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	18.673			
7	227	-	UU	Floresta Segura	12.371			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	180			X
7	227	-	UU	Meixão	0			
7	227	-	UU	Resíduos	6.122			X
				1.3.4. Investigação Criminal	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	0			
7	227	-	UU	Global Operation	0			
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	200.741			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	101.885			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	1.191			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	693			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
7	227	-	UU	Patrulhamento geral	100.000			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	36.920			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	9.619			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembaraçamentos	23.126			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	3.607			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	568			X
				1.4.3. Protecção da Natureza e do Ambiente	15.513			
7	227	-	UU	Patrulhamento/fiscalizações	15.513			X
				1.4.4. Investigação Criminal	42.262			
7	227	-	UU	Buscas (operativas)	1.810			X
7	227	-	UU	Diligências policiais em inquéritos desenvolvidos (operativa)	32.717			X
7	227	-	UU	Inspeções NAT (criminalista)	2.967			X
7	227	-	UU	Vigilância e seguimentos NAO	4.768			
				<b>2. ACTIVIDADE ENSINO E FORMAÇÃO</b>	<b>10.883</b>			
				<b>2.4. Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização</b>	<b>10.883</b>			
7	227	-	UU	Formação a nível de Comando (concentração Comandantes DTer e PTER no CTer)	995			X
7	227	-	UU	Formação a nível de Destacamentos (concentração Comandantes PTER nos DTer)	2.304			X
7	227	-	UU	Tiro de Manutenção	7.584			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>768.500</b>			
				<b>3.1. Actividade Administrativa</b>	<b>768.500</b>			
				<b>3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional</b>	<b>418.500</b>			
				<b>3.1.1.1. Bens</b>	<b>91.000</b>			
7	258	-	UU	Limpeza	5.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	15.000			X
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	20.000			X
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	1.000			X
7	258	-	UU	Outros bens	0			
				<b>3.1.1.2. Serviços</b>	<b>327.500</b>			
7	258	-	UU	Encargos instalações	266.000			X
7	258	-	UU	Transportes	25.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	500			X
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	30.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	6.000			X
				<b>3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades</b>	<b>145.000</b>			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	0			
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	75.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	70.000			X
				<b>3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação</b>	<b>5.000</b>			
7	258	-	UU	Representação (Reuniões, visitas e Dia da Unidade)	5.000			X
				<b>3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações</b>	<b>110.000</b>			



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER VISEU

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	108.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	2.000			X
				<b>3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações</b>	<b>90.000</b>			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	50.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	40.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>62.800</b>			
				<b>4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>0</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DIE</b>	<b>0</b>			
7	258	-	UU	Reparações diversas no PTER do Caramulo (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0	X		
7	258	-	UU	Pintura interior e instalação de aquecimento do PTER de Castro de Daire (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 25.000,00)	0	X		
				<b>4.4. Equipamento</b>	<b>16.000</b>			
				<b>4.4.2. Aquisição Centralizada - DRL</b>	<b>7.500</b>			
7	258	-	UU	Aparelhos de Ar Condicionado, aquecimento de águas sanitárias	5.000	X		
7	258	-	UU	Equipamento audiovisual	2.500	X		
				<b>4.4.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>8.500</b>			
7	258	-	UU	Equipamento de Investigação Criminal	1.500	X		
7	258	-	UU	Mobiliário de Gabinete	2.000	X		
7	258	-	UU	Outros equipamentos (equipamento diverso)	5.000	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>46.800</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	25.001	X		
7	258	-	UU	Casas Função	21.798	X		



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER V.REAL						CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012		
Programa	Actividade	QUAR   OOP	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
				<b>1. ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>197.618</b>			
				1.1. Operações/Acções - Programas Especiais de Prevenção e Policiamento de Proximidade	18.688			
				1.1.1. Escola Segura	7.884			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	7.008			X
7	227	-	UU	Operação Regresso às Aulas em Segurança	146			X
7	227	-	UU	Operação Brincar ao Carnaval em Segurança	146			X
7	227	-	UU	Operação Páscoa Segura	146			X
7	227	-	UU	Operação Natal Feliz	146			X
7	227	-	UU	Operação Férias Seguras	146			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	146			X
				1.1.2. Igreja Segura - Igreja Aberta	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.3. SOS Azulejo	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.4. Apoio à Vítima – Violência Doméstica	3.504			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	2.336			X
7	227	-	UU	Gestão do serviço de teleassistência a vítimas de violência doméstica/Ocorrências	584			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.5. Apoio 65 – Idosos em Segurança	4.964			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	1.460			X
7	227	-	UU	Operação Idosos em Segurança	1.168			X
7	227	-	UU	Operação Censos Sénior	1.752			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	584			X
				1.1.6. Comércio Seguro	876			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Operações	175			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117			X
				1.1.7. Farmácia Segura	467			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	234	X		
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	117	X		
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	117	X		
				1.1.8. Transporte Seguro de Tabaco	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Acções de formação	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.9. Abastecimento Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.10. Táxi Seguro	0			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	0			
7	227	-	UU	Gestão da Central de Alarmes e das Ocorrências	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.11. Apoio ao Turismo – Tourist Support Patrol (TSP)	0			
7	227	-	UU	Operações	0			
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	0			
				1.1.12. Verão Seguro – Chave Directa	993			
7	227	-	UU	Patrulhamentos	584			X
7	227	-	UU	Vigilância às residências aderentes	234			X
7	227	-	UU	Acções de sensibilização/informação	175			X
				1.1.13. Outras inseridas em programas não especificados	0			
7	227	-	UU	Residência Segura	0			
7	227	-	UU	Azeitona Segura	0			
				1.2. Operações/Acções - Especiais de Prevenção Criminal	5.256			
7	227	-	UU	Lei das Armas	3.504			X
7	227	-	UU	Outras (inopinadas/reactivas relativas a novos fenómenos criminais)	1.752			X
				1.3. Operações/Acções - Âmbito Nacional	69.262			
				1.3.1. Segurança e Ordem Pública	5.840			
7	227	-	UU	Operação Verão Seguro	4.088			X
7	227	-	UU	Operação Exames nacionais	1.752			X
				1.3.2. Segurança Rodoviária	47.596			
7	227	-	UU	Estrada Segura	1.168			X
7	227	-	UU	Natal e Ano Novo	4.672			X
7	227	-	UU	Carnaval	2.336			X
7	227	-	UU	Páscoa	2.920			X
7	227	-	UU	Circular em Segurança	1.168			X
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.840			X



## UNIDADES TERRITORIAIS

UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER V.REAL

CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012 | 31 DEC 2012

Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	227	-	UU	Escoltas e desembarçamentos	23.360			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	5.256			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	876			X
				1.3.3. Fiscal e Aduaneiro	234			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	234		X	
				1.3.4. Protecção da Natureza e do Ambiente	14.016			
7	227	-	UU	Floresta Segura	8.760			X
7	227	-	UU	Nemátodo do Pinheiro	3.504			X
7	227	-	UU	Meixão	584			X
7	227	-	UU	Resíduos	1.168			X
				1.3.4. Investigação Criminal	1.460			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	1.460			X
				1.3.5. Protecção e socorro	0			
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva determinadas pelo CO	0			
				1.3.6. Conjuntas	117			
7	227	-	UU	Global Operation	117			X
				1.4. Operações/Acções - Âmbito Regional/Local	102.412			
				1.4.1. Segurança e Ordem Pública	78.468			
7	227	-	UU	Visitas e segurança de Altas Entidades	292			X
7	227	-	UU	Eventos desportivos	8.176			X
7	227	-	UU	Eventos objecto de medidas especiais de protecção e segurança	0			
7	227	-	UU	Reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis	0			
7	227	-	UU	Incidentes tático policiais	0			
7	227	-	UU	Patrulhamento geral	70.000			X
				1.4.2. Segurança Rodoviária	23.944			
7	227	-	UU	Controlo de velocidade	5.840			X
7	227	-	UU	Escoltas e desembarçamentos	11.680			X
7	227	-	UU	Provas desportivas	4.672			X
7	227	-	UU	Fiscalização selectiva	1.752			X
				1.5. Operações/Acções - Âmbito Internacional	2.000			
				1.5.2. Cooperação policial internacional	2.000			
7	227	-	UU	Controlos móveis	2.000			X
				<b>3. GESTÃO INTERNA</b>	<b>779.865</b>			
				3.1. Actividade Administrativa	779.865			
				3.1.1. Assegurar o funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiro de suporte à actividade operacional	518.165			
				3.1.1.1. Bens	241.500			
7	258	-	UU	Limpeza	18.000			X
7	258	-	UU	Refeições confeccionadas e géneros para confecção	120.000		X	
7	258	-	UU	Combustíveis (com excepção dos valores já incorporados no Programa I - Actividade Operacional)	50.000			X
7	258	-	UU	Munições, Explosivos e Artíficos	0			
7	258	-	UU	Material de escritório	45.000		X	
7	258	-	UU	Material clínico/ produtos químicos e farmacêuticos	0			
7	258	-	UU	Outros bens	8.500			X
				3.1.1.2. Serviços	276.665			
7	258	-	UU	Encargos instalações	186.665		X	
7	258	-	UU	Transportes	34.000			X
7	258	-	UU	Publicidade	0			
7	258	-	UU	Seguros	2.000	X		
7	258	-	UU	Assistência técnica (com excepção dos bens informáticos os quais serão incluídos no Programa 5 - Sistemas e Tec. Informação)	15.000			X
7	258	-	UU	Outros serviços	39.000			X
				3.1.2. Assegurar as comunicações de voz e dados internas e externas da Unidade e respectivas subunidades	99.200			
7	258	-	UU	Comunicações dados + internet	14.000			X
7	258	-	UU	Comunicações voz (fixas e móveis)	42.000			X
7	258	-	UU	Comunicações Outras (CTT)	43.200			X
				3.1.3. Aquisição de bens e serviços de suporte a acções de relações públicas e de representação	2.500			
7	258	-	UU	Representação em funerais de militares	2.500		X	
				3.1.4. Manutenção, reparação e conservação de viaturas ou embarcações	108.000			
7	258	-	UU	Viaturas (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	108.000			X
7	258	-	UU	Embarcações (Inclui material de transporte - peças; conservação de bens - reparações)	0			
				3.1.5. Manutenção, conservação e limpeza das instalações	52.000			
7	258	-	UU	Manutenção, conservação das instalações	35.000			X
7	258	-	UU	Limpeza das instalações	17.000			X
				<b>4. BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO</b>	<b>27.201</b>			
				4.2. Grandes Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas	0			
				4.2.2. Aquisição Centralizada - DIE	0			



UNIDADES TERRITORIAIS								
UNIDADE RESPONSÁVEL: CTER V.REAL					CALENDARIZAÇÃO: 01 JAN 2012   31 DEC 2012			
Programa	Actividade	QUAR   OOp	Unidade Orgânica	Projectos/acções a desenvolver	Recursos Financeiros Programados (PA2012)	Não executado	Parcialmente executado	Totalmente executado
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura e interior e exterior do PTER de Santa Marta de Penaguião (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Substituição da cobertura e reparações diversas do PTER Alijó (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 75.000,00)	0			
7	258	-	DIE	Reparação da cobertura e interior do PTER de Sabrosa (Plano de Necessidades de Infra-estruturas da GNR - € 50.000,00)	0			
				<b>4.3. Pequenas Obras de Beneficiação, reparação e conservação de infra-estruturas</b>	<b>5.130</b>			
7	258	-	UU	Cobertura de garagem de motociclos - DTer chaves	130			X
7	258	-	UU	Remodelação instalações do posto de atendimento - PTER Régua	2.000		X	
7	258	-	UU	Reparação de cobertura - PTER Mondim	3.000	X		
				<b>4.5. Arrendamento</b>	<b>22.071</b>			
7	258	-	UU	Quartéis	11.552			X
7	258	-	UU	Casas Função	10.519			X
				<b>5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>2.840</b>			
				<b>5.2. Aquisição de Software</b>	<b>100</b>			
				<b>5.2.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>100</b>			
7	258	-	UU	Antivírus	100			X
				<b>5.3. Aquisição de Hardware</b>	<b>2.740</b>			
				<b>5.3.3. Aquisição Descentralizada</b>	<b>2.740</b>			
7	258	-	UU	Componentes informáticos	2.740			X



# V.5

BALANÇO SOCIAL 2012



## II.A. Balanço Social

O Balanço Social apresenta o lado humano de uma organização.

Na Administração Pública, em 1992, o Decreto-Lei n.º 155/92 de 28 de julho, tornou obrigatória a apresentação do Balanço Social pelos organismos autónomos, e em 1996, através do Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro, alargou essa obrigatoriedade a todos os serviços e organismos, com mais de 50 trabalhadores, independentemente da sua relação jurídica de emprego.

O Balanço Social foi concebido para traduzir a situação dos recursos num determinado período de tempo, constituindo-se como um instrumento de informação essencial à gestão das organizações, na medida em que disponibiliza um conjunto de dados caracterizadores do capital humano existente e dos recursos afetos.

A gestão dos recursos humanos passou a fazer parte das preocupações estratégicas das organizações, recorrendo a análises comparativas, para medir a eficácia e a eficiência das medidas adotadas e das opções estratégicas a tomar.

A análise e avaliação deste instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar na gestão dos recursos humanos da Guarda Nacional Republicana e na sua adaptação às realidades que se avizinham.

Esta perspetiva torna-se ainda mais pertinente numa altura em que se aproxima uma reorganização das Forças de Segurança, devendo esta mudança ser operada reconhecendo a realidade do seu capital humano, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia, face às suas competências, dos padrões da qualidade da prestação do serviço ao cidadão, bem como o reforço dos laços de proximidade com a sociedade civil.

O Balanço Social, constitui ainda, um meio para conhecer, caracterizar e acompanhar a evolução dos respetivos recursos humanos, possibilitando uma atuação preventiva, proactiva e esclarecida aos decisores na gestão da Administração Pública. Este facto adquire uma relevância crescente num contexto de reforma da Administração Pública, em curso, de contenção orçamental com fortes restrições à admissão de novos efetivos e de redução de encargos com recursos humanos, e em que as responsabilidades transversais se encontram ampliadas pelo Programa de Ajustamento Económico.

Este documento, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 8º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, passa a integrar o Relatório de Atividades, incluído no respetivo ciclo anual de gestão. É elaborado com referência a 31 de dezembro de 2011 e em observância das disposições legais referidas e das determinações emanadas pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Por uma questão de coerência na divulgação de dados relativos aos recursos humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/2011, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado, (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura, na informação difundida, ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.

O conteúdo do Balanço Social (que será apresentado adiante) compreende tabelas e informações gráficas sucintas com dados estatísticos basilares relativos aos recursos humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva, que pretende aprofundar e esclarecer alguns valores apresentados.

Assim, o presente documento pretende ser, acima de tudo, uma ferramenta útil e de fácil leitura, que demonstre a realidade de uma Instituição com um efetivo global de mais de 23.000 elementos.

De forma a permitir uma análise mais enriquecedora, elaborou-se uma comparação dos dados entre o ano 2010 e 2012 em algumas das temáticas acima descritas recorrendo aos gráficos para apresentação dos resultados, foi ainda elaborado um conjunto de indicadores de gestão - índices e taxas - que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num quadro único.

Os dados apresentados foram obtidos através da aplicação informática “ Sistema Integrado de Gestão de Pessoal da Guarda Nacional Republicana (SIGPES), e das informações disponibilizadas pelos Órgãos Superiores de Comando e Direção e pelas Secções de Recurso Humanos das Unidades desta Guarda.

“Pela Lei e Pela Grei” são, nos tempos que correm, tarefas crescentemente difíceis. É por isso, essencial que, neste ambiente fortemente restritivo, a Guarda mantenha a capacidade para cumprir, em segurança e com eficácia e eficiência, as missões atribuídas, regenerar meios e garantir as adequadas qualificações dos seus militares e civis.

Para tal, são determinantes uma execução criteriosa e uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros, de forma a honrar a nossa cultura de serviço, as atitudes, os valores e os princípios, que nos dignificam, nos orgulham e nos trazem o reconhecimento dos portugueses.

### II.A.1. Caracterização dos Recursos Humanos

A Guarda está organizada hierarquicamente e os militares dos seus quadros permanentes dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, estando sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.



Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Além do pessoal militar a Guarda dispõe de pessoal civil em desempenho de funções, os quais se encontram sujeitos aos deveres e direitos previstos na lei geral para os demais funcionários e agentes da Administração Pública.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

- Categoria profissional de Oficiais:
  - Oficiais Gerais, que compreende os postos de Tenente -General e Major-General;
  - Oficiais Superiores, que compreende os postos de Coronel, Tenente-Coronel e Major;
  - Capitães, que compreende o posto de Capitão;
  - Oficiais Subalternos, que compreende os postos de Tenente e Alferes;
- Categoria profissional de Sargentos, que compreende os postos de Sargento-Mor, Sargento-Chefe, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Furriel;
- Categoria profissional de Guardas, que compreende os postos de Cabo-Mor, Cabo-Chefe, Cabo, Guarda Principal e Guarda.



Figura 95 – Categorias profissionais militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Despacho n.º 8372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2012, de 23.189 elementos entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.282 (743 oficiais, 2.531 sargentos e 19.008 guardas) e 907 civis.

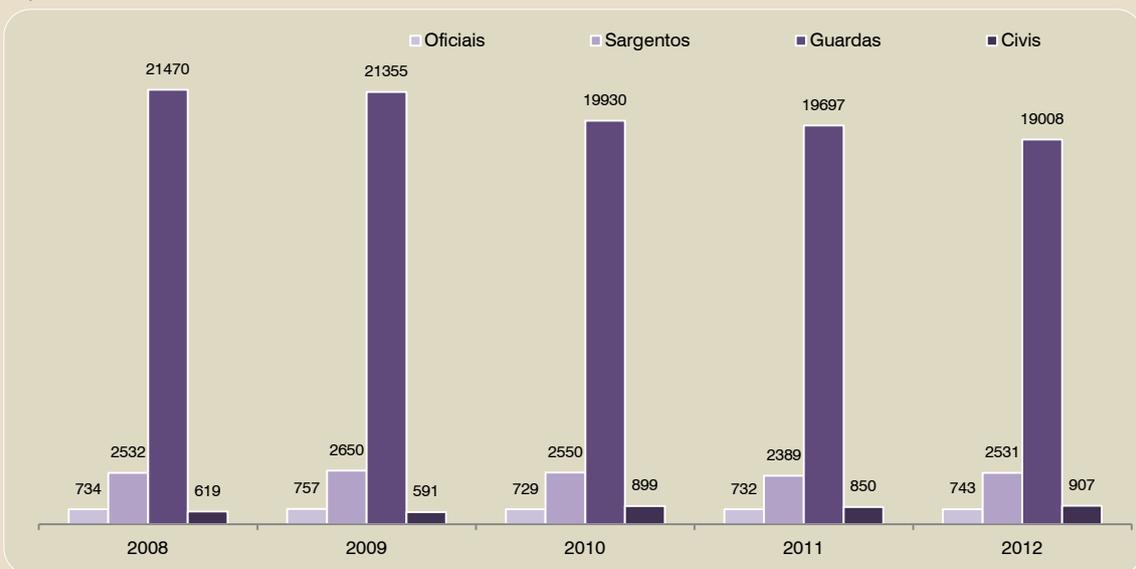


Figura 96 – Recursos Humanos em 2008 - 2012

Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2012, comparativamente ao ano anterior, a Guarda sofreu uma redução considerável dos seus recursos humanos, apesar do aumento registado na categoria «civis», em resultado da extinção dos Governos Civis. A diferença entre períodos homólogos, a 31 de dezembro, cifra-se em 479 (Balanço Social 2012, Quadro 8). Estas perdas têm ênfase no número de efetivos que passaram à reserva durante o ano e no facto de não ter sido atenuado tanto quanto necessário por novas entradas, embora tenham ingressado no ano 2012 ingressaram na GNR, 549 guardas, os quais concluíram com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas e ainda 49 oficiais subalternos que concluíram o Mestrado em Ciências Militares ministrado na Academia Militar.

Saliente-se que, na tentativa de fazer face à redução de efetivos, para o ano em curso de 2013, prevê-se o ingresso de 280 guardas e 44 oficiais subalternos que se encontram neste momento a frequentar os respetivos cursos de formação, prosseguido o Comando da Guarda a mesma política de rejuvenescimento e reforço do efetivo policial, mas também de qualificação e requalificação de recursos humanos.

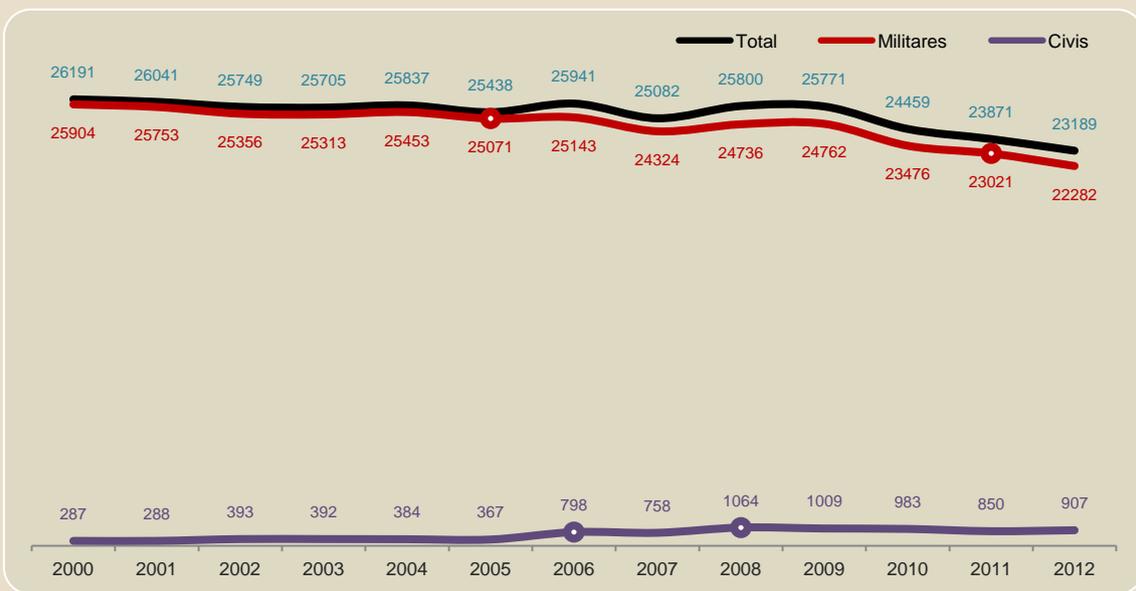


Figura 97 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 - 2012

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular o efetivo militar, tem assistido a um decréscimo acentuado, motivado essencialmente pelo facto dos recompletamentos via dos cursos de formação de ingresso na GNR, não terem acompanhado os valores registados por saídas para a situação de reserva ou reforma

Quanto à evolução registada no efetivo civil, destaca-se o ingresso na GNR ocorrido em 2006, do pessoal da carreira de Guarda Florestal, justificando a subida registada naquele ano. De igual modo, em 2008, por via da publicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de



fevereiro, passou a ser contabilizado um efetivo (a larga maioria a exercer funções de limpeza de instalações no dispositivo da GNR) que até aí não era tido em conta para efeitos estatísticos, face ao tipo de contrato que mantinham com a Instituição. Em 2012, a variação registada resulta essencialmente da incorporação de recursos humanos provenientes dos extintos Governos Cívicos.

### Análise da execução dos RH previstos no QUAR 2012

Relativamente à taxa de execução dos recursos humanos face aos planeados no QUAR 2012, verificamos pelo quadro seguinte, que por força das variações ocorridas no efetivo da Guarda, registou-se um desvio fixado em 18.614 pontos, ponderado o valor de pontos planeados em 168.067.

Recursos Humanos	Pontuação	Existências			Planeados	Executados	Desvio
		Previstas	Reais	Diferença			
Oficiais - Direção Superior	20	11	11	0	220	220	0
Oficiais - Direção Intermédia	16	117	117	0	1.872	1.872	0
Oficiais (outros)	12	680	615	-65	8.160	7.380	-780
Sargentos	8	2.591	2.531	-60	20.728	20.248	-480
Guardas	6	20.862	19.008	-1.854	125.172	114.048	-11.124
Técnico Superior	12	102	27	-75	1.224	324	-900
Carreira Especial Médica	9	90	20	-70	810	180	-630
Carreira Especial Docente	8	18	13	-5	144	104	-40
Carreira Especial Guarda Florestal	7	403	377	-26	2.821	2.639	-182
Assistente Técnico	6	26	88	62	156	528	372
Assistente Operacional	5	428	382	-46	2.140	1.910	-230
Outro pessoal (Vigilantes Florestais)	5	924		-924	4.620	0	-4.620
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>26.252</b>	<b>23.189</b>	<b>-3.063</b>	<b>168.067</b>	<b>149.453</b>	<b>-18.614</b>

Figura 98 – Análise da execução dos RH previstos no QUAR 2012

## II.A.2. Formação dos Recursos Humanos

### Qualificação dos profissionais das Forças de Segurança

Em 2012, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional. A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino consoante a categoria profissional posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:

- Formação Inicial;
- Promoção;
- Especialização ou Qualificação;
- Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização.



A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Nas diferentes modalidades verificaram-se 21.319 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação. O quadro seguinte possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.

CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
Formação de Inicial	CFO <sup>41</sup>				225				1.525
	CFS <sup>42</sup>		469			9			
	CFG <sup>43</sup>			822					
Cursos de Promoção	CPOS <sup>44</sup>				65				732
	CPC <sup>45</sup>	19							
	CPSA <sup>46</sup>		150						
	CPCb <sup>47</sup>			492			6		
Cursos de Especialização e Qualificação	InvCriminal	2	81	192		11	4		1.846
	CFiscal			46					
	CTiro		36						
	CEC <sup>48</sup>	8	22	142					
	FR <sup>49</sup>			123					
	CB Extensível	55	82	443					
	CIR <sup>50</sup>	44	6	109					
	Outros	98	51	168	63	36	23	1	
Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização	- FTP <sup>51</sup>	279	1.108	8.379	72	187	798	1.794	17.216
	- FCAAT <sup>52</sup>	46	353	2.424	3	2			
	- IC <sup>53</sup>	1	12	50					
	- DV <sup>54</sup>	1	7	35		66	250	435	
	- FFD <sup>55</sup>	26	100	777					
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>2.477</b>	<b>14.202</b>	<b>75</b>	<b>608</b>	<b>1.106</b>	<b>2.262</b>	<b>10</b>	<b>21.319</b>

Figura 99 – Formação dos RH

Neste domínio, durante o ano de 2012, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para uma resposta policial mais eficiente e eficaz. Das várias ações realizadas destacam-se as seguintes:

- De especialização e qualificação para um efetivo de 290 formandos;

41 Curso de Formação de Oficiais  
 42 Curso de Formação de Sargentos  
 43 Curso de Formação de Guardas  
 44 Curso de Promoção a Oficial Superior  
 45 Curso de Promoção a Capitão  
 46 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante  
 47 Curso de Promoção a Cabo  
 48 Curso Específico de Cavalaria  
 49 Formação em Fiscalização Rodoviária  
 50 Curso de Intervenção Rápida  
 51 Formação Técnica e Policial  
 52 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Trânsito  
 53 Formação sobre Investigação Criminal  
 54 Detecção de Viaturas Falsificadas  
 55 Formação sobre Fraude Documental



- De formação contínua de atualização e aperfeiçoamento através de ações de qualificação profissional para um efetivo de 63 formandos.
- Foi ministrada formação sobre fraude documental a 903 militares, em regime e-learning (Ferramenta *Avoid Fraud* disponibilizada gratuitamente pela *IDAcademy*).

### Número de militares que concluíram cursos de formação de ingresso e cursos de formação contínua

#### Cursos de formação de ingresso

No ano de 2012, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 225 formandos, tendo ingressado nos Quadros da Guarda 50 Oficiais habilitados com o grau de mestre.

Concomitantemente, decorreram o 33º, 34º e 35º CFS, integrados em diferentes anos letivos (469 formandos), tendo ingressado na Categoria de Sargentos 152 militares que terminaram o 33º Curso.

Na categoria de Guardas ingressaram na GNR 549 militares que frequentaram com aproveitamento o respetivo curso de ingresso.

#### Cursos de formação contínua

No âmbito da Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização, 17.216 profissionais foram alvo de formação, distribuídos pelas áreas de Formação Técnica e Policial, Formação na área do Trânsito, na área da Investigação Criminal, Detecção de Viaturas Falsificadas e Fraude Documental.

#### Discriminação por áreas técnico-policiais e outras

Ao nível dos cursos de especialização/qualificação e formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, com elevada preponderância na componente técnico-policial, 19.058 profissionais foram sujeitos a formação e considerados aptos a desenvolver a respetiva atividade específica no cumprimento da missão GNR, em prol do serviço público e do país.

Decorrente das competências atribuídas em matéria de Investigação Criminal, a Guarda continua a investir acentuadamente na formação de especialistas nesta área. O ano de 2012 não foi exceção e participaram em cursos de especialização/qualificação e na formação contínua de aperfeiçoamento e atualização 353 militares.

Com o objetivo de potenciar as ações de prevenção/fiscalização no âmbito rodoviário, a GNR proporcionou cursos de especialização/qualificação e formação contínua de aperfeiçoamento e atualização a 2.953 militares do dispositivo da Guarda, no âmbito da fiscalização rodoviária.



## 1. Recursos Humanos

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior					3	13			3	13	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					11	77			11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar					13	369			13	369	382
Informático					3	3			3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					2	10	1		3	10	13
Médico					9	7	4		13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						5			0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)	26	1							26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial	673	43							673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2.434	97							2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	17.690	1.038	252	28					17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)	371	6							371	6	377
<b>Total</b>	<b>21.194</b>	<b>1.185</b>	<b>252</b>	<b>28</b>	<b>41</b>	<b>484</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>
Prestações de Serviços - Avença									39	33	72
<b>Total</b>									<b>39</b>	<b>33</b>	<b>72</b>

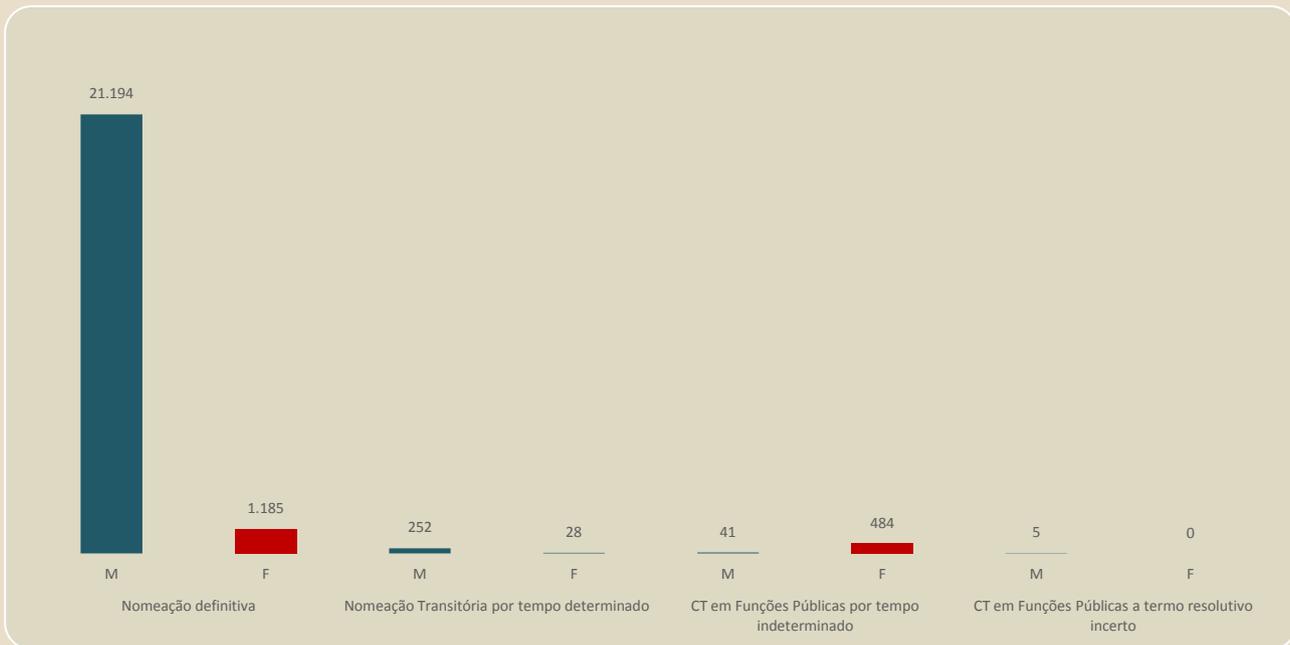


Figura 100 – Trabalhadores em Nomeação ou em CTFP



### Breve análise:

Dos 23.189 trabalhadores em funções na Guarda existentes a 31 de dezembro de 2012, verifica-se que cerca de 96,51% (22.379 trabalhadores) se encontram em regime de Nomeação Definitiva e 1,21% (280 trabalhadores) em regime de Nomeação Transitória por Tempo Determinado. Em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado encontram-se 2,26% (525 trabalhadores) e 0,02% em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (5 trabalhadores).

Em regime de avença/prestação de serviços encontram-se 72 elementos, embora estes não sejam considerados para efeito de contabilização do número de pessoas em exercício de funções na Guarda.

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, constata-se, fruto da sua natureza, que a Guarda Nacional Republicana é uma instituição maioritariamente constituída por militares, representando estes, em 31 de dezembro de 2012, 96,09% (22.282 militares) do total de colaboradores, sendo a categoria de Guardas a mais representativa, com 81,97% (19.008 Guardas) do total de militares, seguido da categoria dos Assistentes Operacionais com cerca de 1,65% (382 trabalhadores). A categoria Outro Pessoal de Segurança (Guardas-Florestais) representa 1,63% (377 trabalhadores).

Entre o pessoal militar, constata-se a tendência de redução verificada nos últimos anos, com o número de trabalhadores em exercício de funções na GNR a registar um decréscimo de 479 trabalhadores em relação ao ano de 2011 (cerca de 2,07% do efetivo global).

Com a extinção dos Governos Cívicos operada em 2012, integraram o quadro de pessoal civil 93 funcionários provenientes daquelas estruturas, distribuídos pelas seguintes categorias:

- Técnico Superior – 5;
- Carreira Informática – 6;
- Assistente Técnico – 71;
- Assistente Operacional – 11.

Apesar desta integração, mantém-se, também no pessoal civil, a tendência de redução verificada nos últimos anos, registando-se um decréscimo de 57 trabalhadores em relação ao ano de 2011 (6,28% do efetivo do pessoal civil).

No que se refere ao índice de enquadramento, que expressa a relação entre o total de efetivos e o número de profissionais que exerce funções de Comando, Direção ou Chefia, verifica-se um acréscimo do valor em 2012 (14,69%), relativamente ao total apurado em 2010 (13,39%) e 2011 (13,55).



Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Técnico Superior							1		2		3		3	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								2	2	4		8	11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar					1			7	1	15		43	13	369	382
Informático							1				1		3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário										2	1	6	3	10	13
Médico											1		13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												2	0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)												2	26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial			45	10	145	17	158	14	66	2	56		673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento					82	12	319	29	730	46	545	10	2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	6	1	847	82	2.990	368	3.943	391	3.704	184	2.541	40	17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)							8		39	2	28	2	371	6	377
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>892</b>	<b>92</b>	<b>3.217</b>	<b>398</b>	<b>4.429</b>	<b>444</b>	<b>4.542</b>	<b>257</b>	<b>3.175</b>	<b>114</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>
Prestações de Serviços - Avença								1		4	3	13	39	33	72
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>39</b>	<b>33</b>	<b>72</b>

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género (cont.)	45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Técnico Superior	1	4	1	2			1	1					3	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	4	12	2	20	2	16	1	15					11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	55	4	80	2	86	4	63	1	19			13	369	382
Informático		1			1	1		1					3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário				1	2			1					3	10	13
Médico		1	1	2	6	4	5						13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		1		1		1							0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)	5	1	12		5		2						26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial	132		65		6								673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento	451		300		7								2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	2.605		1.284		22								17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)	41		153	2	75		25		2				371	6	377
<b>Total</b>	<b>3.240</b>	<b>75</b>	<b>1.822</b>	<b>108</b>	<b>128</b>	<b>108</b>	<b>38</b>	<b>81</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>
Prestações de Serviços - Avença	3	1	7	5	16	5	9	2	1			2	39	33	72
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>39</b>	<b>33</b>	<b>72</b>

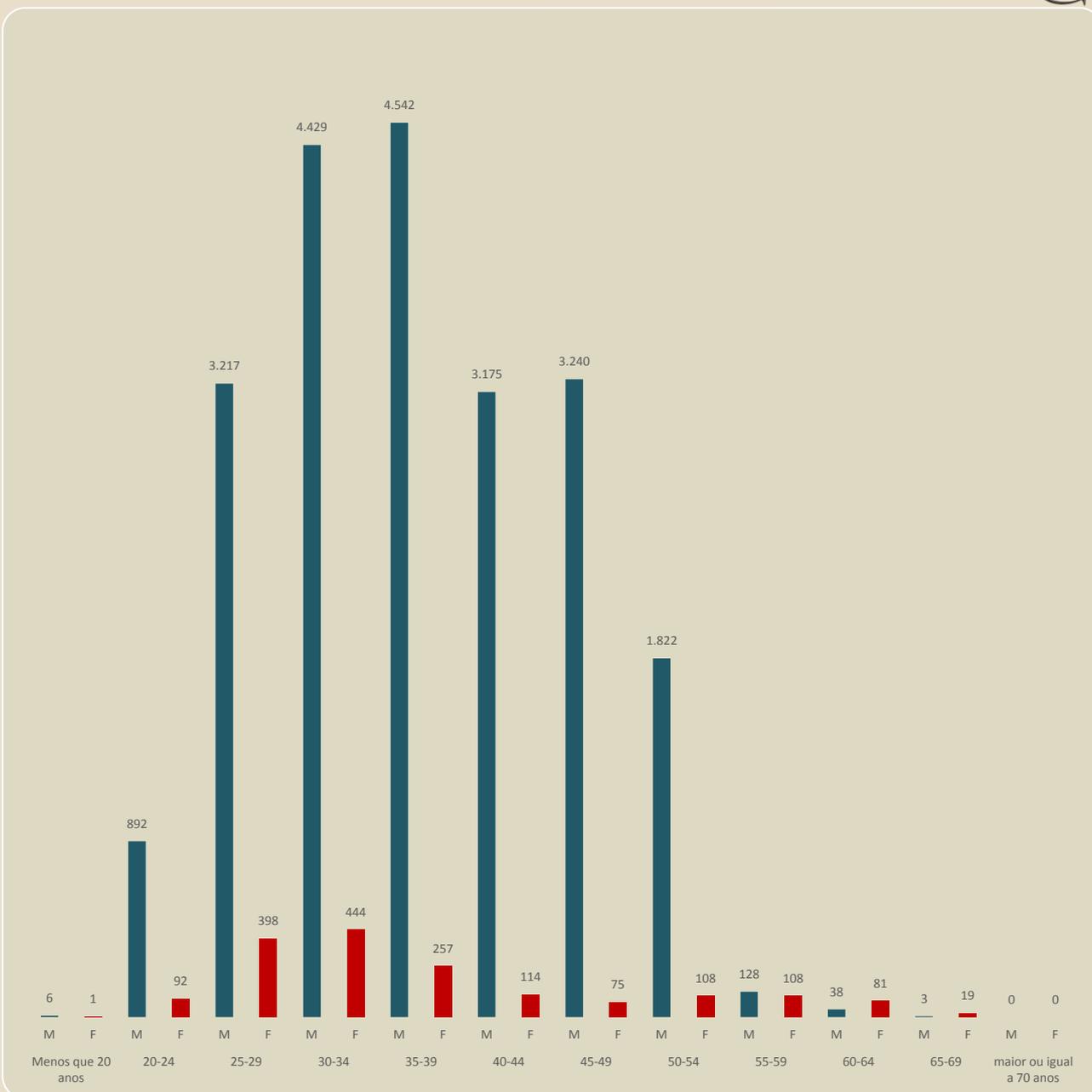


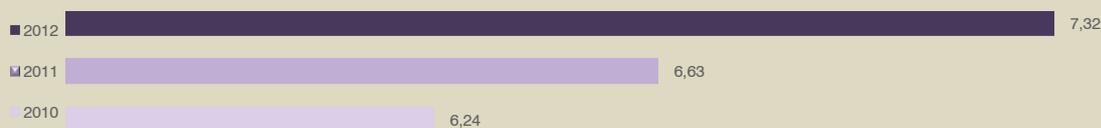
Figura 101 – Trabalhadores segundo o escalão etário e género

**Breve análise:**

Da análise dos dados por distribuição de efetivos e por género, continua a verificar-se uma predominância do sexo masculino no universo dos efetivos, excetuando-se os grupos profissionais de Técnico Superior, Assistente Técnico, Docente, Médico e Técnico de Diagnóstico e Terapêutica. Em resultado a taxa de feminização em 2012 cifra-se em 7,32% (2010 – 6,24%; 2011 - 6,63%).

O universo respeitante ao efetivo feminino (1.697) tem vindo a aumentar, mas ainda assim, os servidores do sexo masculino continuam a ser a grande maioria, representando 92,68% (21.492) de todo o efetivo, militares e civis.

**Taxa de Feminização**

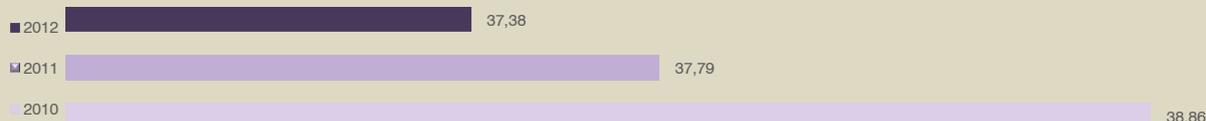




O nível etário médio, no ano em análise, é de 37,38 anos, descendo ligeiramente face ao ano de 2011 (37,79 anos), fruto de duas situações: por um lado, o elevado número de militares que passaram à situação de reserva, por outro, o facto de em 2012 terem ingressado nos quadros da Guarda Nacional Republicana, militares provenientes do Curso de Formação de Guardas, contribuindo desta forma para o rejuvenescimento do efetivo.

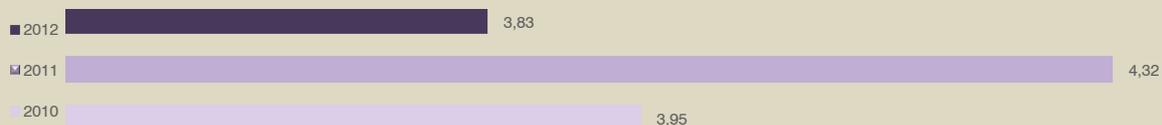
O escalão etário mais representativo, situa-se no intervalo dos 30-34 anos, com 4.873 trabalhadores, representando 21,01% do efetivo global, logo seguido pelo intervalo dos 35-39 anos, com 4.799 trabalhadores (20,70%).

### Nível Etário



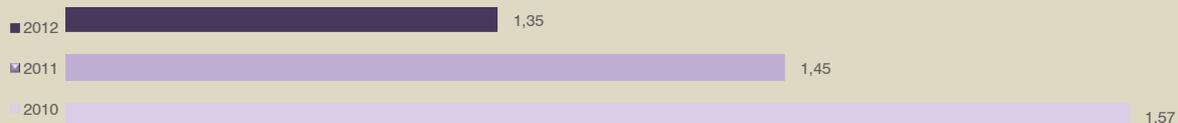
O leque etário é de 3,83 e tem uma amplitude de 50 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (69 anos), tendo sofrido uma queda substancial, em relação ao ano anterior [2011 - leque etário de 4,32 e com amplitude de 63 anos entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (82 anos)].

### Leque Etário



A taxa de envelhecimento, que tem como referência o somatório dos trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos sobre o total de trabalhadores do serviço, situa-se nos 1,35%. Esta taxa atingiu no ano transato os 1,45% e 1,57% em 2010.

### Taxa de envelhecimento





Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Técnico Superior	1	6		1	1	4	1	1		1	3	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	6	35	1	1		4		4	1	15	11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar	2	13		71		228		2	5	35	13	369	382
Informático	3	2									3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário				1	2	8	1	1			3	10	13
Médico	1				1	1	2	3	3	3	13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						1		4			0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)	2						2		4	1	26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial			166	20	157	19	86	4	85		673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento	4		153	25	381	29	833	40	393	3	2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1.630	134	3.780	489	3.908	274	3.189	139	2.574	30	17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)			18	1	45	2	12	1	35		371	6	377
<b>Total</b>	<b>1.649</b>	<b>190</b>	<b>4.118</b>	<b>609</b>	<b>4.495</b>	<b>570</b>	<b>4.126</b>	<b>199</b>	<b>3.100</b>	<b>88</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço (cont.)	25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		Total		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	Técnico Superior									-		-	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	9		5	1	4			-	-	11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar	2	13	1	6	3	1			-	-	13	369	382
Informático				1					-	-	3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário									-	-	3	10	13
Médico	4		2						-	-	13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica									-	-	0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)	6		5		6		1		-	-	26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial	134		44		1				-	-	673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento	606		60		4				-	-	2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	2.632		225		4				-	-	17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)	229	2	11		19		2		-	-	371	6	377
<b>Total</b>	<b>3.615</b>	<b>24</b>	<b>348</b>	<b>12</b>	<b>38</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>



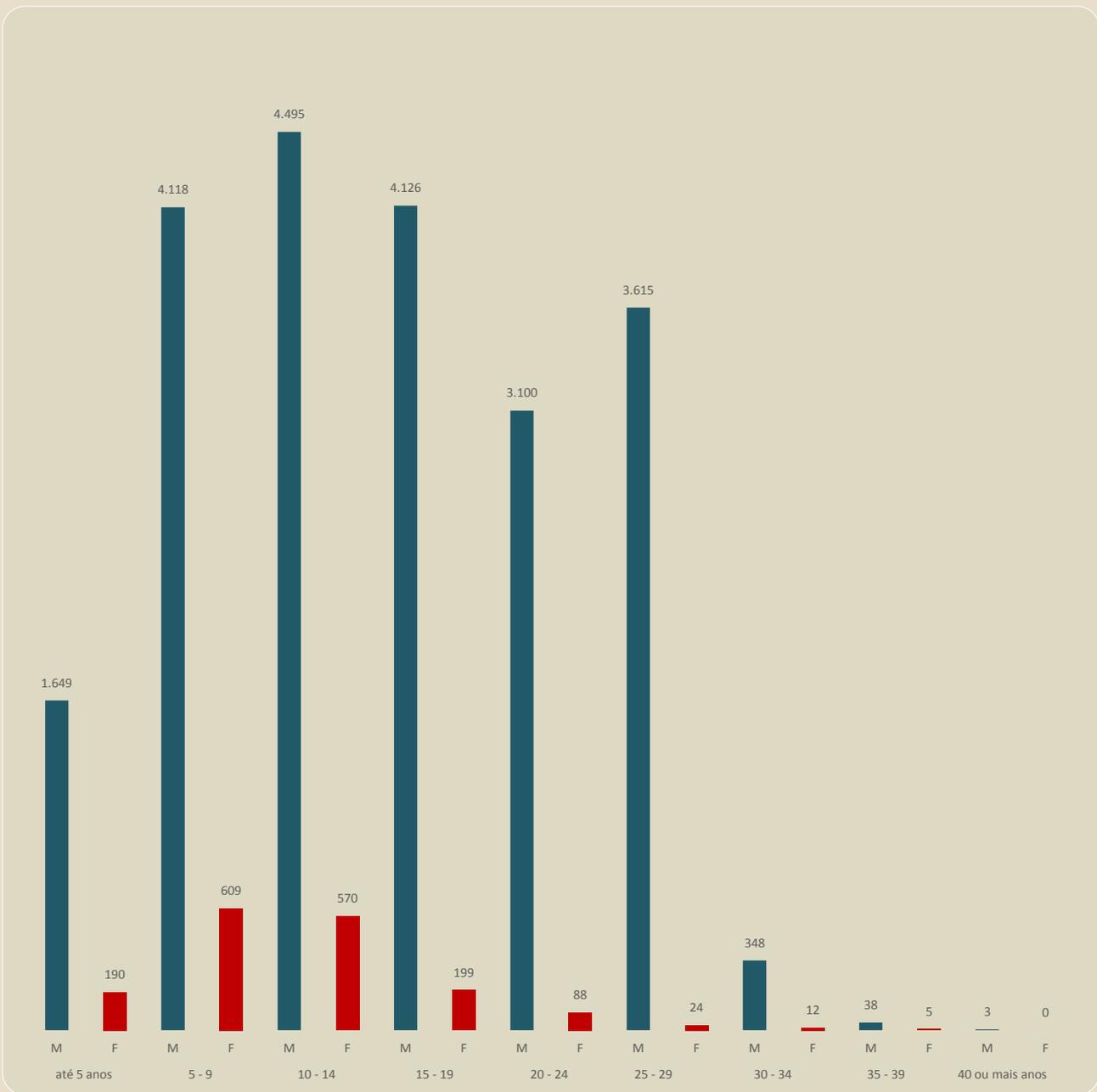


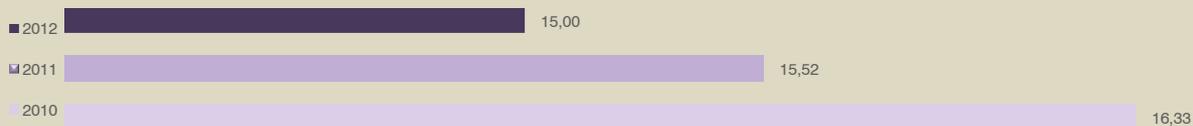
Figura 102 – Antiguidade por segundo o nível de antiguidade e género

Breve análise:

O Nível de Antiguidade mais representativo, situa-se no intervalo dos 10-14 anos, com 5.065 trabalhadores (21,84% do efetivo global), seguido pelo intervalo dos 5-9 anos, com 4.727 trabalhadores (20,38% do efetivo global).

O nível médio de antiguidade, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, é de 15,00 anos, revelando uma ligeira descida quando comparado com anos anteriores.

Nível de antiguidade





Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior												3	13	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				2	2	3	1	11	2	11		11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar		21	10	205		84	1	51		1		13	369	382
Informático									1			3	3	6
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												3	10	13
Médico												13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)												26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial										4		673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento					5		594	7	263	4		2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda			246		2.048		7.146	218	1.687	138		17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)			56		81		104		22	1		371	6	377
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>312</b>	<b>207</b>	<b>2.136</b>	<b>87</b>	<b>7.846</b>	<b>287</b>	<b>1.979</b>	<b>155</b>		<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>
Prestações de Serviços - Avença								1				39	33	72
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>39</b>	<b>33</b>	<b>72</b>

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária (Cont.)	12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior					3	11			2			3	13	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	5	47	1	1			1		1			11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar	2	7										13	369	382
Informático	1	3	1									3	3	6
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					3	8			2			3	10	13
Médico					13	7						13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							5					0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)	1		1		21	1	3					26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial	81		26		407	31	154	12	1			673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento	1.380	57	16	5	163	22	13	2				2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda	6.570	625	13	5	220	77	12	3				17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)	96	4	1	1	10		1					371	6	377
<b>Total</b>	<b>8.136</b>	<b>743</b>	<b>59</b>	<b>12</b>	<b>840</b>	<b>163</b>	<b>183</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>0</b>		<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>
Prestações de Serviços - Avença				1	37	30	2	1				39	33	72
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>37</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>39</b>	<b>33</b>	<b>72</b>

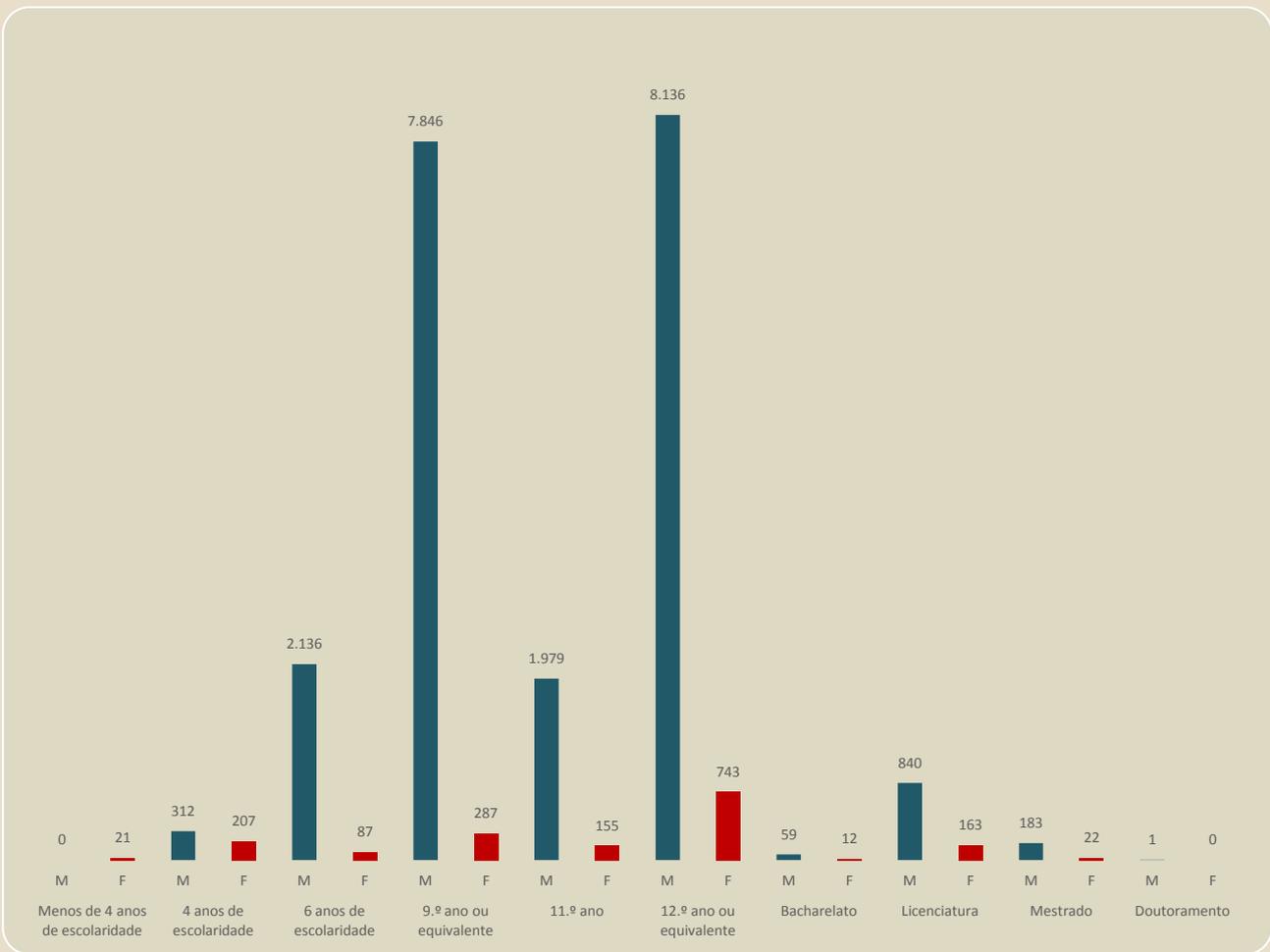


Figura 103 – Nível de escolaridade e género

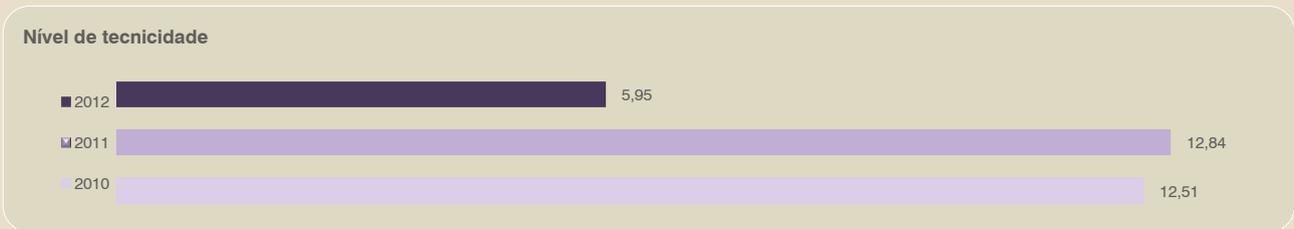
**Breve análise:**

Quanto ao nível habilitacional, pela primeira vez constata-se que as habilitações académicas de 12.º ano são as detidas pela maioria dos trabalhadores, ultrapassando o 9.º ano ou equivalente como Nível de Escolaridade mais representativo. Desta forma, mantém-se a tendência de aumento do nível de escolaridade relativamente a anos anteriores, o que denota uma melhoria evidente quer ao nível das competências, quer aos nível das capacidades detidas pelos recursos humanos da Guarda.

Assim sendo, o 12.º ano ou equivalente é o Nível de Escolaridade mais representativo, correspondendo a 8.879 trabalhadores, representando cerca de 38,29% do total dos trabalhadores.

Em verdade, ao longo dos últimos anos, tem-se assistido a uma diminuição de trabalhadores com habilitações mínimas e a um aumento de trabalhadores com níveis habilitacionais superiores.

Em relação ao índice de tecnicidade, fruto da alteração ao universo considerado para o cálculo da referida taxa, esta baixou consideravelmente, uma vez que os Técnicos Superiores que prestam serviço na Guarda em regime de avença/prestação de serviços, não são considerados para efeito de cádo presente indicador.



**Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género**

Não existem trabalhadores nesta situação.



Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Técnico Superior									1										0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo														1		2			0	3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											2				1				0	3	3
Médico														1					1	0	1
Forças Armadas - Oficial b)																1			1	0	1
Guarda Nacional Republicana - Oficial									1					1					2	0	2
Guarda Nacional Republicana - Sargento					2		1		4		4								11	0	11
Guarda Nacional Republicana - Guarda	2		7	2	11		13		19		16		1						69	2	71
Outro Pessoal de Segurança c)									1		2		3						6	0	6
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>90</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

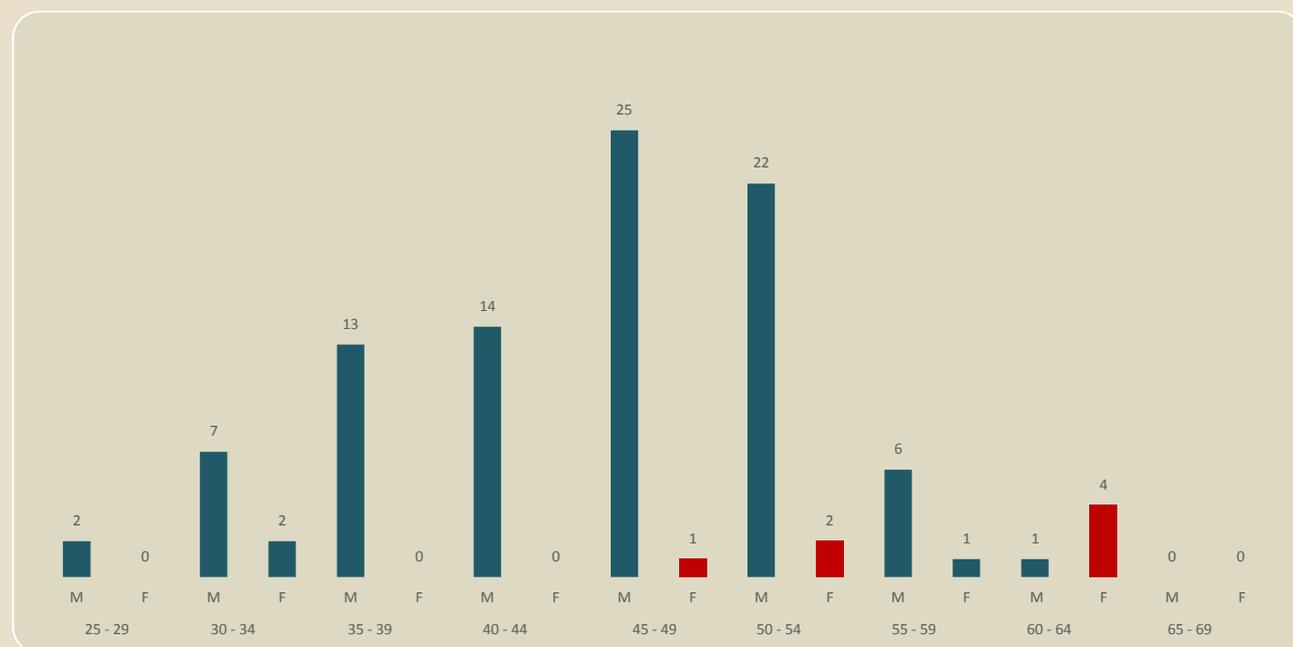


Figura 104 – Portadores de deficiência por escalão etário e segundo o género

**Breve análise:**

No ano de 2012, a GNR registava um total de 100 trabalhadores portadores de deficiência, dos quais 90 distribuídos pelo sexo masculino e os restantes 10 distribuídos pelo sexo feminino. Estes trabalhadores representam 0,43% do total dos efetivos, registando a categoria socioprofissional de Guardas uma predominância de 71% face ao número total de trabalhadores portadores de deficiência.





Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		Outras situações		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	TOTAL
Técnico Superior									2	8	2	8	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									13	58	13	58	71
Assistente operacional, operário, auxiliar									815	160	815	160	975
Informático									3	3	3	3	6
Médico									5		5	0	5
Forças Armadas - Oficial b)							2				2	0	2
Guarda Nacional Republicana - Oficial	44	5					5		1		50	5	55
Guarda Nacional Republicana - Sargento	270	32	1	1					1	2	272	35	307
Guarda Nacional Republicana - Guarda	767	75	2		8						777	75	852
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.081</b>	<b>112</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>840</b>	<b>231</b>	<b>1.939</b>	<b>344</b>	<b>2.283</b>



Figura 105 – Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano e segundo o género

**Breve análise:**

Durante o ano de 2012, a Guarda registou a admissão e/ou o regresso de 2.283 militares e civis.

De realçar que em outubro de 2012 ingressaram no quadro desta Força de Segurança 49 Subalternos das Armas e dos Serviços, os quais concluíram com aproveitamento, o Curso de Formação de Oficiais ministrado na Academia Militar. Paralelamente ingressaram na GNR 549 Guardas, após conclusão com aproveitamento do Curso de Formação de Guardas ministrado na Escola da Guarda. De salientar, que está a decorrer o 2.º turno do Curso de Formação de Guardas 2012, com 279 Guardas Provisórios, prevendo-se o seu término e consequentemente o ingresso nos quadros da Guarda em julho de 2013.

Na coluna “Outras Situações”, estão incluídos os 93 funcionários dos Governos Cívicos, integrados no quadro de pessoal civil desta Guarda, distribuídos nos quantitativos abaixo mencionados:

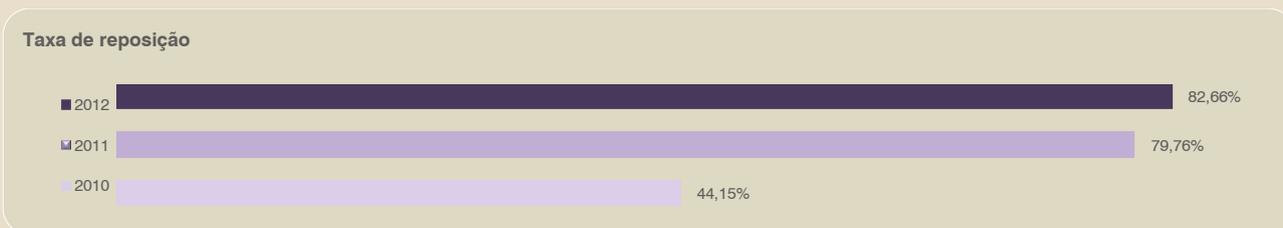


- Técnico Superior – 5;
- Carreira Informática – 6;
- Assistente Técnico – 71;
- Assistente Operacional – 11.

Na coluna “Outras Situações”, estão ainda incluídos os 964 Assistentes Operacionais (Vigilantes Florestais) com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, contratados com a finalidade de reforçar e pôr em funcionamento a Rede Nacional de Postos de Vigiã.

No âmbito da taxa de reposição, merece realce o aumento considerável, que passou de 79,76 %, registados no ano transato, para 82,66%, registados no ano em análise, o que significa que foi substancialmente encurtada a diferença entre o número de admissões e saídas efetivadas.

Ainda assim, regista-se uma diminuição do efetivo militar em exercício de funções, registando-se em 31 de dezembro de 2012, por comparação com igual dia de 2011, uma variação de 536 militares (uma redução de 2,41%).



**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Conclusão sem sucesso do período experimental		Mobilidade interna		Comissão de serviço		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Forças Armadas - Oficial b)									5				5	
Guarda Nacional Republicana - Oficial	1		36				1				3		41	0	41
Guarda Nacional Republicana - Sargento	1		160				1		1		2		165	0	165
Guarda Nacional Republicana - Guarda	18	1	1.150		11	3	2		3	1	316	36	1.500	41	1.541
Outro Pessoal de Segurança c)	1		12										13	0	13
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>1.358</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>321</b>	<b>36</b>	<b>1.724</b>	<b>41</b>	<b>1.765</b>



Figura 106 – Contagem de saídas dos trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço segundo o motivo de saída e género durante o ano

**Breve análise:**

A registar durante o ano de 2012, a saída de 1.765 militares do efetivo na situação de ativo, dos quais 1.358 por passagem à situação de reserva.





Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Mobilidade interna		Outras situações		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1	5	1				2	5	7
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	1	5	9	2		810	159	818	169	987
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			1						1	0	1
Médico				2					0	2	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>810</b>	<b>159</b>	<b>821</b>	<b>176</b>	<b>997</b>

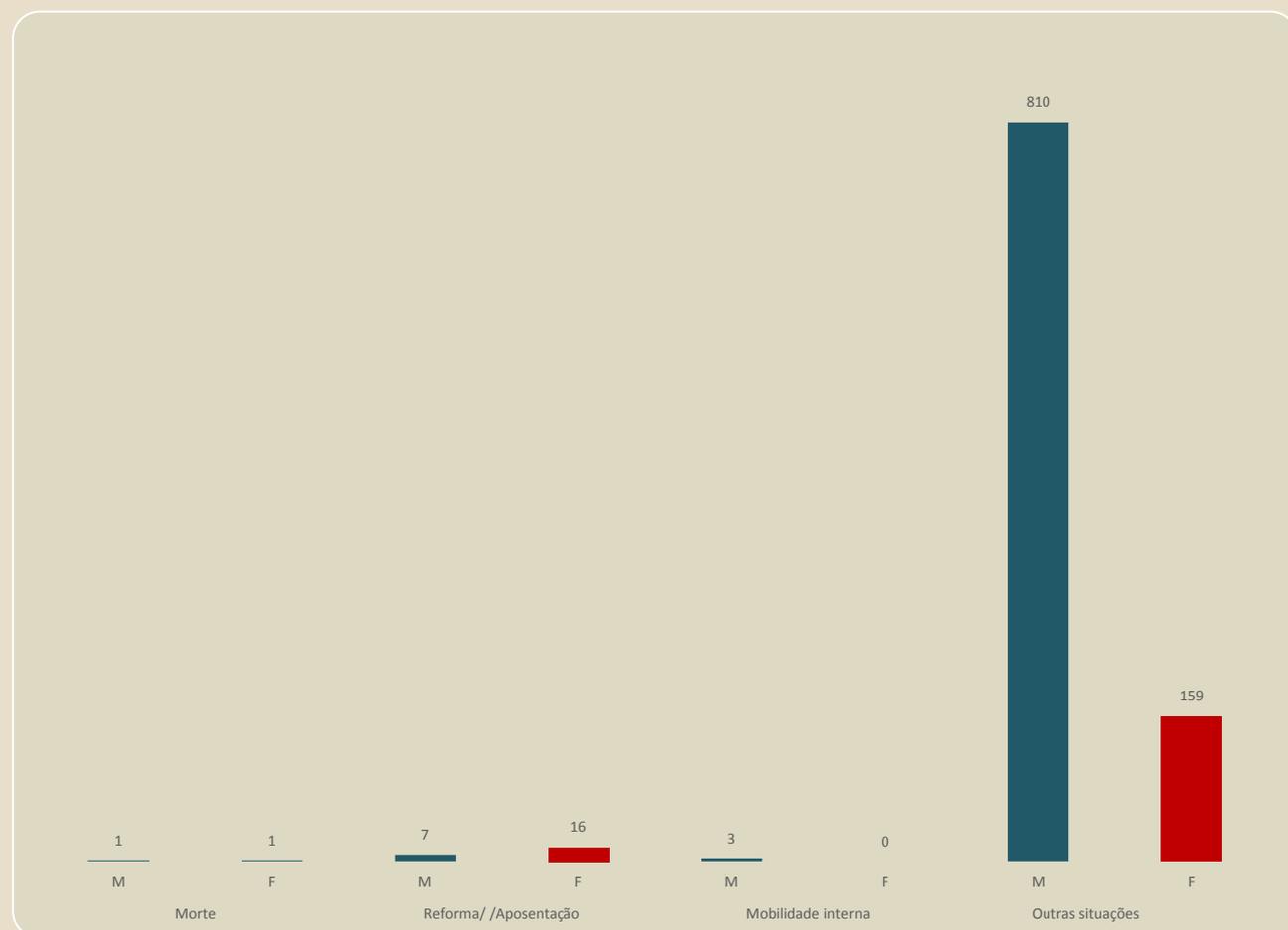


Figura 107 – Contagem de saídas dos trabalhadores contratados segundo o motivo de saída e género durante o ano

#### Breve análise:

A registar durante o ano de 2012, a saída de 997 civis, dos quais 964 pertencentes à categoria de Assistentes Operacionais (Vigilantes Florestais) com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Não existem situações a reportar.



Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Forças Armadas - Oficial b)			2		2	0	2
Guarda Nacional Republicana - Oficial	157	14	5		162	14	176
Guarda Nacional Republicana - Sargento	470	13			470	13	483
Guarda Nacional Republicana - Guarda	4.759	318	508	44	5.267	362	5.629
<b>Total</b>	<b>5.386</b>	<b>345</b>	<b>515</b>	<b>44</b>	<b>5.901</b>	<b>389</b>	<b>6.290</b>

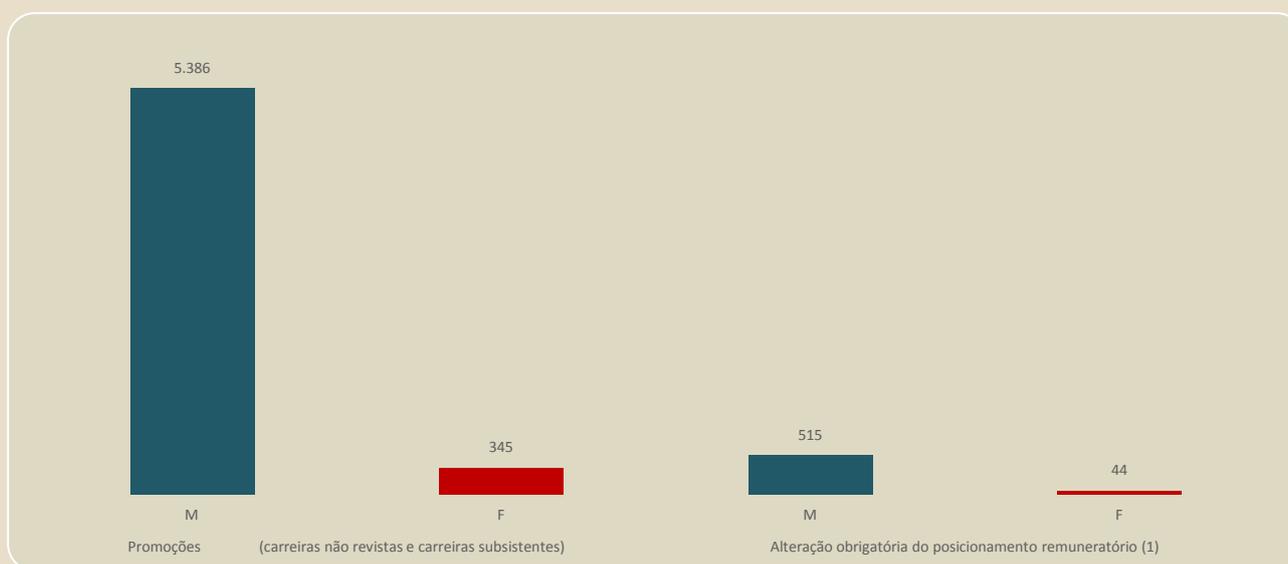


Figura 108 – Progressões e alterações de posicionamento remuneratório segundo o género durante o ano

**Breve análise:**

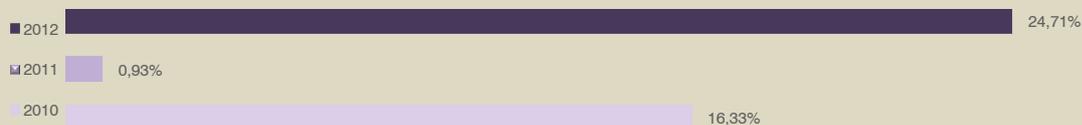
Através da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), o Governo implementou um conjunto de medidas de consolidação orçamental (designadamente as que visam conter a despesa na esfera do estado). Assim, foi vedada a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares de cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2011), onde se incluem os militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo ainda as valorizações e outros acréscimos remuneratórios, designadamente os resultantes de alterações de posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos (artigo 24.º da LOE2011).

Entretanto, a entrada em vigor da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio (primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) e por força do artigo 4.º da referida Lei, foi aditado o artigo 20.º - A, prevendo a possibilidade de durante o ano de 2012 poderem ocorrer promoções de militares da Guarda Nacional Republicana, mediante despacho prévio dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, justificada que esteja a sua necessidade, desde que tal não resulte em aumento da despesa com pessoal.

Desta forma durante o ano em análise, efetivaram-se 559 progressões e 5.731 promoções, o que correspondeu a uma subida da Taxa de Promoções em relação ao ano de 2011.

Saliente-se que cerca de 43% (2.462 militares) do total de promoções efetivadas durante o ano de 2012, reportam-se a promoções relativas sobretudo ao ano de 2010, bem como a anos anteriores.

**Taxa de promoções**





Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género<sup>56</sup>

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Específico		Isenção de horário		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total
Técnico Superior	3	13									3	13	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	11	77									11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar	13	369									13	369	382
Informático	3	3									3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			3	10							3	10	13
Médico	6	5							7	2	13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		5									0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)							26	1			26	1	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial							673	43			673	43	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento							2.434	97			2.434	97	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda							17.942	1.066			17.942	1.066	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)					371	6					371	6	377
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>472</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>371</b>	<b>6</b>	<b>21.075</b>	<b>1.207</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>

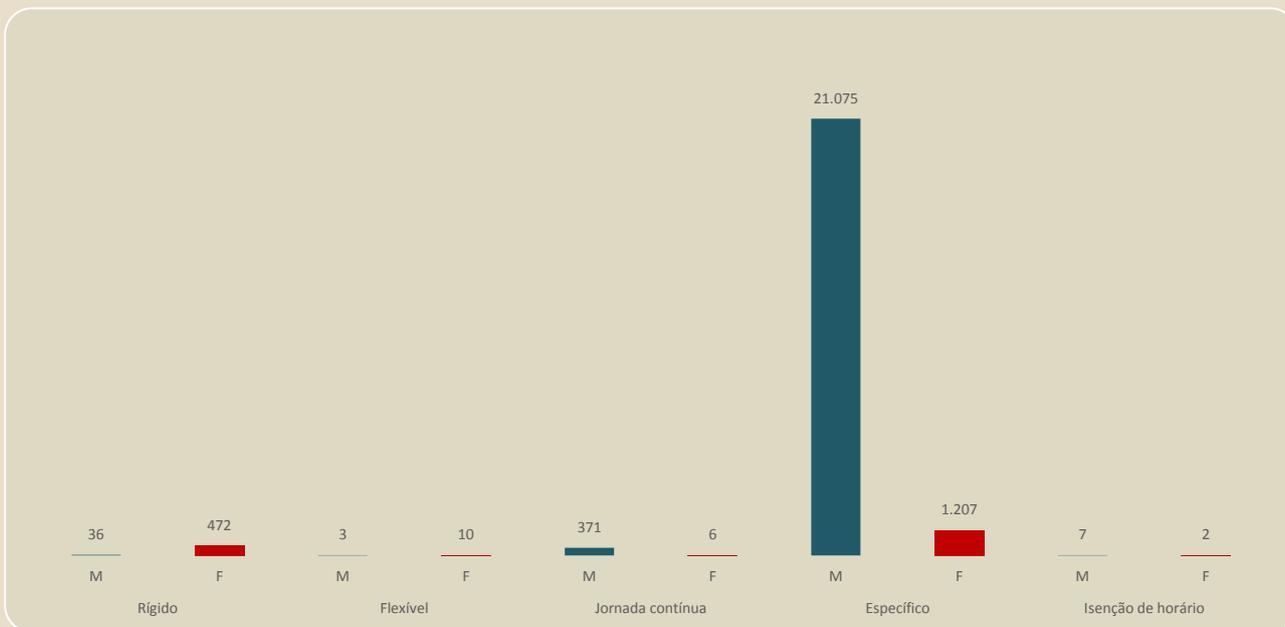


Figura 109 – Modalidade de horário de trabalho segundo o género durante o ano

<sup>56</sup> Tendo em conta a especificidade da missão atribuída a esta Guarda, todo o efetivo militar não está sujeito a horário de trabalho



Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género<sup>57</sup>

Grupo/cargo/carreira <sup>58</sup>	Tempo completo		PNT <sup>59</sup> inferior ao praticado a tempo completo						Total		
			Tempo parcial ou outro regime especial (*50) 9 horas		Tempo parcial ou outro regime especial (*) 40 horas		Tempo parcial ou outro regime especial (*) disp. Permanente <sup>61</sup>		M	F	Total
	M	F	M	F	M	F	M	F			
Técnico Superior					3	13			3	13	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					11	77			11	77	88
Assistente operacional, operário, auxiliar					13	369			13	369	382
Informático					3	3			3	3	6
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	3	10							3	10	13
Médico			3	1	10	6			13	7	20
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						5			0	5	5
Forças Armadas - Oficial b)								26	1	26	27
Guarda Nacional Republicana - Oficial								673	43	673	716
Guarda Nacional Republicana - Sargento								2.434	97	2.434	2.531
Guarda Nacional Republicana - Guarda								17.942	1.066	17.942	19.008
Outro Pessoal de Segurança c)	371	6								371	377
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>473</b>	<b>21.075</b>	<b>1.207</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>

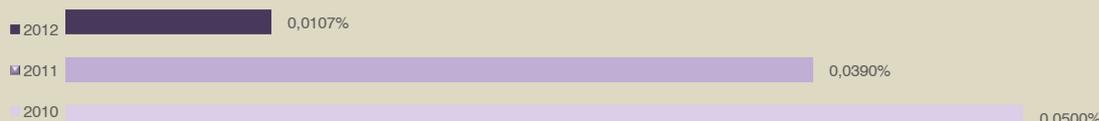
Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior		15:24									0:00	15:24	15:24
Outro Pessoal de Segurança c)	102:30				3986:30	56:00					4089:00	56:00	4145:00
<b>Total</b>	<b>102:30</b>	<b>15:24</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>3986:30</b>	<b>56:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>4089:00</b>	<b>71:24</b>	<b>4160:24</b>

Breve análise:

Das 4.160 horas de trabalho extraordinário contabilizadas, 4.145 horas foram efetuadas pelos Guardas-Florestais (outro pessoal de segurança). De salientar a redução superior a 2/3 em horas de trabalho extraordinário, em comparação com o ano anterior. Desta forma, a Taxa de Trabalho Extraordinário, teve uma redução considerável, que passou de 0,039%, registado no ano transato, para 0,0107% registados no ano em análise (em ambas as situações estamos perante valores absolutamente residuais considerando o universo de RH da Guarda).

Taxa de trabalho extraordinário



57 Indica para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

58 Considera cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

59 Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei (no mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho);

60 Trabalho a tempo parcial (artº 142º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12º do DL nº259/98): indica o número de horas de trabalho semanais, quando inferior ao praticado a tempo completo;

61 Face à sua condição, o militar da Guarda encontra-se permanentemente disponível para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais



Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho noturno normal		Trabalho noturno extraordinário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Outro Pessoal de Segurança c)	3891:30	90:00			3891:30	90:00	3981:30
<b>Total</b>	<b>3891:30</b>	<b>90:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>3891:30</b>	<b>90:00</b>	<b>3981:30</b>

**Breve análise:**

As 3.981 horas de trabalho noturno normal contabilizadas, foram efetuadas pelos Guardas-Florestais (outro pessoal de segurança).

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Técnico Superior		14												
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					17	3	809				6	4		
Assistente operacional, operário, auxiliar			20		20	59	132	5.835			365			
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					5		121							
Forças Armadas - Oficial b)							17							
Guarda Nacional Republicana - Oficial	185	44	1.595	721	93	4	1.557	100	511	22	183		38	
Guarda Nacional Republicana - Sargento	231	25	4.441	1.463	602	12	7.511	492	2.465	106	782	158	294	
Guarda Nacional Republicana - Guarda	3.175	226	36.018	14.533	5.037	268	81.736	5.377	26.821	1.153	8.492	1.266	739	124
Outro Pessoal de Segurança c)			201	305	100	2	3.297	14			31	5		
<b>Total</b>	<b>3.591</b>	<b>309</b>	<b>42.275</b>	<b>17.022</b>	<b>5.852</b>	<b>367</b>	<b>94.253</b>	<b>12.748</b>	<b>29.797</b>	<b>1.281</b>	<b>9.488</b>	<b>1.800</b>	<b>1.075</b>	<b>124</b>
Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência (Cont.)	Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Outros		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior											0	14	14	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											7	832	839	
Assistente operacional, operário, auxiliar		134								334	172	6.727	6.899	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	126	126	
Forças Armadas - Oficial b)											17	0	17	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			245		26				1.111	57	5.544	948	6.492	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			2						4.120	240	20.448	2.496	22.944	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			225	2	337				18.030	933	180.610	23.882	204.492	
Outro Pessoal de Segurança c)	1						21		60		3.711	326	4.037	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>134</b>	<b>472</b>	<b>2</b>	<b>363</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>23.321</b>	<b>1.564</b>	<b>210.509</b>	<b>35.351</b>	<b>245.860</b>	

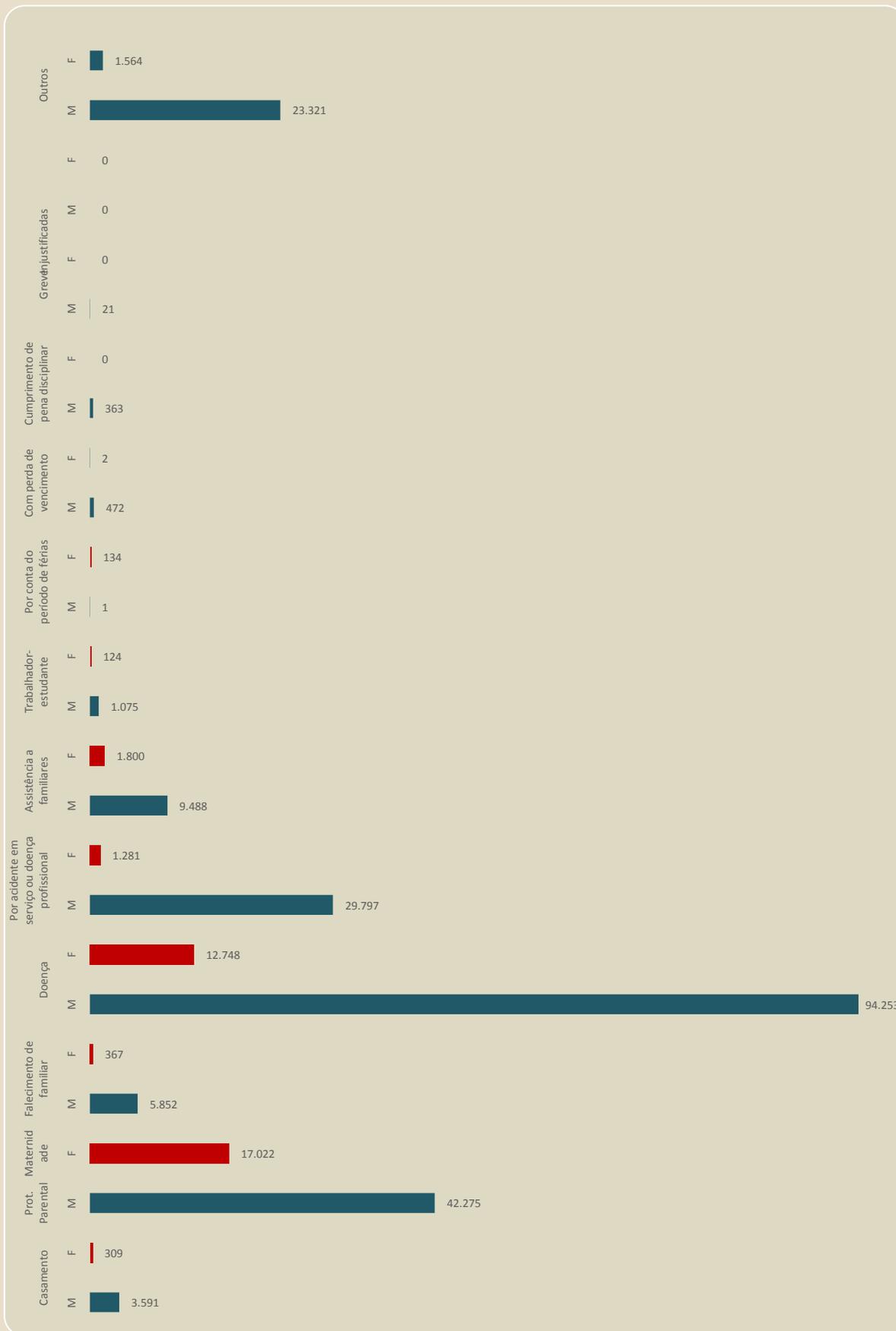


Figura 110 – Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, segundo o motivo de ausência e género



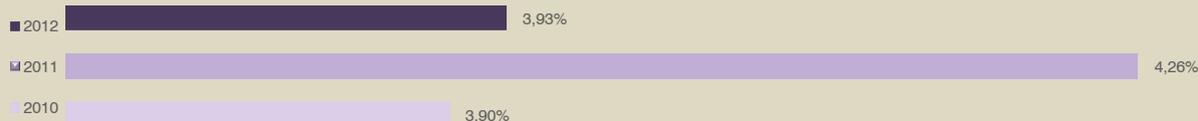
Breve análise:

No ano de 2012, o número de dias de ausência ao trabalho totalizaram 245.860, sendo a “Doença” o motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 43.52% das ausências ao serviço, num total de 107.001 dias. Ainda assim o número de dias de ausência ao trabalho registou uma descida acentuada relativamente ao ano transacto (2011: 272.169 dias, ou seja, menos 26.309 dias de ausência).

O segundo motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de “Proteção na Parentalidade”, com um total de 59.297 dias de ausência ao trabalho, a que corresponde a 24,12%, seguido por “Acidente em Serviço/Doença Profissional” que representa cerca de 12,64%, dos dias de ausência verificados, num total de 31.078 dias. Os motivos “Outros”, que representa cerca de 10,12% dos dias de ausência verificados, num total de 24.885 dias e “Assistência a familiares”, que representa 4,59% dos dias de ausência verificados, num total de 11.288 dias.

Constata-se que relativamente a cada um dos restantes motivos identificados, no Quadro 15, existe uma percentagem inferior a 2,5% do total de dias de ausência ao trabalho contabilizados na Guarda no ano de 2012. Traduzindo-se, no total, numa Taxa de Absentismo de 3,93% em 2012, verificando-se uma descida em relação a 2011 (4,26%).

Taxa de absentismo



Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Data	Âmbito	PNT <sup>62</sup>	N.º de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	Motivo (s) da greve
18 de Abril	Adm.Pública-Sectorial	35 horas	20	7:00	106_classificação, enquadramento e carreiras
		42 horas	-	-	
		Semana 4 dias (D.L. 325/99)	-	-	
		Regime especial (D.L. 324/99)	-	-	
		Outros	-	-	
14 de novembro	Greve Geral	35 horas	8	7:00	302_estabilidade no vínculo contratual
		42 horas	-	-	106_classificação, enquadramento e carreiras
		Semana 4 dias (D.L. 325/99)	-	-	204_reforma
		Regime especial (D.L. 324/99)	-	-	210_outras reivindicações sobre condições de trabalho
		Outros	-	-	

Breve análise:

Em relação à participação dos trabalhadores em greves, verifica-se uma participação muito reduzida nas duas greves realizadas no decorrer do ano 2012. Participaram nas citadas greves 28 trabalhadores, que representam apenas 3,09% dos 907 elementos (pessoal civil) a quem a lei possibilita o direito à greve.

62 Período Normal de Trabalho



## 2. Remunerações e Encargos

### Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

#### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Género / Escalão de remunerações <sup>63</sup>	Número de trabalhadores (Excluindo prestações de serviço)		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	5	323	328
501-1000 €	6.302	770	7.072
1001-1250 €	3.992	268	4.260
1251-1500 €	7.967	251	8.218
1501-1750 €	1.686	47	1.733
1751-2000€	678	10	688
2001-2250 €	593	22	615
2251-2500 €	30	2	32
2501-2750 €	51	2	53
2751-3000 €	147	2	149
3001-3250 €	18		18
3251-3500 €	14		14
3501-3750 €			0
3751-4000 €	6		6
4001-4250 €			0
4251-4500 €	1		1
4501-4750 €	1		1
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €	1		1
<b>Total</b>	<b>21.492</b>	<b>1.697</b>	<b>23.189</b>

#### B - Remunerações máximas e mínimas

Remuneração (€) <sup>16</sup>	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	485,00 €	485,00 €
Máxima (€)	6.279,00 €	2.946,00 €

<sup>63</sup> Notas:

- Mês de referência: dezembro
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considera remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não inclui prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

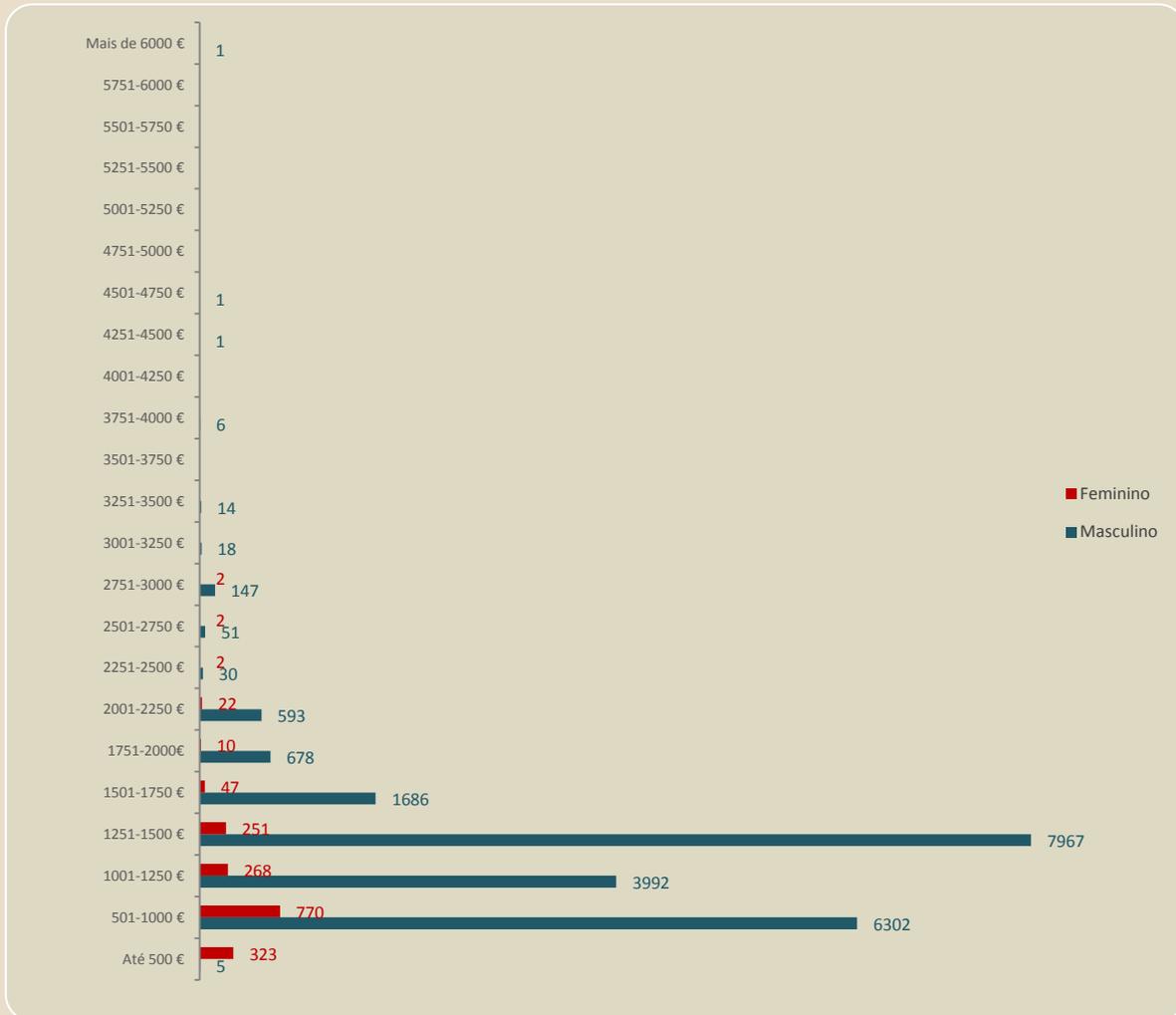


Figura 111 – Estrutura remuneratória por género

**Breve análise:**

O Quadro em referência foi elaborado tendo em consideração a posição remuneratória dos trabalhadores, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro, tal como consta nas instruções de preenchimento deste Quadro.

As remunerações consideradas foram a Remuneração Base e o Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança com a redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei do OE2011, mantido em vigor pelo artigo 20º da Lei do OE2012, referente às componentes referidas.

Salienta-se que no ano transato o critério utilizado para o preenchimento do referido quadro, espelhava os montantes efetivamente auferidos pelos militares e civis da GNR em dezembro de 2011.

Para efeitos de construção do quadro 17, não foram considerados os militares na situação de reserva, militares e civis a aguardar aposentação e trabalhadores em regime de avença.

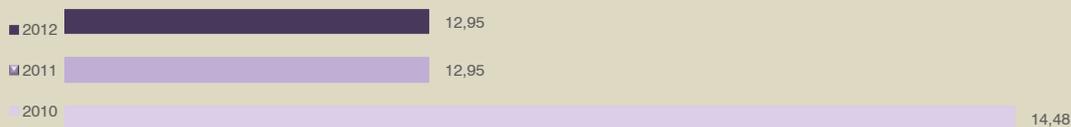
Analisando as remunerações ilíquidas (que têm como período de referência o mês de dezembro), verifica-se que 35,44% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre €1251 - €1500. Este escalão abrange 8.218 trabalhadores, 7.967 dos quais do sexo masculino e 251 do sexo feminino.

Saliente-se que 85,72% do universo de trabalhadores (19,878), auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a €1.500.

A remuneração mínima auferida fixou-se em €485,00, beneficiando desta trabalhadores de ambos os sexos. A remuneração máxima fixou-se em € 6.279,00 atribuída a um trabalhador do sexo masculino e € 2.946,00 atribuída a um trabalhador do sexo feminino.

O leque salarial ilíquido situou-se, em 2012, nos 12,95 valores, mantendo igual valor ao registado em 2011.

**Leque salarial ilíquido**





Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*64)	491.948.594,64 €
Suplementos remuneratórios	63.513.015,03 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	29.147.342,44 €
Benefícios sociais	5.446.164,96 €
Outros encargos com pessoal	92.189.895,65 €
<b>Total</b>	<b>682.245.012,72 €</b>



Figura 112 – Total dos encargos com pessoal durante o ano

**Breve análise:**

No preenchimento dos quadros 18 a 18.3 foram considerados todos os encargos com vencimentos processados pela Direção de Recursos Humanos.

Em 2012, os Encargos com o Pessoal totalizaram €682.245.012,72, valor consideravelmente inferior ao despendido em 2011 (€ 774.183.563,46). Esta diminuição é resultante, em grande parte, da suspensão do pagamento dos Subsídios de Férias e de Natal preconizado na LOE 2012.

A Remuneração Base representa 72,11% do total dos encargos com pessoal, proporção que diminuiu face ao ano transato (73,69%).

No que respeita aos Suplementos Remuneratórios o encargo despendido foi de €63.513.015,03, valor ligeiramente inferior ao despendido em 2011 (€63.595.494,27).

As Prestações Sociais em 2012 ascenderam a €29.147.342,44 e os Encargos com Benefícios Sociais fixaram-se nos €5.446.164,96, valores ligeiramente inferiores ao ano transato.

No que respeita aos Outros Encargos com Pessoal, o encargo despendido foi de €92.189.895,65, valor inferior ao despendido em 2011 (€103.621.386,23).

Relativamente ao quadro 18, o valor dos “outros encargos com pessoal”, corresponde a:

- € 80.888.095,98 - referentes aos encargos da entidade patronal com a Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e com a Segurança Social (SS);
- € 11.164.550,35 - referentes ao pagamento de serviços remunerados;
- € 137.249,32 - referente a Coimas do Regime Jurídico das Infrações Fiscais Aduaneiras (RJIFA).

64 Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal



## Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	121.679,71 €
Trabalho normal nocturno	7.093,14 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	57.289,91 €
Disponibilidade permanente	31.709.165,20 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	27.004.960,66 €
Fixação na periferia	199.341,62 €
Trabalho por turnos	366.822,51 €
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	3.288.178,64 €
Representação	565.748,10 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	192.735,54 €
<b>Total</b>	<b>63.513.015,03 €</b>



Figura 113 – Suplementos remuneratórios

## Breve análise:

O suplemento onde incidu o maior dispêndio monetário foi na “Disponibilidade Permanente” com €31.709.165,20, de seguida, surge o suplemento de “Risco, Penosidade e Insalubridade, com € 27.004.960,66.



Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	2.807.578,27 €
Abono de família	1.188.998,59 €
Subsídio de educação especial	345.896,30 €
Subsídio mensal vitalício	26.337,24 €
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	101.804,73 €
Subsídio de funeral	9.728,80 €
Subsídio por morte	180.595,56 €
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	24.467.605,27 €
Outras prestações sociais	18.797,68 €
<b>Total</b>	<b>29.147.342,44 €</b>

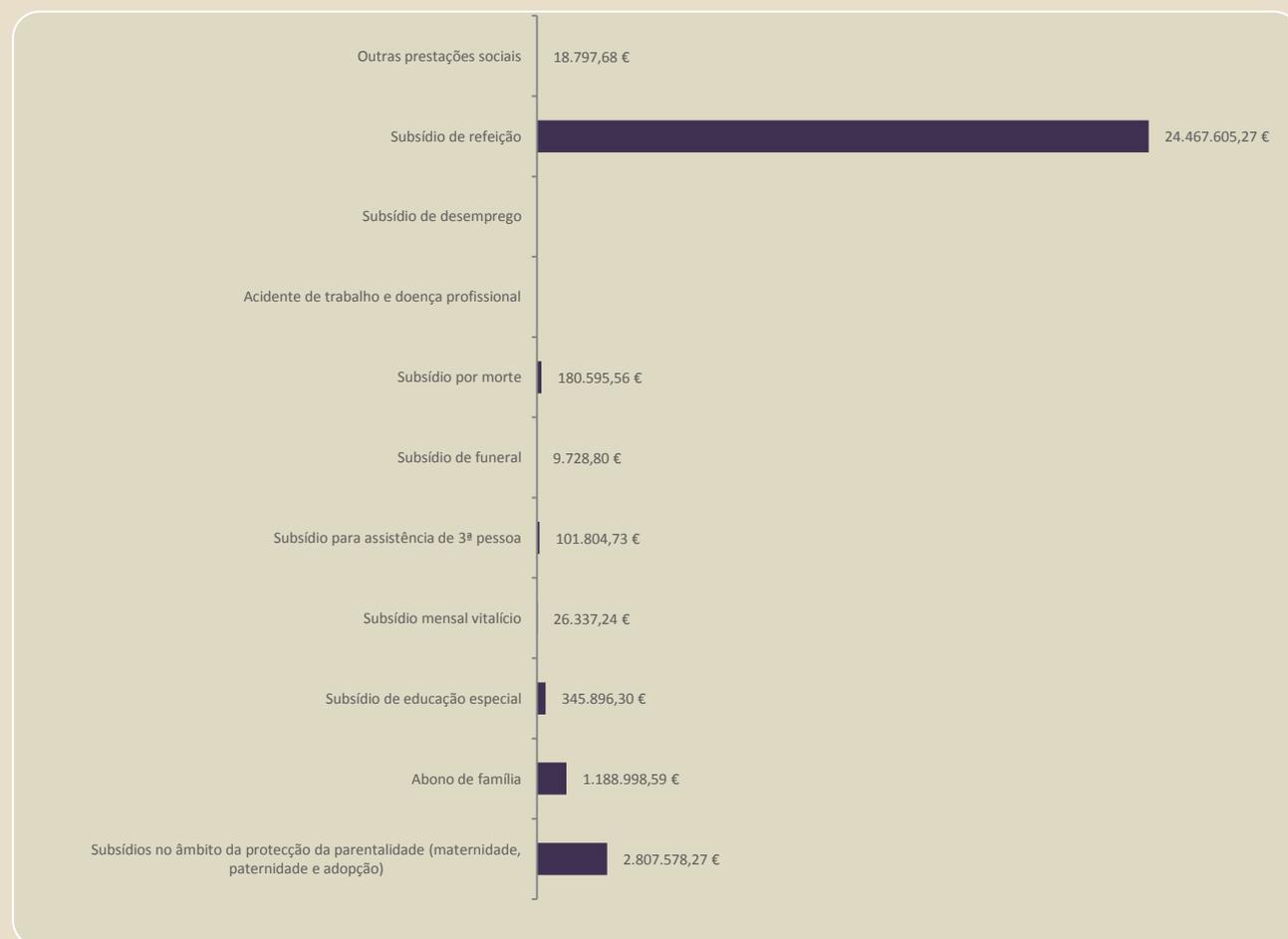


Figura 114 – Encargos com prestações sociais

Breve análise:

Em matéria de encargos com Prestações Sociais, constata-se que as parcelas com maior expressão são constituídas pelo Subsídio de Refeição, de Protecção da Parentalidade e o Abono de Família.



## Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	4.285,70 €
Apoio socioeconómico	
Outros benefícios sociais	5.441.879,26 €
<b>Total</b>	<b>5.446.164,96 €</b>

**Breve análise:**

Em matéria de Encargos com Prestações Sociais, constata-se que as parcelas com maior expressão são constituídas por Outros Benefícios Sociais e o Subsídio de Estudos.



### 3. Higiene e Segurança

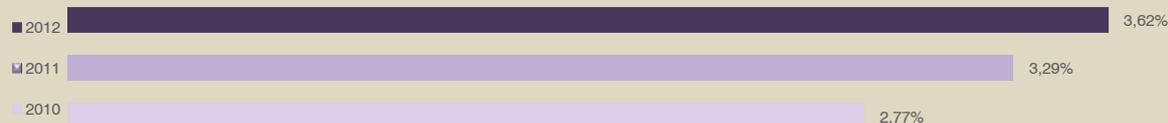
Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género<sup>65</sup>

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	785	573	25	151	35	1	40	21	1	12	5	1
	F	55	37	3	14	1		4	2		2		
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	211		25	151	35		18		1	12	5	
	F	18		3	14	1		2			2		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	3.613		43	2.151	1.419		455		3	200	252	
	F	174		9	127	38		44			44		
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	20.304		133	6.771	13.400		1.719		16	735	968	
	F	757		16	316	425		83		3	45	35	

**Breve análise:**

No que se refere à ocorrência de acidentes no local de trabalho, merece realce a tendência de aumento da taxa em referência, que passou de 3,29%, registados no ano transato, para 3,62%, registados no ano em análise, o que significa o aumento de 61 acidentes.

Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho



Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	46
- absoluta	2
- parcial	41
- absoluta para o trabalho habitual	3
Casos de incapacidade temporária e absoluta	1
Casos de incapacidade temporária e parcial	
<b>Total</b>	<b>47</b>

<sup>65</sup> Notas:

- Considera os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.
- O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais.
- O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais.
- Exclui os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.



## Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código <sup>66</sup>	Designação		
51.03	Tuberculose pulmonar	2	690,0
45.02	Epicondilite	20	855,0
45.03	Outras síndromes paréticas ou paralíticas dos nervos perif.	2	214,0
44.02	Hérnia	6	816,0
45.04	Lesões/traumatismo joelho	2	473,0
41.01	Carcinoma ductal mama	1	240,0
21.01	Traumatismo torax	1	70,0
45.05	Estiramento do ligamento cruzado anterior	2	350,0
45.01	Bursite subacromial	1	221,0

## Breve análise:

No ano de 2012 foram participados 37 casos de situações de Doenças Profissionais, que originaram 3.929 dias de ausência. Verifica-se um aumento de 30 casos em relação ao ano anterior, que em grande medida, resultam da alteração do processo de recolha de dados (até ao ano de 2011, os dados eram fornecidos pela Direção de Justiça e Disciplina, embora os processos resultantes destas situações tivessem tratamento pelo Centro Nacional de Proteção Contra os Riscos Profissionais cujo reporte de informação era encaminhado directamente às Secção de Recursos Humanos das Unidades). Nesta sequência, o processo de recolha de dados foi alargado a todas as Secções de Recursos Humanos das Unidades desta Guarda, passando a recolher-se dados mais precisos neste domínio.

## Taxa de incidência de doenças profissionais

Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano<sup>67</sup>

Atividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efetuados:	<b>2.717</b>	<b>481.156,07 €</b>
Exames de admissão	1.436	208.220,00 €
Exames periódicos	629	61.956,50 €
Exames ocasionais e complementares	333	168.246,33 €
Exames de cessação de funções	319	42.733,24 €
Despesas com a medicina no trabalho		
Visitas aos postos de trabalho		

66 Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de maio, atualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de julho.

67 Medicina no trabalho - Inclui despesas com medicamentos e vencimentos de pessoal afeto à atividade.



Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	84
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Não existem situações a reportar.

Quadro 25: Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Ações de formação	Número
Ações realizadas durante o ano	8
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	1.189

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho (Custos)	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho <sup>68</sup>	136.224,00 €
Equipamento de proteção <sup>69</sup>	82.610,00 €
Formação em prevenção de riscos (c) <sup>70</sup>	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d) <sup>71</sup>	

<sup>68</sup> Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

<sup>69</sup> Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

<sup>70</sup> Encargos na formação, informação e consulta

<sup>71</sup> Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos fatores de risco.



## 4. Formação Profissional

Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas <sup>72</sup>	13.317	781	496	2.739	17.333
Externas <sup>73</sup>	3.006	495	149	336	3.986
<b>Total <sup>74</sup></b>	<b>16.323</b>	<b>1.276</b>	<b>645</b>	<b>3.075</b>	<b>21.319</b>

### Breve análise:

Em 2012 registaram-se 21.319 ações de formação profissional, registando-se um incremento avultado, de 11.525 ações em relação ao ano de 2011, valor este que se traduz num acréscimo em mais de 50% em ações de formação.

Regista-se que 81,30% das ações levadas a efeito, foram internas e as restantes 18,70% externas. A maior parte das ações de formação profissional de cariz interno teve a sua duração inferior a 30 horas. Neste intervalo de horas foram dadas 16.323 horas, das quais 13.317 horas foram ações de formação internas e 3.006 ações de formação externas.

As ações de formação profissional com duração compreendida entre 120 horas ou mais surgem em segundo lugar, com 3.075 atividades, 2.739 de cariz interno e 336 de cariz externo.

Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação <sup>75</sup>

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Ações internas	Ações externas	Total	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações <sup>76</sup>	Nº de participantes <sup>(**)</sup> <sup>77</sup>
Técnico Superior		1	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial	579	608	1.187	1.075
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2.477	1.106	3.583	3.549
Guarda Nacional Republicana - Guarda	14.202	2.262	16.464	15.984
Outro Pessoal de Segurança c)	75	8	83	83
<b>Total</b>	<b>17.333</b>	<b>3.986</b>	<b>21.319</b>	<b>20.693</b>

<sup>72</sup> Organizada pela entidade

<sup>73</sup> Organizada por outras entidades

<sup>74</sup> N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + ... + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

<sup>75</sup> Notas:

- a) Considera os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Regista outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

<sup>76</sup> N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + ... + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

<sup>77</sup> Considera o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);



Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação<sup>78</sup>

Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas	Horas dispendidas em ações internas	Horas dispendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Técnico Superior		60:00	60:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		25:00	25:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial	5910:00	17174:00	23084:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento	11594:00	12062:00	23656:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda	17309:00	4342:00	21651:00
Outro Pessoal de Segurança c)	87:00	68:00	155:00

**Breve análise:**

Em 2012 participaram em ações de formação 20.693 trabalhadores, dos quais 20.608 foram militares e 85 civis, verifica-se que 99,59% das participações tiveram como público-alvo os militares. A Categoria de Guardas assume a maior expressão registando a participação de 15.984 militares (77,24%).

No que diz respeito a horas dispendidas em formação, verificou-se um total de 68.631 horas de formação (das quais 34.813 horas em ações internas e 33.578 horas em ações externas), registando-se um aumento considerável de 22.723 horas dispendidas em formação, em relação ao ano de 2011, valor este que se traduz num acréscimo em mais de 1/3 em ações de formação.

Analisando as horas dispendidas em formação, verifica-se uma predominância da categoria socioprofissional de Sargentos totalizando 34,47% do total das horas de formação.

Quadro 30: Despesas anuais com formação<sup>79</sup>

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	2.979.907,05 €
Despesa com ações externas	186.539,89 €
<b>Total</b>	<b>3.166.446,94 €</b>

**78 Notas:**

Considera as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;

- a) Considera os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Regista outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

79 Considera as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.



## 5. Relações Profissionais

### Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	220
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

#### Breve análise:

Existem 220 trabalhadores sindicalizados nesta Guarda, o equivalente aproximadamente a 1% do total dos trabalhadores. Estes 220 trabalhadores efectuem mensalmente desconto de parte do seu vencimento, de forma direta e automática, destinado ao pagamento de quotas de sindicatos. Contudo, não se podem assumir como sindicalizados apenas os trabalhadores que possuem, nesta matéria, descontos no vencimento, pois existem muitos outros elementos que realizam idênticas operações via débito direto bancário ou outros meios de pagamento directamente ao prestador.

### Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	1.139
Processos instaurados durante o ano	878
Processos transitados para o ano seguinte	1.277
Processos decididos - total:	740
Arquivados	431
Repreensão escrita	129
Multa	
Suspensão	134
Demissão (1)	46
Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
Cessação da comissão de serviço	

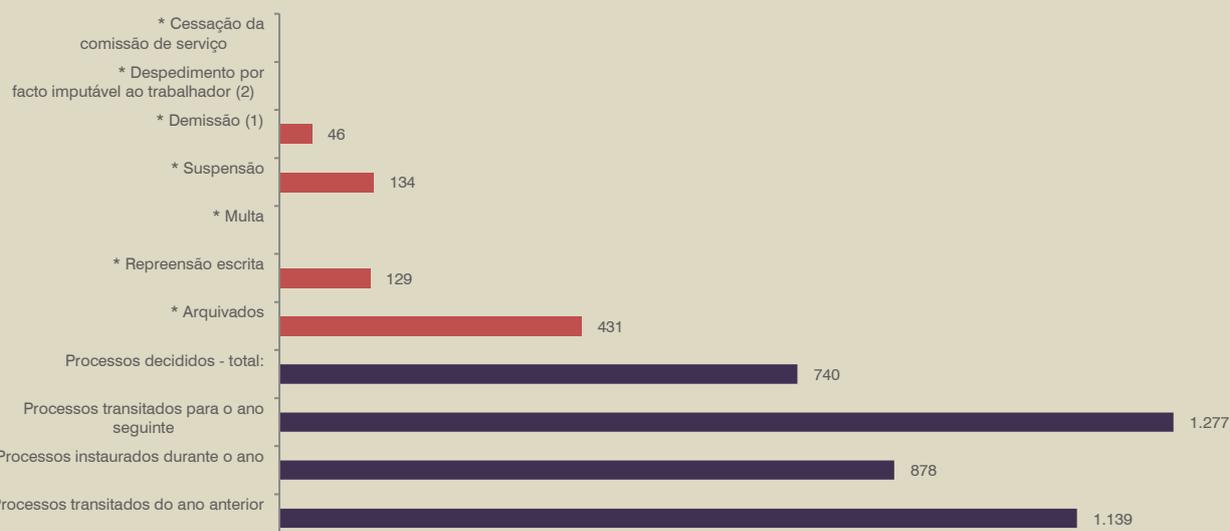


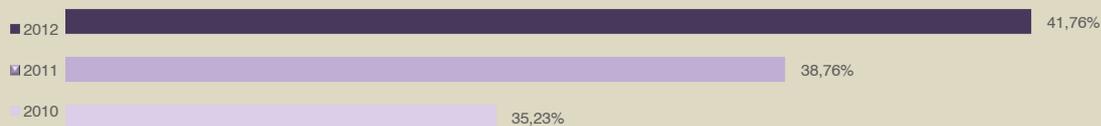
Figura 115 – Disciplina



## Breve análise:

No âmbito da ação disciplinar, merece realce o aumento da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 38,76%, registados no ano transato, para 41,76%, registados no ano em análise, o que significa que da totalidade dos processos disciplinares decididos foram aplicadas mais penas.

### Taxa de gravidade disciplinar



Mantém-se a tendência de decréscimo da taxa de celeridade de ação disciplinar, que passou de 37,25%, registados no ano transato, para 36,69%, registados no ano em análise, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, em número inferior relativamente ao ano transato.

### Taxa de celeridade de ação disciplinar





### III. Principais Indicadores de Gestão

#### Indicadores do Balanço Social 2012

Indicador	Fórmula de cálculo		Valores		
			2010	2011	2012
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos / Total de recursos humanos	%	6,24	6,63	7,32
Nível etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,86	37,79	37,38
Leque etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,95	4,32	3,83
Índice de envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,57%	1,45%	1,35%
Nível Antiguidade (FP)	Soma das antiguidades (FP) / Total de efetivos	Anos	16,33	15,52	15,00
Índice de rotação	Número de Recursos humanos em 31 de dezembro / Número de recursos em 1 de janeiro + entradas + saídas	Valor	0,83	0,82	0,81
Taxa de reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	44,15%	79,76%	82,66%
Taxa de absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * <sup>80</sup> x Número total de recursos humanos	%	3,90%	4,26%	3,93%
Taxa de trabalho extraordinário	Número anual de horas de trabalho extraordinário x 100 / Total de horas trabalháveis por semana ** <sup>81</sup> x 47	%	0,05%	0,039%	0,0107%
Leque salarial ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	14,48	12,95	12,95
Índice de Tecnicidade	Número de técnicos superiores x 100 / Total de recursos humanos	%	12,51%	12,84%	5,95%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	13,39%	13,55%	14,69%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	16,33%	0,93%	24,71%
Taxa de Progressões	Número de efetivos com progressão x 100 / Total de efetivos	%	43,26%	0,00%	2,41%
Taxa de Incidência de acidentes no local de trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	2,77%	3,29%	3,62%
Taxa de incidência de doenças profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100/Total de recursos humanos	%	0,06%	0,03%	0,16%
Taxa de gravidade disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	35,23%	38,76%	41,76%
Taxa de celeridade de ação disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	40,70%	37,25%	36,69%

80 Retirados os dias de férias.

81 Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.





#### FICHA TÉCNICA

##### Coordenação e Direção:

Carlos Alberto dos Santos Alves  
Tenente-Coronel de Inf<sup>te</sup>

##### Conceção e Redação:

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim  
Capitão de AM

##### Fotografias:

Divisão de Relações Públicas e Protocolo – Audiovisuais  
Arquivo Histórico da GNR





[www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)

**GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

Largo do Carmo - 1200-092 LISBOA

Tel.: (+351) 213 217 355

Fax: (+351) 213 217 328

E-mail: [gnr@gnr.pt](mailto:gnr@gnr.pt)

Este documento foi redigido de acordo com a nova Ortografia

A matriz gráfica deste documento assinala a implementação do  
*National Coordination Centre* do EUROSUR  
na Unidade de Controlo Costeiro da  
Guarda Nacional Republicana